





A INTERNACIONALIZAÇÃO DE LISBOA

Paradiplomacia de uma cidade



Luís Moita
(Coordenador)

Brígida Brito
Carlos Morais
Célia Quintas

Fernando Amorim
Helena Curto

Madalena Romão Mira
Maria João Mortágua
Sofia José Santos



Título

A internacionalização de Lisboa: paradiplomacia de uma cidade.

Coordenação

Luís Moita

Editor

Universidade Autónoma de Lisboa e Observare

Coordenação Editorial

Madalena Romão Mira

Design

Rita Romeiras

Impressão Tipografia Lousanense

ISBN 978-989-8191-76-2

e-ISBN 978-989-8191-81-6

Depósito Legal 425050/17

Nota: Foi respeitada a diversidade de escrita dos autores, tanto quanto ao sistema de referência bibliográfica utilizado, como quanto aos acordos ortográficos seguidos.

© OBSERVARE e Universidade Autónoma de Lisboa

MOITA, LUÍS (Coord.) (2017). A INTERNACIONALIZAÇÃO DE LISBOA: PARADIPLOMACIA DE UMA CIDADE. Lisboa: UAL; OBSERVARE. Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/3006>.
ISBN 978-989-8191-76-2
e-ISBN 978-989-8191-81-6
Relações internacionais / Paradiplomacia / Lisboa
CDU 327.711



Índice

PRÓLOGO — <i>Luís Moita</i>	9
AS CIDADES COMO ATORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS — <i>Sofia José Santos</i>	15
LISBOA E OS NÓS DA INTERNACIONALIZAÇÃO — <i>Fernando Amorim</i>	41
A PARADIPLOMACIA DE UMA CIDADE: A INTERNACIONALIZAÇÃO DE LISBOA NAS ÚLTIMAS QUATRO DÉCADAS — <i>Luís Moita</i>	109
QUANDO LISBOA FICA NA MODA: A EXPLOSÃO TURÍSTICA — <i>Brígida Brito</i>	147
A CULTURA E OS PROCESSOS DE INTERCULTURALIDADE — <i>Célia Quintas, Brígida Brito e Helena Curto</i>	171
A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL COMO VALOR TRANSFRONTEIRIÇO — <i>Brígida Brito</i>	195
A COMPETITIVIDADE ECONÓMICA ATRAVÉS DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA — <i>Carlos Morais</i>	221
LISBOA COSMOPOLITA — <i>Maria João Mortágua e Madalena Romão Mira</i>	257

Prólogo

A evolução da situação internacional parece favorecer o papel das cidades como pontos fulcrais das dinâmicas sócio-económicas, culturais e mesmo políticas que atravessam o nosso mundo. Isso não se explica apenas pela recente emergência de autênticas Cidades-Estado como Hong-Kong e Singapura, nem sequer pela crescente urbanização dos habitantes do planeta, nem mesmo pela expansão das grandes metrópoles que, nos vários continentes, são classificadas como “cidades globais”. A verdade é que os poderes locais, sobretudo os das grandes concentrações urbanas, perfilam-se hoje como actores da própria vida internacional e desenvolvem uma intervenção activa que interfere poderosamente nos processos globalizados contemporâneos.

Poderá mesmo admitir-se que, no panorama do actual enfraquecimento ou fragilização dos centros de decisão política ao nível dos governos centrais, outros intervenientes adquirem protagonismo, como é o caso das firmas transnacionais, mas também certamente das cidades. Por alguma razão, alguns pensadores têm admitido a possibilidade de caminharmos para um sistema de tipo hanseático, numa referência ao que ocorreu na vasta área ribeirinha do Mar Báltico, a partir dos finais da Idade Média, numa experiência proto-capitalista, em que, na ausência de um poder político unificador, a gestão dessa zona era assegurada por uma aliança de cidades (Lübeck, Bergen, Hamburgo, Riga...) e por uma liga de mercadores, a Liga Hanseática. Sem podermos extrapolar artificialmente tal experiência, alguma analogia permite evocar esse antecedente, pois seguramente no nosso tempo as empresas multinacionais e as grandes metrópoles têm peso crescente na governação da teia global.

Daqui resulta que a “diplomacia”, tradicional prerrogativa dos Estados soberanos, seja uma actividade exercida por novos agentes, entre eles, as cidades: já que concentram em si fontes de poder (população, riqueza, conhecimento, trocas de toda a espécie), elas marcam presença nos assuntos mundiais, relacionam-se directamente entre si, criam estruturas autónomas de interligação, ou seja, desenvolvem aquilo que frequentemente se designa como “paradiplomacia”, talvez não tanto no sentido de “diplomacia paralela”, mas antes na acepção de uma “quase diplomacia”, exercida por agentes sub-estatais com relativa autonomia em relação aos poderes do Estado nacional.

Foi esta percepção que levou o OBSERVARE, unidade de investigação em relações internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa, a desenhar um projecto de estudo intitulado: “Cidades e Regiões: a paradiplomacia em Portugal”. Conscientes de que a análise das relações internacionais cada vez menos se pode limitar ao relacionamento entre Estados, devendo antes alargar-se a novas dinâmicas transnacionais, abriu-se um caminho de pesquisa acerca das práticas de internacionalização de novos sujeitos como são as cidades e as regiões. Por razões compreensíveis, tal estudo deu prioridade ao caso da cidade de Lisboa. O presente livro condensa assim os resultados de uma primeira investigação no domínio proposto, em torno do tema da paradiplomacia de Lisboa e da sua estratégia de internacionalização.

Deve sublinhar-se o termo “cidade”. Com efeito, não faltam razões para analisar Lisboa de modo enquadrado em escalas mais vastas, como sejam a “Grande Lisboa” ou a Área Metropolitana de Lisboa. Todavia, como se verá, optou-se por circunscrever o estudo à cidade propriamente dita, nos seus limites geográficos, administrativos e institucionais. Ora esta Lisboa de que falamos sofre cronicamente de uma curiosa contradição: é demasiado grande no país e demasiado pequena no mundo.

Demasiado grande no país: com frequência se refere a macrocefalia da capital, desproporcionada na sua densidade populacional, no seu nível de riqueza, na concentração das estruturas estatais, provocando um centralismo em relação ao conjunto do país, designadamente às regiões do interior.

Porém, esta dimensão aparentemente excessiva contradiz a modéstia de Lisboa na sua comparação internacional: um território exíguo, uma população reduzida, uma localização periférica, uma certa percepção de isolamento. Ainda recentemente o Programa europeu ESCON situava Lisboa numa posição

secundária segundo vários critérios de classificação¹, com uma participação considerada “modesta” quanto à integração em redes globais e europeias (dados relativos a 2007-2008). Por sua vez, The Economist (Intelligence Unit) publicou em 2013 um estudo da competitividade de 120 cidades seleccionadas dos vários continentes, partindo de uma sequência de indicadores, com diferentes factores de ponderação: o potencial económico (a riqueza produzida e o seu crescimento), o capital físico (infra-estruturas, telecomunicações), a maturidade financeira (designadamente referente ao sector bancário), as características institucionais (desde os processos eleitorais até à legislação e à fiscalidade), as características sociais e culturais (direitos humanos, vitalidade cultural), o capital humano (desde a demografia até à qualificação das pessoas), os riscos ambientais e naturais (incluindo a gestão ambiental) e a atractividade global (tanto empresarial como científica). O estudo traça um quadro prospectivo, no horizonte do ano 2025, e coloca Lisboa em 57º lugar, num ranking dessas 120 cidades², onde Nova Iorque e Londres ocupam os dois primeiros lugares, Paris o 7º, Berlim o 34º, Madrid o 46º, Barcelona o 55º, Atenas o 78º e Teerão o último.

Poderia dizer-se que Lisboa é uma cidade de importância média, não particularmente atractiva para as multinacionais, está hoje fora dos grandes processos migratórios ou do grande fluxo de refugiados, e a rede de auto-estradas que a serve ou a proximidade das rotas marítimas mal compensam a descontinuidade em relação às redes ferroviárias europeias.

Estes constrangimentos, porém, não têm impedido a capital portuguesa de ambicionar ultrapassar os seus próprios limites e afirmar-se no próprio contexto internacional. Nos nossos dias Lisboa, sem prejuízo da sua posição periférica, adquiriu uma dinâmica intensa de projecção exterior e capacidade de atracção. Esse percurso corresponde a uma estratégia deliberada ou será sequência de factores circunstanciais e de felizes coincidências? O nível de internacionalização resulta das políticas governamentais que beneficiam a capital do país ou é fruto do governo local da metrópole e o dinamismo da cidade não é redutível à macro-política do Estado? Neste caso, pode dizer-se que Lisboa tem desenvolvido sistematicamente uma paradiplomacia, digna de ser analisada? Trata-se de um caso paradigmático, porventura inspirador, merecendo ser imitado?

¹ Ver ESPON Atlas, Mapping European Territorial Structures and Dynamics, Novembro de 2014, disponível em <http://atlas.espon.eu/> (consultado em 23/1/2017).

² The Economist Intelligence Unit Limited 2013, Hot spots 2025 Benchmarking the future competitiveness of cities, p. 16, disponível em <http://www.citigroup.com/citi/citiforcities/pdfs/hotspots2025.pdf> (consultado em 23/1/2017).

Tais perguntas são certamente interessantes e foi em torno delas que se estruturou a nossa pesquisa. O presente livro reproduz o itinerário traçado. Começa por uma análise teórica dos conceitos-chave a utilizar na investigação, identificando a cidade como novo e importante actor da cena internacional. Vem depois um texto de natureza histórica, não tanto a história de Lisboa, mas antes a história dos nós que Lisboa foi tecendo ao longo dos tempos. De seguida ensaia-se a análise do processo de internacionalização da cidade nos últimos quarenta anos, desde que existe em Portugal poder autárquico democrático. Após esse texto genérico, alguns sectores fundamentais são analisados na especialidade, sempre na perspectiva da internacionalização: a sustentabilidade ambiental, a vivacidade cultural, a explosão turística, o dinamismo económico-tecnológico, a natureza cosmopolita de Lisboa.

Se os autores do estudo são investigadores do OBSERVARE da Universidade Autónoma de Lisboa, o seu trabalho não teria sido possível sem o apoio, a informação e o encorajamento de uma longa série de pessoas. Para além da análise documental e do contacto directo com as instituições, a investigação fica muito a dever às entrevistas concedidas por protagonistas dos processos e dos acontecimentos: Alberto Laplaine Guimarães, Álvaro Pinto Correia, Ana Barbosa de Melo, André Barata Moura, António Fonseca Ferreira, António Mega Ferreira, António Santana Carlos, Catarina Vaz Pinto, Cristina Rocha, Diogo Ivo Cruz, Duarte Cordeiro, Fernando Louro Alves, Helena Costa, João Senha, Jorge Sampaio, José Pedro Castanheira, Manuel Salgado, Manuela Júdice, Maria Begonha, Maria Manuela Vieira de Almeida, Marta Ganso, Miguel Fontes, Rui Godinho e Vítor Ramalho. A todos eles é devida uma palavra muito especial de agradecimento.

Do mesmo modo tem de se registar o agradecimento à Cooperativa de Ensino Universitário, entidade instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa, às pessoas que trabalham na produção editorial e gráfica da publicação, designadamente Madalena Romão Mira e Rita Romeiras, e à FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia que contribui para o financiamento da unidade de investigação OBSERVARE.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 2017

Luís Moita

As Cidades como Atores das Relações Internacionais*

SOFIA JOSÉ SANTOS

Professora Auxiliar Convidada, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Investigadora do OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa, e Investigadora Associada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutorada em Política Internacional e Resolução de Conflitos, FEUC.

As suas áreas de preferência de investigação são, entre outras: Media e Relações Internacionais; Media, Paz e Violências; Media, Género e Prevenção de Violência.

Das suas publicações destacam-se:

- 1 – Santos, S.J.; Araújo, S.; Cravo, T.A. (2016). “Media intervention in post-war settings: Insights from the Epistemologies of the South”, Commons. Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital, v. 5. (2)
- 2 – Santos, S. J. (2015), "Os media como agentes de (des)securitização das sociedades: crónica de uma história inacabada e o desafio da outra metade", in Freire, R.; Barrinha, A. (org.), Segurança, Liberdade e Política. Pensar a Escola de Copenhaga em Português. Lisboa: ICS.

* A autora agradece ao Professor Luís Moita os comentários que ajudaram a enriquecer este texto em diferentes momentos. Agradece também a Alexandre de Sousa Carvalho os comentários e sugestões feitos ao longo da construção e escrita do texto, assim como a revisão da tradução do texto originalmente escrito em Inglês.

As Cidades como Atores das Relações Internacionais

“As cidades, resumidamente, são uma característica permanente da política (mundial).”

(Acuto, 2015)¹

As cidades são “as nossas associações políticas mais interligadas e interdependentes, definidas/caracterizadas principalmente pela colaboração e pragmatismo, pela criatividade e pela multiculturalidade”

(Barber, 2013b)²

INTRODUÇÃO

Tornou-se um lugar-comum dizer-se que os Estados são o principal ator nas Relações Internacionais, sendo amplo o número de autores que explícita ou implicitamente o reconhecem. Porém, a par com os Estados, as cidades emergem cada vez mais como um espaço onde a vida política, social, cultural, demográfica e económica se organiza de forma específica e, na sua especificidade, se desenvolve e interage internacionalmente, deixando de poder ser situadas “numa

¹ No original: “Cities, in short, are a permanent feature of (world) politics” (Acuto, 2015).

² No original: “ Cities are “the most networked and interconnected of our political associations, defined above all by collaboration and pragmatism, by creativity and multicuture” (Barber, 2013).

hierarquia em escala que as coloca abaixo do patamar nacional, regional e global” (Sassen, 2007: 102).³

Através de entidades públicas e privadas, as cidades operam cada vez mais ao nível global com evidentes repercussões locais e internacionais, cruzando áreas tão distintas como a política (nacional e internacional), as políticas públicas, a economia, a cultura, o meio ambiente, a segurança, entre outras (Acuto, 2015). Como consequência, as cidades tornam-se cada vez mais um dos locais estratégicos onde operações poderosas e com influência em todas as áreas ocorrem (Sassen, 2007; Acuto, 2015), assumindo o poder de influenciar dinâmicas e decisões internacionais relevantes para o próprio sistema internacional. Na verdade, as cidades assumem-se hoje como “um dos espaços do global, e (...) [envolvem] o global diretamente, muitas vezes ultrapassando o [espaço] nacional” (Sassen, 2007: 102).⁴

Esforços para atribuir às cidades a mesma importância analítica e de “agency”⁵ que os Estados encerram nas Relações Internacionais tem constituído um enorme desafio para a disciplina. As Relações Internacionais enquanto disciplina são predominante e tradicionalmente informadas por um paradigma centrado no Estado e baseadas numa ontologia que privilegia o entendimento do sistema internacional enquanto anárquico e liderado por Estados soberanos com base territorial (Curtis, 2010). A marginalização das cidades enquanto ator das RI pode ser de algum modo justificada como um produto da “camisa de forças de Vestefália” (Barthwal-Datta, 2009) ou, em outras palavras, como decorrente da impossibilidade de romper com o entendimento do Estado-nação enquanto pedra angular do sistema internacional e de reconhecer, consequentemente, outros atores internacionais que não o Estado.

No entanto, nos últimos anos, estudos no âmbito das Relações Internacionais começaram a considerar e argumentar a importância fundamental das cidades *per se* na ordem internacional (e.g. Acuto, 2013; Barber, 2013^a; Barber, 2013b; Bouteligier, 2013; Curtis, 2010, 2013; Kissack, 2013; Atwell, 2013; Calder e Freytas, 2009; Tavares, 2013) e, consequentemente, a questionar a ideia de que o Estado (e/ou subseqüentes organizações de Estados) seja, de facto, a unidade de análise mais importante e fundamental das RI e o ator central e incontornável da esfera internacional.

³ No original: “be located simply in a scalar hierarchy that puts it below the national, regional, and global” (Sassen, 2007: 102).

⁴ No original: “one of the spaces of the global, and (...) [engage] the global directly, often bypassing the national” (Sassen, 2007: 102).

⁵ A autora optou por manter o termo “agency” em Inglês, uma vez que sintetiza melhor do que qualquer tradução para português a característica e ação a que o termo se refere.

Porém, ainda que atrativa (Aust, 2015) e promissora, a literatura emergente é ainda pouco consolidada – porque recente e escassa (Curtis, 2010) – e restringe o seu corpo analítico aos eixos estratégicos urbanos das relações internacionais designados de “cidades globais”, seja essa globalidade assegurada pela sua supremacia económica (Sassen, 1991) ou política (Calder e Freytas, 2009). Nova Iorque, Londres, São Paulo ou Tóquio não são exemplos do primeiro caso e Washington ou Bruxelas exemplos do segundo. Ao dar visibilidade enquanto “cidades globais” apenas a centros urbanos macro, descartando as cidades médias e/ou pequenas como pontos ou nós menos importantes ou mesmo inexistentes em termos de “*agency*” internacional, a literatura existente tem reproduzido aquilo que diz criticar e tentar superar na literatura tradicional de Relações Internacionais: conformar-se a padrões analíticos conservadores que equivocadamente optam por uma escala que reconhece apenas os critérios macro.

Baseando-se em dois pressupostos – (1) ter “*agency*” internacional é ser capaz de influenciar as Relações Internacionais e (2) que a internacionalização é uma dimensão-chave da influência internacional – este artigo argumenta que:

As cidades são um princípio organizador e unidade de análise nas RI em linha com os Estados. Isto é, são simultaneamente uma categoria analítica nas RI – uma vez que nos permitem entender as Relações Internacionais – e um ator das RI – pois influenciam e são influenciadas pela esfera internacional – devendo ser consideradas como tal;

Apesar da literatura dominante sobre o tema da “*agency*” de cidades nas RI se focar em “cidades globais” macro, as cidades médias e pequenas também detêm essa mesma capacidade de influência no âmbito da esfera internacional, em particular (embora não exclusivamente) através das atividades municipais paradiplomáticas;

Contrariamente à literatura existente focada exclusivamente na área económica e financeira e na alta política, existem muitas outras áreas através das quais as cidades se envolvem na esfera internacional e esta se envolve na vida das cidades.

O capítulo encontra-se dividido em três partes. A primeira explora o conceito de ator e os diferentes argumentos que levam a afirmar a cidade como um ator internacional. A segunda parte demonstra que as cidades médias e pequenas também podem ser cidades globais e que a internacionalização das cidades excede em muito as áreas temáticas da economia e finança ou a da alta política. Finalmente, a terceira parte explora a paradiplomacia como um instrumento de ação internacional das cidades.

O exercício analítico a que este capítulo se propõe é feito procurando um equilíbrio difícil entre o tradicional e o novo, o contínuo e o descontínuo, o visível e o invisibilizado que Alder (2014) e Aust (2015) ajudam a explicar.

Para Alder (2014: 45), mostrar a importância das cidades dentro do e para o sistema internacional corre o risco de ser um exercício tão desnecessário como o de “perguntar qual é o impacto do fluxo da água num rio, já que o fluxo da água é o rio”⁶. A tarefa de descortinar o óbvio de forma precisa pode ser um enorme desafio, especialmente porque, por um lado, apesar do facto “do que vemos hoje ir além da tradicional geminação de cidades que se disseminou maioritariamente depois da II Grande Guerra, ou tentativas isoladas dos municípios para responder a desafios e desenvolvimentos globais (...) [,] não se deve cometer o erro de tomar esses fenómenos como novidades completas” (Aust, 2015: 258)⁷; por outro lado, toda a dimensão e intensidade da presença das cidades na esfera internacional desafia o conhecimento já construído nessa área.

O DEBATE EM TORNO DAS CIDADES COMO ATORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Apesar de o Estado ser o ator internacional tradicionalmente reconhecido pelas Teorias das Relações Internacionais, emergiram também em diferentes períodos tentativas de alargar esse estatuto analítico a outros atores com atuação internacional. Keohane e Nye (1971) foram dos teóricos das Relações Internacionais que deram um dos mais importantes contributos para o alargamento do paradigma estatocêntrico existente a partir do momento em que reconheceram que outros atores para lá do Estado (e.g. multinacionais, sindicatos, Igreja Católica) desempenhavam papéis cruciais nas Relações Internacionais devendo, por isso, ser considerados enquanto tal no âmbito da disciplina. Na verdade, segundo estes autores, a política internacional é constituída por interações políticas que se estabelecem entre atores autónomos que detêm um controlo substancial de recursos relevantes para uma determinada área ou sector e que participam em relações políticas internacionais (Keohane e Nye, 1971: 730). Ou seja, o que faz um sujeito específico ser considerado um ator das RI é a sua capacidade para interagir nas relações internacionais, influenciando a esfera internacional e recebendo

⁶ No original: “to asking what the impact of the flow of water is on a river, since the flow of water is the river” (Alder, 2014: 45).

⁷ No original: what we see today goes beyond traditional town-twinning, a movement to connect cities across borders which sprang up mostly after World War II, or isolated attempts by municipalities to respond to global challenges and participate in global developments (...) [, and, hence] one should not make the mistake of taking these phenomena as complete novelties” (Aust, 2015: 258)

do, por sua vez, influência do internacional. Num mundo crescentemente globalizado e onde questões como ambiente, direitos humanos, desenvolvimento sustentável ou comércio têm um pendor urbano muito forte, atores sub-estatais, como é o caso das cidades, reúnem esse mesmo potencial (Cohn e Patrick, 1996).

Diferentes tipos de argumentos têm desafiado o entendimento dominante que perceciona as cidades como atores irrelevante do sistema internacional. No essencial, e antes de passar à enunciação de argumentos e debate sobre esta matéria nas diferentes áreas temáticas, podemos identificar cinco argumentos principais que tentam demonstrar a centralidade das cidades no atual sistema internacional.

Em primeiro lugar, a maior parte das relações internacionais no mundo integram na sua maioria relações entre cidades cruzando diferentes áreas temáticas e operacionais do sistema internacional. Em segundo lugar, “o que é hoje visto como políticas urbanas é cada vez mais permeado por questões que de vez em quando tocam a chamada ‘alta política’” (Ljungkvist, 2014: 42). Em terceiro lugar, as dinâmicas em curso mostram que “não é apenas o internacional que tenta chegar às camadas mais exteriores do Estado, mas que é o próprio interior do Estado que se empurra para fora” (Eslava, 2014: 260), um fenómeno que Susan Strange (1995: 56) cunhou como “fugas” (para cima, para os lados e para baixo) de poder do estado territorial, e que questiona cada vez mais a ideia de que as questões podem ser apenas enquadradas como puramente municipais, puramente nacionais ou puramente internacionais (Eslava, 2014). Em quarto lugar, ainda que haja uma insistência em entender o sistema internacional como um sistema anárquico baseado na segurança e no Estado, existe também um entendimento cada vez mais consensual que o sistema internacional é definido e influenciado crescentemente por outros atores e dinâmicas que vão além do Estado (Booth, 2005; Alger, 2014) e que integram outras esferas para além da da segurança (Nye, 2004; Keohane e Nye, 2012; Barber, 2013b). Em quinto lugar, a intensidade de urbanização das nossas cidades e o seu papel enquanto nós importantes incluídos na globalização da rede tornaram as cidades um “pólo de internacionalização fundamental” (Curto *et al*, 2014) e, subsequentemente, um importante ator da nova diplomacia não-estatal – i.e., “paradiplomacia” (Aldecoa *et. al.*, 1999; Neves, 2010; Curto *et al*, 2014;) ou “city diplomacy” (Pluijm, 2007) – com uma capacidade de atuação, interação e impacto a nível internacional.

As grandes cidades dos dias de hoje emergiram como um lugar estratégico para uma imensa panóplia de novos tipos de operações em diferentes áreas temá-

ticas (Sassen, 2005). De facto, “múltiplos processos de globalização assumem formas localizadas concretas, redes eletrônicas cruzam-se com ambientes espessos (tanto centros financeiros, como reuniões de ativistas), e novas subjetividades emergem destes encontros entre as pessoas de todo o mundo” (Sassen, 2012)⁸. Neste sentido, “as cidades globais transcendem os nossos quadros de referência tradicionais e dominantes das RI, ultrapassando hierarquias de escala (globo, estado, região) e políticas (supra-nacional, governamental, regional e local) perfurando as camadas da soberania do sistema de Westfália” (Acuto, 2013: 159)⁹. Esta seção sintetiza alguns dos argumentos que sustentam a importância das cidades como atores centrais do sistema internacional de hoje, tendo em conta as diferentes áreas temáticas a partir das quais e nas quais os argumentos são desenvolvidos.

O ARGUMENTO DEMOGRÁFICO

O tamanho da população tem evidentes repercussões no poder que o espaço que esta ocupa acaba por encerrar, uma vez que é um elemento significativo de poder em contexto de situações competitivas (Leroy, 1978). Nesta linha, os espaços urbanos têm vindo a afirmar uma clara vantagem face aos rurais, sendo o ano de 2007 o ano claro da viragem: pela primeira vez, a população global urbana excedeu a população global rural e, desde então, a população mundial tem permanecido essencialmente urbana (UNDESAPD, 2014), estimando-se que em 2017, mesmo em países menos desenvolvidos, a maioria da população viva nas cidades (WHO, s/d)¹⁰.

Porém, ainda que o número total de população seja um elemento importante, a sua composição é em nada irrelevante quando se reflete sobre influência e interação na esfera internacional. As características de uma determinada população afetam a economia, a sociedade, a política, a cultura e a segurança do espaço que a acolhe. Por exemplo, do ponto de vista económico e militar, uma população com um *rácio* de dependência baixo pode mobilizar mais

⁸ No original: “multiple globalization processes assume concrete localized forms, electronic networks intersect with thick environments (whether financial centers or activist meetings), and new subjectivities arise from the encounters of people from all around the world” (Sassen, 2012).

⁹ No original: “global cities transcend our traditional and IR-dominated theoretical frames of reference, bypassing scalar (globe, state, region) as well as political (supra-national, governmental, regional and local) hierarchies and piercing through the layers of sovereignty in the Westphalian system” (Acuto, 2013: 159).

¹⁰ Em 2014, a população urbana representava já 54% da totalidade da população global e espera-se que continue a crescer entre 2015 e 2025 um valor aproximado de 1,84% e, entre 2025 e 2030 um valor de 1,63% (WHO, s/d).

recursos humanos do que uma população com *rácios* de dependência mais altos (Leroy, 1978: 3)¹¹. Elementos demográficos que influenciam comportamentos de grupos na política interna afetam do mesmo modo as escolhas dos Estados como unidades interdependentes e/ou em competição na esfera internacional. Por outro lado, a demografia também influencia o papel das cidades com repercussões no sistema internacional. Acolhendo a maioria da população global, as cidades detêm “grande flexibilidade operacional e conseguem desenvolver uma aprendizagem, criatividade e inovação melhoradas” (Curtis, 2011: 4)¹², assim como garantir uma elevada produtividade e uma grande diversidade cultural. A população urbana é, na verdade, cada vez mais caracterizada por populações de proveniências geográficas e culturais diferentes que encerram distintos percursos e estatutos socio-económicos e com uma idade média mais nova do que nas zonas rurais (Anthony, 2015). Como argumenta Alger (2014:35), à medida que cresce o número e diversidade de pessoas que vivem nas cidades perseguindo os seus interesses e necessidades na área da banca, da educação, da indústria, da medicina, do lazer, da investigação, entre outras, estas atividades e dinâmicas e as suas repercussões têm um impacto não apenas internacional no espaço urbano, mas também um impacto que ultrapassa as fronteiras nacionais destas cidades.

O ARGUMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Diferentes dinâmicas e exemplos na história recente mostram o peso crescente que as cidades têm vindo a conquistar nas relações políticas internacionais (Atwell, 2014). À medida que as cidades ganham importância e centralidade, as relações diplomáticas entre cidades e outros Estados-nação são promovidas e ultrapassam, não raras vezes, as estabelecidas entre Estados. Em 2014, Atwell (2014: 374) frisava, por exemplo, que o governador de São Paulo recebia mais presidentes e chefes-de-Estado do que a então Presidente Dilma Rousseff. Muitas cidades abrem também representações em países estrangeiros para proteger e garantir os seus interesses específicos: Gutemburgo, Lodz e

¹¹ No original: “while there are, obviously, a host of other factors involved, one would hardly expect Luxembourg – whatever its level of automation – to produce as much as India. Likewise, populations of the same size and level of economic development differ in their age structure. Those with low dependency ratios – the number of persons in the non-productive ages over the number of adults (counted as those between 15 or 20, and 60 or 65) – can mobilize more manpower for economic and military purposes than those with high dependency ratios” (Leroy, 1978: 3).

¹² No original: “greater operational flexibility and enhanced learning, creativity and innovation” (Curtis, 2014: 7).

Liverpool têm as suas próprias representações em Bruxelas para garantir mais oportunidades promovidas pela União Europeia (Tavares, 2016b). Da mesma forma, as cidades acolhem as sedes de muitas organizações internacionais (governamentais e não-governamentais). Alger (2014: 46) é particularmente elucidativo neste ponto quando afirma que “as cidades são nós do sistema internacional, fornecendo as estruturas para o ligar (...) [entre as quais estão as] sedes a partir das quais sistemas internacionais governamentais e não-governamentais são controlados”¹³. As cidades são também membros de organizações internacionais, sendo difícil encontrar uma cidade que tenha mais um milhão de habitantes que não participe em acordos multilaterais internacionais (Tavares, 2016b). Alguns exemplos destas organizações que as cidades integram são: Local Governments for Sustainability (ICLEI), United Cities and Local Governments (UCLG) ou the Cities Climate Leadership Group (C40). Na verdade, uma das áreas onde a presença das cidades é particularmente visível ao nível político-institucional é a área do ambiente, na qual têm tomado gradualmente a liderança no que toca a discutir e procurar soluções para as alterações climáticas particularmente através de redes de cidades (Nijman, 2009). Um dos exemplos concretos frequentemente citados (Aust, 2015) é o papel desempenhado pela “C40 network of global cities”. Apesar de ter começado em Londres com o Presidente da Câmara de então, Ken Livingstone, que queria definir uma agenda para Londres como uma cidade global verde (Aust, 2015), a rede acabou por juntar várias outras cidades de todo o mundo. As “redes de cidades para a governação ambiental global mostram como as cidades importam para além dos seus territórios e são uma expressão do nosso mundo globalizado onde as normas e as práticas são modeladas por redes dispersas” (Bouteligier, 2013: 2)¹⁴. Para além disso, o ambiente é também uma das áreas mais interessantes de presença das cidades na esfera internacional, uma vez que frequentemente as cidades têm posições opostas às dos seus Estados nesta matéria, o que evidencia a autonomia e relevância do papel das cidades na política internacional.

¹³ No original: “cities are nodes in international systems, providing the facilities that link international systems (...) headquarters from which both governmental and nongovernmental international systems are controlled” (Alger, 2014: 46)

¹⁴ No original: “City networks for global environmental governance show how cities can matter beyond their own territories and are one expression of our globalizing world in which norms and practices are shaped and dispersed through networks” (Bouteligier, 2013: 2).

O ARGUMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO

De acordo com Calder e Freytas (2009: 81), o poder económico das cidades globais ultrapassa o seu poder político em termos de afirmação no sistema internacional, ainda que não deva haver uma posição determinística de análise da posição relativa destes factores, i.e., “a posição de uma dada cidade em termos políticos e económicos pode mudar, o que frequentemente acontece” (Calder e Freytas, 2009: 82).

Apesar dos fluxos de capital, trabalho, bens, matérias-primas, turismo, ou transacções financeiras internacionais não serem um fenómeno novo, o facto é que antes eles tinham lugar dentro do sistema interestatal, i.e., num contexto em que “os articuladores-chave eram os Estados nacionais” (Sassen, 2005: 27)¹⁵. Nos dias de hoje, porém, os territórios estratégicos são essencialmente as cidades globais (Sassen, 2005). Um exemplo recente da influência que as cidades desempenham ao nível económico é o acordo assinado entre Chicago e a Cidade do México (Atwell, 2014) que lança uma ambiciosa parceria envolvendo iniciativas conjuntas de comércio, inovação, educação, expansão industrial e melhor competição global (Liu e Donahue, 2013 *apud* Atwell, 2014).

De facto, “com a crescente urbanização, algumas cidades, estados/províncias e regiões têm economias do tamanho de economias estatais” (Policy Horizons Canada, 2014: 58)¹⁶. O PIB de Nova Iorque é maior do que o de Espanha ou da Coreia do Sul; São Paulo é mais rica do que a Argentina, Paraguai, Uruguai; e Guangdong é mais rica do que a Rússia ou o México (Pichot, 2016). A região de São Paulo, por exemplo, ocupando o 19º lugar na economia mundial, segue a sua própria agenda internacional como se fosse um Estado (Atwell, 2014). Consequentemente, as cidades “adotaram políticas internacionais anteriormente apenas reservada aos governos nacionais (...) para garantir a protecção dos seus interesses no estrangeiro” (Policy Horizons Canada, 2014: 58)¹⁷ – não significando, isso, necessariamente (ainda que tal se possa verificar) um desafio à autoridade estatal, mas antes a autonomização das cidades e da sua vida na esfera internacional.

¹⁵ No original: “the key articulators were national states” (Sassen, 2005: 27).

¹⁶ No original: “[w]ith rising urbanization, some cities, states/provinces and regions have economies the size of countries” (Policy Horizons Canada, 2014: 58).

¹⁷ No original: “have adopted international policies previously reserved for national governments and mustered resources to ensure the protection of their interests abroad” (Policy Horizons Canada, 2014: 58).

O ARGUMENTO CULTURAL

A cultura é uma das áreas em que a internacionalização da cidade é particularmente evidente, uma vez que consegue projetar e exportar as produções culturais no mercado mundial (Keating, 2013: 5), ao mesmo tempo que recebe muitos artistas – individuais e coletivos nos seus espaços públicos e culturais.

Porém, as cidades não projetam e exportam apenas, mas são também incubadoras de novas formas de expressão cultural e de globalização de criatividade (Beekmans, 2013). Pelos seus fluxos de internacionalização e a sua posição privilegiada dentro do sistema internacional, o que acontece ou é criado numa cidade pode tão ou mais facilmente ser adotada na “aldeia global” (i.e., internacionalizar-se globalmente) do que no próprio Estado onde se insere. Cultura, acontecimentos e ideias urbanas estão a tornar-se cada vez mais marcas que correm o mundo (Beekmans, 2013.) Entre os exemplos que podem ser identificados, estão a conhecida tribo urbana *hipster* ou a iniciativa “Before I Die” (“Antes de eu morrer”, em português), que tendo começado em Nova Orleães está hoje também presente em Berlim, Melbourne, Abu Dhabi, Budapeste, Joanesburgo, Amesterdão, Austin, Belfast, Buenos Aires e Beirute entre muitas outras cidades¹⁸.

A esfera internacional é também particularmente interessante para as cidades quando a língua destas é diferente da língua oficial do Estado ao qual pertence (Keating, 2013) e para as quais promover a cidade ou região enquanto entidade cultural autónoma (e.g. Catalunha ou o País Basco, em Espanha) é uma estratégia de afirmação nacional e internacional.

O ARGUMENTO SECURITÁRIO E CONTESTATÁRIO

Do ponto de vista do desafio e contestação à ordem estabelecida, a densidade populacional das cidades assim como a natureza da sua população – maioritariamente mais jovem e proveniente de múltiplos e diversificados contextos sociais, culturais e económicos – e o seu ritmo de vida facilitam que as cidades sejam palcos privilegiados tanto do ponto de vista securitário como contestatário.

¹⁸ Através desta iniciativa, as pessoas escrevem num quadro exposto no seu bairro os seus sonhos (Beekmans, 2013). Para conhecer mais sobre esta iniciativa, veja aqui: <http://beforeidie.cc/site/>.

Do ponto de vista securitário, a escala urbana emerge cada vez mais como um espaço para ação internacional de segurança nacional, nomeadamente face ao crime internacional e a ataques terroristas – como o provam os recentes ataques de Paris ou Bruxelas reivindicados pelo Daesh. Também políticas de contestação acontecem primordialmente em espaços urbanos e cada vez mais em rede. A Primavera Árabe, o movimento das *Acampadas* em Espanha, o protesto da *Geração à Rasca* em Portugal e o *Occupy Wall Street* nos EUA tiveram lugar em cidades e partilharam entre eles não só inspiração, mas também metodologias. Sassen (2007) fez notar que a cidade global é a principal porta de embarque para reivindicações a partir de baixo e para desafiar o *status quo* das políticas urbanas, nacionais e internacionais. A cidade global oferece um espaço único de envolvimento (Cox, 1998 e Sassen, 2007 *apud* Acuto, 2013) onde a contestação pode acontecer (*Idem*).

AS CIDADES GLOBAIS

Quando somos confrontados com a ideia de cidade, salta aos nossos olhos uma imagem praticamente intuitiva e clara do que uma cidade significa e do que integra. Características, serviços, dinâmicas e velocidades específicas que lhes atribuímos criam esse lugar-comum. Porém, quando tentamos traçar fronteiras analíticas nos elementos e agentes que personificam a cidade enquanto ator internacional, a intuição deixa de funcionar. Um entendimento claro do que integra a cidade como ator internacional depende de escolhas analíticas deliberadas que evidencia ou secundariza umas camadas, umas interpretações e uns agentes em detrimento de outros tantos. Consequentemente, diferentes conceções do que significa uma cidade enquanto ator internacional pode emergir. Tentando lidar com este desafio, diferentes autores trouxeram para debate propostas de conceitos que sintetizam os processos e o conceito da cidade como um ator internacional.

Sassen (1991; 2005; 2007) cunhou o termo “cidade global”¹⁹ com o objetivo de chamar a atenção para a globalização económica e a forma como esta e as cidades interagem e se constroem mutuamente através de redes e nós estratégicos de fluxos de capital e de informação (Sassen, 2005). O objetivo da autora era o de sublinhar a emergência das cidades como um ator internacional relevante num sistema novo forjado pela globalização económica, que

¹⁹ No original: “global city” (Sassen, 1991; 2005; 2007).

integra um novo tipo de estrutura organizativa (Sassen, 2005), e em que o Estado parece estar em inevitável declínio (Ibidem). Para Sassen, foram vários os fatores que promoveram uma alteração da relação entre cidades e a economia global e que levaram à emergência do que apelida de “cidade global”. Especificamente, Sassen refere-se à crescente privatização, desregulação e abertura das fronteiras a empresas estrangeiras e à simultânea participação crescente de atores nacionais em mercados globais (Sassen, 2005) – ou seja, um fluxo de trocas e presença recíprocas entre o nacional e o internacional, sobretudo em matéria económica e financeira, e que se tende a concentrar num número limitado de cidades. Dentro destes fluxos, as cidades emergem como interlocutores principais em detrimento do Estado nacional, transformando-se nos pontos estratégicos para diferentes operações económicas e financeiras, entre outras (Sassen, 2007). A cidade global é um ponto significativo de serviços financeiros e de produção que sustentam a economia global. Uma característica que define as cidades globais neste sentido é não poder “ser localizada simplesmente numa hierarquia de escala que a coloca abaixo do nacional, regional e global”. A cidade é “um dos espaços do global, e envolve o global diretamente, muitas vezes ignorando ou ultrapassando o nacional” (Sassen, 2007: 102)²⁰. Como exemplo do seu entendimento de “cidade global”, Sassen dá o exemplo de Nova Iorque, Londres e Tóquio.

Refletindo sobre a proposta de Sassen (2001), Aust (2015) sintetiza quatro características que Sassen (2001 *apud* Aust, 2015) identifica como definindo a natureza da “cidade global”:

- (i) Pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial;
- (ii) Localizações-chave para serviços financeiros ou especializados;
- (iii) Sítios de produção não apenas materiais, mas também ideacionais;
- (iv) Mercados para os produtos e as inovações produzidas.

Há nesta proposta concetual de Sassen uma concentração nas grandes cidades financeiras, descurando todas as outras cidades da capacidade de fazer parte de fluxos e interações globalizadas.

Adicionando uma dimensão política à proposta de Sassen, Calder e Freytas (2009) cunharam o termo “*cidade política global*”²¹ como uma cidade que “apresenta as características de uma cidade global, tal como conceptuali-

²⁰ No original: ‘this type of city cannot be located simply in a scalar hierarchy that puts it below the national, regional, and global. It is one of the spaces of the global, and it engages the global directly, often bypassing the national’ (Sassen, 2007: 102).

²¹ No original: “*global political city*” (Calder e Freytas, 2009).

zada por Sassen, mas que também serve como micro-cenário para transações políticas globais”. Os elementos-chave deste tipo de cidade incluem 1) ser um centro de formulação de políticas e exercer uma influência desproporcional nos debates sobre as políticas globais; (2) ter uma comunidade político-diplomática com redes densas de atores oficiais e não-oficiais que dão forma aos assuntos internacionais; e funcionarem como complexos de informação estratégica (Calder e Freytas, 2009: 80, 81). Neste sentido, “Washington D.C. é sem dúvida a cidade política global mais importante no mundo, sendo que essa sua importância está intimamente relacionada com a influência política global dos EUA” (Calder e Freytas, 2009: 84)²².

Independentemente da especificidade das abordagens e tónicas conceptuais e analíticas, há denominadores comuns que constituem a essência do que define uma cidade global: uma cidade onde dinâmicas económicas, político-institucionais, culturais, contestatárias globais, parcialmente des-territorializadas, mas ligadas em rede, estão ancoradas ganhando formas concretas e localizadas (Sassen, 2005), espalhadas por todo o mundo.

PARA LÁ DA ESFERA ECONÓMICA E POLÍTICA E PARA LÁ DAS CIDADES MACRO

Ainda que a literatura dominante se centre nas duas esferas mais visíveis do fenómeno da interação entre cidades e globalização – económico-financeira e alta política -, é evidente que existem muitas mais áreas globais – como movimentos culturais e políticos (Milano e Ribeiro, 2011), fluxos turísticos, conhecimento – e que devem ser consideradas quando se estuda as cidades globais. As grandes cidades de hoje emergem como locais estratégicos para vários tipos de operações e em várias dimensões— políticas, económicas, culturais (Sassen, 2005) e contestatárias. Os exemplos dados na secção *O debate em torno das cidades como atores das Relações Internacionais* deste capítulo são elucidativos da realidade globalizada e em rede da cidade que vai além destas duas esferas mais evidentes.

Por outro lado, apesar da literatura dominante reconhecer (implícita ou explicitamente) que só as grandes cidades são globais, a verdade é que com o atual

²² No original: “Washington DC is undoubtedly the most important ‘global political city’ in the world and its significance is closely related to the global political influence of the United States” (Calder e Freytas, 2009: 84).

contexto de “interdependência complexa” (Keohane e Nye, 1987) e de fronteiras que se esbatem e são substituídas por redes, fluxos e interações, também as cidades médias e pequenas devem ser consideradas e analisadas como atores internacionais na sua especificidade.

Em termos de escala, quando as coisas são mais pequenas ou maiores os princípios e os processos básicos que as apoiam ou que elas próprias criam e sustentam são fundamentalmente os mesmos – é uma questão de progressão de tamanho (Donald, 2011). Por exemplo, todas as empresas independentemente do seu tamanho contratam trabalhadores, têm um departamento de Recursos Humanos e de Contabilidade e têm como objetivo o lucro. Porém, gerir ou trabalhar para uma empresa familiar ou para uma multinacional não é a mesma coisa. Na verdade, se, por um lado, ser mais pequeno é apenas uma questão de escala, por outro lado, quando uma unidade é maior ou mais pequena, não é só a escala que muda (Ibidem). As especificidades decorrentes da escala tornam o sujeito ou objeto fundamentalmente diferentes de outros seus semelhantes mais pequenos ou maiores (Ibidem). Quando uma empresa é pequena há características e dinâmicas que a definem, nomeadamente por ser pequena, o que em algum momento pode ser uma mais-valia ou uma limitação. O mesmo se passa com as empresas grandes. De qualquer forma, ambas – empresas pequenas ou grandes – devem ser consideradas como tal – empresas – apesar da sua diferença de escala²³.

O mesmo se aplica às cidades. Apesar de ser mais facilmente discernível e quantificável que as cidades globais sejam atores nas RI, também as cidades mais pequenas o podem ser, uma vez que independentemente da escala, as cidades pequenas também encerram nós de interligação e dinâmicas globais des-territorializadas, transfronteiriças em diferentes áreas temáticas: comércio internacional, investimento externo, exposições e espetáculos culturais, turismo, transações financeiras, movimentos sociais, mobilidade universitária, integração em redes internacionais. Claro que o tamanho e a escala condicionam a intensidade das dinâmicas e das oportunidades que surgem – daí que dinâmicas globais em escala diferente podem originar contornos específicos para cada um dos cenários – tal não alterando, porém, a sua essência globalizada. Apesar da praça financeira de Madrid não ter a mesma importância e influência que a praça financeira de Londres não retira a Madrid capacidade de interação com a esfera internacional. Do mesmo modo, a centralida-

²³ Este exemplo e construção do argumento é baseado no livro de Donald, John Brodie (2011) *Catataxis: When More of the Same Is Different*, London: Quartet Books Limited.

de de Nova Iorque, Washington DC ou Bruxelas em termos de decisão política internacional não retira importância a Genebra ou de Bilbao que também detêm sedes de organizações internacionais. Também em termos culturais, a tribo urbana *hipster* e as tendências que esta vai criando são transversais a todas as cidades globalizadas, independentemente do seu tamanho. O diferencial de intensidade é relevante para compreender a especificidade comum de cidades médias e pequenas mas não para incluir ou excluir cidades médias e pequenas da categoria analítica de “cidade global”.

A PARADIPLOMACIA COMO UM INSTRUMENTO DE AÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES

Uma das formas através das quais as cidades se relacionam com o internacional e vice-versa é através da paradiplomacia²⁴ – abreviatura de diplomacia paralela (Tavares, 2016a). Ainda que não haja um consenso alargado sobre as especificidades do conceito, a paradiplomacia é amplamente entendida como todas as práticas diplomáticas de entidades sub-estatais, i.e., relações internacionais, formais ou informais, permanentes ou *ad hoc*, conduzidas por governos sub-nacionais com o objetivo de promover os seus próprios interesses em distintas áreas temáticas (e.g. questões socio-económicas, culturais, políticas ou de outra natureza decorrentes da sua jurisdição sub-nacional) com interlocutores estrangeiros privados ou públicos (Lecours, 2008; Cornago, 2010).

A paradiplomacia é, pois, uma expressão do alargamento do universo das Relações Internacionais para lá do Estado no que toca o reconhecimento da capacidade de “*agency*” dos atores. Tendo vindo a desempenhar um papel cada vez mais influente ao nível internacional (Cohn e Smith, 1996), as cidades são um dos atores que recorrem crescentemente à paradiplomacia para fazer vingar os seus interesses na esfera internacional e para trazer o internacional para as suas próprias dinâmicas internas (Aldecoa et al., 1999; Neves, 2010; Curto et al., 2014; Tavares, 2016). Foi neste contexto, particularmente depois de 2004, que o termo específico “paradiplomacia das cidades” surgiu, tendo conquistado um grande interesse académico e político-institucional

²⁴ “There is no final consensus in academia on which term is more convenient for defining subnational governments’ external activities, and researchers usually prefer not to waste their time on terminological debates and prefer to use those concepts that look more convenient for them” (Kuznetsov, 2015: 25).

(Viltard, 2008). Por seu lado, as respostas por parte dos diferentes Estados à autonomia de ação dos atores sub-estatais numa área que tradicionalmente lhes é reservada variam (Aldecoa e Keating, 2013) dependendo das circunstâncias, contextos, lideranças e assuntos em questão.

Em termos de relação com a diplomacia do Estado, a paradiplomacia pode apoiar, complementar, entrar em conflito ou competir com a diplomacia central. Nos EUA, cidades como Nova Iorque assinaram acordos que pretendem abordar a questão das alterações climáticas, mesmo que tal pressuponha uma posição oposta à do governo estatal ou federal (Pichot, 2016). A 20 de Setembro de 2016, os presidentes da Câmara de Nova Iorque, Paris e Londres publicaram um artigo de opinião no *The New York Times* “*Our immigrants our strength*” sublinhando o valor dos imigrantes no futuro da sua cidade (Pichot, 2016), num claro passo em frente ou numa rota em contracorrente face à política estatal dos seus países²⁵.

Duchacek (1986: 240-8), um dos primeiros autores a dedicar-se ao estudo desta área, identificou diferentes tipologias de paradiplomacia com o objetivo de sintetizar formas de interação internacional distintas nas suas áreas ou nos seus interlocutores: (1) “*paradiplomacia em contexto de regiões*”, ou seja, contactos informais entre centros com contiguidade fronteiriça e, por isso, com problemas comuns e potencialmente com possíveis soluções partilhadas; (2) “*paradiplomacia transregional*” que se prende com ligações e negociações entre governos não-centrais que não são contíguos; (3) “*paradiplomacia global*” que trata de contactos políticos com países distantes através dos seus governos centrais e/ou sub-estatais e, finalmente, a (4) “*proto-diplomacia*” que sintetiza as iniciativas e atividades que introduzem uma mensagem mais ou menos separatista nas relações económicas, sociais e culturais das cidades com países estrangeiros.

As cidades desenvolvem atividades paradiplomáticas por diversas razões, entre as quais: opção estratégica ou ideológica por políticas de proximidade, lógicas de delegação decorrentes do próprio poder local, ou pelo facto de os próprios autarcas sentirem que estão em perfeitas condições para prosseguir os seus interesses de forma autónoma face ao poder central²⁶. Para Keohane e Nye (1971), as subunidades de governos podem ter políticas externas distintas e que não são necessariamente filtradas pela liderança estatal. A paradiplomacia das cidades é geralmente construída tendo como base as suas

²⁵ Ver o artigo completo em: https://www.nytimes.com/2016/09/20/opinion/our-immigrants-our-strength.html?_r=0.

²⁶ Entrevistas a vários representantes da paradiplomacia da cidade de Lisboa.

competências e os seus interesses específicos. “A maioria das cidades (...) detêm autoridade em questões como saúde, educação, transporte, cultura, turismo ou segurança pública, exigindo que eles sejam geridos dentro do espectro local-global. (...) Por outras palavras, a paradiplomacia representa a projeção no exterior das competências domésticas dos governos subnacionais” (Tavares, 2016a: 116)²⁷, entre os quais os das cidades. Esta projeção é geralmente concretizada através de metodologias concretas da paradiplomacia das cidades, especificamente: participação em redes internacionais, acordos multilaterais, geminações entre cidades, estabelecimento de acordos e/ou protocolos específicos, iniciativas conjuntas.

Entre os fatores característicos da paradiplomacia das cidades (e que distancia a paradiplomacia da diplomacia estatal) é a sua flexibilidade em termos de práticas, discursos e instituições, assim como o seu pragmatismo, sentido de oportunidade e capacidade cirúrgica (distante da natureza cerimoniosa, institucional e protocolar da diplomacia tradicional) o que torna mais fácil satisfazer necessidades específicas (Tavares, 2016a)²⁸.

Ainda que a realidade da paradiplomacia seja praticamente irrefutável, existe uma certa disputa em relação à terminologia utilizada para conceptualizar esta prática. Se paradiplomacia é o termo mais comum, Pluijm (2007) lança um debate com a sua proposta conceptual de “*city diplomacy*”. Para o autor, o uso de paradiplomacia evidencia um sistema principal e um sistema paralelo, o que contradiz a realidade atual em que as cidades ultrapassam muitas vezes o seu Estado em diferentes áreas temáticas, como por exemplo a financeira.

CONCLUSÃO

A globalização tem dado forma, agenda e conferido ritmo às relações e às dinâmicas internacionais no contexto atual, desafiando o Estado enquanto princípio organizador das relações internacionais. Está, portanto, a emergir uma reconfiguração do sistema internacional marcada pela emergência de novos

²⁷ No original: “Most cities or states warehouse authority on issues such as health, education, transportation, culture, tourism, or public security, demanding that they are handled within the local–global spectrum. Subnational governments are concerned with what has traditionally been defined as “low policy” as distinct from “high policy” represented by the military security agenda. In other words, paradiplomacy represents the projection abroad of the domestic competencies of subnational governments (Tavares, 2016: 116).

²⁸ Um exemplo que Rodrigo Tavares dá para ilustrar este ponto é o caso do acordo de cooperação regional que Sakhalin na Rússia assinou com o poder local de Hokkaido no Japão, apesar das disputas territoriais entre a Rússia e o Japão em relação às ilhas Kurile, atualmente administradas por Sakhalin (Tavares, 2016: 118).

atores sub-estatais e supra-estatais e, sobretudo, por uma subsequente ramificação complexa das dinâmicas internacionais que passam a integrar diferentes níveis e atores. No contexto sub-estatal, as cidades globais têm desafiado a centralidade do Estado-nação de uma forma complementar, subsidiária ou oposta, afirmando-se como um dos atores das relações internacionais no sistema internacional atual. Um dos instrumentos de internacionalização que as cidades têm utilizando tem sido a paradiplomacia.

Este capítulo sublinha o papel das cidades na esfera internacional alinhando-se com diferentes autores que têm trabalhado o tema desde os anos 1990, num contexto disciplinar em que o Estado-nação continua a ser o referente principal. Porém, ainda que inovadora, a literatura existente tende a focar-se apenas nas grandes cidades globais, negligenciando as cidades médias e pequenas também elas globalizadas e internacionalizadas, e circunscreve a maior parte da sua análise às questões económico-financeiras ou da alta política. É esse o principal contributo deste capítulo: evidenciar que não só as cidades são atores internacionais como que todas as cidades encerram o potencial de serem cidades globais, devendo explorar-se a especificidade que a escala e a gradação de tamanho oferecem, bem como os desafios analíticos que lançam à disciplina e à prática das Relações Internacionais.

Referências

- ACUTO, M. (2013), *Global Cities, Governance and Diplomacy*. The Urban Link, 12B.
- ACUTO, M. (2015), “City Diplomacy”, in Kerr, P. *et al.* (2015), *SAGE Handbook of Diplomacy*. Sage.
- ALDECOA, F. & KEATING, M.(Org) (1999), *Paradiplomacia in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments*. London and Portland: Frank Cass.
- ATTWELL, W. (2014), “The Rise of Cities as Global Actors: What Consequences for Policy?2, *Global Policy*, Volume 5, Issue 3, September 2014.
- ALDECOA, F. & KEATING, M. (eds.) (2013). *Paradiplomacy in Action: The foreign relations of subnational governments*. London: Routledge.
- ALGER, C.F. (2014), *The UN System and Cities in Global Governance*, Springer.
- ANTHONY, I. (2015), “Cities and security”, *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI). Disponível em: <https://www.sipri.org/commentary/essay/2015/cities-and-security>.
- AUST, H. P. (2015) “Shining Cities on the Hill? The Global City, Climate Change, and International Law”, *The European Journal of International Law*, Volume. 26 no. 1, pp. 255–278.
- BARBER, B. (2013a) “From the US to China: the fall of nations and the rise of cities”, *The Guardian*, 24th October 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/local-government-network/2013/oct/24/benjamin-barber-fall-of-nations>.
- BARBER, B. (2013b), *If Mayors Ruled the World: Dysfunctional Nations, Rising Cities*. Yale University Press.
- BARTHWAL-DATTA, M. (2009) “Securitising threats without the state: a case study of misgovernance as a security threat in Bangladesh”, *Review of International Studies*, 35, nº2 – 277-300.
- BAYLIS, J. & SMITH, S. (2001), *The globalization of world politics*. Oxford: Oxford University Press.

- BEEKMANS, J. (2013), “Trend 5: Local Urban Culture Goes Global”, Popupcity.net, 15 Janeiro de 2013. Disponível em: <http://popupcity.net/trend-5-local-urban-culture-goes-global/>.
- BOOTH, K. (2005), *Critical Security Studies and World Politics*, Boulder: Lynne Rienner.
- BOUTELIGIER, S. (2013), *Cities, Networks, and Global Environmental Governance. Spaces of Innovation, Places of Leadership*. Routledge.
- CALDER, K. & FREYTAS, M. (2009), “Global Political Cities as Actors in Twenty-first Century International Affairs”, *Review of International Affairs*, Volume 29, Number 1, Winter-Spring 2009, pp. 79-96.
- COHN, T. H. & SMITH, P. J., 1996. “Subnational Governments as International Players: Constituent Diplomacy in British Columbia and the Pacific Northwest.” *BC Studies* 110: 25–59.
- CORNAGO, N. (2010). On the normalization of sub-state diplomacy. *The Hague Journal of Diplomacy*, 5(1/2), 11-36. doi: 10.1163/187119110X12574289877281
- COX, K. R. (1998), “Spaces of Dependence, Spaces of Engagement and the Politics of Scale.” *Political Geography* 17, no. 1.
- CURTIS, S. (2010), “Global Cities and the Transformation of the International System.” *Review of International Studies*, 37, no. 4.
- CURTIS, S. (2014), “Introduction”, in Curtis, S. (org.) (2014), *The Power of Cities in International Relations*. Nova Iorque: Routledge.
- CURTO, H. S.; MOITA, L.; BRITO, BRÍGIDA R.; QUINTAS, C.; GALITO, M. S. (2014). “Cidades e Regiões: a paradiplomacia em Portugal”. *Notas e Reflexões*, JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 5, N.º 2, novembro 2014-Abril 2015. Disponível em: observare.ual.pt/janus.net/pt_vol5_n2_not1.
- DONALD, J. B. (2011), *Catataxis: When More of the Same Is Different*, London: Quartet Books Limited

- DUCHACEK, I. (1986), *The Territorial Dimension of Politics: Within, Among, Across Nations*, Boulder: Westview Press.
- ESLAVA, L. (2014), "Istanbul vignettes: observing the everyday operation of international law", *London review of international law*, vol.2(1), pp. 3-47.
- GILPIN, R. (1981), *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KEOHANE, R.O., E NYE, J.S. (1987), "Power and Interdependence Revisited", *International Organization*, 41(4), pp. 725-753.
- KEATING, M. (1999), "The rise of paradiplomacy" in Aldecoa, F. e Keating, M. (1999) *Paradiplomacy in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments*. London e Portland: Frank Cass.
- KEOHANE, R. O. & NYE, J. S JR (2012 [1997]), *Power and Interdependence*, 4th edition.
- KEOHANE, R. O. & NYE, J. S. JR (Eds.), (1971), "Transnational Relations and World Politics", *International Organization*, 25:3 (Summer) 329.
- KISSACK, R. (2013), "Introducción: ciudades y espacios urbanos en la política internacional", *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.104, pp 7-18.
- LEROY, M. (1978), *Population and world politics. The interrelationships between demographic factors and international relations*. The Hague: The Netherlands Interuniversity Institute.
- LECOURS, A. (2008), "Political issues of paradiplomacy: lessons from the developed world [Discussion Paper N° 113]", *Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'*, The Hague, The Netherlands.
- LIU, A. & DONAHUE, R. (2013), "Chicago and Mexico cut new kind of trade deal"; Brookings Institution blog post [online]. Disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/the-avenue/posts/2013/11/18-chicago-mexico-city-liu-donahue>.
- LJUNGKVIST, (2014) "The Global City – From Strategic Site to Global Actor", in Curtis, S. (ed.) (2014), *The Power of Cities in International Relations*. Nova Iorque: Routledge.

- MEARSHEIMER, J. (2001), *The Tragedy of Great Power Politics*. New York and London: W. W. Norton.
- MILANI, C. & RIBEIRO, M. (2011), "International Relations and the Paradiplomacy of Brazilian. Cities: Crafting the Concept of Local International Management", *Brazilian Administration Review*, Curitiba, v.8, n.1, art. 2, pp. 21-36, Jan./Mar.
- NEVES, M. S. (2010), "Paradiplomacia, Regiões do Conhecimento e a Consolidação do 'Soft Power' ". *Janus.Net*, Vol. 1, N.º 1, Outono, pp. 12-32.
- NYE, J. S. (2004), *Soft Power: the means to success in world politics*, New York City: Public Affairs.
- PICHOT, J. (2016), "Paradiplomacy, or how cities talk to each other and get things done", *Medium-com*, 15 Outubro 2016. Disponível em: <https://medium.com/cusp-civic-analytics-urban-intelligence/paradiplomacy-or-how-cities-talk-to-each-other-and-get-things-done-9149cee5295d#.8uy4qnpd>.
- PLUIJM, R. (2007), "City Diplomacy: The expanding role of cities in international politics", *Clingendael Diplomacy Papers*, nº 10, The Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael.
- POLICY HORIZONS CANADA (2014), "The Rise of 'Para-Diplomacy': The Implications of Increasing Sub-national Relations on Trade and Diplomacy". Disponível em: <http://www.horizons.gc.ca/eng/content/rise-para-diplomacy-implications-increasing-sub-national-relations-trade-and-diplomacy>
- SASSEN, S. (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press.
- SASSEN, S. (2002) (ed.) *Global Networks: Linked Cities*. New York: Routledge.
- SASSEN, S. (2005), "The global city: Introducing a concept", *Brown Journal of World Affairs*, Volume XI, N.º 2.
- SASSEN, S. (2007), *A Sociology of Globalization*. New York: Columbia University.
- SASSEN, S. (2012), "Cities", *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization*.

- STRANGE, S. (1995) *The Defective State*, Daedalus, Vol. 124, n°2, What future for the state?, Spring, 1995, pp. 55 – 74.
- TAVARES, R. (2013) “Foreign Policy Goes Local: How Globalisation Made Sao Paulo into a Diplomatic Power”, *Foreign Affairs*, 9 October. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/140091/rodrigo-tavares/foreign-policy-goes-local>.
- TAVARES, R. (2016a), *Paradiplomacy: Cities and States as Global Players*, Oxford: Oxford University Press.
- TAVARES, R. (2016b), “Forget the nation-state: cities will transform the way we conduct foreign affairs”, *World Economic Forum*. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2016/10/forget-the-nation-state-cities-will-transform-the-way-we-conduct-foreign-affairs/>.
- UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (UNDESAPD) (2014). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights* (ST/ESA/SER.A/352).
- VILTARD, Y. (2008), “Conceptualiser la « diplomatie des villes », ou l’obligation faite aux Relations Internationales de penser l’action extérieure des gouvernements locaux”, *Sciences Presses de Sciences Po | Revue française de science politique*, Vol. 58, n° 3, pp. 511 à 533. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2008-3-page-511.htm>.
- WHO (s/d) Global Health Observatory data, http://www.who.int/gho/urban_health/situation_trends/urban_population_growth_text/en/.

Lisboa e os nós da internacionalização

FERNANDO AMORIM

Professor Auxiliar e Professor Especialista na Universidade Autónoma de Lisboa. Investigador associado do OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores. As suas áreas científicas de investigação e de docência centram-se na História Institucional e Política e das Relações Internacionais e na Metodologia Científica. Possui vários textos publicados, particularmente na área da História e das Relações Internacionais. (famorim@ual.pt).

Lisboa e os nós da internacionalização

0 – INTRODUÇÃO: DELIMITAÇÃO DO OBJECTO

Em vinte e cinco de Outubro de 1147, com o auxílio de uma armada que integrava uma força de treze mil cruzados composta por anglo-normandos, flamengos e alemães que se dirigia à Terra Santa a cidade de al-Ushbuna (قنوبش أ) ou al-Lishbuna (قنوبش ل), pólo centrípeto do espaço do Gharb sarraceno, foi conquistada aos muçulmanos por D. Afonso Henriques.



Fig. – 1 Lisboa, conforme a iluminura da 1.ª folha da Crónica de D. João I, de Fernão Lopes. Ms. do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Desenho feito por José Queirós e publicado na edição do Arquivo Histórico Português, de A. Braamcamp Freire. *Apud* SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, p. 15.

A partir de então, a cidade tornar-se-ia, tal como durante o período muçulmano, no eixo político, económico e social do novo reino cristão do Ocidente peninsular. É a evolução deste centro, *de facto*, ao longo da história de Portugal, até à actualidade, e a sua integração em vários complexos históricos, culturais, políticos e sociais que articularam e enredaram a vida da cidade com o país e outras fronteiras do alcance da sua influência, o objecto do presente capítulo.

1 — A GÉNESE DO ENTRELAÇAMENTO EUROPEU: DA CONQUISTA DE LISBOA AO SÉCULO XV

A sua conquista não pode ser correctamente explicada como resultante de um processo de *Reconquista Cristã*¹, pois como a historiografia ibérica já documentou, tratou-se, antes, de um processo político e militar inteiramente novo, que não busca as suas origens à implosão do sistema electivo da monarquia visigoda², embora o contexto religioso tivesse, como era comum na época, legitimado a sua apropriação à luz do princípio da *guerra justa*. Com efeito, a cronística tardo-medieval e mesmo a moderna consagravam como causa justificadora de acto hostil perpetrado contra terceiros, não apenas a guerra de cruzada em nome de um proselitismo cristão, e que pressupunha o direito de livremente pregar o Evangelho, mas também o da guerra em nome do direito de também livremente comerciar, ou ainda todo e qualquer acto hostil, incluindo o direito de escravizar, contra povos «sem fé, sem rei e sem lei» ou, como então se considerava, à luz de um princípio de *verticalismo antropológico* que proclamava a superioridade civilizacional da Cristandade face a outros povos, segundo esta perspectiva, contra povos considerados de *carácter não plenamente humano*³.

¹ Existia na Lisboa muçulmana um bispo moçárabe morto pelos cruzados durante a conquista da cidade. Cf. *Patriarcado de Lisboa: no curso dos tempos*. Disponível em http://www.patriarcado-lisboa.pt/site/index.php?cont_=40&tem=75.

² Cf. BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo — *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*. Barcelona: Ariel, 1974; BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo — *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: ed. Crítica, 1978.

³ A guerra de cruzada como *guerra justa* encontra-se compendiada em Gomes Eanes de ZURARA, «No qual se mostram cinco razões por que o senhor infante foi movido de mandar buscar as terras de Guiné». In *Crónica de Guiné*, (Segundo o ms. de Paris. Versão modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de José de BRAGANÇA), Biblioteca Histórica, Série Ultramarina. Porto: Livraria Civilização Editora, 1973, Cap. VII, p. 43-47.

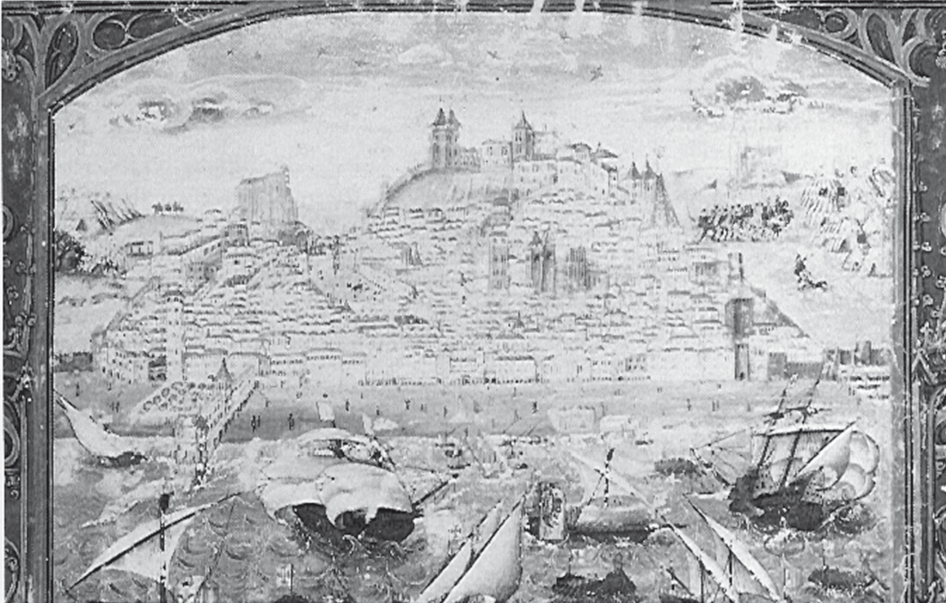


Fig. – 2 Representação da Conquista de Lisboa atribuída a António de Holanda – Museu dos Condes de Castro Guimarães, Cascais – 1520. À data da conquista a cidade não teria esta dimensão nem as muralhas fernandinas ou o paço da Ribeira. Representa a cidade entre 1500-1510, segundo iluminura da *Crónica del Rey Dom Affonso Hamriques* de Duarte Galvão (século XVI). Apud SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, p. 24 (encarte).

O facto é que, tal como no período muçulmano, Lisboa ganhou rapidamente, ainda antes de “extinta” a primeira dinastia, o protagonismo como motor, agora, no processo de afirmação e consolidação de uma identidade portuguesa no contexto peninsular. Esta circunstância, que a historiografia portuguesa, desde finais do século XIX, na sequência da *Crise do Ultimato*, e num quadro de crise identitária e necessidade de afirmação de valores históricos glorificadores da nacionalidade identificou com a “gesta dos descobrimentos”, mereceu depois, à luz de modelos interpretativos influenciados pela *Nova História*, e que privilegiavam a explicação do processo histórico valorizando os fenómenos colectivos e os factores económicos e sociais, uma reinterpretação que realçava a preponderância de uma persistente ligação ao mar por parte das populações fixadas no Ocidente peninsular ao longo dos vários períodos históricos e que, em articulação com especificidades de natureza orográfica litoral, teria conduzido coetaneamente à emergência de uma burguesia comercial e marítima e ao surgimento de um “novo género de vida nacional” – a *mercatura*, que projectaria essa “classe social” plutocrata para

uma liderança política que explicaria a génese dos descobrimentos e da expansão portuguesa nos alvares da segunda dinastia – a de Avis – e nos inícios do século XV, por alguns cronologicamente identificado como o tempo da emergência da modernidade em Portugal. São interpretações obviamente datadas e por demais revistas e questionadas mas que povoam o imaginário colectivo português, até pela dimensão e prestígio das principais personalidades que foram o rosto visível desta explicação. Destacam-se nesta interpretação figuras relevantes da oposição ao “Estado Novo”, o qual, na busca da exaltação da identidade e independência portuguesas havia levado ao limite, até como instrumento legitimador do regime, a propaganda dos feitos cometidos por heróis individuais da nossa história (como o infante D. Henrique ou D. João II – o Príncipe Perfeito). Entre aqueles que resgatavam a dimensão colectiva da internacionalização de Lisboa figuravam autores como Jaime Cortesão⁴, António Sérgio⁵, Vitorino Magalhães Godinho⁶, Joel Serrão⁷, ou até o geógrafo Orlando Ribeiro⁸.

Esta dimensão colectiva e internacional de Lisboa ajuda a compreender a outorga da Carta de Foral pelo rei conquistador já em 1179, que não pode deixar de ser entendida num contexto de reconhecimento da importância da cidade e da manutenção desse mesmo protagonismo pela fixação dos naturais e recuperando a sua vertente cosmopolita e económica, pelo estabelecimento da Feira e dos Açougues (mercados) e pela retoma, sob a égide dos mercadores judeus que aí residiam de antanho e dos cristãos portugueses, das anteriores rotas comerciais da antiga *al-Ushbuna* com a Andaluzia, em particular os portos de Sevilha e de Cádiz e, para lá do Estreito de Gibraltar até ao Mediterrâneo oriental, com a capital do Império Romano do Oriente, a metrópole de Constantinopla ou Bizâncio.

Ou ainda, o estabelecimento de novas vias marítimas de comércio com a Europa do Norte, até então impossibilitadas pelo espaço político muçulmano no

⁴ Cf. CORTESÃO, Jaime – *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Col. obras completas de Jaime Cortesão. Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 1984.

⁵ Cf. SÉRGIO, António – *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. 10ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

⁶ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio II (Sobre História de Portugal – A evolução dos complexos histórico-geográficos)*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978; — *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, 1971; — *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

⁷ Cf. SERRÃO, Joel – *O Carácter Social da Revolução de 1383*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

⁸ Cf. RIBEIRO, Orlando – *Introduções Geográficas à História de Portugal: estudo crítico*. col. Estudos Portugueses. Lisboa: ed. INCM, 1977; — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 5.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.

Ocidente peninsular⁹. O domínio de Lisboa por Afonso Henriques revela o quão redutora pode ser a visão dicotómica de um confronto entre cristãos e muçulmanos como percepção da guerra de conquista levada a cabo, e que não pode ser desenquadrada da própria confrontação de forças antagónicas aglutinadoras e pulverizadoras no espaço muçulmano caracterizado por um relacionamento dialéctico com os cristãos¹⁰. A uma tolerância e enquadramento social e demográfico das populações cristãs sob domínio islâmico seguiu-se uma estabilização do *status quo* pela correspondente, mas menos tolerante, integração dos mouriscos e a assimilação das populações moçárabes, o que tornou Lisboa em protagonista de um caldeamento étnico-cultural facilitado pelo cosmopolitismo e internacionalização que antes caracterizava a cidade num espaço imperial islâmico a um tempo ora multifacetado ora difuso.

A essa fama e opulência de Lisboa não será seguramente estranha coincidência o nascimento, em 1195, nem tampouco a dimensão teológica e evangelizadora, cinquenta anos após a conquista, e num ambiente relativamente cosmopolita para a época, de Fernando Martins de Bulhões, filho de ricos comerciantes portugueses, futuro Santo António de Lisboa e primeiro Doutor da Ordem Franciscana (bula *Exulta, Lusitania felix*, de Pio XII, 1946)¹¹.

Circunstâncias geográficas favoráveis para a edificação de um núcleo urbano quer em tempo de paz quer em contexto de guerra bafejavam Lisboa e as populações que nela se fixavam. A proximidade do rio e do mar facilitavam as comunicações, tornando Lisboa num “interface” natural entre rotas marítimas e terrestres. As colinas em que o burgo se implantara facilitavam a sua defesa reforçada pela construção de muralhas. Os campos da periferia viabi-

⁹ No Foral de Lisboa (1179) a preocupação em evitar uma sangria económica e demográfica está patente na concessão de privilégios aos moradores, o incentivo à continuação do *escambo* (comércio) terrestre e marítimo pela concessão do “foro de cavaleiros”, isto é, da condição social equivalente à nobreza aos «[...] *alcaide [das galés], dois remadores, dois proeiros e um petintal* [...]», ou seja, à gente de mar, e outros privilégios aos do trato terrestre no pagamento de tributos, «[...] *Aos mercadores naturais da vila que quiserem avençar-se, aceite-se-lhes avença. [...] O almocreve que viver da almocrevaria pague o seu tributo uma vez por ano* [...]». Cf. Foral de Lisboa, 1179. AMLSB / AL / CMLSB / CREG – CR / 01 – 02 (trasladado); BNP – Foral de Lisboa, 1179. Disponível em http://purl.pt/6432/6/sc-1091-a_PDF/sc-1091-a_PDF_24-C-R0150/sc-1091-a_0000_capa-capat24-C-R0150.pdf.

¹⁰ A ilustrar refira-se o facto de D. Yahia Ben-Yahia III, alcunhado “O Negro” o 1.º Rabi-Mor de Portugal e nascido em território sob domínio mouro ter sido incumbido por D. Afonso Henriques do governo da sua fazenda, Cf. BASTO, Artur Carlos de Barros – *D. Yahia Ben-Yahia, o 1.º Rabi-Mor de Portugal*. [S.l.: s.n.], 1944. Ou, ainda, a nomeação do “Bispo Negro” Martinho Suleiman, um moçárabe, para bispo de Coimbra. Cf. ISAAC, Francisco Maria Botelho Barata – *Sesnando Davides: - Alvazil, Cônsul, Estratega e Moçárabe*. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/12224/1/ulfl157009_tm.pdf.

¹¹ Cf. António, *o mais popular de todos os Santos*. Disponível em http://www.snpcultura.org/antonio_o_mais_popular_de_todos_os_santos.html.

lizavam a existência de hortas e de quintas que durante algum tempo asseguraram a auto-suficiência no abastecimento local da cidade.

No reinado de Afonso III (1248-1279), com a conquista definitiva do Algarve e o estabelecimento mais ou menos definitivo das fronteiras geográficas de Portugal (só juridicamente firmadas no tratado de Alcanises de 1279) Lisboa emergiu claramente como principal cidade do reino, seja no seu papel económico, como na sua dimensão demográfica e identitária de um reino que paulatinamente se definia. A sua equidistância relativamente ao Norte e ao território conquistado aos Mouros a Sul acabou por tornar a cidade no centro geográfico natural de um país em “definição de fronteiras”, mantendo as suas características de pólo cultural, social e religioso que vinha desde o tempo árabe. A evidenciá-lo está o facto, neste período, de outro filho ilustre de Lisboa ter sido Pedro Julião que fez os seus estudos iniciais na escola da catedral lisboeta, filho do médico Julião Pais Rebolo, cuja profissão segue, (talvez Mestre Julião Pais chanceler de D. Sancho I [1185-1211]), e de sua mulher Mor Mendes, e irmão de Gil Julião Rebolo. Em 1272 foi nomeado arcebispo da cidade de Braga e de toda a sua área de influência, sucedendo a D. Martinho Geraldês para, pouco depois, após a morte do papa Adriano V, a 18 de Agosto de 1276, ser eleito papa no conclave de 13 de Setembro, sendo coroado no dia 20 de Setembro de 1276, com o nome de João XXI. Filósofo, matemático, teólogo, médico e por fim papa, Pedro Hispano ou João XXI faleceu a 20 de Maio de 1277.

Com D. Dinis (1279-1325) a dimensão marítima de Portugal e o papel de Lisboa como pólo de consolidação da monarquia emerge de forma progressiva e sustentada: destaca-se neste período a paulatina concessão de privilégios a mercadores; a prestação de serviço militar enquanto remadores na “frota real” por homens de várias povoações marítimas do reino, caso de Atouguia da Baleia em 1280¹², prova documental mais antiga da existência de uma armada portuguesa e que antecede em tinta e sete anos o contrato efectuado entre D. Dinis e o genovês Manuel Pessanha, de 1 de Fevereiro de 1317, para comando da armada portuguesa¹³; a criação da Bolsa dos Mercadores, a primeira associação mutualista em Portugal criada por mercadores da cidade do Porto, que se organizaram numa “bolsa” para cobrir

¹² Cf. Carta de el-rei D. Dinis de 12 de Abril de 1280. In DINIS, Pe. António Joaquim Dias, (dir. de) – *Monumenta Henricina*. vol. I. Coimbra, 1960, p. 87.

¹³ Cf. MARQUES, João Martins da Silva; Alberto IRIA – *Descobrimentos Portugueses, 1147-1460*. 2ª ed. fac-similada. Lisboa: INIC, 1988, vol. I, p. 27.

os prejuízos resultantes da sua actividade marítima, e que foi aprovada por alvará de D. Dinis em 10 de Maio de 1293, da qual resultariam as subseqüentes bolsas mutualistas de comércio que se manteriam por todo o século XVI, tendo evoluído a partir de então para formas mais complexas até à estrutura das atuais bolsas de comércio.



Fig. – 3 HOLANDA, Francisco de (séc. XVI) – Lisboa Medieval. Lisboa: BNP, s.d. Apud MATTOSO (dir.) – *História de Portugal: a Monarquia Feudal (1096-1480)*. 2.º Vol. 1993. p. 343.

No tempo seguinte, o de D. Afonso IV (1325-1357), Lisboa (que sempre fora o maior centro populacional) rivaliza já com o Porto, em importância internacional e nas trocas comerciais. É essa circunstância que explica a referência explícita às «[...] *gentes, os mercadores, comunidades (associações) das cidades marítimas de Lisboa e Porto* [...]» no tratado de comércio de 20 de Outubro de 1353¹⁴, por cinquenta anos, entre o rei português, por intermédio do rico mercador portuense Afonso Martins, “chamado Alho”, com Eduardo III, rei de Inglaterra, em pleno período de convulsão demográfica decorrente da Peste Negra na Europa (1348) e da convulsão política entre a França e a Inglaterra no que ficou para a história como a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Pese embora estes graves condicionismos externos e a baixíssima mobilidade social imposta por uma sociedade trinitária (Clero, Nobreza e “Mantenedores” – Povo) que apenas reconhecia o privilégio de ordem social e a isenção tributária aos senhores terra-tenentes, a verdade é que afloram evidências documentais de uma progressiva especialização social e económica ligada à internacionalização mercantil de uma parte da população de Lisboa, que gera já rendimentos significativos para permitir o aburguesamento e a transacção de bens fundiários (a mentalidade agrária persiste como factor social distintivo), penetrando o “dogma” da transmissão sálica da propriedade

¹⁴ Cf. MORAIS, Tancredo Octávio Faria de – *História da Marinha Portuguesa: da Nacionalidade a Aljubarrota*. Prefácio de Jaime Afreixo Vice-Almirante. Lisboa: Editorial Ática, MCMXL [1940], p. 223-225.

fundiária reservada à aristocracia senhorial. Encontramos assim escrituras de venda de propriedades agrícolas entre gente do mar¹⁵.

Lisboa lança-se na aventura das explorações marítimas e mercantis para sul do cabo de S. Vicente em direcção à costa da Mauritânia e é já um entreposto comercial entre a Europa do Norte e a Europa meridional, particularmente com as repúblicas italianas, a fazer fé noutro documento datado de Julho a Novembro de 1341 em que Giovanni Boccaccio (1313-1375), autor renascentista do *Decameron*, com base em cartas recebidas de mercadores florentinos estabelecidos em Sevilha, relata uma expedição às Ilhas Canárias, partida de Lisboa a 1 de Julho de 1341, composta de dois navios providos por D. Afonso IV e capitaneados por um florentino e por um genovês, e de uma outra embarcação mais pequena equipada por florentinos, genoveses, castelhanos e “outros peninsulares” e que regressou a Lisboa com quatro habitantes daquelas ilhas e outras mercadorias¹⁶.

A sua consolidação como plataforma giratória do comércio entre o Norte e o Sul da Europa é um facto bem documentado no período entre D. Afonso IV e D. Duarte (1433-1438), período em que a vida de Lisboa junto ao rio Tejo fervilha de mercadores estrangeiros que *escambam* com portugueses e a actividade de aparelhamento de navios floresce, articulando as duas margens na mesma actividade. Este pulsar de uma Lisboa progressivamente internacionalizada é acompanhado do aforamento de casas por mercadores estrangeiros junto às tercenas (estaleiros), à alfândega e ao centro comercial da cidade que é a Rua Nova de Lisboa. Aqui se fixam forasteiros de várias origens e credos, sendo numerosos os mercadores judeus. Outras actividades dos mesteres inscrevem-se numa verdadeira fileira económica do comércio marítimo avivando a actividade pelas ruas da cidade especializadas nos vários ofícios e corporações¹⁷.

¹⁵ Cf. Doc. de 16 de Dezembro de 1328 – Escritura da venda [entre] fretador das naus [...] residentes em Lisboa [e] mercador da mesma cidade [...] de três peças de vinha e almoinha, na Romeira, termo de Almada. In DINIS, Pe. António Joaquim Dias, (dir. de) – *Monumenta Henricina*. vol. I. Coimbra, 1960, p. 160.

¹⁶ Cf. DINIS, Pe. António Joaquim Dias, (dir. de) – *Monumenta Henricina*. vol. I. Coimbra, 1960, p. 201. A questão da soberania sobre as Canárias seria objecto de diferendo entre Portugal e Castela durante mais de cem anos, apenas sendo solucionada aquando do tratado de Alcáçovas-Toledo (1479-1480) que estabeleceu o paralelo das Canárias a sul do qual a navegação e comércio era exclusividade portuguesa. Cf. AMORIM, Fernando – «Tordesilhas: ponto de encontro; lugar de partidas». In MOITA, Luís [dir. de] – *Janus 99-2000 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Ed. Público e Universidade Autónoma, 1999. Disponível em http://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000_1_7.html.

¹⁷ Cf. AZEVEDO, Pedro de – *Documentos para a história marítima e comercial de Portugal nos reinados de D. Afonso I a D. Duarte*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, s.d., p. 29-88.



Fig. – 4 Lisboa (1325-1480): A expansão progressiva de Lisboa (fotografia aérea). Mostra-se a tracejado a área intramuros, após o amuralhamento fernandino, que aqui se reconstitui, c. 103,6 ha. Perímetro, 5180 m. Portas, 30. Freguesias, 23. Vias principais, 19. População, c. 35.000 moradores nos fins do século XIV e c. 65.000 em 1527. É de longe a maior cidade do País e a única susceptível de equiparação a grandes cidades coevas europeias Cf. ANDRADE, V.A. *et alii*, 1990, p. 55. *Apud* MATTOSO (dir.) – *História de Portugal: a Monarquia Feudal (1096-1480)*. 2.º Vol. 1993, p. 328.

Já no reinado de D. Fernando I (1367-1383) diferentes fontes coevas referem Lisboa como cidade de vocação internacional e marítima e já importante eixo mercantil da Europa: multiplicam-se as referências a gentes e ofícios ligados a uma marinha da coroa¹⁸ e a Lisboa como grande cidade marítima

¹⁸ Cf. Doc. 106 – 7 de Julho de 1376. O rei D. Fernando refere-se a Lançarote da Franca, “almirante das suas galés”, ainda por via da questão das Canárias. In DINIS, Pe. António Joaquim Dias, (dir. de) – *Monumenta Henricina*. vol. I. Coimbra, 1960, p. 250. Em 25 de Janeiro de 1382 um barqueiro e sua mulher vendem vinha a um Mestre das Galés, todos residentes na cidade de Lisboa. Cf. Idem, op. cit., p. 258. Em 8 de Novembro de 1385 D. João I refere Lopo Afonso da Franca como seu vassalo e almirante das galés. *Ibidem*, p. 262.

e sede de importantes interesses económicos ligados ao comércio que justificaram a tomada de medidas para sua protecção¹⁹.

O quadro mais colorido desta realidade é-nos fornecido por Fernão Lopes (1380/1390-1460) na *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando Nono rei Destes Regnos*: «*Havia também em Lisboa residentes de muitas terras, não em uma só casa, mas em muitas casas, cada uma de sua nação, assim como Genoveses e Prazentins [naturais de Placência] e Lombardos e Catalães de Aragão e de Maiorca e Milanese e Corsins [naturais de Cahors] e Biscainhos e outros de outras nações a quem os reis davam privilégios e liberdades, sentindo-o de seu serviço e proveito. Estes faziam vir e expediam do Reino grandes e grossas mercadorias, a ponto que, fora as outras cousas que nesta cidade podiam abundantemente carregar, só de vinhos achou-se um ano em que se carregaram doze mil tonéis, além dos que levaram depois os navios no segundo carregamento de Março. E para tanto vinham de diversas partes muitos navios a Lisboa, de guisa que, contando aqueles que vinham de fora e os que havia no Reino, jaziam muitas vezes diante da cidade quatrocentos e quinhentos navios de carga, e estavam à carga no rio de Sacavém e na ponte de Montijo, da parte do Ribatejo, sessenta e setenta navios em cada lugar, carregando sal e vinhos. E pela grande espessura de muitos navios que assim jaziam diante da cidade, como dizemos, iam as barcas de Almada aportar a Santos; que é um grande espaço da cidade, por não poderem marear por entre aqueles navios. [...] E [...] mandava que nenhum residente estrangeiro comprasse por si nem por outrem, fora da cidade de Lisboa, nenhum haver, grande nem pequeno, a não ser para seu próprio mantimento, excepto vinhos, fruta e sal. Mas nos mercados da cidade podiam comprar livremente, para carregar, quaisquer mercadorias. [...] E porque Lisboa é grande cidade de muitas e desvairadas gentes, [...] mandava el-rei que em cada freguesia houvesse dois «homens-bons» que cada mês inquirissem e soubessem que vida faziam os que moravam nela e que fama tinham os que os acompanhavam»²⁰.*

Situada junto ao oceano Atlântico, Lisboa, com uma população que nesta época tardo-medieval rondava os 40 mil habitantes afirma-se, num primeiro tempo da fundação portuguesa como local privilegiado na articulação de rotas que ligavam o mar Mediterrâneo e o Norte da Europa, sobretudo após a abertura do estreito de Gibraltar à navegação regular entre duas das regiões mais

¹⁹ A “Companhia das Naus” foi outra associação mutualista, mas já de iniciativa régia, por comparação à Bolsa dos Mercadores do Porto. Foi instituída por Fernando I de Portugal em 1380, e tinha por objectivo garantir os riscos de perda de navios e mercadorias por naufrágio ou acto hostil e fomentando assim o desenvolvimento de uma marinha nacional de suporte ao comércio português sem recurso a galés de “outras nações”.

²⁰ Cf. LOPES, Fernão — *Crónica de D. Fernando*. Introd. de Salvador Dias ARNAUT. Porto: ed. Livraria Civilização, 1986, p. 5-6.

desenvolvidas do Ocidente europeu. Num segundo tempo, a partir do século XIV, Lisboa evolui de porto de escala de uma navegação de cabotagem, para centro articulador de rotas marítimas e novos caminhos para o sul do Atlântico. Os “vectores dinâmicos”²¹ que colocam Lisboa no mapa da internacionalização são a salicultura, a indústria de pesca e o comércio marítimo que exporta para a Flandres, Levante hispânico e Magrebe, o sal, a pesca, os vinhos e azeite, as frutas com que obtém as dobras de ouro mouriscas, a cortiça por troca com os cereais em que Portugal foi quase sempre deficitário, os têxteis flamengos e italianos, o ferro da Biscaia, as madeiras do norte, fundamentais à qualidade da construção naval, a prata da Europa Central e Oriental, as especiarias e o açúcar. A “jornada de África” traria a Lisboa um papel acrescido de centralidade política, social e económica e instrumento de afirmação de Portugal como potência politicamente unificada e militarmente afirmada. O cosmopolitismo evidente já desde épocas passadas acelerou a propaganda da cidade como ponto de encontro de interesses e de povos diversificados que aqui procuram abastecer-se daquilo que circunstâncias políticas, geográficas e climáticas não lhes permitem produzir.

2 — LISBOA, NÓ DO COMÉRCIO AFRICANO E ATLÂNTICO

No final do século XIV, na sequência da crise dinástica que conduziu ao trono o “regedor e defensor do Reino” Mestre de Avis, que estivera com o povo de Lisboa a sofrer o cerco das tropas castelhanas de D. João I (1358-1390) e D. Beatriz (1373-1412), até a Peste levar de vencida os sitiados, uma relação umbilical e profunda entre o povo e o “Messias de Lisboa” se cimentou, tornando o fundador da nova dinastia o “príncipe de Boa Memória” que no imaginário colectivo português passou a representar um “desígnio a cumprir por Portugal”. Esta visão mística e messiânica da nova dinastia sustentou-se na tradição das fontes coevas e levou a que a historiografia contemporânea portuguesa tendesse a explicar a génese da Expansão em estreita relação com o “advento de Avis”. Procurando questionar a ideia geradora, a razão determinante e suficientemente poderosa para mobilizar o país inteiro nas empresas dos Descobrimentos, essa historiografia privilegiou explicações assentes em motivações de carácter político, cavaleiresco e religioso. Os relatos de

²¹ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães — *Ensaio II (Sobre História de Portugal — A evolução dos complexos histórico-geográficos)*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara inspiravam e fundamentavam as teorias de reforçado pendor religioso e nacionalista, definidoras de uma *Mística dos Descobrimentos* de que se fizeram eco, entre outros, Oliveira Martins²² ou Joaquim Bensaúde²³.

Contudo, ulteriormente, as mesmas fontes forneceriam a correntes historiográficas nacionais mais recentes e opostas a essa visão apologética o fundamento coevo para acentuar que inúmeras outras circunstâncias, e não exclusivamente as motivações política, cavaleiresca e religiosa, mas, sobretudo, razões de carácter económico, teriam concorrido para aquela realização. Para esta corrente, influenciada por uma concepção estruturalista da História, com o suporte de legitimidade da novel dinastia iniciada com D. João I (1385-1433), um grupo social restrito – a Burguesia – que atingira a maioria política coetaneamente a um sentimento nacional por si cristalizado, na *Revolução Democrática de 1383-85*²⁴, delineara um plano bem preconizado de chegar, no dealbar da modernidade, às fontes de comércio do ouro, dos cereais e das especiarias de que a Europa se alimentava. Para o sucesso deste vasto plano era imprescindível o estabelecimento de uma política de sigilo que, segundo os autores desta tese, é observável desde os primórdios dos descobrimentos portugueses²⁵. Reagindo ao romantismo enaltecido de Oliveira Martins, recusando a apologia ao Infante D. Henrique (1394-1460) e o nacionalismo exacerbado, visível igualmente em Bensaúde, estes autores defenderam uma tese *burguesa* e económica²⁶ em que a cidade de Lisboa, como bastião dessa elite social, política e económica tinha um papel quase predestinado, mas que cedo defrontar-se-ia com acérrimas críticas.

²² Joaquim de Oliveira MARTINS – *Os Filhos de D. João I*, (p. 11-55): obra de carácter apologético, romântico e de enaltecimento do sentimento nacional, onde a fé (para além do lucro), constitui, segundo o autor, a razão para o início dos Descobrimentos. Cf. MARTINS, Joaquim P. de Oliveira – *Os Filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães ed., 1983.

²³ Cf. Bensaúde, Joaquim – *A cruzada do infante*. Lisboa, 1943.

²⁴ Cf. Cortesão, Jaime – *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

²⁵ Cf. Cortesão, Jaime – *A Política de Sigilo nos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, 1960.

²⁶ Cf. SÉRGIO, António – *Ensaio I, A Conquista de Ceuta (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)*. Rio de Janeiro e Porto: Editores Annuário do Brasil e Renascença Portuguesa, 1919; idem – *Ensaio IV, Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal*. Lisboa, 1934; GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Expansão Quatrocentista Portuguesa: Problemas das origens e da linha de evolução*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, Ld.ª., 1944;

idem – *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: Editorial Gleba Ld.ª. S.d.; COELHO, António Borges – *Raízes da Expansão Portuguesa*. 4ª edição. Lisboa: Prelo, 1979.

Um dos primeiros a recusar esta tese seria David Lopes²⁷, demonstrando o absurdo do factor económico ligado à conquista de Ceuta, por aqueles apresentada como ponto de partida de um vasto projecto burguês em que assentariam os descobrimentos e a expansão portuguesa. A persistência com que aquelas ideias continuaram a ser defendidas justificariam uma lúcida análise de Alexandre Lobato²⁸, que, permitir-lhe-ia concluir pela «eliminação» da tese *burguesa*²⁹, para além de reafirmar «uma velha teoria da conquista de Ceuta»³⁰ assente numa motivação discricionária da realeza.

A tese de Alexandre Lobato acabaria por ter o mérito de chamar a atenção para o facto de que, o problema das motivações que estarão na origem da Expansão portuguesa, para além de se relacionar com a questão das origens da autonomia política e da independência portuguesa face a Castela, analisada por Joaquim Veríssimo Serrão³¹ nos conceitos operatórios de *Povo, Estado, Pátria e Nação*, dever-se-á colocar na discussão da autoridade política e do papel da Coroa no seu relacionamento com as comunidades populacionais.

Neste contexto, o trabalho de António Hespanha³² sobre o Portugal filipino e a Restauração, que o próprio classifica como uma *História de Poderes*, concluiu pela recusa da existência de um poder real e estadual (desde finais da Idade Média até ao século XVIII) progressivamente centralizador e absoluto e, também, pela negação do fenómeno nacional como vector fundamental a ter em conta, não apenas para a explicação da independência política do Estado e o seu carácter unitário, mas também, como factor congregador das populações em torno do seu Rei, participando e contribuindo no esforço dos descobrimentos e da expansão.

Desta discussão resultou a percepção da inadmissibilidade da ideia de a conquista de Ceuta ter constituído o arranque para os descobrimentos e a expansão portuguesa e daquele feito ter afinal representado a prossecução de

²⁷ Cf. LOPES, David – «Que fomos nós fazer a Marrocos». In *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

²⁸ Cf. LOBATO, Alexandre – *A Vida Quotidiana em Ceuta Depois da Conquista (1415-1437)*. Lourenço Marques, 1974; idem – «Ainda em torno da Conquista de Ceuta». Separata da Revista Clio, n.º. 5. Lisboa, 1986.

²⁹ Cf. LOBATO, Alexandre – «Introdução, 2 – Para a eliminação da burguesia na conquista de Ceuta». In *A Vida Quotidiana em Ceuta Depois da Conquista (1415-1437)*. Lourenço Marques, 1974.

³⁰ Cf. LOBATO, Alexandre – «Introdução, 1 – Para uma velha teoria da conquista de Ceuta». In *A Vida Quotidiana em Ceuta Depois da Conquista (1415-1437)*. Lourenço Marques, 1974.

³¹ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – «Portugal – Uma Realidade Histórica». In *História de Portugal*. Vol. I «Estado, Pátria e Nação (1080-1415)». 3.ª. Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1979, p. 13-34.

³² Cf. HESPANHA, António – *História de Portugal*, (dir. de José MATTOSO), Vol. IV *O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: ed. Círculo de Leitores, 1992-1994.

um espírito tardo-medieval de conquista e proselitismo religioso no Marrocos “sarraceno” que apenas seria interrompido com D. João III (1521-1557), pelo abandono, motivado pelo peso económico da sua sustentação, da maioria das praças africanas naquele espaço geográfico. Mesmo assim, aquela empresa de África ajudou a cristalizar o papel de Lisboa como centro político e militar de onde partiam as directrizes e o apoio logístico e militar. A função militar fundia-se com a função comercial: «[...] *fixada a capital no melhor porto [a cidade de Lisboa], aqui se manterá para sempre*»³³.

O início da colonização dos arquipélagos da Madeira e dos Açores e a política de conquista de Marrocos desenham já as duas linhas que caracterizarão a Expansão Portuguesa (o descobrimento e a colonização) e Lisboa constituía o centro por onde tudo circulava, tudo se decidia e todos se cruzavam. A partir de meados do século XV o comércio de e para Lisboa é detido em mais de 83% por portugueses, 15% é detido por estrangeiros e 2% é misto³⁴. Negociados os contratos na Rua Nova de Lisboa, por essa artéria começa a generalizar-se uma figura que é uma especificidade portuguesa; a do fidalgo-mercador que arremata estancos e investe em resgates e convive com os grandes mercadores capitalistas nacionais e de “outras nações”. Lisboa é o nó de rotas marítimas que a ligam geograficamente aos arquipélagos atlânticos, ao Noroeste africano que bordeja o Atlântico, capta o Ouro de Tombuctu pela costa da Mina, exporta o primeiro açúcar produzido na Madeira e S. Tomé e Príncipe, controla os mercados cerealíferos europeus, o apresamento ou resgate de escravos das Canárias, de Arguim e da Costa dos Escravos, a malagueta e o marfim africanos, as plantas tintureiras atlânticas, a exportação dos couros nacionais³⁵, tudo entrando e saindo por Lisboa através da Alfândega e da Casa da Mina, depois designada de Casa da Índia com o posterior descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Na

³³ Cf. RIBEIRO, Orlando — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 5.ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 138.

³⁴ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães — *Ensaio II (Sobre História de Portugal — A evolução dos complexos histórico-geográficos)*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

³⁵ A importância dos couros nacionais vinha afirmando-se desde o século XIV, quando os agricultores foram progressivamente abandonando o cultivo das terras em favor da criação de gado. É essa evolução que determinou a feitura por D. Fernando I das “Ordenações da Lavoura”, mais conhecidas como Lei das Sesmarias, promulgada em Santarém a 28 de Maio de 1375. Cf. *Traslado da Lei das Sesmarias*. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4223275>.

origem este órgão começou por se designar de Casa de Ceuta³⁶, primeiramente instalada em Lagos³⁷, depois, em Lisboa³⁸, a que se seguiu a designação de Casa de Arguim, depois, da Guiné ou «*Casa do trauto da Guiné*».



Fig. – 5 Gravura do *Livro de horas de D. Manuel*, fl. 25v. Lisboa: MNAA – O Paço da Ribeira, armazém de mercadorias e residência régia (D. Manuel, o rei mercador ou rei da pimenta), tem junto de si os estaleiros navais, a Casa da Índia e os Armazéns indispensáveis à navegação e comércio.

A característica mais saliente destas instituições e da sua actividade era a fiscalização e controle do comércio com as feitorias de África, bem como, o despacho de tudo o que dissesse respeito ao comércio com aquelas terras, tal como viria a acontecer com o funcionamento da Casa da Mina e Índias. Esta funcionaria como o depósito centralizado na cidade de Lisboa de toda a espécie de mercadorias europeias destinadas ao resgate com o continente africano, e também, das que dali se obtinham, com destaque para os escravos, a malagueta, o ouro e outros produtos que constituíam monopólio da coroa.

O afluxo crescente das mercadorias ultramarinas à cidade cabeça do reino conduziu à institucionalização de três secções; na prática, três casas dentro da mesma Casa, a dos Escravos³⁹, a da Guiné, e a da Índia, cada uma destas com funcionários próprios. Mas a Casa da Índia, em Lisboa, não era só o centro onde afluíam e donde se distribuíam todas as mercadorias orientais ou africanas, objecto de

³⁶ Criada em data anterior a 1434, e não muito posterior à conquista e ocupação daquela praça africana em 21 de Agosto de 1415. Cf. MACHADO, Raúl (tradução de) – *Descrição de Lisboa*. Lisboa, 1937, p. 44-53; OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*. Lisboa, 1938, p. 74-84.

³⁷ Ao findar o ano de 1481, esta casa seria transferida para Lisboa, aí começando a ser recebidos os produtos e mercadorias da costa da Mina, principalmente o ouro. Assim, a sua designação foi sofrendo alterações em função da importância comercial (excepto com Ceuta), que determinadas regiões detinham para a actividade económica de Lisboa e do reino. De 1486 a 1493, os documentos referem-se-lhe como Casa da Mina. De 1494 a 1497 é designada por Casa da Mina e *trautos* da Guiné; e de 1497 a 1502, como Casa da Guiné, Mina e Índias. Cf. MACHADO, Raúl (tradução de) – *op. cit.*; OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *op. cit.*

³⁸ A Casa da Índia marcaria a vida de Lisboa até à sua extinção que apenas ocorreria em 1833 (regência de D. Pedro IV na menoridade de D. Maria II), ficando o seu despacho reunido à Alfândega Grande de Lisboa.

³⁹ Pelo menos desde 1486 formava uma repartição diferente.

grande procura por toda a Europa de então. Ali iam também, numa azáfama que marcava o ritmo da cidade, os capitães e oficiais para lhes ser marcado o dia da partida das naus que comandariam. Era ainda na Casa da Índia que se faziam todos os contratos de navios e seus armadores, incluindo com os grandes mercadores estrangeiros estabelecidos em Lisboa individualmente ou organizados em casas, que haviam de adquirir mercadorias provenientes das novas terras descobertas, ou ainda, de negócios de transferências para o resto da Europa, especialmente com os contratadores e feitores da Flandres⁴⁰. Também ali ficavam registados os nomes dos navios e de todos os que neles embarcavam, formando estas relações as valiosas ementas da Casa da Índia, de que hoje apenas nos restam algumas cópias⁴¹. Igualmente na Casa da Índia eram arrecadadas as drogas provenientes do Brasil, situação que veio a ser ligeiramente alterada em 1644, após a Restauração, ao determinar-se que, as drogas de anil, gengibre e outras afins, continuariam a ser depositadas, mesmo que viessem das Índias Ocidentais, naquela casa. Já as restantes deveriam ser despachadas na Alfândega. A crescente importância para Lisboa do comércio com o Brasil levaria a que a própria produção de chá do Brasil passasse a ser arrecadada e despachada já não na Alfândega, como até então fora usual, mas na Casa da Índia. Daqui se depreende o quanto estes dois locais, a distância próxima da Rua Nova dos Mercadores⁴², surpreendiam pelo fervilhar da sua intensa vida onde se cruzavam diferentes línguas, tradições e culturas distintas e que faziam de Lisboa, na sua grandeza, uma cidade cosmopolita onde todas as grandes casas bancárias ou comerciais europeias tinham representantes seus estabelecidos⁴³.

3 — O NÓ DA PIMENTA

No final do século XV, numa economia em expansão em que o elemento monetário é cada vez mais importante, Lisboa é o centro nevrálgico dos descobrimentos e das viagens pelo Atlântico e local de destino de mercadores e banqueiros.

⁴⁰ Cf. ALMEIDA, António Augusto Marques de — *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria: o Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549) — aproximação a um estudo de Geofinança*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

⁴¹ Cf. LUZ, Francisco Paulo Mendes da — *Regimento da Casa da Índia*. Lisboa: ICALP, 1992, p. 11-42; idem «Dois Organismos da Administração Ultramarina no séc. XVI: A Casa da Índia e os Armazéns da Guiné, Mina e Índias». In separata de *Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, n.º 16, 1975 p. 100.

⁴² Cf. GONÇALVES, Iria — «Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa». In *Um olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 117-137.

⁴³ Cf. ALMEIDA, António Augusto Marques de — *op. cit.*



Fig. – 6 Lisboa, 1598. Inserida na obra de Sebastião Münster (1489-1552), *Cosmographie oder Beschreibung aller Landen Herrschaften, furnemtem, Stetten, Geschichten, Geebreuchen, Hantierungen, etc.*, vol. II, esta gravura em maneira de autor anónimo constitui uma das mais antigas vistas rasantes de Lisboa de larga circulação internacional, mostrando a cidade, delimitada a Norte pelos montes da Graça e Penha de França, a leste pelo Campo de St.^a Clara e a ocidente pela zona da Esperança. Datável de 1598 (e não 1541 como é costume afirmar), representa com o rigor possível a topografia lisboeta, dando especial destaque ao Paço da Ribeira e Terreiro circundante e à colina do Castelo, bem como à movimentação das embarcações no porto. Iniciava-se assim um ciclo de representações de Lisboa, que fariam desta cidade, curiosamente, uma das melhores documentadas em termos de vistas gerais e panorâmicas, o que denotava o seu estatuto e importância comerciais, sendo praticamente um item obrigatório em todos os roteiros quinhentistas. Disponível em http://purl.pt/6189/4/e-2231-v_PDF/e-2231-v_PDF_24-C-R0150/e-2231-v_0000_1-2_p24-C-R0150.pdf.

Começa a estruturar-se um novo nó de internacionalização em que o factor dinâmico⁴⁴ decisivo é o trato das especiarias – sobretudo a pimenta – e a rota do cabo, em que a descontinuidade geográfica deste império mercantil torna cada um dos pontos de comércio numa peça fundamental na arquitectura do sistema de tráfico português, e que alimenta aquele factor dinâmico. A sua configuração caracteriza-se por uma extrema e acelerada dispersão, mas com custos de manutenção que irão ditar a sua decadência e arrastar consigo a falência das principais casas bancárias e de comércio estrangeiras estabelecidas em Lisboa, um século depois, no início do século XVII⁴⁵.

⁴⁴ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio II (Sobre História de Portugal – A evolução dos complexos histórico-geográficos)*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 23.

⁴⁵ Cf. AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico: esboços de História*. 4.ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 133-136, 138, 141, et. passim.

No seu apogeu, é um império mercantil que tem Lisboa como sua plataforma internacional de distribuição, que vai de Antuérpia à China, do Mediterrâneo central ao Brasil e à Terra Nova. À entrada do século XVI Lisboa emerge assim como o empório do açúcar⁴⁶ da Madeira, da pimenta e da malagueta ou dos negros de África, do ouro da Mina, do algodão e de escravos de Cabo Verde, das especiarias, tecidos e produtos preciosos do Oriente, das madeiras, escravos e açúcares do Brasil; no lugar de chegada e de partida das embarcações com destino às ilhas e aos litorais atlânticos, à Índia e ao Índico, à Flandres, à Inglaterra, à península itálica⁴⁷. Detalhando, articula-se em volta do ouro de Mina (700 Kg/ano), do açúcar da Madeira e S. Tomé, do pau-brasil de Vera Cruz (Brasil), (por todo, cerca de 10.000 quintais), do bacalhau da Terra Nova, dos escravos da Guiné, dos cereais, a urze e o pastel (plantas tintureiras) dos Açores, dos couros e sal das ilhas de Cabo Verde, do ouro do Monomotapa (na costa oriental de África, a que se tinha acesso por Moçambique, Rios de Sena e Sofala) e de Samatra, na Indonésia (por todo quatro toneladas de ouro oriental) da pimenta e gengibre da costa do mala-bar na Índia, da canela do Ceilão (Sri Lanka) da noz e maçã de Banda (Ilhas de Ternate e Ambom nas Molucas), o cravo das Molucas, os larins persas (moeda de prata), as sedas e porcelanas da China, a prata e cobre da Europa central e oriental, os cereais do Báltico.

As principais rotas que têm Lisboa sempre como ponto de chegada ou de partida são as que ligam esta cidade a Antuérpia levando as especiarias e o açúcar e trazendo a prata, o cobre, os cereais e tecidos vários, superiores ao rude bragal de lã português; de Lisboa à Mina para captação do ouro de Tombuctu; de Lisboa a Cochim (na Índia) transportando prata, cobre, o coral vermelho (substância tintureira), o cinábrio ou “sangue de dragão” – minério de mercúrio a que se atribuíam propriedades mágicas e na cura da lepra que tinha contornos epidémicos na Índia, o chumbo, os panos, obtendo-se em troca para a torna-viagem cerca de 500.000 quintais/ano de especiarias. De Moçambique à Índia, de Cochim a Malaca; de Malaca a Banda e às Molucas; de Cochim a Ormuz, este é o nó da Pimenta e da rota do Cabo, concorrendo com a do Mar Vermelho sob domínio turco-otomano⁴⁸.

⁴⁶ Cf. OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. pref. de Francisco SANTANA. Lisboa: Vega, 1991.

⁴⁷ Cf. BUARCOS, João Brandão de – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Coleção Cidade de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 99.

⁴⁸ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio II (Sobre História de Portugal – A evolução dos complexos histórico-geográficos)*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 23.

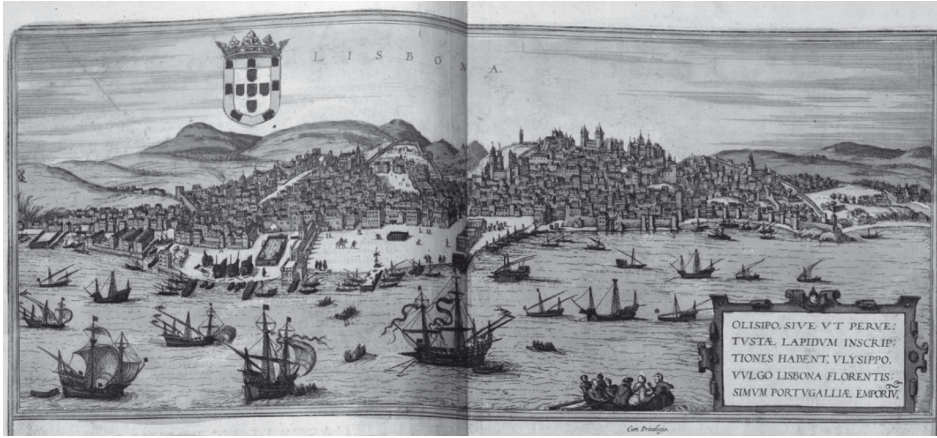


Fig. – 7 Panorâmica de Lisboa no *Civitatis Orbis Terrarum* de Georg (Georgius) Braun e Franciscus Hogenberg. Amsterdão, 1572-1618. vol. I, fl. I. Lisboa tem honras de abertura na grande compilação holandesa de desenhos de cidade. Uma das grandes capitais da Europa, por ser a sede do trato ultramarino português. Apesar das convenções do desenho pode afirmar-se que lhe faltava o sentido monumental que o urbanismo renascentista já tinha imposto. Cf. The Library of Congress. Disponível em <https://www.loc.gov/item/2008627031/>

Com o tráfico português a partir de Lisboa, no espaço de um século a produção das especiarias asiáticas mais do que duplica. Uma das características deste nó é que articulava diferentes economias, relacionando economias monetárias como a de Portugal, Flandres, Pérsia e Índia com economias pré-monetárias como as africanas e as situadas a leste do meridiano que passa a meio do golfo de Bengala. É uma articulação económica múltipla que se centraliza em Lisboa mas que produz efeitos no todo nacional, conduzindo a um aumento demográfico apesar da emigração e a um surto agrícola no plantio de oliveiras e vinhas para exportação do seu produto objecto de grande e nova procura, e pela mesma razão, o estabelecimento de mais indústrias do fabrico do biscoito, da loiça e dos tecidos. É um nó detido economicamente ainda por capitais maioritários portugueses que a coroa centraliza, porquanto, se o capital estrangeiro intervém no comércio ultramarino, não é de longe factor preponderante entre os que têm negócios com a casa da moeda. No século XVI apenas 1/6 de estrangeiros estão presentes no negócio do ouro e 1/3 no da prata.



Fig. – 8 Livro V do *Civitatis Orbis Terrarum* de Georgius Braun, Amsterdão, 1572-1618, onde vemos de novo representada a cidade de Lisboa. A capital *de facto* portuguesa volta a surgir no último volume da grande compilação holandesa de desenhos de cidades. Teria crescido bastante durante o período que medeia entre os dois desenhos. Nem por isso ganhara em monumentalidade o estatuto de paradigma urbanístico que se supunha já então numa capital. Que agora era secundária, por não ter corte nem rei. Saliente-se os dois grandes espaços cívicos do Rossio – com o Hospital de Todos-os-Santos e a Inquisição – e o Terreiro do Paço, com o Paço da Ribeira e o enorme edifício do Terreiro do Trigo, ambos dando directamente para o Tejo. Cf. The Library of Congress. Disponível em <https://www.loc.gov/item/2008627031/>

Uma boa parte do trato marítimo está em mãos particulares e mesmo burguesas. Mas este dado tem uma face negativa: o estado (o rei da pimenta) e a nobreza (o cavaleiro-mercador) mercantilizam-se mantendo, contudo, uma mentalidade agrária que as ordenações portuguesas reforçam não reconhecendo estatuto social à burguesia económica, inviabilizando deste modo o desenvolvimento de uma mentalidade e estilo de vida capitalista e burguês, indispensável à constituição de companhias de comércio privadas, constituídas em sociedades por acções, como se verificaria na Inglaterra e Países Baixos. Lisboa é a cidade mais populosa do reino: num total de um milhão e quatrocentos mil habitantes, 85.000 vivem em Lisboa em 1528, 100.000 em 1551,

enquanto o Porto, a segunda maior cidade conta apenas 14.000 habitantes no mesmo período. Este dado expressa bem a dimensão e dinâmica de Lisboa nesta época⁴⁹.

4 – LISBOA, INTERFACE DO MUNDO: O NÓ GÓRDIO BRASILEIRO DO AÇÚCAR, DO OURO E DOS DIAMANTES

Indo de Antuérpia à China, do Mediterrâneo Central ao Brasil e à Terra Nova, passando pelas praças marroquinas, arquipélagos atlânticos, costa ocidental africana e Estado Português da Índia, no império português o Sol jamais se punha, marcado por uma heterogeneidade geográfica, etnográfica e económica. Mas de 1545 a 1552 opera-se uma viragem no predomínio mercantil e económico de Lisboa, com repercussões na sua dimensão social e cultural. Os sinais de insustentabilidade desta realidade acumulam-se com o abandono de várias praças e cidades marroquinas. Os portugueses deixam de dominar o litoral; ao império terrestre de Fez sucede o império xerifiano Saadiano que passa a constituir uma potência internacional dispondo de exército, artilharia e espingardas. O Império do ouro sudanês e o tráfico caravaneiro voltam a ser um próspero concorrente português e o açúcar do Suz (Marrocos) é exportado pelo império xerifiano para Inglaterra e França, ao mesmo tempo que retorna a ameaça à navegação no Estreito de Gibraltar e a questão da segurança do Algarve com o retorno da pirataria e corso muçulmano a partir de Salé, Larache e Tetuão. A exclusividade da navegação e comércio para sul do paralelo das Canárias é quebrado paulatinamente pelos ingleses que começam a frequentar regularmente as costas da África negra ocidental. Reanima-se o trato pelas rotas do Levante, restaurando a importância das repúblicas mercantis italianas e concorrendo com a rota do Cabo. Para além dos velhos rivais turcos-otomanos, também os venezianos traficam agora em Baçorá (no actual Iraque), Ormuz, Diu e até em Goa onde disputam o negócio aos portugueses através do Índico, embora persistisse a hegemonia naval lusa até à Batalha de Suvali (29-30 de Novembro de 1612), na costa do mesmo nome, junto à cidade de Surate, no Guzarate, Índia, envolvendo quatro galeões da Companhia Britânica das Índias Orientais e quatro naus e 26 barcas portuguesas (barcos a remo sem arma-

⁴⁹ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio II (Sobre História de Portugal – A evolução dos complexos histórico-geográficos)*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 25.

mento), que resultou na vitória inglesa e marcou o princípio do fim do monopólio português na Índia e o começo da ascensão da presença da Companhia Britânica das Índias Orientais na Índia. Em compensação os portugueses desenvolvem o comércio com a China e estabelecem relações regulares com o Japão onde obtêm prata por troca com seda. Este é o tempo da quebra acentuada da produção mineira da Europa central e oriental e o centro monetário desloca-se de Lisboa para Sevilha, devido à afluência da prata do México e Perú. Os negócios em Lisboa sofrem um acentuado recuo, a cidade decai como metrópole comercial e financeira, afectando directamente uma média burguesia portuguesa e provocando a falência da alta burguesia estrangeira⁵⁰. Esta decadência acentua-se no último quartel do século XVI acompanhada pelo fim da hegemonia portuguesa em Malaca e o estabelecimento de uma rota concorrente muçulmana que liga o Mar Vermelho a Samatra e introduz a pimenta daquela região na Europa concorrendo directamente com a pimenta portuguesa proveniente do Malabar. A expansão do império do Grão Mogol – que obtém o sultanato de Déli (1526) e expande os seus domínios para Bengala – atinge o seu apogeu em 1556 até 1605, cobrindo a Índia desde Kandahar (actual Afeganistão e Baluchistão) até ao delta do Ganges, em Bengala, e desde os Himalaias, a norte, até ao centro do Decão, na região de Ahmadnagar, e altera o equilíbrio das forças da Índia favorecendo o reanimar das rotas terrestres das especiarias até para a China e a Pérsia e o seu consumo na Ásia Central, o que leva ao desviar da pimenta do Malabar dos portos onde os portugueses a compravam. Em Portugal verifica-se uma mudança estrutural traduzida num recuo do capitalismo de estado agravada pelo encerramento da feitoria da Flandres em 1549⁵¹ devido a má gestão e apropriação pelos seus feitores de rendimentos da coroa. As especiarias carreadas a Lisboa pela rota do Cabo reduzem-se, portanto, drasticamente, mas em seu lugar o trato das porcelanas, sedas, mobiliário de luxo da China e do algodão e mobiliário da Índia aumenta. Reduz-se drasticamente, por exaustão dos solos, a produção do açúcar de S. Tomé e a pesca do bacalhau na Terra Nova é abandonada na forma intensiva que a caracterizava. Por oposição, o povoamento e desenvolvimento económico do Brasil – sob o efeito da exportação de açúcar que consegue penetrar em todos os mercados europeus – acelera e rapidamente

⁵⁰ Cf. AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico: esboços de História*. 4.ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 136-146.

⁵¹ Cf. AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico: esboços de História*. 4.ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 131-136.

adquire uma dimensão que permite a Lisboa recuperar o seu poder económico e social de uma forma firme, tornando-se o Atlântico o novo palco da centralidade e internacionalização da cidade⁵².



Fig. – 9 Lisboa no século XVII. Planta de João Nunes Tinoco (1650). Apud SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, p. 30.

O século XVII português estrutura-se e suporta-se no açúcar do Brasil (750.000 arrobas em 1610-1620⁵³, e 1.400.00 em 1645) que transforma Angola em fonte de mão-de-obra escrava, em articulação com o sal de Setúbal e de Aveiro (entre 80.000 e 90.000 moios) do azeite e do vinho do reino, do vinho da madeira, dos escravos de Angola, da prata peruana obtida na América graças aos escravos, e de prata peruana e mexicana trazida de Sevilha pelos navios holandeses que aí iam vender os têxteis e mercadorias do Norte, e traziam as piastras hispano-americanas a Setúbal e Lisboa para pagar o sal, ou entrada pela fronteira terrestre em troca de açúcar, tabaco e pau-brasil em Lisboa. Este nó do açúcar acabou por perverter o ciclo de recuperação do protagonismo global de Lisboa, pois tornaria o Brasil no

⁵² Cf. AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico: esboços de História*. 4.ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1988, p. 233-249.

⁵³ Cf. FALCÃO, Luís Figueiredo – *Livro En Que Se Contem Toda A Fazenda E Real Patrimonio Dos Reynos De Portugal, India, Ilhas Adjacentes, (1607)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859; OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa (1620)*. pref. de Francisco SANTANA. Lisboa: Vega, 1991.

garante da viabilidade de Portugal, mas também, permitiu um recrudescimento dos restantes portos portugueses que passam a alimentar o tráfico açucareiro de Lisboa⁵⁴.

Esta relação estreita de Lisboa com o Brasil e com os restantes portos metropolitanos portugueses que funcionavam como retaguarda de abastecimento ao trato principal explica o surto demográfico de Lisboa (e também do país) a seguir à Restauração: de um total de dois milhões de habitantes no reino, Lisboa contava com 165 mil habitantes. A seguir à capital do açúcar a desproporção demográfica era consistente, com três cidades – Porto, Coimbra e Évora – com dezasseis a vinte mil habitantes.

A dimensão demográfica do Brasil é espantosa e põe em causa a viabilidade demográfica de Portugal continental, com meio milhão de colonos metropolitanos, 1/5 da população total no vasto território. A rota do Cabo do século XVI, a articulação essencial do império é agora uma rota secundária ou mesmo de terceiro plano. Os navios vindos da Índia fazem escala em portos brasileiros para completar a carga com açúcar e tabaco e aportam a Lisboa que se mantém enquanto eixo fundamental da economia portuguesa. Esta estreita ligação com o Brasil acentuar-se-ia com a exportação para Lisboa de tabaco que o fazia chegar à Europa e à Índia e Extremo Oriente.



Fig. – 10 Vista de Lisboa em meados do século XVII. In *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*. Apud OLIVEIRA, César (Dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 81.

Os escravos que são numerosos em Lisboa são-no muito mais no Brasil, onde constituem o grosso da população, e que o vai buscar ao Golfo da Guiné,

⁵⁴ Cf. MAURO, Frédéric – *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. 2 vols. Lisboa: Estampa, 1989.

a Angola, a Moçambique, aqui juntamente com cavalos. Este é o nó que recupera Lisboa para a sua antiga grandeza mas que a torna definitivamente refém do trato brasileiro, sobretudo a partir de 1698 com a chegada à cidade das primeiras remessas de ouro e diamantes.

As maiores riquezas chegadas a Lisboa deixam de ser as especiarias orientais, para passarem a ser os produtos brasileiros. Esta mudança torna Lisboa numa cidade prolongamento mercantil do Brasil, para onde navegam regularmente frotas que carreiam para Lisboa as suas riquezas, embora os Açores e a Madeira tenham também beneficiado da escala que estas embarcações aí faziam. É no reinado de D. João V, que o havia iniciado na penúria, que chegam a Lisboa as maiores quantidades de outro brasileiro.

Uma tonelada em 1700; 26 toneladas em 1720, mas logo começaria a decair a quantidade de ouro chegado a Lisboa: Em 1740 foram 14 toneladas, em 1750 16 toneladas, mas a quebra acentuar-se-ia nas décadas seguintes, o que teve graves efeitos na recuperação de Lisboa subsequente ao Terramoto de 1 de Novembro de 1755⁵⁵.



Fig. – 11 Representação de Lisboa antes do Terramoto de 1755, executada em Londres por J. Cousee (realizada entre 1755 e 1760). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisbon_before_the_Earthquake.jpg

⁵⁵ Cf. PARDAL, Maria João Martins – *O Terramoto de 1755: a Urbanização da Nova Lisboa*. Lisboa: Produções Editoriais, Lda., 2005.

Em 1760 seriam apenas 3500 toneladas e em 1780 não chegaria à tonelada. Ainda assim, a miragem do enriquecimento fácil tornou Lisboa num porto de emigração de naturais e população de todo o reino para o Brasil, a ponto de D. João V se ver obrigado a publicar leis (em 1709, 1711 e 1720) proibindo a emigração de portugueses para o Brasil. Lisboa exibia aos estrangeiros que só aqui podiam alcançar os produtos brasileiros, em grandes festas da corte, bailes, concertos, sessões de poesia, jogos de salão, caçadas e passeios todo um luxo e ostentação de riqueza que os espantava mas era inteiramente importada da Europa onde se perdia o rasto a essa riqueza brasileira. A arte barroca, caracterizada pela decoração muito rebuscada e o recurso à talha dourada, ao azulejo e aos mármore foi largamente utilizada, principalmente no adorno de palácios e solares nos arredores da cidade, ou na propaganda régia, passeando-se em coches ricamente decorados a veludo e talha dourada, puxados por cerca de seis cavalos igualmente bem adornados ou na construção dessa grandiosa vaidade régia que foi o palácio e convento de Mafra, ou em obras mais utilitárias para Lisboa como o aqueduto das Águas Livres.



Fig. – 12 Lisboa antes do Terramoto de 1755. Maqueta à escala. Lisboa: Museu de Lisboa – Palácio Pimenta. Disponível em http://www.museudelisboa.pt/exposicoes-actividades/detalhe/news/museu-de-lisboa-palacio-pimenta/?no_cache=1&tx_news_pi1%5Bcontroller%5D=Event&tx_news_pi1%5Baction%5D=eventDetail&cHash=82af80a3a48909027d1099d5c3fcb9e

Contudo, com a subida ao trono de D. José I (1750-1777), o decréscimo das remessas de ouro e diamantes do Brasil para Lisboa mergulharam a cidade e o país em nova crise económica, dada a dependência daqueles meios de pagamento para adquirir quase tudo ao estrangeiro, pela residual agricultura e quase ausência de manufacturas pré-industriais. Como se disse, o terramoto de Lisboa, mas a inexistência de uma alta burguesia capitalista exclusivamente portuguesa não permitiu a alavancagem económica de Lisboa⁵⁶ e com isso de todo o reino, falhando a maior parte das reformas pombalinas – embora se destaque o êxito da proibição da escravatura no território metropolitano (1771) e a declaração oficial do comércio como profissão nobre – para a instalação de novas indústrias manufactureiras⁵⁷ e para a adopção em Portugal do modelo de “companhias comerciais” que fizera a grandeza económica de Inglaterra e Holanda e permitiria a Lisboa recuperar o seu antigo estatuto. A ida da corte para o Brasil (27 de Novembro de 1807), aquando das invasões francesas, acompanhada de oficialato régio e 15.000 pessoas em 15 navios de guerra e 20 navios mercantes deixou Lisboa entregue a um torpor que se agravaria com a proclamação por D. João VI (1816-1826) do Reino Unido de Portugal e Brasil que consolidaria a abertura dos portos brasileiros à mercatura internacional com grave prejuízo para Lisboa e que se arrastaria até 1822, quando os Liberais pretenderam forçar o retorno do Brasil à condição de colónia, determinando assim a declaração de independência do Brasil em 7 de Setembro de 1822. Esta provocaria uma fractura profunda na sociedade portuguesa que logo conduziria a uma Guerra Civil (1832-1834) cujos efeitos na vida de Lisboa se prolongariam até meados do século XIX⁵⁸.

⁵⁶ Cf. VASCONCELOS, Luís Mendes de – «Diálogos do Sítio de Lisboa», 1608. In SÉRGIO, António (Selec., Pref., Notas) – *Antologia dos Economistas Portugueses. Século XVII*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 27-115.

⁵⁷ Cf. MACEDO, Duarte Ribeiro de – «Sobre a Introdução das Artes», 1675. In SÉRGIO, António (Selec., Pref., Notas) – *Antologia dos Economistas Portugueses. Século XVII*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 165- 229

⁵⁸ Cf. ALEXANDRE, Valentim – *Os Sentidos do Império, Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

5 – LISBOA, DO NÓ COLONIAL AFRICANO AO NÓ GLOBAL

A segunda metade do século XIX parecia reacender os velhos antagonismos da Europa. África tornara-se no novo palco do confronto e das velhas rivalidades europeias, o tabuleiro onde se jogaria ou concertaria o equilíbrio das potências europeias. É neste quadro que se realizou a Conferência de Berlim (*Kongokonferenz* – 15.11.1884 a 26.02.1885) com o objectivo oficial declarado pelo ‘chanceler de ferro’ Bismarck de “*associar os indígenas de África à Civilização, abrindo o interior do continente ao comércio, facultando aos seus habitantes os meios de se instruir, fomentando as missões e empreendimentos que visassem a propagar os conhecimentos úteis, preparando a supressão da escravatura, etc.*”⁵⁹. A 26.02.1885 foi elaborado o Acto Geral que introduziu nas relações internacionais regras uniformes relativas às ocupações que pudessem no futuro verificar-se na faixa costeira do continente africano. Esta conferência constituiu, a vários níveis, um triunfo para a Alemanha: a Inglaterra viu-se manietada não assumindo as suas obrigações no quadro da aliança luso-britânica e isolando Portugal, particularmente na sua ideia da primazia histórica.

Este aspecto explica a emergência do desencanto dos portugueses para com a Inglaterra e muito do que se seguiu à Crise do Ultimato inglês (11.01.1890) no rescaldo do falhanço do projecto do Mapa Cor-de-Rosa que provocou uma onda de anglofobia popular, mas também um populismo imperial, a redescoberta dos descobrimentos e a prazo, a implantação da República (1910). Este nacionalismo imperial europeu continha, de raiz, algumas características contraditórias: as ideias da necessidade vital; da missão histórica; da vocação nacional civilizadora, repercutidas na expansão ilimitada da soberania nacional em territórios ultramarinos contrariavam a própria ideia da unidade do ‘Estado-nação’ como base da cidadania política. Reflectia uma tensão entre uma vontade ‘universalista’ de respeito pelos direitos humanos dos povos colonizados, considerados como ‘cidadãos’ do ‘estado-nação’ e as movimentações imperiais para explorar cinicamente as populações consideradas inferiores.

⁵⁹ Cf. LÉONARD, Yves – «A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)». In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 521-550.



Fig. – 13 Planta de Lisboa durante o século XIX, Portugal” (Wagner & Debes, 1901). Cf. CABRITA, André Filipe Salsinha – *Arquitectura contemporânea em núcleos históricos*. Lisboa: Universidade Lusíada, 2012, p. 98.

Estas ideias contêm em si os germes que estilhaçarão a mística de uma identidade europeia nessa primeira grande crise contemporânea da ‘consciência europeia’ que foi a guerra de 1914-18⁶⁰. Sem embargo, também o nacionalismo português embarcou nesta corrente imparável da partilha de África, com as “campanhas [militares] de pacificação” de finais do século XIX, e a propaganda política do Partido Republicano Português, especialmente em Lisboa onde detinham a maioria, que alimentou a ideia que a defesa da “Pátria” se fazia derrubando a Monarquia e, posteriormente, já em regime republicano (1910), participando na I Guerra Mundial (1914-1918) “para defesa da África Portuguesa” Este nacionalismo imperial africano de Portugal seria prosseguido pelo “Estado Novo” (1933-1974) que, para o exaltar, levaria a cabo em Lisboa a “Exposição do Mundo Português” (23 de Junho – 2 de Dezembro de 1940) a qual, tendo o propósito de comemorar os centenários da fundação de Portugal (1140) e da Restauração da Independência (1640), acabaria por ser uma bem organizada manifestação de celebração do Estado Novo e da restauração da sua grandeza imperial ultramarina. Sem embargo, Lisboa recuperara o seu papel de cidade charneira nas ligações comerciais e marítimas com as colónias, depois designadas de Províncias Ultramarinas e, já no final do Estado Novo, Estados Ultramarinos. Durante a I.ª República e

⁶⁰ Cf. AMORIM, Fernando – «A Europa dos nacionalismos imperiais: Berlim, 1885». In MOITA, Luís [dir. de] – *Janus 2008 — Anuário de Relações Exteriores: O que está a mudar no trabalho humano*. Lisboa: Ed. Público e Universidade Autónoma, 2008. Disponível em http://www.janusonline.pt/arquivo/2008/2008_2_6.html.

Estado Novo, Lisboa e a sua cintura industrial passariam a viver à sombra de uma grande indústria virada para os interesses portugueses em África, como a metalomecânica e construção naval que daria origem à criação de empresas de pesca (a CPP) de navegação (a CNN e a CCN) de construção Naval (LISNAVE e SETENAVE) e de transporte de produtos petrolíferos (SOPONATA).

Fundada ainda durante a I.^a República (1920) a Companhia Portuguesa de Pesca teria a sua sede na antiga Fábrica de Algodão da Companhia Lisbonense, no Olho-de-boi, na margem sul do Tejo, mesmo defronte a Lisboa. Aí foram criadas e funcionariam até à sua extinção oficinas, estaleiro, armazéns e elevadores de gelo, instalações frigoríficas, depósitos para combustível, um gerador próprio, máquinas de trituração de gelo, fundição, oficinas de rede e outros materiais necessários à aparelhagem da frota de pesca e da bacalhoeira de longa distância. O seu desenvolvimento e o crescimento da frota pesqueira levaram a empresa a dividir a sua actividade entre a zona ribeirinha de Lisboa (exploração de um cais em Lisboa para as descargas de pesca-do) e Almada (manutenção e logística).



Fig. – 14 SARAIVA, A.R. – Lisboa (Vista aérea). Foto de Lisboa tirada dum aeroplano, pelo médico de esquadilha Almeida Ribeiro Saraiva. Cf. *Ilustração Portuguesa*, N.º 598, Agosto 6, 1917–1923. Disponível em <https://ilustracaoportuguesa.wordpress.com/2014/01/30/ilustracao-portuguesa-no-598-agosto-6-1917-23/>.

Esta frota inscrevia-se no imaginário alfacinha e da grande Lisboa que já incluía a margem Sul do Tejo como um elemento na restauração da grandeza marítima dos portugueses embora, até à década de quarenta, a pesca fosse realizada ao longo da costa, condicionada pelos rudimentares processos de conservação do pescado e pelas limitações técnicas das embarcações na navegação para longas distâncias, com excepção dos navios bacalhoeiros que se deslocavam para os bancos de captura na Terra Nova. Naquela década, terminado o conflito da II.^a Guerra Mundial, o progresso técnico no processo de refrigeração permitiria o incremento da pesca no mar alto. Na década de cinquenta do século XX a empresa atingiu o seu apogeu, com uma frota de 25 navios mantidos e aparelhados em completa auto-suficiência pela empresa. A decadência viria após o 25 de Abril, na sequência da instabilidade laboral e sindical, a progressiva obsolescência da frota e as limitações colocadas por países de destino da sua frota à pesca nas suas águas, acabando, após um processo de redução de trabalhadores, por ser extinta em 1984⁶¹.

Pela mesma época da fundação da anterior, a Companhia Colonial de Navegação seria constituída em Angola (3 de Julho de 1922) com vista a explorar o serviço de ligações marítimas entre Portugal continental e as colónias ultramarinas africanas, inaugurando uma rota que ligava Angola, Cabo Verde e Guiné a Lisboa. O seu desenvolvimento conduziu à expansão da frota e a alargar a área de acção passando a incluir, para além das carreiras de África, carreiras Transatlânticas para o Brasil e Estados Unidos, mesmo durante o conflito da II.^a Guerra Mundial em que Portugal manteve a neutralidade, mas que não evitou o torpedeamento dos cargueiros *Cassequel* e *Ganda II*. Em 1945 o então Ministro da Marinha, Capitão de mar-e-guerra Américo Tomás promulgou o despacho n.º 100 a 10 de Agosto, que tinha por objectivo a reorganização e modernização da marinha de comércio, e consagrou à Companhia Colonial de Navegação um plano de novas construções, constituído por três navios de passageiros, catorze navios de carga e dois navios-tanques para transporte de combustíveis líquidos. Estes dois últimos navios seriam mais tarde transferidos para uma nova companhia dedicada em exclusivo aos navios-tanques, a Soponata. Este plano de restauração da marinha portuguesa deu lugar à encomenda de navios de transporte de mercadorias e paquetes para ligar Lisboa aos territórios africanos e para os mesmos operarem aí em cabotagem ou ligando esses mesmos territórios. Com

⁶¹ Cf. *Companhia Portuguesa de Pescas*, disponível em http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/MUSEUS/DESTAQUES/DETALHE/?mus_destaqes_detalhe=43367679&cboui=43367679

a eclosão da guerra em África, durante a década de 1960 a Companhia Colonial de Navegação⁶², tal como as restantes companhias de navegação portuguesas, asseguraria preferencialmente os transportes marítimos entre Portugal e aqueles territórios, com destaque para o transporte de militares e material de guerra para os que eram teatro de operações de guerra. A aquisição de aparelhos de aviação a jato pela companhia de bandeira Transportes Aéreos Portugueses, com a sua base operacional no aeroporto de Lisboa levou ao declínio do transporte de passageiros por via marítima, perdendo os paquetes importância como navios de carreira, pelo que a empresa passou a operar alguns dos seus paquetes como navios de cruzeiro e viagens turísticas. Em Fevereiro de 1974, a CCN fundiu-se com a Empresa Insulana de Navegação (EIN) para formar a Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos (CTM).

Já a Empresa Nacional de Navegação (1881-1918) foi constituída no ano de 1881, mediante contrato com o Governo Português para efectuar a ligação de Lisboa a Moçâmedes, as ligações entre as ilhas de Cabo Verde e entre estas e a Guiné, por um período de 10 anos. Em 1918, a Empresa Nacional de Navegação foi transformada e passou a ser designada por Companhia Nacional de Navegação (1918-1985), em cujos navios se fez a maior parte do transporte dos contingentes militares, material, funcionários do Estado e portugueses que iam para os antigos territórios portugueses em África. Ao longo da sua existência a CNN incorporou parte da Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes (SGCIT, 1919-1972), empresa cuja actividade estava ligada à CUF pelo transporte de matérias-primas necessárias e de produtos saídos das unidades fabris dessa empresa. A 3 de Maio 1985 a CNN foi extinta, falhadas que foram várias tentativas de reestruturação em simultâneo com a Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos (CTM)⁶³. Por sua vez, a SOPONATA – Sociedade Portuguesa de Navios Tanques S.A. foi fundada a 13 de Junho de 1947 como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com um capital social repartido pelas 3 principais companhias de navegação existentes à época e as 5 principais empresas petrolíferas também em operação no país. Na década de 1950, com o crescimento económico do país, a par do encerramento em 1956 do Canal do Suez pelo presidente egípcio Nasser, a rota do Cabo adquirira nova importância estratégica, potenciada pela ideia de Portugal poder ser neste contexto uma potência regional no garante da passagem do

⁶² Cf. SANTOS, José Ferreira dos – «Companhia Colonial de Navegação». *Revista Bordo Livre*. (2002). p. 6.

⁶³ Cf. *Companhia Nacional de Navegação*. Disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1639>.

Atlântico para o Índico em direcção ao Golfo Pérsico. Nesta perspectiva a Soponata adquiriu um conjunto de navios novos, que pelos padrões da época eram verdadeiros gigantes. Mesmo após a nacionalização, em 1974, a Soponata prosseguiu o seu crescimento e a encomenda e aquisição de novos navios. Reprivatizada em 1993, retornou às mãos do seu antigo accionista principal, o Grupo José de Mello, que havia participado na sua fundação através das suas participações na Companhia Nacional de Navegação (CNN) e na Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes, Lda. (SGCIT, 1919-1972). Contudo, o contexto económico e político mundial tinha-se alterado profundamente: as independências dos PALOP'S; a reabertura do Canal do Suez; o fim da longa guerra entre Irão e Iraque e que, enquanto durou, tornara mais eficiente a opção por super-petroleiros no Golfo Pérsico; a construção naval e a equipagem de tripulações pelos países “Tigres da Ásia” tornaram o transporte de ramas de petróleo mais competitivo, ditando o declínio da empresa que acabaria, ao fim de cinquenta e seis anos de vida e uma frota de trinta e oito navios, por ser vendida em 2004 a uma empresa americana, a General Maritime⁶⁴.

Em 1937, Alfredo da Silva, líder da C.U.F negociou com a Administração do Porto de Lisboa a concessão do estaleiro da Rocha Conde de Óbidos, fundando em 1 de Janeiro de 1937 a primeira empresa contemporânea de construção naval, a “CUF – Estaleiros Navais de Lisboa” regressando ao dia-a-dia de Lisboa a grande construção naval como na época dos Descobrimentos. Dedicando-se à construção e reparação de lugres bacalhoeiros e navios da Companhia Portuguesa de Pesca (CPP), a empresa alterou a sua designação para NAVALIS – Sociedade de Construção e Reparação Naval, SARL e em 1961, em período de franca expansão e modernização, para “LISNAVE – Estaleiros Navais de Lisboa, SARL”. Os seus objectivos estratégicos de negócio eram trazer para Portugal a mais recente tecnologia naval, construir e operar um estaleiro com capacidade suficiente para que pudesse receber os maiores navios que existiam no Mundo, tendo especial atenção ao previsível aumento de tráfego na Europa Ocidental, no Mediterrâneo e no Atlântico e concorrer no mercado internacional, recuperando a tradição internacional de Lisboa. Isto implicava a ampliação de instalações só possível na Margem Sul, dividindo-se a operação da empresa entre Lisboa, na Rocha do Conde

⁶⁴ Cf. SANTOS, José Ferreira dos (Capitão da Marinha Mercante e Membro Efectivo da Academia de Marinha) – *SOPONATA: Quando Portugal tinha Marinha Mercante*. Disponível em <http://faroefaro.blogspot.pt/2011/02/soponata-quando-portugal-tinha-marinha.html>.

Óbidos, e na Margueira, em Almada. Em 1969 a Lisnave detinha 30% da reparação mundial de navios até 300 mil toneladas fazendo da Margueira o maior estaleiro a nível mundial. Em 1971 possuía a maior doca seca do Mundo capaz de receber navios até um milhão de toneladas. Neste ano a CUF iniciou o projecto dos estaleiros navais da Setenave na Mitrena em Setúbal. No final dos anos '70 as transformações operadas a nível mundial na construção naval, a instabilidade laboral da empresa e outros factores levaram a que a mesma perdesse progressivamente a sua quota de mercado. No final da década de noventa a Lisnave encerrou a suas actividades em Almada deslocalizando para a Setenave⁶⁵ (extinta em 1989) e reduzindo na maior parte o seu pessoal, mas prosseguindo a sua actividade no sector com uma localização estratégica para receber os navios que aportam a Lisboa, Setúbal, e a Sines.

Este nó colonial africano traduziu-se em relações económicas preferenciais entre Portugal e os territórios ultramarinos de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor. A procura de uma maior integração económica entre estes territórios geograficamente descontínuos encontrou expressão formal no período do Estado Novo na ideia de criação de um *Espaço Económico Português* (EEP)⁶⁶, processo desenrolado no período de 1962 a 1974. Mas este projecto remonta nas suas origens a 1838 quando o governo de então determinou a aplicação no Ultramar da Pauta Geral das Alfândegas da Metrópole, ressaltando-se certas circunstâncias de cada colónia. O Acto Colonial (1930) vertido na Constituição Política (revisão de 1951) reforçava a ideia da «[...] gradual redução ou supressão dos direitos aduaneiros, a livre circulação dos produtos dentro de todo o território nacional. O mesmo princípio se aplicará quanto possível à circulação das pessoas e capitais»; a Carta Orgânica do Ultramar Português (1953) previa a adopção de uma pauta única nas relações comerciais com o exterior e a unificação monetária de todo o território nacional; e o DL 41.026 de 9.3.1957 previa a eliminação das barreiras aduaneiras no comércio das províncias ultramarinas entre si, isto é, instituíra uma zona de comércio livre imediata entre estes territórios. Mas só em 1961, iniciada já a Guerra do Ultramar é que se lança, finalmente, as bases para a criação gradual de uma

⁶⁵ Cf. CONCEIÇÃO, Alberto J. da; BARROS, António S. de; SARDINHA, José M. — *Setenave: História de um Estaleiro (1971-1989)*. Lisboa: edições Colibri, 2016.

⁶⁶ Cf. FERREIRA, Manuel Ennes — «Espaço Económico Português/Mercado Único Português». In ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (dir.); ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 312-315.

zona de comércio livre nacional⁶⁷. Contudo, a perspectiva de adesão de Portugal à EFTA (1959) e ao GATT (1962) implicava, do ponto de vista económico, o fim do monopólio preferencial nas relações económicas com o Ultramar e o aumento da concorrência externa aos produtos metropolitanos neste mercado «protegido», o que se traduziu na cristalização de duas tendências, uma pró-europeia e outra defensora de um vasto espaço económico português em contraponto ao «perigo europeu». Vingou esta e o EEP procuraria realizar um maior inter-relacionamento dos diferentes espaços económicos nacionais (Metrópole e províncias ultramarinas) entre 1962 e 1974 e a criação de um Fundo Monetário da Zona Escudo (FMZE) como antecâmara para a criação de uma moeda única em todo o território português. O Acordo de Comércio com a CEE em 1972 significou um passo atrás naquele processo e a afirmação da corrente europeísta favorável a uma aproximação e integração na Europa. Este acordo foi seguido por uma diminuição das trocas comerciais com Angola e Moçambique. O dilema Europa ou África colocava-se cada vez mais com maior acuidade. Se nos últimos anos a Metrópole tinha vivido no confortável espartilho da estreiteza do mercado ultramarino e a modernização que poderia ser induzida pela aproximação ao mercado europeu, no Ultramar, e particularmente em Angola e em Moçambique, o ritmo de desenvolvimento económico e social dependia de necessidades de financiamento para responder ao crescimento da sua procura interna, financiamento muito problemático de realizar considerando a protecção do território mais desenvolvido – a metrópole –, pela afectação prioritária das suas receitas externas aos pagamentos de transferências inter-territoriais (FMZE) com Portugal⁶⁸. O 25 de Abril de 1974 encarregou-se de colocar uma pedra sobre esta experiência portuguesa e o pedido de adesão à CEE, coroado de êxito em 1986, representou a assunção de uma vocação europeia de um país que vivera cinco séculos articulando a sua dimensão europeia com a sua dimensão pluricontinental geograficamente descontínua e em que Lisboa funcionara sempre como nó de articulação e interligação entre as diferentes dimensões. A inserção de Portugal na União Europeia e os compromissos assumidos no contexto da Globalização actual alargaram o perímetro de influência de Lisboa a um eixo mais alargado Lisboa-Sines que torna Portugal no parceiro transoceânico da Ásia, tal como no passado, mas

⁶⁷ Cf. ROCHA, Edgar – «Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias». In *Análise Social*, Vol. XIII (51), p. 593-617.

⁶⁸ Cf. FERREIRA, Manuel Ennes – *Angola-Portugal: do Espaço Económico Português às Relações pós-Coloniais*. Lisboa, 1990.

em que agora, os vectores dinâmicos dessa parceria assentam em regras internacionais de comércio e o eixo Lisboa-Sines na porta de entrada no Espaço UE de mercadorias transportadas por agentes transitários multinacionais sem uma intervenção do Estado, a não ser na criação de condições de competitividade deste eixo em relação aos grandes portos europeus, com mecanismos como a Janela Única Portuária ou infra-estruturas portuárias e redes rodo e ferroviárias de distribuição, bem como, a aposta no *Short Sea Shipment* e no *Transhippement* transoceânico com a Ásia e na transformação do centro de negócios – Lisboa, cidade – numa região económica metropolitana que integre, na margem sul e Península de Setúbal, a *Lisbon South Bay*.

6 – LISBOA DE “MUITAS E DESVAIRADAS GENTES” – A CIDADE DO SÉCULO XIV À ACTUALIDADE

A cidade, progressivamente colocada no mapa das principais cidades da Europa cristã ao longo da primeira dinastia, era já no século XIV uma urbe com dimensão metropolitana a fazer fé nos relatos da época. Tornara-se numa cidade fervilhante de actividade, uma unidade económica quase que auto-suficiente para o seu abastecimento, mas também um pólo de ligação entre o comércio externo e o interno, pois os forasteiros de outras nações não podiam ir fazer o *escambo* fora da cidade por sua iniciativa⁶⁹. Lisboa é também o início e o destino de outras rotas, rotas terrestres ou fluviais, que levavam os produtos exóticos e luxuosos, mas que traziam os produtos agrícolas e as manufacturas de que a cidade dependia. Ligações que eram estabelecidas com o termo mas também com outras zonas mais longínquas, como a lezíria do vale do Tejo, as diferentes comarcas de Portugal ou então com o país vizinho⁷⁰. Eram habitantes da cidade que produziam os seus artefactos, que os expunham para venda, que ofereciam os seus serviços de letrados a uma população maioritariamente analfabeta, que policiavam a cidade com as mais variadas incumbências. São numerosas as disposições

⁶⁹ Saliente-se a carta régia de 26 de Maio de 1375, impondo aos estrangeiros a obrigatoriedade de comprar todas as mercadorias, à excepção do vinho, do sal e das frutas destinados à exportação, na cidade de Lisboa; ou o édito, promulgado pelo primeiro rei da dinastia de Avis, destinando os portos de Lisboa e os do reino do Algarve como os únicos onde os mercadores europeus podiam vender os seus produtos. Cf. DOMINGUES, Ângela – «Lisboa». In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contento (coord.) – *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 598-605.

⁷⁰ Cf. DOMINGUES, Ângela – *op. cit.*, p. 598-605.

camarárias e outras que o revelam⁷¹. Além da sua matriz mercantil a cidade abria-se a distrações e divertimentos, desde pantominas ao jogo, ou *justas*, ou às ancestrais corridas de touros. Pelas ruas e vielas, de dia porque a noite era escura e insegura, circulavam gentes de vários estratos sociais e várias origens e nações, os mais ricos e poderosos ostentando e exibindo, principalmente por ocasião de festas e cerimónias as suas vestes e apetrechos de acordo com a condição social, os mais nobres, as «suas çintas e espadas guarnidas e cothas douradas», ou os seus cavalos.

Era uma cidade cristã onde viviam famílias de judeus e mouros do tempo da conquista, pelo que, portas que se encerravam à noite, separavam a Judiaria Grande e a Mouraria do resto da urbe. Ali viviam, respectivamente, as comunidades judaica e muçulmana cuja vida se liga intimamente com a história da cidade. Residindo em Lisboa ainda antes da sua conquista, a comunidade judaica repartia-se por quatro judiarias, todas elas encerradas pela muralha fernandina: a da Pedreira, extinta em 1317; a Grande ou Velha, destruída durante as invasões castelhanas; a das Tercenas ou Nova, derrubada em 1370 a mando de D. Fernando, para se aumentarem as Tercenas; a de Alfama, também destruída em 1373. À época dos Descobrimentos, a maioria dos judeus habitava a Judiaria Grande, situada nas proximidades da Rua Nova e que era composta por vários arruamentos, agrupados em função de profissões. O concelho de Lisboa conseguiu a promulgação de vários éditos reais contra os judeus que impunham o recolher obrigatório dos seus habitantes à judiaria após o toque das ave-marias (1390); que proibiam os judeus de residirem no exterior da judiaria (1395); ou que interditavam o acesso de mulheres cristãs desacompanhadas às ruas da judiaria; ou de judeus frequentarem as habitações cristãs sem que os homens da casa estivessem presentes (1406). Foi também contra os judeus que o povo de Lisboa se uniu, pilhando as casas da Judiaria Grande, matando os moradores e assaltando as habitações dos moradores mais ricos em 1449, 1482 e 1506⁷².

Os muçulmanos eram outra das minorias étnicas ligadas desde muito cedo à cidade. Vivendo também em comunidades específicas (as mourarias), era-lhes respeitada a sua mesquita, os seus tribunais e as suas associações, ou seja, a sua individualidade religiosa, jurídica e étnica. Ligados ao cultivo das hortas

⁷¹ GONÇALVES, Iria — «Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa». Separata de *Estudos Medievais*. n.º 7. Porto, 1986.

⁷² Cf. AZEVEDO, J. Lúcio de — *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. 3ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

e das quintinhas que se espalhavam pelos arrabaldes da cidade, não constituíam uma camada interveniente social, cultural ou economicamente como os judeus pelo que a sua existência não era marcada pelos mesmos sobresaltos que caracterizavam a vida dos sefarditas.

Os escravos negros, trazidos como mercadoria juntamente com o marfim ou o ouro constituíam uma minoria étnica característica da Lisboa de Quinhentos. Eram utilizados nas tarefas mais duras, como nas descargas de cereais ou de carvão, na lavagem de cestos de peixe, nos despejos e no transporte de lenha. As mulheres andavam pela cidade oferecendo-se para cair as casas de particulares, vendendo roupa, água, ameixas e favas, ou limpando as ruas para onde a população despejava directamente lixos e detritos. Estes constituíam os designados “negros de ganho”, ou seja, os escravos cujo trabalho era explorado comercialmente pelo senhor. Contudo, a maioria era empregue nos serviços domésticos ou no trabalho dos campos, substituindo a mão-de-obra branca livre, mais difícil de obter e, sobretudo, mais cara. Tanta diversidade étnica, cultural e religiosa mereceu ao viajante anónimo italiano o comentário de que a cidade parecia «jogos de xadrez, tantos os brancos, quanto os negros»⁷³. Mas uma característica os distinguia para além da etnia: «Ao passo que os portugueses, por gravidade, andam sempre tristes e melancólicos não ousando rir, nem *comer, nem beber com medo que os vejam, os escravos mostram-se sempre alegres, não fazem senão rir, cantar, dançar a embriagar-se publicamente, em todas as praças*»⁷⁴.

Pela cidade se encontravam inúmeros locais de culto de onde partiam numerosas procissões no decurso do ano e que todos os anos se repetiam. Nesses dias, grandes multidões da população em redor ou até de locais distantes do reino afluíam à cidade, onde os habitantes que estendiam suas colchas nas janelas observavam como espectáculo a não perder. O sentimento e devoção religiosa eram o destino pessoal de cada um pelo que, para além das festas

⁷³ Cf. “Retrato e reverso do Reino de Portugal”. In MARQUES, A.H. de Oliveira – *Revista Nova História – Século XVI*. n.º 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 140-141. *Apud* DOMINGUES, Ângela – «Lisboa». In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contento (coord.) – *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 598-605. O autor de “Retrato e reverso do Reino de Portugal” um viajante anónimo italiano de inícios do século XVII tentou dar no retrato uma descrição objectiva de Portugal e das coisas positivas que encontrou neste reino, mas no reverso quis olhar para o País por outro prisma e relatar as coisas más, os aspectos censuráveis dos Portugueses. Só que o texto é desequilibrado pois dedicou um pouco mais de espaço a este reverso (20 páginas manuscritas num total de 37) que é, na realidade, uma manifestação de desprezo para com os habitantes de Lisboa e os portugueses em geral.

⁷⁴ Cf. “Retrato e reverso do Reino de Portugal”. In A.H. de Oliveira Marques – *op. cit.*, p. 141. *Apud* DOMINGUES, Ângela – «Lisboa». In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contento (coord.) – *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 598-605

religiosas, novo aglomerado de habitantes e forasteiros ocorria por ocasião do dia de finados em que o cheiro de círios em louvor de Deus se misturava com os odores característicos de uma cidade densa na sua malha.

Com efeito, Lisboa não escapava, como outras urbes que haviam crescido ao sabor das circunstâncias, a problemas de diversas naturezas e que, com a sua ascensão a metrópole mercantil se agudizaram, tornando necessário a adopção de medidas de regulamentação e governação da cidade. O instrumento dessa governança foi a “publicação” de regulamentos – as *posturas municipais* – que procuravam resolver dificuldades ou problemas concretos da vida da população. O problema maior era o seu próprio crescimento como resposta ao extraordinário desenvolvimento demográfico e económico que protagonizou como cidade principal do reino. As limitações decorrentes da dimensão das habitações e do seu rudimentar conforto associado a um clima que possibilitava um quotidiano mais exposto ao ar livre tornou possível a socialização em espaços abertos que potenciou, num primeiro tempo, o caldeamento étnico-cultural e depois, a adaptação dos seus moradores a formas comuns de vivência e a adopção de estilos de vida *per se* representativos desse cruzamento de influências. A rua era pois o prolongamento de uma habitação exígua, pouco arejada e onde a luminosidade pouco penetrava pois só muito raramente e muito tardiamente, no século XV, as janelas passaram a estar protegidas por vidraças, usando-se antes portadas em persiana de madeira ou não as havendo, o tecido, o papel ou o pergaminho, encerados ou oleados, pelo que o morador de Lisboa realizava a maioria das suas actividades, de trabalho ou de distração ao ar livre. Contudo, o crescimento da população colocava pressão sobre o valor do espaço, que por isso ainda mais exíguo se tornava. Naturalmente as habitações começaram a crescer em altura mas mantendo a característica da reduzida área de habitabilidade e limitando a fruição privada dos espaços, o que projectou para uma exposição pública da privacidade o quotidiano das famílias. A simplicidade da construção e a falta de especialização dos espaços forçava a adaptabilidade dos mesmos e obrigava o lisboeta a viver e a desempenhar as suas tarefas nos mesmos lugares⁷⁵. A ausência de espaços adscritos à higiene tornavam as áreas comuns insalubres constituindo um problema o escoamento dos dejectos diários, vertidos para a via pública ou despejados em monturos nos becos da cidade, potenciando os riscos de epidemias. Apesar disso o exterior era pre-

⁷⁵ Cf. GONÇALVES, Iria – «Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa». Separata de *Estudos Medievais*. n.º 7. Porto, 1986.



ferível e aí os vizinhos, condicionados pela moral e os costumes da época que obedeciam a rígidas regras de conduta, conviviam e partilhavam o espaço público presenciando cenas pitorescas do quotidiano da época, bem como a publicitação e aplicação da justiça que, pelo seu carácter público, funcionava como poderosíssimo instrumento de controlo social. As prédicas dos frades menores e a predição de desgraças a quem não fosse temente a Deus era uma imagem frequente na cidade. Na rua, os habitantes tomavam conhecimento das notícias, apregoadas pelo porteiro do concelho ou trazidas pelos estrangeiros, sobretudo mercadores, provenientes dos mais diversos lugares. As rixas marcavam igualmente o quotidiano numa cidade onde o falar de diversas línguas se prestava a equívocos, a que os moradores umas vezes assistiam, outras eram parte interessada na contenda ou tomavam partido por alguma das facções que se levantavam.

Fig. – 15 *Livro de Horas de D. Manuel* – A Rua Nova dos mercadores: Lisboa era uma cidade cosmopolita onde se encontravam muitas e desvairadas gentes, ao cheiro da canela, do cravo e da pimenta, cuja compra asseguravam directamente com o Rei (detentor do monopólio do comércio e navegação) através do sistema das contratações. Todos os outros negócios relacionados com o comércio se faziam neste local da cidade, junto ao Paço e às tercenas. Lisboa: MNAA. *Apud* MATTOSO (dir.) – *História de Portugal: a Monarquia Feudal (1096-1480)*. 2.º Vol. Lisboa: ed. Círculo de Leitores, 1993, p. 381.



Fig. – 16 A vida quotidiana na Rua Nova dos Mercadores. Cf. “*Lisbon, the Rua Nova dos Mercadores*”, 1500-1600. © Society of Antiquaries of London. Disponível em <http://maislisboa.fcsh.unl.pt/era-lisboa-1514/>.

O traçado das ruas era sinuoso e estreito, com excepção da rua Nova de Lisboa⁷⁶ que era calcetada e do enorme terreiro junto ao Paço, às tercenas e à Ribeira⁷⁷, e os edifícios construíam-se de um lado e do outro formando reentrâncias e saliências várias, de acordo com o avanço ou o recuo dos imóveis ou mesmo com a forma da sua implantação no terreiro, e com sacadas e balcões que, a partir do sobrado faziam avançar o edifício, ganhando alguns metros para a superfície construída. Esta conquista de área ao espaço público, por frequente, era bem regulamentada em Lisboa, permitindo-se que cada imóvel pudesse utilizar um terço da rua, incluindo nele a beira do telhado. E se de ambos os lados da via os edifícios tivessem o mesmo proprietário, este podia uni-los, lançando um sobrado entre os dois – os passadiços, tão vulgares na Idade Média mas que obscureciam a rua e dificultavam a iluminação natural e a movimentação do ar. Apenas, nunca teria a sua posse

⁷⁶ Cf. GONÇALVES, Iria – «Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa». In *Um olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 117-137.

⁷⁷ Cf. GONÇALVES, Iria – «Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média». In *Um olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 61-75.

plena, «pois vai a rua per fundo e he do concelho», que poderia mandá-lo demolir, quando tal se tornasse necessário ou oportuno⁷⁸. Outras formas de apropriação do espaço comum eram os poiais, as bancas, os tabuleiros, onde os comerciantes expunham à venda os seus produtos e que na rua Nova e na de Morraz, o centro vital da cidade, não podiam ultrapassar, sobre a via pública, mais de seis palmos (1,20 m)⁷⁹. Outros obstáculos à circulação nas ruas e vielas, uma outra forma de conquista de área privada ao espaço público eram os alpendres que, levantados frente à porta, prolongavam a habitação e protegiam da chuva.

O mesmo acontecia com as escadas, os esteios, as casas reconstruídas, que avançavam, um pouco para lá dos antigos alicerces, os ramos que encimavam as portas das adegas, a publicitarem um local de venda de vinho e que, pela estreiteza das ruas, só podiam ser colocados, tão alto que um cavaleiro não pudesse tocar-lhes com a mão; as padeiras, sentadas na rua, onde expunham a sua mercadoria⁸⁰.

A ribeira era o centro nevrálgico da cidade pois aí aportavam os navios, que descarregavam as mercadorias no cais da Alfândega ou no da Casa da Índia. Era neste espaço nobre que se realizavam os grandes negócios; aí chegavam os visitantes vindos do exterior, aí habitava a população mais rica e influente e, também, onde se localizava a maior parte das instituições políticas e judiciais da coroa, pelo que várias disposições concelhias desta época estabeleciam a limpeza da Ribeira de lixos e de todos os materiais (lenha, pedra, madeira) que pudessem constituir obstáculo à boa fruição do lugar. Mas para lá dessa área restrita, um mal geral, comum a todas as cidades desta época e que atingia também Lisboa, era a acumulação de lixo, apesar da proibição do seu lançamento em locais que não eram indicados para o efeito. Para lá do perímetro nobre muito espaço havia para os habitantes se poderem desembaraçar com relativa facilidade dos seus detritos. A zona ribeirinha era um excelente vazadoiro que o fluxo e refluxo das marés lavava cada dia, e o concelho marcava e remarcava esses lugares estabelecendo que todos os lixos deviam ser lançados na água⁸¹, em alturas de preia-mar; em locais onde essa mesma maré os arrastasse. Mas os “vizinhos” consideravam o percurso até à praia muito longo e lançavam-no um pouco por toda a cidade, por vezes mesmo no limiar das portas das suas

⁷⁸ Cf. GONÇALVES, Iria — *op. cit.* n.º 7. Porto, 1986.

⁷⁹ *Idem, ibidem.*

⁸⁰ *Ibidem.*

⁸¹ Cf. GONÇALVES, Iria — «Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa». Separata de *Estudos Medievais*. n.º 7. Porto, 1986.

casas, nos becos e nas vielas menos frequentadas que se entrecruzavam na cidade ou nos espaços ainda não totalmente ocupados por habitações e mesmo fora do perímetro urbano junto às portas da muralha – as da Alcáçova, da Alfama, de Santa Catarina, de Santo Antão, de S. Vicente, da Cruz, de Alfama, ou mesmo da Erva, em plena Ribeira – ou então pela calada se faziam os despejos nas traseiras do mosteiro do Carmo, no caminho para S. Domingos, nos fossos das fortificações; e até no Rossio para onde transportavam o lixo no dorso de animais e que nesta época – final da Idade Média – ainda não estava completamente urbanizado, pelo que, para travar o abuso ali haviam sido colocados guardas de sentinela.

Os lixos acumulavam-se nas ruas lisboetas onde a lama era constante, sendo por isso muito difícil por elas circular, também por não serem maioritariamente calcetadas, o que constituía um factor de risco elevado de propagação de doenças, sobretudo no Inverno e no Verão, por ser composta de detritos orgânicos de vária ordem e que atingia um alto grau de saturação nos mercados, com os desperdícios de carne e peixe, ali deixados por talhantes e peixeiras. Toda esta massa orgânica misturava-se com líquidos não menos sujos e de cheiro nauseabundo provenientes da salga e escala do peixe que se faziam por toda a parte, nas ruas e praças, junto ao mercado da fruta, nas sacadas dos edifícios, atingindo a salmoura os transeuntes, ou as águas residuais provenientes dos curtumes e da tanoaria, não fosse Lisboa uma cidade ribeirinha e de pescadores. A esta poluição juntavam-se as águas residuais das habitações, lançadas directamente na rua, onde, em alguns casos existiam canos destinados a recolher estas águas e a transportá-las para fora da muralha, nomeadamente para o rio, quer atirando-as da janela à voz “*ai vai água*”⁸², quer escoando-as através de canos que desaguavam na rua ou canalizações que serviam as zonas mais importantes e vinham desembocar no rio, junto com o cano das privadas, ou despejada pelo moradores na via pública e nos monturos onde se misturava com dejectos dos animais – cavalos, mulas, jumentos – sem os quais não funcionava o sistema de transportes da cidade; cães e muitos outros, com efeitos óbvios na salubridade da cidade, minimizado pela persistente nortada que afastava os cheiros, mas que a crença popular julgava afastar também a peste.

⁸² «[...] O simples engenho de cavar canais por onde as imundices corressem para o rio. Assim, convindo deitar as águas e todas as imundices pelas portas e janelas para a rua, as ditas ruas vêm a ser as condutas da porcária» Cf. “Retrato e reverso do Reino de Portugal”. In MARQUES, A.H. de Oliveira – *Revista Nova História – Século XVI*, n.º 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 116.

Apesar de grande centro urbano, a cidade não perdera hábitos rurais que levavam os moradores a trazer junto de si animais de criação – excepto no perímetro mais elegante da Ribeira e em todos os lugares onde se vendiam produtos comestíveis, onde eram interditos – como aves de capoeira que vagueavam pela rua e que só chamavam a atenção da câmara quando a sua presença se tornava particularmente incómoda. A estas juntavam-se muitos e numerosos porcos – cada vizinho podia criar pelo menos um, excepto se fossem leitões e, por isso, as porcas destinadas a esse fim, eram banidas do interior da muralha⁸³ – percorrendo livremente as ruas e comendo desperdícios.

A alimentação, à semelhança do que acontecia com o vestuário e outros sinais manifestos de riqueza, continuava a ser obrigatoriamente um factor de diferenciação social (tal como as Pragmáticas de 1340 o estabeleciam): os hábitos alimentares dos estratos mais baixos da população – a arraia-miúda – assentavam nas sardinhas, no pão escuro de má qualidade, na fruta e no vinho mais ruim mas caro. A falta de áreas específicas para cozinhar no interior das pequenas habitações levava a que fosse prática diária e habitual os moradores de Lisboa cozinharem na rua: «cozem as viandas na rua, sobre uns fogareiros de barro, de modo que, ao passar, se é perfumado pelo fumo das sardinhas e de outros peixes que remexem ad nauseam, *porque carne há tão pouca que muitos não a comem*»⁸⁴.

Em finais do século XV o embelezamento e a melhoria dos espaços de fruição pública começou a tornar-se uma das preocupações dominantes do concelho, que reflectia assim a consciência de que Lisboa era uma capital económica, social e cultural e que era necessário projectar da cidade uma boa imagem. A coroa, tomando a peito a honra da sua «formosa e nobre» cidade, onde fazia tantas e tão longas estadias (não esquecer o carácter itinerante da corte e do governo do rei, pelo que a imagem de Lisboa como local de permanência do monarca não reflecte a realidade), urbe espelho e imagem do reino para os forasteiros que aqui estanciavam, também apoiou a câmara nessa tarefa sugerindo, mandando e apoiando as ordenações concelhias. Promoveu-se a limpeza das ruas, praças, canos, muralhas e a proibição de lançar lixo pelas ruas e outros espaços, generalizou-se a obrigação – estendida em 1499 aos cortesãos – de os habitantes varrerem diariamente a rua defronte da sua porta. A remoção de lixo ganhou um carácter organizado e

⁸³ Cf. GONÇALVES, Iria – «Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa». Separata de *Estudos Medievais*, n.º 7. Porto, 1986.

⁸⁴ Cf. «Retrato e reverso do Reino de Portugal». In MARQUES, A.H. de Oliveira – *Revista Nova História – Século XVI*, n.º 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 117.

sistemático desde o segundo quartel do século XV, com a circulação de carretas destinadas à remoção dos lixos, e a partir de 1486 esta recolha difícil e dispendiosa, pelas proporções consideráveis da sua acumulação, passou a ser arrematada a particulares⁸⁵. Estabeleceu-se o afastamento do centro da cidade das actividades mais poluentes como a dos matadouros, curtumes, a venda de peixe grosso – porque talhado no lugar, deixava muitos desperdícios – e a conserva de todo o restante, nomeadamente a sardinha. A atenção à calçada da Ribeira e à Rua Nova de Lisboa foi redobrada, afastando-se desta última a actividade dos tanoeiros, ferreiros, sapateiros ou alfagemes, a não ser que morassem em casa própria. Só eram bem aceites os alfaiates, os tosadores, os jubiteiros, «porque ssom mesteres que convem aos meercadores»⁸⁶.

No final do século XV estabeleceram-se medidas para o calcetamento generalizado e introdução de uma rede de esgotos nas ruas da cidade embora, desde 1444 se lembrava aos almotacés da cidade que deviam promover a pavimentação das ruas, incluindo todas as entradas da urbe. Para resolver o problema recorreu-se ao processo de aforar a algum particular o terreno sobre esgotos a céu aberto, para construção. E em 1486 (D. João II, 1481-1495) projectou-se um sistema organizado de esgotos, ficando estabelecido que nas ruas principais deveriam existir «canos muito grandes» e outros mais pequenos nas restantes, que iriam desembocar naqueles, levando-se a cabo, por cima destes, o calcetamento das ruas, objectivo prioritário da edilidade lisboeta. No final do século a câmara conseguiu mesmo a autorização régia para requisitar os pedreiros necessários para o trabalho, mediante o pagamento de cinquenta reais por «cada braça de calçada»⁸⁷.

Outro problema que se levantava à renovação de Lisboa no “século português” era o estabelecimento de novas regras para o desenho e construção de edifícios novos e habitações, determinando-se, com o auxílio régio mas poucos resultados concretos, que não se poderia construir ou reconstruir balcões ou sacadas, devendo ser demolidos a expensas dos seus donos todos os existentes⁸⁸. O embelezamento das partes nobres da cidade passou a ser outra

⁸⁵ Em 1488 este serviço estava adjudicado a um indivíduo que empregava nela sete animais de carga e gastava mensalmente perto de 13.700 reais. GONÇALVES, Iria – «Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa». Separata de *Estudos Medievais*. n.º 7. Porto, 1986.

⁸⁶ Cf. GONÇALVES, Iria – *Op. Cit.* n.º 7. Porto, 1986.

⁸⁷ *Idem, ibidem*.

⁸⁸ Cf. GONÇALVES, Iria – «Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média». In *Um olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 59.

preocupação, principalmente por parte do rei, como se verificou com D. Afonso V (1438-1481) que, em 1462, exprimia o desejo de que as moradias da Rua Nova de *Lisboa*, porque aquela era a «milhor e mais princìpall» rua da cidade, «fossem feitas sobre arcos de camtaria Com paredes sobre elles de pedra e call atee o telhado, sem teerem *fromtaes de tauoado como ora tem*»⁸⁹. Também D. Manuel I (1495-1521) reforçou esse objectivo em 1502, o que pressupõe que a aplicação da medida não fora coroada de êxito⁹⁰.

Lisboa é o centro nevrálgico dos descobrimentos e das viagens pelo Atlântico no século XVI. É não apenas a cidade cabeça do reino, mas também possui condições para tal devido ao seu porto ser «ho milhor que há em toda a costa do mar descoberto (...) acodem e entram em cada ano: mill e quinhentas naus e caravelas de todas as partes da cristandade, e isto um ano por outro»⁹¹. Nesta época torna-se o empório do açúcar da Madeira, da pimenta e da malagueta ou dos negros de África, do ouro da Mina, do algodão e de escravos de Cabo Verde, das especiarias, tecidos e produtos preciosos do Oriente, das madeiras, escravos e açúcares do Brasil; no lugar de chegada e de partida das embarcações com destino às ilhas e aos litorais atlânticos, à Índia e ao Índico, à Flandres, à Inglaterra, à península itálica, no local de destino de mercadores e banqueiros⁹². Para alimentar este comércio com produtos que são transportados para a Europa onde se trocam por outros mais necessários ao comércio ultramarino, a Lisboa afluem as frutas de Colares e de Sesimbra, a caça de Entre Douro e Minho, os figos e as passas do Algarve, os púcaros de Estremoz, as linhas e as fitas do Porto e de Guimarães e Lamego, as lãs de Aragão, os chapins de Valência, a louça de Talavera, as alcatifas, os panos ou o açafração de Castela, sinal de que os portos secos funcionavam não tão activamente como a alfândega de Lisboa, mas que contribuíam para a manutenção da cidade e do reino⁹³. É esta articulação entre diferentes tipos de rotas, as grandes marítimas e transoceânicas e as de curto raio que ligam Lisboa aos mercados de abastecimento,

⁸⁹ Cf. GONÇALVES, Iria – «Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa». In *Um olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996.

⁹⁰ MAYER, Jorge Fonseca; STOLS, Eddy; OLIVEIRA, Mickael de – *Lisboa em 1514: O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. Cadernos de Cultura. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2015.

⁹¹ BUARCOS, João Brandão de – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Coleção Cidade de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 99.

⁹² Cf. OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. pref. de Francisco SANTANA. Lisboa: Vega, 1991.

⁹³ Cf. BUARCOS, João Brandão de – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Coleção Cidade de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. *Apud* DOMINGUES, Ângela – «Lisboa». In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contente (coord.) – *Dicionário dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 598-605.

como a periferia de Lisboa ou a Península Ibérica no seu todo, que fundamentam esta concepção de uma cidade global entrelaçadora de nós com os principais centros demográficos e mercantis do mundo ao longo dos tempos.



Fig. – 17 STOOOP, Dirk (1650) (Óleo sobre tela, Londres). O Paço da Ribeira e o Terreiro do Paço, com destaque para fidalgos, cavaleiros e crianças, alguns criados ou moços militares, homens do clero e diversos tipos populares; negros, criadas e vendedores. Vê-se, também, o chafariz Apolo onde alguns aguadeiros enchem as vasilhas, enquanto outros se envolvem em brigas. Lisboa: Museu da Cidade. Disponível em http://www.museudelisboa.pt/pecas/detalhe/news/terreiro-do-paco-no-seculo-xviii?no_cache=1&tx_news_pi1%5Bcontroller%5D=News&tx_news_pi1%5Baction%5D=detail&cHash=12b54f81bd17bb15fa2610c371e0eaf0

Outros autores portugueses e estrangeiros⁹⁴ referem-se à magnificência de Lisboa⁹⁵. Segundo Damião de Góis, com importância semelhante a Lisboa, estava na época (século XVI) a cidade de Sevilha, mas só a cidade portuguesa «[...] reivindica para si o domínio sobre aquela parte do Oceano que, desde a embocadura do Tejo, envolve num imenso circuito marítimo a África

⁹⁴ Cf. MAYER, Jorge Fonseca; STOLS, Eddy; OLIVEIRA, Mickael de – *Lisboa em 1514: O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. Cadernos de Cultura. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2015

⁹⁵ Entre os portugueses é o caso de Damião de Góis ou de André de Resende. Para este último, cf. RESENDE, André de – *Oratio pro Rostris*. (ed. de Miguel Pinto de MENESES e A. Moreira de SÁ). Lisboa, 1956, p. 54-55.

e a Ásia»⁹⁶: um grande porto de mar, empório de produtos europeus, asiáticos, africanos e americanos, local de confluência de povos de todo o universo conhecido e principal cidade do reino, equiparável às maiores capitais europeias, a Londres e a Colônia e «muito maior que Viena de Áustria»⁹⁷.

Lisboa surpreende por todo um fervilhar de gentes e de produtos, mais do que pela opulência dos seus edifícios ou das muitas igrejas e mosteiros que aqui e ali pontilhavam a cidade. O Terreiro do Paço e o Paço da Ribeira (a habitação do «rei da pimenta») sobressaem nas gravuras dos atlas de cidades que circulavam pela Europa⁹⁸.

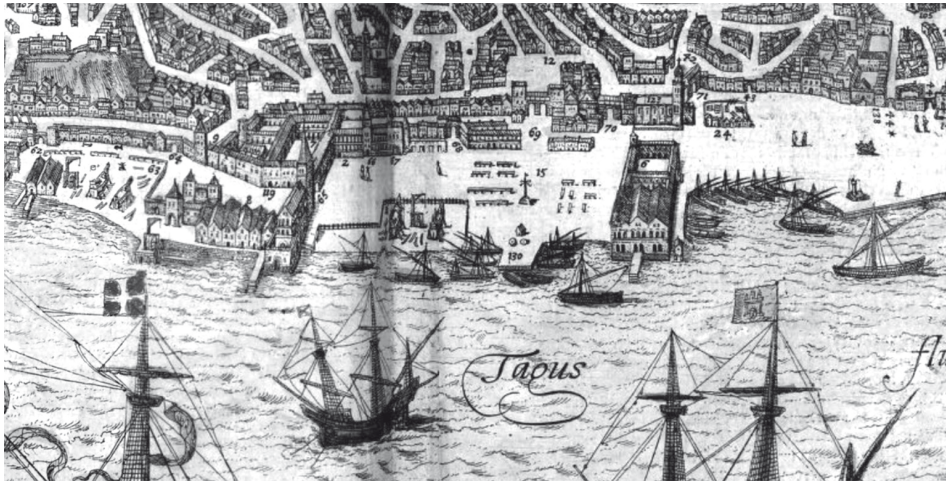


Fig. – 18 Pormenor de *Civitatis Orbis Terrarum* de Georg Braun onde vemos representados os famosos Paços da Ribeira (2), a Casa da Índia antiga (7), a Casa da Índia nova (8) e a Porta do Armazém (64). Cf. The Library of Congress. Disponível em <https://www.loc.gov/item/2008627031/>

⁹⁶ Cf. GÓIS, Damião de – Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa (trad. de Raul MACHADO). *Damiani Goes Equitis Lusitani Urbis Olisiponis Descriptif*. [Texto latino de Damião de Góis]. Lisboa: Livraria Avelar Machado, 1937, p. 29.

⁹⁷ Cf. DE VALCKENSTEIN, Nicolau Lanckman de; NASCIMENTO, Aires A; BRANCO, Maria João V; ROSA, Maria de Lurdes – *Leonor de Portugal Imperatriz da Alemanha: Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman De Valckenstein*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

⁹⁸ Cf. ORTELIUS, Abraham – *Theatrum Orbis Terrarum*. Antuérpia, 1570; Cf. BRAUN, Georg – *Civitates orbis terrarum*. 6 Vols. Cologne, 1572-1617.

No Atlas de Georg Braun, *Civitates orbis terrarum*, o Paço da Ribeira aparece descrito tal como era, com uma traça sem tradição na arquitectura da Europa renascentista. Mesmo, ao descrever os «sete monumentos que embelezam a cidade [...] *construidos por singular clarividência dos nossos reis, com incrível sumptuosidade*», Frei Nicolau de Oliveira⁹⁹ realça dois edifícios de carácter pio e de assistência a pobres e doentes (a Misericórdia e o Hospital de Todos-os-Santos), um para hospedagem de embaixadores e gente importante (os Estaús) e os restantes ligados ao comércio, à administração e ao abastecimento da cidade (o Terreiro do Trigo, a Alfândega Nova, a Casa da Índia e o Arsenal), quase todos localizados no local que serviu de eixo urbano à Lisboa dos Descobrimentos, igualmente representados por Georg Braun¹⁰⁰.



Fig. – 19 Lisboa – o Rossio e o Hospital de Todos os Santos – antes do terramoto de 1-11-1755, vendo-se ao fundo o castelo de Lisboa. Água-tinta de 1787. Colecção Celestino da Costa, existente no Palácio das Galveias. *Apud* SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, p. 32 (encarte).

⁹⁹ Cf. OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. pref. de Francisco SANTANA. Lisboa: Vega, 1991, p. 51.

¹⁰⁰ Cf. BRAUN, Georg – *Civitates orbis terrarum*. Vol. V. Cologne, 1572-1617.

O castelo situado «[...] no local mais alto da cidade, mais forte pela disposição do sítio do que por artifício (...) por isso não se guarda, servindo apenas para habitação do governador da cidade [alcaide] e para prisão de gentes *importantes* [...]» já alterado na sua traça por séculos de utilização deixa de ter importância defensiva e militar¹⁰¹.

A Lisboa Pombalina que renasce do maior sismo que alguma vez a atingiu (a história de Lisboa está repleta de ocorrências desta natureza) possui rua alinhadas e quarteirões simples. Em certas zonas a reconstrução opera-se durante um século, sobre metros de entulho impossível de retirar. Com esta tragédia a cidade perdeu o esplendor glosado por portugueses e estrangeiros mas adquiriu uma nova vida. A partir desta época Lisboa crescerá na direcção de Campolide, do Rato, de Alcântara e de Arroios.



Fig. – 20 Lisboa nas vésperas do terramoto de 1755. Imagem gerada por computador a partir de maquete existente no Museu da Cidade. Fotograma do documentário produzido pelo *Smithsonian Channel*, intitulado “Perfect Storms: God’s Wrath, Lisbon”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1qtXI3WXGVA&feature=youtu.be&t=8>

¹⁰¹ Cf. “Retrato e reverso do Reino de Portugal”. In MARQUES, A.H. de Oliveira – *Revista Nova História – Século XVI*. n.º 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 87.

As descrições que melhor dão conta da vida em Lisboa nos séculos XVIII e XIX são da autoria de viajantes ou residentes estrangeiros, como Thomas Coxem (1701)¹⁰², o médico, botânico e naturalista alemão Johann Heinrich Friedrich Link (1767-1851)¹⁰³, o pastor sueco Ruders¹⁰⁴, em 1798 até 1802, o mais observador de todos, no quotidiano da cidade, William Beckford¹⁰⁵, a Duquesa de Abrantes¹⁰⁶, o cardeal nuncio Bartolomeo Pacca, durante sete anos, de 1795 a 1802, o Dr. J. B. F. Carrère, relativo a uma viagem em 1796, o velho negociante francês Ratton, que escreveu sobre uma longa experiência de mais de meio século, desde 1747 até 1810, e o anónimo autor de *Sketches of Portugal, Life and Manners, Costume and Character*, indo de 1795 a 1804. Segundo estas fontes, Lisboa era uma cidade com cerca de 237 mil habitantes contados em 1801. Desses, cerca de 15 mil, calculados pelo pastor Ruders¹⁰⁷ que também contou 80 mil cães vadios pelas ruas de Lisboa, eram antigos escravos negros libertos do Brasil.

¹⁰² Cf. COX, Thomas — *Relação do Reino de Portugal*, 1701. Lisboa: BNP, 2007.

¹⁰³ Cf. LINK, Heinrich Friedrich — *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha [1797-1798]*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005.

¹⁰⁴ Cf. RUDERS, Carl Israel — *Relato, sob a forma de cartas, da vida em Lisboa entre 1798 e 1802, da autoria do pastor protestante sueco, Carl Israel Ruders, capelão da legação sueca em Portugal*. Lisboa: BNP, 2002; RUDERS, Carl Israel — *Viagem em Portugal, 1798-1802: texto complementar*. 2.º vol. Lisboa: BNP, 2002.

¹⁰⁵ Cf. BECKFORD, William — *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa: BNP, 2009.

¹⁰⁶ Cf. ABRANTES, Duquesa de — *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806*. Lisboa: BNP, 2008.

¹⁰⁷ Cf. RUDERS, Carl Israel — *Relato, sob a forma de cartas, da vida em Lisboa entre 1798 e 1802, da autoria do pastor protestante sueco, Carl Israel Ruders, capelão da legação sueca em Portugal*. Lisboa: BNP, 2002; Ruders, Carl Israel, — *Viagem em Portugal, 1798-1802: texto complementar*. 2.º vol. Lisboa: BNP, 2002.



Fig. – 21 Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1785 de Francisco D. Milcent (1786). Abrange, em longitude, a área compreendida entre Alcântara e Santa Apolónia e, em latitude, da Ribeira até S. Sebastião da Pedreira. Este exemplar foi publicado em 1786 no Atlas “Nouveau contenant toutes les partis du Monde”, de Jean Covens e Corneille Mortier, e no “Almanach para o anno de 1796”, tendo sido efetuadas várias reproduções não atualizadas da mesma, nos anos de 1800, 1812, 1826 e 1843. Cf. Museu de Lisboa – Palácio Pimenta. Disponível em http://www.museudelisboa.pt/pecas/detalhe/news/plano-geral-da-cidade-de-lisboa-em-1785/?no_cache=1&tx_news_pi1%5Bcontroller%5D=News&tx_news_pi1%5Baction%5D=detail&cHash=072a503a8ff6296f21cd70f28be0f81

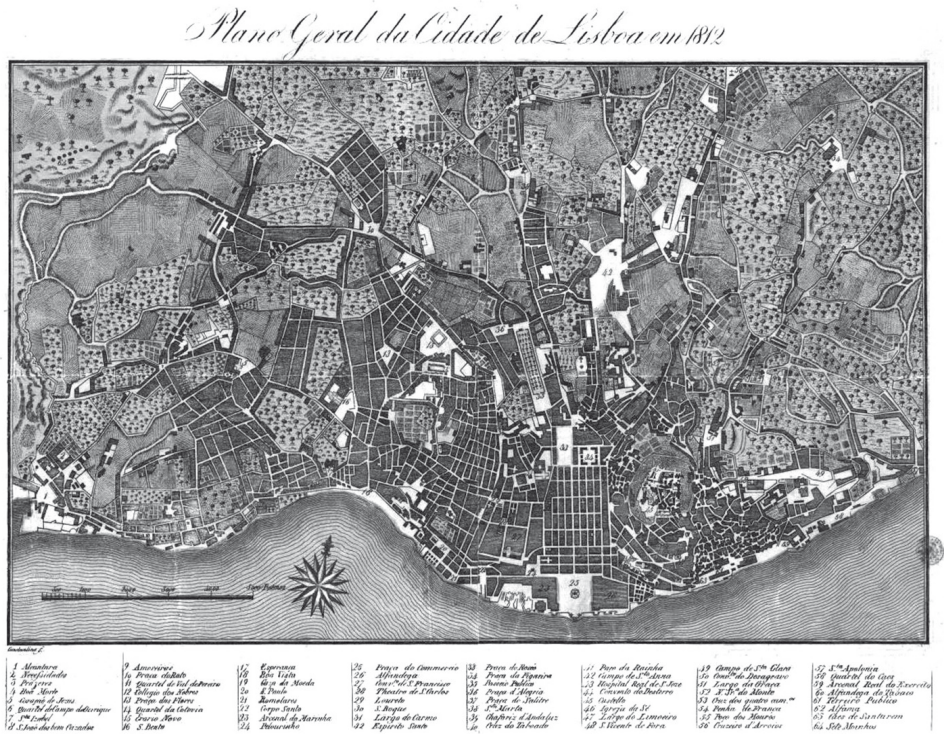


Fig. – 22 CONSTANTINO, F. (1802-1874) – Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1812. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Plano_geral_da_cidade_de_Lisboa_em_1812.jpg

Era uma população maioritariamente analfabeta, mas ainda assim publicavam-se, só em 1809, 24 periódicos em Lisboa. Existiam duas salas para espectáculos de teatro mais burguês ou mais popular, uma na Rua dos Condes e outra no Salitre onde eram poucas as actrizes, por apenas em 1799 terem sido autorizadas a pisar palcos. O Teatro S. Carlos inaugurado em 1793, luxuoso, à escala europeia ou italiana, passou a ser, e durante mais de um século lisboeta, a jóia da coroa que propiciava espectáculos de ópera para os mais nobres e instruídos. Para o povo miúdo, nas feiras fora de portas, no Campo Grande, na Luz, nos Prazeres, as distrações eram mais ao gosto popular, de comes e bebes, danças de fofa, *chula* ou *lundum* de negros que pelas ruas da cidade se espalhavam, largadas de touros iam à praça do Salitre, à Alegria-de-Cima, entre peões do povo e cavaleiros da fidalguia. Os burgueses, esses continuavam a não ir ao Passeio Público da cidade pombalina, proibido aos populares. O Campo Grande era frequentado por

quem desejava passeios mundanos a cavalo¹⁰⁸. Os intelectuais não passeavam nem iam ainda à ópera e frequentavam os cafés e botequins do Rossio – o Parras e o Nicola – ou as boticas (cerca de cento e duas em 1805) onde uns jogavam o gamão assoando o rapé em grandes lenços vermelhos, os “alcobaças”, e outros discutiam política sob a escuta dos agentes – “moscas” – do Intendente-geral da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique.



Fig. – 23 BATTY, Robert – Largo de Pelourinho (junto à Câmara Municipal de Lisboa). London: Moon, Boys & Graves, 1830.
Apud OLIVEIRA, César (Dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 103.

Lisboa enchia-se de casas com terceiros andares e de palácios que a burguesia financeira mandava construir ou projectar¹⁰⁹. O primeiro foi o palácio dos Quintelas, à Rua do Alecrim; o de Machados e Caldas, na mesma zona; o terceiro palácio dos Cruzes do Tabaco, já morgado de Sobral, em 1801; ou o do Bandeira, à Lapa, em gosto solarengo ainda abarrocado, de capela à ponta. A nobreza velha construía também, desde 1780: o palácio Valadares ao

¹⁰⁸ Cf. FRANÇA, José-Augusto, «Lisboa, 1800». In HOMEM, Armando Luís Carvalho (dir.) – *Anais, Série História*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, n.º 7/8, 2000-2001, p. 9-20.

¹⁰⁹ Cf. MATOS, José Sarmento – «O palácio e a cidade». In *Lisboa Iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1994, p. 33-50.

Carmo; o Lafões ao Grilo; o Castelo-Melhor ao Passeio Público¹¹⁰. Em 1802 iniciou-se a construção do paço real da Ajuda¹¹¹.



Fig. – 24 Monumento aos Restauradores e Avenida da Liberdade na Lisboa do Séc. XIX. Apud OLIVEIRA, César (Dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 203.

De 1852 a 1857, abre-se uma estrada de circunvalação que passa já por Alcântara, Prazeres, Campolide, S. Sebastião da Pedreira, Arco do Cego, Arroios, Penha de França, Cruz da Pedra e Santa Apolónia. Em 1864 realiza-se o primeiro recenseamento geral da população, que aponta para a existência de 167 mil habitantes dentro de Lisboa e 34 mil em áreas periféricas, hoje já integradas na malha urbana da cidade. Cem anos depois, no censo de 1960, os habitantes de Lisboa tinham-se multiplicado exponencialmente para 817 300 moradores. É entre o século XIX e o século XX que nasce a cidade industrial e consolida-se a cidade cosmopolita. Em 1884, a velha Praça da Figueira, mercado central de Lisboa, é transformada e coberta por uma estrutura de ferro. A avenida da Liberdade (1886) é a primeira de Lisboa, e substitui o Passeio Público

¹¹⁰ Cf. MATOS, José Sarmiento – *idem*, p. 33-50.

¹¹¹ Cf. FRANÇA, José-Augusto – *op. cit.*, p. 9-20.

do tempo de Sebastião José de Carvalho e Melo¹¹². Rasga-se outra linha de circunvalação que inclui, nos limites de Lisboa, Chelas, a estrada militar da Ameixoeira, o Lumiar e Sete Rios.

Durante os primeiros anos do século XX, os lisboetas mais endinheirados continuam a passar os Verões nas quintas que se estendem para Benfica e pelo Lumiar, e os menos abastados carregam o farnel e os filhos todos os fins-de-semana num “chora” puxado por uma parelha de cavalos ou muares para as hortas dos Olivais ou de Campolide ou ainda de Chelas. Este é o tempo em que são rasgadas as Avenidas Novas, que ligam vários pontos da cidade, partindo as primeiras da Rotunda e o último bairro a ser completado é o Bairro Azul.

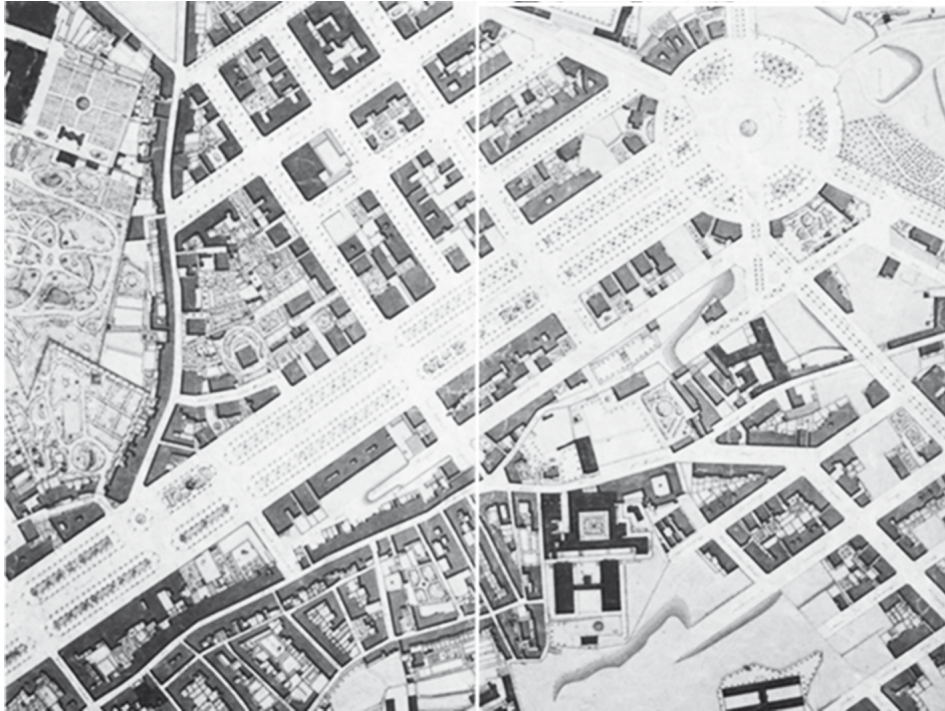


Fig. – 25 Planta da Avenida da Liberdade em Lisboa. Destaca-se a inexistência ainda do lanço da rua Alexandre Herculano de ligação às ruas de Santa Marta e Condes de Redondo. Cf. *Arquitetura Portuguesa*. Disponível em <http://www.arquiteturaportuguesa.pt/a-cidade-do-sec-xix/>.

¹¹² Cf. SILVA, Raquel Henriques da – «As avenidas de Lisboa». In *Lisboa Iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1994, p. 97-108.

No final do século XIX Lisboa possuía já 42 freguesias e este é o período em que Lisboa recebe grandes quantidades de migrantes vindo do país interior, vagas que se prolongam até aos anos 60 do século XX, tendo como efeito um progressivo abaixamento da natalidade e a assimilação das mais antigas comunidades residentes como é o caso das varinas originárias de Aveiro e Ovar e dos galegos, tradicionalmente ligados ao negócio do carvão. Lisboa é ponto de chegada, mas também ponto de partida; de chegada para quem foge à miséria rural, de partida para quem a Lisboa vem tomar o vapor que o levará para as Américas e para África. Por volta de 1900, o número de habitantes nascidos fora da capital é já superior ao dos naturais de Lisboa. Estes migrantes vêm alimentar a crescente indústria cuja zona se localiza ao longo do rio Tejo. No Beato e Xabregas situam-se os armazéns e as moagens, na Boavista junto a Santos, as fundições e em Alcântara as fábricas. Os operários, classe social urbana nascente ocupam tradicionalmente os bairros pobres, ou seja os mais antigos como a Mouraria, Alfama, Castelo, Graça e Madragoa.

No último quartel do século XX o número de freguesias ascendia já a 53, sendo os limites da cidade os termos de Belém, Benfica e Carnide, Lumiar e Ameixoeira, Charneca e Olivais. Nesta urbe distinguem-se três grandes zonas: a Baixa, o porto e os bairros antigos (com comércio e populações pobres); os bairros da primeira metade do século XX constituídos por prédios de arrendamento; os bairros novos como Areeiro-Alvalade, Benfica, Lumiar, Olivais caracterizados por grandes blocos habitacionais e zonas comerciais independentes.

Hoje, entrados no século XXI os locais da cidade são menos característicos e pitorescos, não escapando a uma uniformização que os novos tempos trouxeram a todos os domínios da vida na urbe não se distinguindo nos hábitos, no falar e no vestuário os moradores dos “forasteiros” da periferia. O número das pessoas que trabalham na cidade inclui os habitantes dos subúrbios-dormitórios da margem norte – Amadora, Cacém, Loures; e os da margem sul – Almada, Barreiro, Seixal, que se identificam tanto com a cidade como os seus naturais¹¹³. Lisboa já não se fica nos limites do concelho, estende-se aos concelhos vizinhos como processo identitário de todos os que vivem na sua área metropolitana.

¹¹³ Cf. DIAS, Marina Tavares – *Lisboa Desaparecida*. Vol. I. Lisboa: Quimera Editores, 1987, p. 12.

Referências¹¹⁴

- ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806*. Lisboa: BNP, 2008.
- ALEXANDRE, Valentim – *Os Sentidos do Império, Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALMADA, Câmara Municipal. Museu da Cidade – *Companhia Portuguesa de Pescas*. Disponível em http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/MUSEUS/DESTAQUES/DETALHE/?mus_destaquas_detalhe=43367679&cboui=43367679
- ALMEIDA, António Augusto Marques de – *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria: o Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549) – aproximação a um estudo de Geofinança*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.
- AMORIM, Fernando – «A Europa dos nacionalismos imperiais: Berlim, 1885». In MOITA, Luís [dir. de] – *Janus 2008 — Anuário de Relações Exteriores: O que está a mudar no trabalho humano*. Lisboa: Ed. Público e Universidade Autónoma, 2008. Disponível em [http:// http://www.janusonline.pt/arquivo/2008/2008_2_6.html](http://http://www.janusonline.pt/arquivo/2008/2008_2_6.html)
- «Tordesilhas: ponto de encontro; lugar de partida». In MOITA, Luís [dir. de] – *Janus 99-2000 — Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Ed. Público e Universidade Autónoma, 1999. Disponível em http://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000_1_7.html

¹¹⁴ Referências bibliográficas de acordo com a NP405. Cf. NP 405-1.1994> Informação e Documentação – *Norma Portuguesa: informação e documentação: referências bibliográficas: documentos impressos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1995; NP 405-2.1998> Informação e Documentação – *Norma Portuguesa: informação e documentação: referências bibliográficas: parte 2: materiais não livro*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1998; NP 405-3.2000> Informação e Documentação – *Norma Portuguesa: informação e documentação: referências bibliográficas: parte 3: documentos não publicados*. Lisboa: Instituto Português de Qualidade, 2000; NP 405-4. 2002> Informação e Documentação – *Norma Portuguesa: informação e documentação: referências bibliográficas: parte 4: documentos electrónicos*. Lisboa: Instituto Português de Qualidade, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DO TOMBO – *Companhia Nacional de Navegação*. Disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1639>

AZEVEDO, J. Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico: esboços de História*. 4.^a ed. Lisboa: Clássica Editora, 1988.

— *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. 3.^a ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

AZEVEDO, Pedro de – *Documentos para a história marítima e comercial de Portugal nos reinados de D. Afonso IV a D. Duarte*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, s.d.

BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo – *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: ed. Crítica, 1978.

— *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*. Barcelona: Ariel, 1974.

BASTO, Artur Carlos de Barros – *D. Yahia Ben-Yahia, o 1.º Rabi-Mor de Portugal*. [S.l.: s.n.], 1944.

BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa: BNP, 2009.

BENSAÚDE, Joaquim – *A cruzada do infante*. Lisboa, 1943.

BRAUN, Georg – *Civitates orbis terrarum*. 6 Vols. Cologne, 1572-1617.

BUARCOS, João Brandão de – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Coleção Cidade de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

COELHO, António Borges – *Raízes da Expansão Portuguesa*. 4.^a edição. Lisboa: Prelo, 1979.

CONCEIÇÃO, Alberto J. da; BARROS, António S. de; SARDINHA, José M. – *Setenave: História de um Estaleiro (1971-1989)*. Lisboa: edições Colibri, 2016.

CORTESÃO, Jaime – *A Política de Sigilo nos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, 1960.

— *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Col. obras completas de Jaime Cortesão. Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 1984.

COX, Thomas — *Relação do Reino de Portugal, 1701*. Lisboa: BNP, 2007.

CULTURA, Secretariado Nacional da Pastoral da — *António, o mais popular de todos os Santos*. Disponível em http://www.snpcultura.org/antonio_o_mais_popular_de_todos_os_santos.html

DE VALCKENSTEIN, Nicolau Lanckman de; NASCIMENTO, Aires A; BRANCO, Maria João; ROSA, Maria de Lurdes — *Leonor de Portugal Imperatriz da Alemanha: Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman De Valckenstein*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

DIAS, Marina Tavares — *Lisboa Desaparecida*. Vol. I. Lisboa: Quimera Editores, 1987.

DINIS, Pe. António Joaquim Dias, (dir. de) — *Monumenta Henricina*. vol. I. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

DOMINGUES, Ângela — «Lisboa». In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.); DOMINGUES, Francisco Contente (coord.) — *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

FALCÃO, Luís Figueiredo — *Livro En Que Se Contem Toda A Fazenda E Real Patrimonio Dos Reynos De Portugal, India, Ilhas Adjacentes, (1607)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

FERREIRA, Manuel Ennes — «Espaço Económico Português/Mercado Único Português». In ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (dir.); ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *Dicionário de História dos Estado Novo*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

— *Angola-Portugal: do Espaço Económico Português às Relações pós-Coloniais*. Lisboa, 1990.

FRANÇA, José-Augusto — «Lisboa, 1800». In HOMEM, Armando Luís Carvalho (dir.) — *Anais: Série História*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, n.º 7/8, 2000-2001.

GODINHO, Vitorino Magalhães — *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, 1971.

- *A Expansão Quatrocentista Portuguesa: Problemas das origens e da linha de evolução*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, Ld.^a, 1944.
- *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: Editorial Gleba Ld.^a. S.d.
- *Ensaio II (Sobre História de Portugal – A evolução dos complexos histórico-geográficos)*. 2^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.
- GÓIS, Damião de – *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa* (trad. de Raul MACHADO). Damiani Goes Equitis Lusitani Urbis Olisiponis Descriptif. [Texto latino de Damião de Góis]. Lisboa: Livraria Avelar Machado, 1937.
- GONÇALVES, Iria – «Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média». In *Um olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996.
- «Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa». Separata de *Estudos Medievais*. n.º 7. Porto, 1986.
- «Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa». In *Um olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996.
- HESPANHA, António – *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)* (dir. de José MATTOSO). Vol. IV. Lisboa: ed. Círculo de Leitores, 1992-1994.
- IGREJA CATÓLICA. Patriarcado de Lisboa – *Patriarcado de Lisboa: no curso dos tempos*. Disponível em http://www.patriarcado-lisboa.pt/site/index.php?cont_=40&tem=75
- ISAAC, Francisco Maria Botelho Barata – *Sesnando Davides: - Alvazil, Cônsul, Estratégia e Moçárabe*. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/12224/1/ulfl157009_tm.pdf
- LÉONARD, Yves – «A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)». In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha [1797-1798]*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005.

LISBOA, Foral – *Foral de Lisboa, 1179*. AMLSB / AL / CMLSB / CREG – CR / 01 – 02 (trasladado); BNP – Foral de Lisboa, 1179. Disponível em http://purl.pt/6432/6/sc-1091-a_PDF/sc-1091-a_PDF_24-C-R0150/sc-1091-a_0000_capa-capat24-C-R0150.pdf

LOBATO, Alexandre – «Ainda em torno da Conquista de Ceuta». Separata da Revista *Clio*, n.º. 5. Lisboa, 1986.

— «Introdução, 1 – Para uma velha teoria da conquista de Ceuta». In *A Vida Quotidiana em Ceuta Depois da Conquista (1415-1437)*. Lourenço Marques: sn., 1974.

— «Introdução, 2 – Para a eliminação da burguesia na conquista de Ceuta». In *A Vida Quotidiana em Ceuta Depois da Conquista (1415-1437)*. Lourenço Marques: sn., 1974.

— *A Vida Quotidiana em Ceuta Depois da Conquista (1415-1437)*. Lourenço Marques: s.n., 1974.

LOPES, David – «Que fomos nós fazer a Marrocos». In *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Introd. de Salvador Dias ARNAUT. Porto: ed. Livraria Civilização, 1986.

LUZ, Francisco Paulo Mendes da – «Dois Organismos da Administração Ultramarina no séc. XVI: A Casa da Índia e os Armazéns da Guiné, Mina e Índias». In separata de *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, n.º 16, 1975.

— *Regimento da Casa da Índia*. Lisboa: ICALP, 1992.

MACEDO, Duarte Ribeiro de – «Sobre a Introdução das Artes», 1675. In SÉRGIO, António (Selec., Pref., Notas) – *Antologia dos Economistas Portugueses: século XVII*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.

- MARQUES, A.H. de Oliveira – *Revista Nova História – Século XVI*. n.º 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- MARQUES, João Martins da Silva; Alberto IRIA – *Descobrimentos Portugueses, 1147-1460*. 2ª ed. fac-similada. Lisboa: INIC, 1988.
- MARTINS, Joaquim P. de Oliveira – *Os Filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães ed., 1983.
- MATOS, José Sarmiento – «O palácio e a cidade». In *Lisboa Iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1994.
- MAURO, Frédéric – *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. 2 vols. Lisboa: Estampa, 1989.
- MAYER, Jorge Fonseca; STOLS, Eddy; OLIVEIRA, Mickael de – *Lisboa em 1514: O Relato de Jan Tacoen van Zillebeke*. Cadernos de Cultura. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2015.
- MORAIS, Tancredo Octávio Faria de – *História da Marinha Portuguesa: da Nacionalidade a Aljubarrota*. Prefácio de Jaime Afreixo (Vice-Almirante). Lisboa: Editorial Ática, MCMXL [1940].
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Sumário em que brevemente se contêm algumas cousas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*. Lisboa: sn., 1938.
- OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. pref. de Francisco SANTANA. Lisboa: Vega, 1991.
- ORTELIUS, Abraham – *Theatrum Orbis Terrarum*. Antuérpia: sn., 1570.
- PARDAL, Maria João Martins – *O Terramoto de 1755: a Urbanização da Nova Lisboa*. Lisboa: Produções Editoriais, Lda., 2005.
- PORTUGAL. Dom Fernando I – *Traslado da Lei das Sesmarias*. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4223275>
- RESENDE, André de – *Oratio pro Rostris*. (ed. de Miguel Pinto de MENESES e A. Moreira de SÁ). Lisboa, 1956.

- RIBEIRO, Orlando — *Introduções Geográficas à História de Portugal: estudo crítico*. col. Estudos Portugueses. Lisboa: ed. INCM, 1977.
- *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 5.^a ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.
- ROCHA, Edgar — «Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias». In *Análise Social*. Vol. XIII (51).
- RUDERS, Carl Israel — *Relato, sob a forma de cartas, da vida em Lisboa entre 1798 e 1802, da autoria do pastor protestante sueco, Carl Israel Ruders, capelão da legação sueca em Portugal*. Lisboa: BNP, 2002.
- *Viagem em Portugal, 1798-1802: texto complementar*. 2.^o vol. Lisboa: BNP, 2002.
- SANTOS, José Ferreira dos (Capitão da Marinha Mercante e Membro Efectivo da Academia de Marinha) — «Companhia Colonial de Navegação». *Revista Bordo Livre*. (2002).
- *SOPONATA: Quando Portugal tinha Marinha Mercante*. Disponível em <http://farofaro.blogspot.pt/2011/02/soponata-quando-portugal-tinha-marinha.html>
- SÉRGIO, António — *Ensaio I, A Conquista de Ceuta (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)*. Rio de Janeiro e Porto: Editores Annuário do Brasil e Renascença Portuguesa, 1919.
- *Ensaio IV, Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal*. Lisboa: sn, 1934.
- *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. 10.^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo — «Portugal — Uma Realidade Histórica». In *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. Vol. I. 3.^a Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.
- SERRÃO, Joel — *O Carácter Social da Revolução de 1383*. 4.^aed. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

SILVA, Raquel Henriques da – «As avenidas de Lisboa». In *Lisboa Iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1994.

VASCONCELOS, Luís Mendes de – «Diálogos do Sítio de Lisboa», 1608. In SÉRGIO, António (Selec., Pref., Notas) – *Antologia dos Economistas Portugueses: século XVII*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de Guiné* (segundo o ms. de Paris. Versão modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de José de BRAGANÇA), Biblioteca Histórica, Série Ultramarina. Porto: Livraria Civilização Editora, 1973.

A paradiplomacia de uma cidade: a estratégia de internacionalização de Lisboa nas últimas décadas

LUÍS MOITA

Professor Catedrático e Director do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa, Director da unidade de investigação OBSERVARE (Observatório de Relações Exteriores), do anuário JANUS e da revista científica JANUS.NET, *e-journal of International Relations*. Foi Vice-Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa entre 1992 e 2009.

A paradiplomacia de uma cidade: a estratégia de internacionalização de Lisboa nas últimas décadas

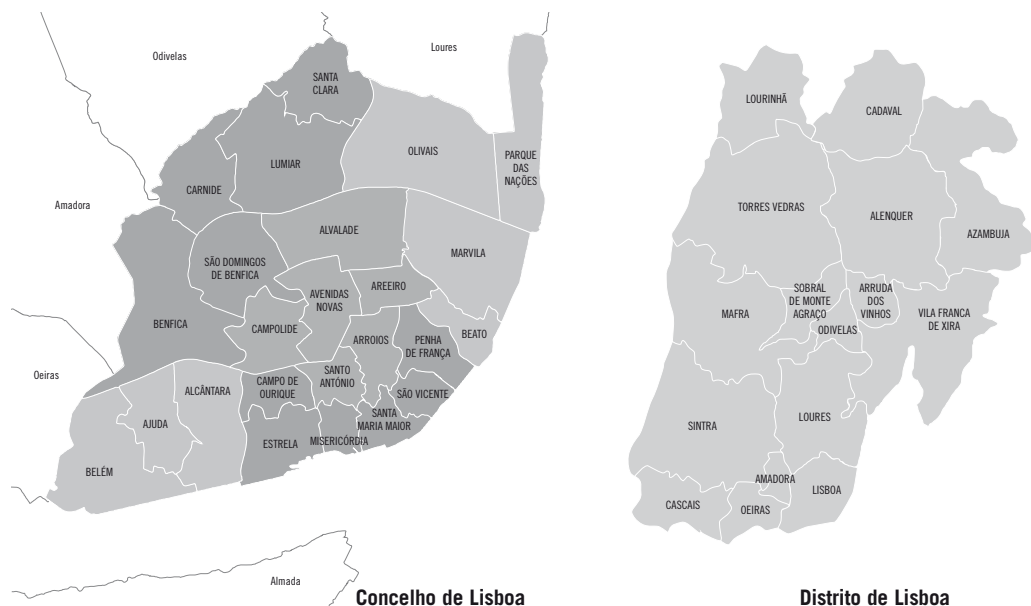
DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

O estudo da paradiplomacia de Lisboa obriga, antes de mais, a averiguar qual o âmbito dessa unidade de análise que designamos por Lisboa. Por um lado, tal unidade pode ser considerada em diversas dimensões e em escalas variadas; por outro, uma cidade é um mundo que encerra diversos outros mundos. Em qualquer dos casos, precisamos de delimitar o objecto de estudo.

De que Lisboa falamos

Na nomenclatura utilizada encontramos uma significativa variedade de designações: Lisboa Cidade, Concelho de Lisboa, Distrito de Lisboa, Grande Lisboa, Região de Lisboa, Área Metropolitana de Lisboa, Região de Lisboa e Vale do Tejo, Arco Metropolitano de Lisboa, Macro-Região de Lisboa. Todas estas entidades se reportam a Lisboa, as suas envolventes são maiores ou menores, cada uma terá competências e desempenhará papéis que determinam estratégias nem sempre coincidentes. Vejamos brevemente:

A **Cidade de Lisboa** é uma realidade bem delimitada: tem 100 km², nela residem entre 500 e 600 mil pessoas, mas abriga uma população flutuante de mais 300 mil, é a capital do país, é gerida por um município com todos os órgãos do poder local.



O **Concelho de Lisboa** coincide na prática com a cidade de Lisboa. Quanto ao **Distrito de Lisboa** inclui 16 Concelhos¹, mas deve referir-se que o Distrito é uma tradicional divisão administrativa do território português, porventura tendente a cair em desuso, designadamente após a eliminação dos “Governos Cívicos”, embora ainda desempenhe um papel de circunscrição eleitoral para efeitos de distribuição dos deputados à Assembleia da República.

Por sua vez a expressão **Grande Lisboa** é usada correntemente com sentido algo indeterminado, apontando apenas para uma ordem de grandeza, por vezes abrangendo só o norte da cidade, outras vezes alargando-se para sul, como uma “cidade de duas margens”, acima e abaixo do Rio Tejo, incorporando a grande aglomeração de Almada. Tecnicamente, porém, “Grande Lisboa” designou uma sub-região estatística portuguesa, abrangendo nove Concelhos² e constituindo uma unidade do tipo NUTS III, no sistema da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

¹ Azambuja, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourenha, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.

² Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.

De modo semelhante, encontramos a designação **Região de Lisboa**, também como região estatística portuguesa (agora NUTS II), abrangendo a metade sul do Distrito de Lisboa e a metade norte do Distrito de Setúbal, num total de 18 Concelhos.

Com características diferentes, surge a **Área Metropolitana de Lisboa**, a qual representa uma entidade institucionalizada, com órgãos próprios e competências legalmente atribuídas. É integrada por 18 Concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal³ e presidida, actualmente, pelo Presidente da Câmara de Sintra, assistido por vários órgãos colegiais.



Área Metropolitana de Lisboa

³ Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais, Sintra, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira, Mafra, Almada, Seixal, Sesimbra, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela e Setúbal.

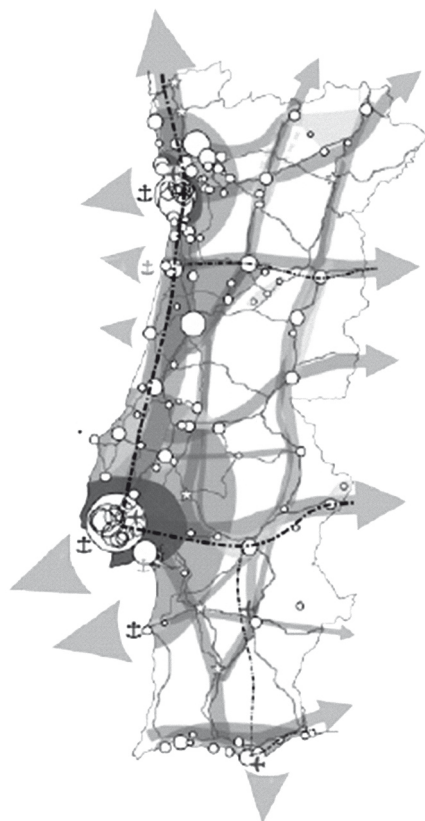
De âmbito mais vasto é a **Região de Lisboa e Vale do Tejo** que delimita uma área de importante função de planeamento estratégico com vista ao desenvolvimento, com um órgão próprio que é a Comissão de Coordenação do Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT). Engloba 50 Concelhos, divididos por cinco sub-regiões: Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Oeste e Península de Setúbal.



Se as anteriores unidades de análise se podem delimitar geograficamente, sendo em geral assumidas por uma entidade institucional, certas abordagens predominantemente sociológicas identificam outras áreas territoriais, portadoras de factores de carácter relacional e susceptíveis de serem objecto de políticas públicas. Por exemplo, o programa comunitário ESPON (European Observation Network for Territorial Development and Cohesion) utiliza abundantemente a categoria de “área urbana funcional”, segundo a qual a cidade é redefinida em função dos

“movimentos pendulares casa-trabalho” dos seus habitantes⁴. Todavia, na ausência de um perímetro claro para a delimitação da área em causa, o conceito de “área urbana funcional” é de difícil aplicação para o nosso estudo. Mais específica é a designação de “região urbana funcional”, usada pela OCDE, essencialmente assente nas “relações económicas e sociais no território, em detrimento dos critérios convencionais político-administrativos ou histórico-geográficos”⁵. Um estudo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa serve-se deste conceito de “região urbana funcional” para traçar o que chama “arco metropolitano de Lisboa”, onde a capital é envolvida por uma vasta cintura de territórios adjacentes, à maneira de uma coroa periférica que já não coincide com qualquer entidade institucional, mas onde prevalecem as interações funcionais, os movimentos das pessoas e as dinâmicas sociais⁶.

Mais recentemente, um estudo promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian (*Iniciativa Cidades*), em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa e diversas Universidades portuguesas, intitulado *Uma Metrópole para o Atlântico*⁷,



Arco Metropolitano de Lisboa

Fonte: Ferrão, J., o. cit.

⁴ Ver sobretudo ESPON Atlas, Mapping European Territorial Structures and Dynamics, Novembro de 2014, disponível em <http://atlas.espon.eu/> (consultado em 23/1/2017).

⁵ Ferrão, J. (coord.), Regiões Funcionais, Relações Urbano-Rurais e Política de Coesão pós 2013, ICS, Julho de 2012, disponível em http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=regioes_funcionais.pdf (consultado em 23/1/2017).

⁶ Ver nota anterior.

⁷ Félix Ribeiro, JM; Moura, F; Chorincas, J (coord) (2015). “Uma metrópole para o Atlântico”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (ISBN 9789729909870).

utilizou a designação de **Macro-Região de Lisboa** para identificar uma vasta área geográfica polarizada pela capital portuguesa, o chamado Arco Metropolitano de Lisboa, englobando seis NUTS III e três Concelhos alentejanos⁸, segundo o conceito, defendido por certos geógrafos, de “dimensão emprestada”, como se a reduzida escala urbana da Cidade de Lisboa fosse valorizada pela agregação de vastos espaços que, de uma maneira ou outra, são atraídos para a sua órbita, no caso prolongando-se a norte até Leiria, a sul até Sines e a leste até Évora.

Como vemos, há profundas diferenças entre estas várias designações referentes a Lisboa. Umas são actuais, outras talvez obsoletas. Umas puramente estatísticas e de valor quase simbólico, outras relativas a instituições com sólidas competências, outras ainda mais dotadas de valor prospectivo. Aparentemente as mais consistentemente institucionalizadas são o Município de Lisboa, a Área Metropolitana de Lisboa e a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Como veremos mais à frente, algumas das visões mais importantes para o futuro de Lisboa reportam-se à Região e não apenas à Cidade. Além disso, algumas das instituições referidas têm desempenhado papel fundamental no processo de internacionalização de Lisboa: é certamente o caso da CCDR-LVT, organismo de planeamento regional, com a particularidade de fazer a ligação ao Comité das Regiões da União Europeia, bem como à gestão de fundos comunitários destinados ao desenvolvimento regional.



⁸ São a Área Metropolitana de Lisboa, o Oeste, a Região de Leiria, a Lezíria do Tejo, o Médio Tejo e Alentejo Litoral mais três Concelhos do Alentejo Central, a saber Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Évora.

Sem prejuízo destas evidências, razões de carácter metodológico levaram a circunscrever o presente estudo à Cidade de Lisboa em sentido estrito. Prescindindo da perspectiva regional, omite-se a análise da Grande Lisboa, ou da Área Metropolitana, ou do arco metropolitano de Lisboa, ou da Macro-Região de Lisboa. Em consequência, o objecto da pesquisa limita-se ao Município de Lisboa, com os seus órgãos de poder local e os respectivos departamentos, incluindo ainda aquelas instituições que, gozando de maior ou menor autonomia, são de iniciativa municipal ou se situam na sua imediata esfera de acção⁹.

Uma cidade é um mundo de muitos outros mundos

Uma cidade é um vasto complexo de sistemas e subsistemas, onde se articulam as mais variadas dimensões, sociais, económicas, culturais, ambientais, umas informais, outras altamente institucionalizadas, enfim, um mundo de mundos. Ao estudar a paradiplomacia da Cidade de Lisboa, tentando identificar a sua estratégia de internacionalização, é impossível ignorar que algumas das esferas dessa multiforme actividade têm papel decisivo nos processos de internacionalização. Basta pensar em dois “universos” que fervilham no interior da cidade, para além do município e de associações da mais diversa índole: o mundo das empresas e em geral dos agentes económicos e o mundo das universidades e dos centros de investigação. Todavia, facilmente se compreende que o âmbito deste estudo não pode abarcar esses diversos mundos que compõem a cidade: seria interminável analisar à luz da internacionalização o mundo da produção e dos negócios, o da cultura nas suas múltiplas manifestações, o das instituições de ensino e de pesquisa, as comunidades científicas e profissionais e assim por diante. Daí a necessidade de uma outra delimitação metodológica para o perímetro do presente trabalho: vamos limitar-nos às entidades que representam a Cidade enquanto tal, as que podem falar e actuar em nome de Lisboa.

Assim, o estudo da paradiplomacia de Lisboa tem um carácter duplamente redutor: uma limitação geográfico-administrativa à cidade, em sentido estrito, e uma limitação do ponto de vista institucional aos organismos da esfera municipal. Finalmente, por razões facilmente compreensíveis que de seguida recordaremos, a análise da internacionalização de Lisboa limita-se às últimas quatro décadas, considerando o papel da Cidade após o 25 de Abril de 1974.

⁹ Como é o caso da UCCLA, da Casa da América Latina ou da Fundação Cidade de Lisboa.

LISBOA, INTERNACIONALIZADA E CONECTADA

De forma bastante visível, Lisboa é hoje uma cidade caracterizada por um grau significativo de internacionalização: o seu relacionamento com pessoas, comunidades e instituições de muitas nacionalidades é uma marca presente na estruturação das suas actividades, sublinhando a sua natureza de aglomeração urbana multitudinária e cosmopolita.

Uma simples amostragem de indicadores permite comprovar que, em determinadas esferas, Lisboa está no centro de numerosos fluxos de pessoas e de bens, sendo geralmente apreciada pela sua qualidade de cidade aberta, acolhedora, aprazível, segura. Apesar de ser uma cidade de dimensão média, Lisboa alberga um grande número de comunidades estrangeiras e de minorias étnicas portadoras de diversidades culturais, residindo um pouco mais de 50000 pessoas não nacionais, dos quais 20% são brasileiros, 12% são chineses e 7% são cabo-verdianos, sem prejuízo de outras, muitas, nacionalidades. Tal carácter é acentuado pela vinda de turistas estrangeiros, movimento que tem conhecido um crescimento impressionante: se em 2010 a ocupação hoteleira medida em número de dormidas não chegou aos nove milhões, estima-se que em 2016 tenha ultrapassado os 17 milhões, correspondendo a, aproximadamente, seis milhões de pessoas¹⁰, provenientes sobretudo de Espanha, França, Brasil, Alemanha, Reino Unido e EUA. De igual modo, o movimento do aeroporto de Lisboa, com perto de 150000 voos por ano e com 120 voos directos a partir desta cidade, tem aumentado para valores consideráveis, já que na última década cresceu 65%, registando mais de 22 milhões de passageiros em 2016. Por sua vez pelo porto de Lisboa passam por ano quase 3000 navios, transportando uma carga de 12 milhões de toneladas¹¹, enquanto aí fazem escala por ano entre 200 e 300 cruzeiros marítimos¹².

Não é fácil estabelecer quantas das 100000 empresas sediadas na cidade de Lisboa (para um total de quase 320000 se considerarmos a região de

¹⁰ Ver o capítulo sobre turismo.

¹¹ Em geral, os dados quantitativos registados ao longo desta secção estão contidos na publicação da CML, Lisboa, A Economia em Números, 2016, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/investir/investimento/lisboa-em-numeros> (consultado em 9/12/2016), com referência a dados do Instituto Nacional de Estatística e outras bases de dados como as da Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência.

¹² Ver http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/CRUZEIROS/ESTATISTICAS/Relatorio%20-%20portal.pdf (consultado em 12/12/2016).

Lisboa) representam, de uma maneira ou de outra, firmas estrangeiras, mas pode afirmar-se com segurança que este tecido empresarial atinge um elevado grau de internacionalização. Além de que através de Lisboa transita grande parte das importações e exportações do país¹³.

Uma das áreas onde se tornou mais expressiva a internacionalização de Lisboa é certamente a da ciência, da educação e da cultura. Segundo a Associação Internacional de Congressos e Convenções, Lisboa é a nona cidade do mundo que mais congressos internacionais acolhe¹⁴, contando-se 145 eventos de envergadura em 2015; em 2016 só a Web Summit recebeu 50 mil pessoas, estimando-se que em 2017 venham a Lisboa 160 000 congressistas¹⁵. Por outro lado, assume grande visibilidade o crescendo dos estudantes estrangeiros que frequentam o ensino superior. Nos 71 estabelecimentos universitários e politécnicos de Lisboa, com um total de mais de 110000 alunos, os estrangeiros tiveram um aumento de 13,7% em curto período, (no conjunto do país estes estudantes estrangeiros passaram de menos de 20000 em 2012-13 para quase 35000 em 2014-15), vindos prioritariamente do Brasil, Angola, Cabo Verde, Espanha, Itália e Alemanha. Por sua vez, ao abrigo do programa Erasmus, as Universidades de Lisboa recebem mais de 4500 estudantes por ano, obrigando a que um número crescente de aulas seja leccionado em inglês. No que diz respeito às actividades culturais, o nível de internacionalização é comprovadamente expressivo¹⁶.

Um outro indicador digno de menção é a diversidade de organismos internacionais representados em Lisboa: além da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – que tem em Lisboa a sede do Secretariado Executivo, a cidade acolhe o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, a Agência Europeia de Segurança Marítima, o Centro Norte-Sul do Conselho da Europa e o escritório da OIM – Organização Internacional para as Migrações; o sistema das Nações Unidas está representado pelo Escritório da OIT, pela Comissão Nacional da UNESCO, pela Comissão Nacional da UNICEF e pelo Escritório de Informação da FAO, podendo ainda acrescentar-se o

¹³ Ver à frente o capítulo sobre economia e inovação.

¹⁴ Ver https://www.visitlisboa.com/sites/default/files/2016-08/RTL%20149_May16.pdf, bem como <http://www.iccwworld.org/newsarchives/archivedetails.cfm?id=5786> (consultados em 29/1/2017).

¹⁵ Notícia em <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-01-29-Lisboa-espera-este-ano-160-mil-congressistas> (consultado em 29/1/2017).

¹⁶ Ver à frente o capítulo sobre cultura.

Project Office in Lisbon do UNICRI – Instituto Inter-regional de Investigação de Crime e Justiça das Nações Unidas¹⁷.

Como se vê, o grau de internacionalização da cidade é notavelmente variado, oscilando entre o grande nível (como ocorre com o turismo e os congressos) e a escala relativamente reduzida (como é o caso das representações de organismos multilaterais internacionais). Todavia, não se trata agora de estudar por si mesmo estes indicadores, mas de dar por adquiridos os factos e os números apontados, de modo a respondermos à questão que verdadeiramente está no centro do nosso estudo: saber se este nível de internacionalização corresponde a uma estratégia deliberada e persistentemente prosseguida e se a paradiplomacia da Cidade tem tido eficácia na obtenção desse resultado.

Antes, porém, uma precisão se impõe: que significado devemos dar à expressão “estratégia de internacionalização” de uma cidade? Em termos gerais, podemos dizer que se trata de uma acção intencional no sentido de incrementar a projecção da cidade para o exterior, ao mesmo tempo que se promove a sua atractividade. Gera-se assim uma corrente de interdependências entre as áreas metropolitanas, as quais beneficiam da sua interacção, cooperando entre si, colectivizando as boas práticas, influenciando as políticas públicas e mobilizando as energias sociais. Mas não é tudo. Hoje a paradiplomacia das cidades ambiciona afirmar a sua influência na agenda internacional, ter voz activa junto das grandes organizações multilaterais e assim participar na governação global¹⁸.

¹⁷ Ver <https://www.unric.org/pt/a-onu-portugal-e-cplp> (consultado em 9/12/2016). É possível anotar também a referência ao Global Compact Network Portugal “uma iniciativa na área da cidadania empresarial, que teve a sua origem numa proposta do então Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em 2000. Assenta em dez Princípios fundamentais, sobre as áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e visa promover o compromisso público e voluntário das empresas em cumpri-los”, como se pode ver em <http://globalcompact.pt/about/un-global-compact> (consultado no mesmo dia).

¹⁸ Veja-se o relatório do Seminário realizado em Barcelona em Julho de 2016, intitulado “Estrategias de internacionalización de las áreas metropolitanas”, onde se pode ler: “A internacionalização das metrópoles tornou-se cada vez mais complexa rica e diversa. Inicialmente, as suas iniciativas nos assuntos internacionais limitavam-se a actividades de cooperação, captação de fundos para projectos, assistência técnica ou intercâmbio de experiências. Na actualidade, a internacionalização está vinculada a todos os aspectos da vida numa cidade, como sejam o desenvolvimento económico e a atracção de investimento, a atracção de talentos, o aumento do turismo, a organização de eventos internacionais, a gestão da marca cidade, a sustentabilidade e a resiliência urbana, a segurança pública, ou a acção humanitária, entre outras questões” (p. 6). E já antes: “Num mundo cada vez mais urbanizado requer-se uma mudança de paradigma para uma colaboração mais estreita entre os governos locais e a comunidade internacional, buscando um processo de tomada de decisões conjunta e um diálogo mais inclusivo. Para que os governos locais sejam capazes de contribuir e comprometer-se plenamente com o êxito da agenda internacional, a nova relação deve incluir um assento à mesa da tomada de decisões” (p. 5), disponível em http://www.amb.cat/documents/11696/5700376/Internacionalización+metropolis+Informe+Seminario+BCN_+ES_final_3.pdf/39811c48-c99c-4af8-b30e-39827eed97f7 (consultado em 19/2/2017).

A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIDADE DE LISBOA: UMA VISÃO DIACRÓNICA

A sociedade portuguesa atravessou um período de intensa transição nos anos de 1974-1976, com o fim da ditadura, a instauração de democracia, a adopção da nova Constituição e um conjunto de inovações sociais e institucionais de grande alcance. Um dos factores que pesou nessa transição foi a institucionalização do poder local, com a eleição democrática dos órgãos de governação nos municípios e nas freguesias, os quais deixaram de ser meras correias de transmissão do poder central e passaram a gozar de relativa autonomia na gestão das suas áreas de jurisdição. Só a partir desse marco temporal tem sentido analisar o modo como o poder local – e no caso a Cidade de Lisboa – definiu gradualmente as linhas do seu relacionamento no âmbito internacional, ou seja, iniciou aquilo a que chamamos paradiplomacia. Assim, o presente estudo aborda a internacionalização da Cidade de Lisboa no limite temporal dos últimos 40 anos.

Pode dizer-se que a primeira década deste período (1974-1984) é algo atípica: por um lado, Lisboa torna-se uma cidade aberta e livre, ponto de confluência de muitos estrangeiros atraídos pela agitação revolucionária; por outro, a cidade esteve essencialmente voltada para si mesma. É certo que remontam a esta fase o primeiro acordo de cooperação e amizade entre Lisboa e Zagreb em 1977 e as primeiras geminações de Lisboa com outras cidades, com Madrid em 1979, com o Rio de Janeiro em 1980, com Macau e Maputo em 1982, com Bissau, Praia e São Tomé em 1983 e com Malaca, na Malásia, em 1984¹⁹, mas não parecem existir objectivos ou programas de internacionalização. As prioridades eram certamente outras, numa sociedade que acordava para a democracia e para o desenvolvimento.

Talvez um momento importante do processo de relacionamento externo seja o da adesão de Lisboa à União das Cidades Capitais Ibero-Americanas – UCCI, organismo sediado em Madrid, fundado em 1982²⁰, ao qual Lisboa adere

¹⁹ Ver <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais> (consultado em 29/8/2016).

²⁰ “A União das Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI) é uma associação internacional de carácter municipal, sem fins lucrativos, que agrupa 30 cidades da Iberoamérica: as capitais e outras grandes cidades do continente americano, Andorra, Portugal e Espanha”: Andorra la Vella (Principado de Andorra); Asuncion (Paraguai); Barcelona (Espanha); Brasília (Brasil); Buenos Aires (Argentina); Cádiz (Espanha); Caracas Municipio Libertador (Venezuela); Caracas Alcaldía Metropolitana (Venezuela); Guatemala (Guatemala); La Habana (Cuba); La Paz (Bolívia); Lima (Peru); Lisboa (Portugal); Madrid (Espanha); Manágua (Nicarágua); México (México); Montevideo (Uruguai); Panamá; Puerto Príncipe (República de Haiti); Rio de Janeiro (Brasil); Quito (Equador); San José (Costa Rica); San Juan (Porto Rico); San Salvador (El Salvador); Santiago (Chile); Santo Domingo (República Dominicana); São Paulo (Brasil); Sucre (Bolívia); Tegucigalpa (Honduras). Ver <http://ciudadesiberoamericanas.org/quienes-somos/ciudades-miembro/> (consultado 29/8/2016).

pela mão do então Presidente da Câmara Municipal Nuno Kruz Abecassis. Nas suas próprias palavras, “Com a fundação da UCCI (União das Cidades Capitais Ibero-Americanas) anunciei a intenção de criar a UCCLA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas), ideia à qual desde logo aderiram o Rio de Janeiro, Maputo e Macau”²¹. O exemplo de Madrid, ao pilotar uma rede de cidades do espaço ibero-americano, sugeriu que Lisboa perspectivasse o mesmo papel para a área da lusofonia.

Pode considerar-se que os primeiros passos da paradiplomacia da Cidade de Lisboa e as primeiras manifestações da sua integração em organismos multilaterais internacionais se orientaram em direcção ao Sul do mundo, mais concretamente a América Latina e África. A inserção na UCCI em 1982, a criação da UCCLA em 1985, a criação da Fundação Cidade de Lisboa em 1989 (com nítida vocação de cooperação), bem como as geminações com cidades “irmãs”²², com relevo para a “Declaração de Geminção múltipla e solidária com as Capitais Ibero-americanas” em 1982 e a “Declaração de Geminção múltipla e solidária das Capitais de países de expressão portuguesa” em 1985 apontam para uma perspectiva de relacionamento baseado em afinidades históricas que remontam ao período colonial, implicando uma marca onde predomina a ideia de cooperação.

Com vocação algo diferente, bastante polarizada pela interacção cultural no âmbito do espaço ibero-americano, surge mais tarde a Casa da América Latina, já em 1998. Dir-se-ia que Lisboa se pretende assumir como uma metrópole líder, polarizando na sua órbita um sistema de relações com cidades situadas em países periféricos. Este impulso de relativa internacionalização coincide com a criação, na estrutura da Câmara Municipal de Lisboa, em 1987, do Departamento de Relações Internacionais, à frente do qual o Presidente Abecassis colocou um jovem quadro oriundo das relações internacionais das juventudes centristas, Alberto Laplaine Guimarães, actual Secretário-geral do Município.

²¹ Abecassis, Nuno Kruz (2000). “UCCLA – Consolidar as raízes da lusitanidade”, in Lisboa Minha Vida, Lisboa: Círculo de Leitores.

²² O processo de geminações seguiu o critério de estabelecer este tipo de relação com as antigas e actuais cidades capitais dos países de língua portuguesa, mais Malaca e Macau, além das capitais dos dois países vizinhos – Madrid e Rabat –, mais excepcionalmente Budapeste. A lista completa das cidades geminadas e das que têm acordos de amizade e cooperação com Lisboa está disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais> (consultado em 29/8/2016).

As instituições da esfera municipal

A diplomacia da cidade de Lisboa cedo sentiu a necessidade de criar estruturas permanentes que sustentassem a sua acção internacional. Foi assim que foram surgindo na órbita do município, mas progressivamente autónomas, certas entidades com diferentes estatutos.

A UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa foi criada em 1985, adoptando por vezes a designação de União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, é uma organização intermunicipal de âmbito internacional cuja criação foi testemunhada por oito cidades de língua oficial portuguesa de todos os continentes (Lisboa, Bissau, Luanda, Maputo, Praia, São Tomé, Rio de Janeiro e Macau), com o objectivo de promover o intercâmbio de experiências e a cooperação entre os membros. Actualmente, a composição da UCCLA ultrapassa as capitais, sendo constituída por 22 membros efectivos, 18 membros associados, 36 membros apoiantes e 5 membros observadores. Além de plataforma de cooperação política, a UCCLA tem desenvolvido interessantes projectos de desenvolvimento local nas cidades que a integram, dando peculiar atenção a programas formação de quadros, de segurança urbana, de intercâmbio literário e cultural.

A Fundação Cidade de Lisboa, criada em 1989, é uma Organização Não Governamental de Desenvolvimento (ONGD) que tem como objectivo promover a divulgação da cidade e das ligações com outras cidades do mundo, com destaque para cidades lusófonas, tendo a língua como recurso comum principal, e explicitamente fundamenta a sua acção em valores de solidariedade internacional. Existe no seu âmbito um Colégio Universitário de Cooperação, o qual acolhe e concede bolsas de estudo a universitários da área da lusofonia. No total, entre 1991 e 2015 foram atribuídas 685 bolsas de estudo, das quais 46.9% a estudantes angolanos; 19.9% cabo-verdianos; 14.6% moçambicanos; 11.7% santomenses; 6.1% guineenses; 0.8% goeses.

A Casa da América Latina foi constituída em 1998 com vista a incrementar o relacionamento com a América Latina através do conhecimento mútuo e das práticas de cooperação. Tem agora o estatuto de associação de direito privado sem fins lucrativos, envolvendo a Câmara Municipal de Lisboa, o Ministério português dos Negócios Estrangeiros, as Embaixadas dos países latino-americanos e um conjunto de empresas. Apesar de se distinguir sobretudo pelas actividades culturais, designadamente no domínio da interculturalidade, a sua vocação tem-se alargado para incluir, além da cultura, a esfera da ciência, bem como a actividade económica e o mundo empresarial.

Além destas três instituições orientadas para o relacionamento com os continentes do sul, ao longo do presente estudo será feita referência a diversas outras entidades de iniciativa municipal, todas elas, de uma maneira ou outra, portadoras da dimensão de internacionalização: EBAHL – Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa (desde 1995), que mudou a sua designação em 2003 para EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, justamente para a acção cultural; a Associação de Turismo de Lisboa, criada em 1997 com vista a promover o turismo da capital; a Lisboa E-Nova – Agência de Energia e Ambiente de Lisboa, criada em 2004 para substituir a anterior Amerlis; a INVEST LISBOA (desde 2009) para a captação de investimento, colaborando com Câmaras de Comércio e com organismos centrais de diplomacia económica; e a STARTUP LISBOA (desde 2011) com a vocação de incubadora de empresas tecnológicas, em ligação com o IAPMEI e o Banco Montepio Geral.

Entretanto, em 1986, Portugal adere às Comunidades Europeias e nos cinco anos que vão de 1990 a 1995 a Câmara de Lisboa é presidida pelo socialista Jorge Sampaio. Estes factos vão proporcionar uma grande abertura da cidade de Lisboa às realidades internacionais, não apenas porque a integração na CEE permite um intenso relacionamento com as estruturas comunitárias e com as cidades capitais dos países membros, como ainda porque a figura cosmopolita do novo Presidente vai abrir portas à intensificação das relações de Lisboa, seja bilateralmente com algumas cidades-chave no quadro europeu, seja multilateralmente com organizações internacionais de cidades.

No âmbito das relações bilaterais, alguns casos se podem destacar nesta fase. Facilitado pelo conhecimento pessoal de Jorge Sampaio com Pasqual Maragall, alcalde de Barcelona entre 1982 e 1997, esta cidade espanhola tem grande influência em Lisboa, nomeadamente no domínio do planeamento estratégico. Barcelona passou por uma profunda reestruturação urbana em função dos acontecimentos de 1992, quando Espanha celebrou o quinto centenário da viagem transoceânica de Cristóvão Colombo e quando Barcelona acolheu os Jogos Olímpicos. Através de canais por vezes informais e personalizados, houve proveitosa cooperação técnica e política entre as duas cidades. De modo menos intenso, Lisboa beneficiou nesta altura do contacto com Bolonha, cidade portadora de tradição e experiência no domínio da recuperação urbana adquirida no termo da II Guerra Mundial, bem como com Paris, cuja influência é reconhecida em diversos domínios.

Marcos cronológicos (alguns momentos simbólicos)
--

1976 – Primeiras eleições democráticas para o poder local
1977 – Primeiro acordo de cooperação e amizade entre Lisboa e Zagreb
1979 – Geminção de Lisboa com Madrid, seguida nos anos seguintes de outras geminações
1982 – Lisboa integra a UCCI – União das Cidades Capitais Ibero-americanas
1983 – Lisboa acolhe a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura
1985 – Criação da UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
1986 – Adesão de Portugal às Comunidades Europeias
1987 – Criação do Departamento de Relações Internacionais, Institucionais e Intermunicipais na CML
1989 – Criação da Fundação Cidade de Lisboa
1992 – Jorge Sampaio é eleito presidente da Federação Mundial das Cidades Unidas
1992 – Plano Estratégico de Lisboa
1994 – Lisboa Capital Europeia da Cultura e Capital Ibero-americana da Cultura
1998 – Criação da Casa da América Latina
1998 – Exposição Internacional de Lisboa – Expo 98
2000 – Masters Cup de ténis em Lisboa
2004 – Primeiro festival Rock in Rio em Lisboa
2007 – Assinatura do Tratado de Lisboa pelos Estados membros da União Europeia
2015 – Volvo Ocean Race em Lisboa
2016 – Web Summit em Lisboa
2017 – Lisboa Capital Ibero-americana da Cultura

Tais contactos foram certamente potenciados pela integração de Lisboa em organismos multilaterais e associações internacionais de cidades, como se manifesta pelo papel de Jorge Sampaio, eleito Vice-Presidente da União das Cidades Ibero-Americanas, em 1990, eleito Presidente da UTO – World Federation of United Towns and Cities (FMCU – Federação Mundial das Cidades Unidas) no congresso desta organização realizado em Lisboa no ano de 1992 e preside à organização Eurocidades entre

1992 e 1994. Esta projecção internacional vai ter importantes consequências. O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, juntamente com o alcalde de Barcelona, o sindaco de Roma e o alcalde de Santiago do Chile desenvolveram em conjunto uma iniciativa com vista à junção numa única de várias associações de cidades de âmbito mundial na altura existentes: a já referida UTO – World Federation of United Towns and Cities e a IULA – International Union of Local Authorities. Da desejada fusão resultou mais tarde a UCLG – United Cities and Local Governments, fundada no Rio de Janeiro já em 2001 e sediada em Barcelona²³. Diversos testemunhos confirmam o relevo do papel de Jorge Sampaio neste processo. Politicamente esta dinâmica traduziu-se num reforço dos poderes locais e municipais a nível global, permitindo que as cidades fossem interlocutoras do próprio sistema das Nações Unidas, tanto em contactos com o então Secretário-geral Boutros-Ghali, como nas relações de trabalho com organismos como a UNESCO ou a OMS. De igual modo, Lisboa teve participação activa na Cimeira da Terra, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92 no Rio de Janeiro), abrindo-se para a internacionalização da questão ambiental, e esteve presente no Fórum Mundial das Cidades em Curitiba, além de intervir na elaboração da chamada Carta de Aalborg, ou Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, adoptada na Dinamarca em 1994.

Na altura assessorado pelo psiquiatra José Gameiro, Jorge Sampaio desenvolveu intensa actividade no domínio do combate à droga e à toxicodependência, temas especialmente tratados em viagens a Nova Iorque e a Washington. Nesse mesmo sentido se deve situar a ligação ao programa comunitário URBAN que foi decisivo na profunda reconversão do Casal Ventoso, bairro de habitações degradadas e principal centro do tráfico de droga na cidade de Lisboa.

Para além desta série de iniciativas, o período que estamos a considerar (anos 1990) ficou marcado pela elaboração do Plano Estratégico de Lisboa de 1992, onde pela primeira vez é desenhada uma estratégia de conjunto para a internacionalização da cidade e definida a concepção ambiciosa de Lisboa como Capital Atlântica da Europa. É um documento estruturante, sucessivamente retomado, actualizado e mesmo reorientado através de uma série de planos adoptados até aos nossos dias, cuja importância justifica um tratamento próprio no capítulo seguinte.

²³ Ver <http://www.citymayors.com/orgs/unitedcities.html> (consultado em 26/8/2016).

No já referido ano de 1994 Lisboa partilha com Budapeste a condição de Capital Europeia da Cultura²⁴, coincidindo com as iniciativas de Lisboa Capital Ibero-americana da Cultura e Lisboa Capital Lusófona da Cultura (articulando de modo significativo a vinculação europeia à projecção no espaço lusófono e ibero-americano), momento alto da notoriedade e da internacionalização cultural da cidade de Lisboa²⁵, ao mesmo tempo que estava em curso o lançamento das bases para o projecto de grande envergadura que será a Expo 98 (ver Caixa). Pouco mais tarde, a cidade adere ao Fórum Europeu de Segurança Urbana o qual, em Dezembro de 1998, realiza em Lisboa uma conferência internacional sobre “Governança da Segurança Urbana – Vigilância Comunitária”²⁶, marcando o início de uma prolongada cooperação com a Polícia Municipal.

A Expo 98

Lisboa propôs-se realizar esta Exposição Mundial ou Internacional junto do Bureau International d'Expositions, onde disputou arduamente com Toronto a sua candidatura, mobilizando para tanto fortes energias diplomáticas, tanto do governo central do país (diversas testemunhas destacam o papel do Embaixador Santana Carlos no acompanhamento diplomático de todo este dossier), como da própria cidade. A Expo significou uma reconversão urbana de grande qualidade em vastos terrenos degradados e poluídos, contou com a participação de 140 países, foi um ponto de viragem na afirmação de Lisboa no plano internacional, designadamente na atracção de fluxos turísticos, e teve uma assinalável riqueza de conteúdos.

O projecto nasceu no âmbito da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, perspectivada para celebrar os 500 anos da viagem de Vasco da Gama à Índia em 1498, de algum modo à semelhança da Expo de Sevilha em 1992, 500 anos depois da chegada de Colombo à América. A Comissão portuguesa era então liderada por Vasco Graça Moura e António Mega Ferreira que idealizaram a concepção da Expo no contexto das comemorações dos descobrimentos, centrada num tema fundamental: o mar. Este tema permitia ligar a viagem marítima no seu quinto centenário com a actualidade da importância dos oceanos. Lisboa participava então numa organização de cidades e ONG's, ACOPS – Advisory Committee on Protection of the Sea, que contribuiu para colocar na agenda a questão do mar. Por sua vez, o muito prestigiado biólogo Mário Ruivo redige um documento fundamental para o tema da Expo 98: “Os Oceanos, um património para o futuro”, de modo a culminar, nos últimos dias da Expo, com a realização da Conferência do Mar, presidida pelo ex-Presidente da República Mário Soares.

A Exposição Mundial de Lisboa em 1998 – por coincidência o mesmo ano da atribuição do prémio Nobel da literatura a José Saramago – foi uma etapa fundamental da projecção e da atractividade de Lisboa, desde logo nos aspectos arquitectónicos e urbanísticos, com a vantagem de os vastos terrenos ocupados se manterem como espaços vivos da cidade. Mas significou sobretudo uma intensa afirmação de modernidade nos domínios da arte e da estética, da ciência e da tecnologia, num evidente registo de internacionalização.

²⁴ Daí nascendo a geminação com a capital húngara, em resposta ao apelo europeu no sentido da solidariedade com os processos de democratização das sociedades do Leste.

²⁵ Ver à frente capítulo sobre cultura.

²⁶ Ver <https://efus.eu/en/our-network/public/1205/>, consultado em 16/1/2017.

Na transição para o novo milénio, Lisboa vai ser palco de relevantes acontecimentos internacionais. Embora se trate de eventos da esfera do governo central, as suas repercussões são grandes para a cidade capital. Portugal detém a presidência rotativa da União Europeia por duas vezes, em 2000 e em 2007²⁷, e em ambas as situações o nome de Lisboa fica associado a iniciativas comunitárias de grande impacto: em 2000, o Conselho Europeu adopta um documento com “um novo objectivo estratégico para a União tendo em vista reforçar o emprego, a reforma económica e a coesão social no âmbito de uma economia baseada no conhecimento”, que ficou conhecido como “Estratégia de Lisboa”; em 2007, é aprovado o “Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia”, habitualmente referenciado como “Tratado de Lisboa”.

Entretanto, ao nível municipal, após uma fase de relativo apagamento da paradiplomacia da cidade, emerge uma nova dinâmica no processo de internacionalização de Lisboa, a partir da segunda metade da década de 2010 até ao presente. Numa caracterização sumária pode dizer-se que é um período marcado pelo *boom* turístico²⁸ facilitado graças aos voos de *low cost*, pela crescente atractividade internacional de Lisboa, pela forte internacionalização das universidades e dos centros de investigação incluindo a presença de dezenas de milhar de estudantes estrangeiros, pela visibilidade do carácter socialmente cosmopolita da cidade, pela multiplicação de ligações a redes funcionais de cidades internacionalizadas e por novas temáticas, com relevo para a modernização económica através das tecnologias de ponta e para o “ambiente urbano” em sentido amplo²⁹.

É certo que permanecem iniciativas digamos “tradicionais” no campo da cooperação com cidades carenciadas, designadamente de África (formação de quadros, fornecimento de equipamentos de protecção civil, prevenção da SIDA...), como também se beneficia de relações com cidades cuja especialidade vem ao encontro de necessidades de Lisboa (cidades holandesas com experiência no controlo das águas, cidades japonesas com experiência de prevenção sísmica). A estratégia de internacionalização de Lisboa, porém, passa a ser dominada pelas ideias de competitividade, de atracção do turismo e do investimento, de empreendedorismo, de *startups*, de inovação tecnológica em serviços de qualidade, de indústrias criativas, de recuperação urbana e, em geral, de qualidade de vida como factor de atracção.

²⁷ Uma primeira presidência teve lugar em 1992.

²⁸ Ver à frente capítulo sobre turismo.

²⁹ Neste conceito de “ambiente urbano” estão incluídos temas como o urbanismo, a qualidade de vida, a recuperação urbana, a gestão integrada ou a resiliência a catástrofes.

Os sinais de intensificação da paradiplomacia são claros. Simbolicamente retoma-se o tema de Lisboa Capital Atlântica da Europa, com certas variantes como sejam “Capital Europeia do Atlântico” ou também “Capital do Mar”³⁰, questão à qual voltaremos. Do ponto de vista organizativo, o presidente da Câmara Municipal tem um assessor diplomático, mantém-se a tradição de haver um vereador responsável pela internacionalização, é particularmente dinâmico o domínio da economia e inovação, enquanto as diversas entidades municipais que gozam de autonomia, como a ATL – Associação de Turismo de Lisboa, a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, Lisboa E-Nova – Agência de Energia e Ambiente de Lisboa, e a Startup Lisboa, ou programas como o INVEST LISBOA, trabalham claramente num horizonte de internacionalização³¹.

Tais dinâmicas têm implicações na própria materialidade de Lisboa, incluindo o seu parque imobiliário, a recuperação urbana e a qualidade dos serviços públicos. Enquanto outras cidades europeias, como Berlim ou Barcelona, tentam limitar a invasão turística, Lisboa tem encorajado esse fluxo, bem como a instalação definitiva ou temporária de estrangeiros, seja pela multiplicação da oferta hoteleira, seja pelo mecanismo elitista dos “vistos gold” atribuídos pelo governo central, seja ainda pela expansão do alojamento partilhado³² ou formas de alojamento local que leva a converter prédios antigos em apartamentos modernos, contribuindo para mudar o mercado imobiliário e a fisionomia da cidade.

Nesta esfera do urbanismo, há novos espaços lisboetas que são internacionalmente considerados exemplares, como é o caso da LxFactory em Alcântara³³, zona de antiga implantação industrial abandonada, agora uma “ilha criativa” onde proliferam pequenas empresas de *design*, moda, restauração, publicidade, comunicação, arquitectura ou música, formando um polo de atracção e modernidade. Outros casos de recuperação urbana são objecto de parcerias internacionais, como o projecto para as antigas instalações da Manutenção Militar na zona oriental da cidade. Aliás, neste sentido, Lisboa estabeleceu parcerias com outras cidades europeias para concorrer em conjunto a programas de financiamento comunitário no âmbito do “Portugal 2020”, à semelhança do consórcio de par-

³⁰ Ver <http://www.clusterdomar.com/index.php/temas/tema-central/152-afirmar-lisboa-como-capital-europeia-do-atlantico> (consultado em 25/8/2016).

³¹ Ver os diferentes capítulos onde estes temas são particularizados.

³² “O registo de imóveis no Airbnb na cidade triplicou desde Janeiro de 2014. Este crescimento está a transformar os proprietários de casas em hoteleiros e recepcionistas, alimentando os cofres do país com o imposto de 15 por cento que recolhe em cada reserva” – ver http://economico.sapo.pt/noticias/lisboa-e-a-cidade-onde-mais-cresce-o-airbnb_251348.html (consultado em 25/8/2016).

³³ Iniciativa estudada por outras cidades como Bordéus.

ceiros para o Programa de Acção “QREN Mouraria – As cidades dentro da cidade”, que decorreu entre 2009 e 2012, para a reabilitação daquele tradicional bairro da cidade, com fortes implicações sociais e culturais³⁴.

Já referimos acima como característica da paradiplomacia de Lisboa no século XXI “a multiplicação de ligações a redes funcionais de cidades internacionalizadas”. Este tema da integração em redes é tão sugestivo que merece um tratamento próprio em capítulo a seguir. Não há dúvida de que um dos sinais de internacionalização é a inserção da cidade numa multiplicidade de plataformas interactivas de metrópoles, confirmando que as cidades são hoje actores de relevo no sistema internacional.

Nos nossos dias, todavia, essa estratégia de Lisboa parece estar polarizada pelo conceito de “ecossistema de inovação”, como algo que é sustentado pela internacionalização e ao mesmo tempo a promove com intensidade. A noção de “ecossistema de inovação” pressupõe a convergência de grande diversidade de agentes científicos, culturais e empresariais e órgãos do poder local, activando a cadeia de operações que vai da produção do conhecimento à sua apropriação social e à sua capacidade operativa na geração de bens e serviços. Digamos que a inovação tecnológica passa a estar no centro das atenções, arrastando consigo uma série de processos designados por expressões (muitas vezes em língua inglesa) que agora preenchem um vocabulário de novo estilo: economia do conhecimento, *clusters*, empreendedorismo, incubadoras, *spin-offs*, *startups*, *coworking*, *fablabs*, economia colaborativa, *IoT – Internet of Things*, *smartcities*, *crowdsourcing*, *crowdfunding*, *big data* e assim por diante.

Os resultados desta dinâmica parecem convincentes³⁵ e a verdade é que Lisboa foi reconhecida pelo Comité das Regiões da União Europeia, sendo a primeira cidade a receber o prémio da *EER – European Entrepreneurial Region*³⁶ como “cidade empreendedora europeia”, e o *site* da CML refere mesmo Lisboa

³⁴ Ver <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/quem-somos.html> (consultado em 26/8/2016).

³⁵ O já citado estudo da Iniciativa Cidades da Fundação Gulbenkian escreve a este respeito, (p. 24) colocando-se na óptica da Macro-Região de Lisboa: “O Arco Metropolitano de Lisboa dispõe de um ecossistema de inovação, cujo centro é constituído pelas Universidades - com os seus próprios ecossistemas de inovação -, com uma coroa envolvente que integra os Institutos Politécnicos e os Laboratórios de Estado. Este ecossistema de inovação da macrorregião inclui: i) as empresas multinacionais e as grandes empresas dos setores infraestruturais, que contribuem decisivamente para a inovação estrutural localizando na macrorregião novas atividades ou funções com orientação exportadora; ii) os clusters industriais consolidados, que são constituídos por muitas PME; e iii) as incubadoras e os parques tecnológicos, criados pelas Universidades ou pelas Autarquias e onde são apoiadas *spin offs* e *start ups* que contribuem decisivamente para o empreendedorismo da região”.

³⁶ Ver <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/lisboa-eleita-cidade-empreendedora-europeia-2015> (consultado em 26/8/2016)

como “capital europeia do empreendedorismo”³⁷, presumindo capacidade para atracção de investimento estrangeiro, mobilização da talentos a nível internacional³⁸, num ambiente de inovação tecnológica. Como evento altamente simbólico desta atmosfera, Lisboa acolhe em três anos consecutivos, de 2016 a 2018, o Web Summit que, depois de se localizar em Dublin, escolhe agora a capital portuguesa, preferida a Amsterdão, envolvendo mais de 50 mil participantes, mais de duas mil empresas, mil investidores e 650 oradores das maiores tecnológicas globais, naquele que é considerado justamente o maior acontecimento europeu no qual se sintetizam as três vertentes estreitamente interligadas: empreendedorismo, tecnologia e inovação³⁹.

Uma possível periodização

Esquematisando as fases por que passou a paradiplomacia da cidade de Lisboa nas últimas quatro décadas, podem distinguir-se em traços gerais estes períodos:

- A. Os primeiros anos a seguir a 1974: Lisboa, cidade aberta, mas ainda virada sobre si própria, esboçando os primeiros movimentos de cooperação com outras cidades no plano internacional;
- B. A partir de 1982, institucionaliza-se a ligação de Lisboa ao espaço ibero-americano e lusófono, são criadas as primeiras entidades de iniciativa municipal, orientadas para a cooperação com cidades dos continentes do Sul
- C. Em 1986, a adesão às Comunidades Europeias propicia ligações às outras capitais dos países membros e a organismos como o Comité das Regiões;
- D. Nos anos 1990, fase estruturante da internacionalização da cidade de Lisboa, com a primeira grande definição estratégica de Lisboa como Capital Atlântica da Europa e a sua inserção em organismos multilaterais de cidades, afirmando-se como capital cultural em 1994 e culminando com a Expo 98 centrada no tema dos Oceanos;
- E. Já no século XXI, a explosão turística, a internacionalização das Universidades e a acrescida visibilidade do cosmopolitismo e da interculturalidade no tecido urbano, vêm a par de uma estratégia assente na atractividade, na conectividade e na sustentabilidade, visando a competitividade económica, a atracção do investimento e a inovação tecnológica.

³⁷ Ver <http://www.cm-lisboa.pt/investir/empreendedorismo/lisboa-capital-europeia-do-empreendedorismo-2015> (consultado em 26/8/2016).

³⁸ Veja-se este texto inscrito numa página web brasileira, Cultivatech, sobre Lisboa: “O ecossistema da capital portuguesa é perfeito para a grande maioria das startups brasileiras. Na minha opinião Lisboa deveria ser o destino número um dos nossos empreendedores e o principal parceiro das instituições brasileiras e não o Vale [entenda-se Silicon Valley]. Recentemente a BBC destacou como melhor capital para trabalho e diversão dando ênfase ao impacto que o programa Startup Lisboa causou na cidade. Casos de sucesso como Uniplaces e Codacy atraem empreendedores e investidores de toda Europa para lá. Lisboa possui um ecossistema super ativo, com diversas incubadoras, aceleradoras (com destaque para o Lisbon Challenge), Fablabs e muitas opções para economia criativa”. Em <http://cultivatech.com.br/10-ecossistemas-de-inovacao-para-comecar-a-internacionalizar-sua-startup-parte-1/>. Ver também o texto da BBC sobre Lisboa <http://www.bbc.com/capital/story/20160419-europes-best-work-and-play-city?ocid=ww.social.link.facebook>.

³⁹ A realização do Web Summit em Lisboa é o resultado, não apenas dos esforços da cidade, mas da importante acção dos órgãos do poder central, tanto do governo do país, como do Turismo de Portugal e da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

PLANOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIDADE

Como já referido, o primeiro plano estratégico de Lisboa remonta a 1992⁴⁰. É um documento de grande densidade política e técnica, perspectivado para o horizonte do ano 2000, portador de uma ideia para a cidade, ao ponto de assinalar um marco na metodologia de elaboração de planos estratégicos para metrópoles⁴¹. Parte de uma visão realista de Lisboa, cidade em declínio populacional⁴², com um tecido produtivo muito fragilizado, com profundas distorções sociais e urbanas, remetendo a população jovem para os subúrbios e com uma situação internacional periférica, mas também uma cidade com grandes potencialidades.

Nesta base, o Plano Estratégico de Lisboa vai assumir, entre outros vectores fundamentais, uma linha de internacionalização, que parte de um contexto bem preciso: no âmbito europeu caminha-se para o “mercado interno” e, à escala global, a mundialização impõe-se. Ambos esses processos vão representar um poderoso desafio para o país e para a sua capital. Daí um objectivo prioritário: “Desenvolver a base económica de Lisboa, tornando a cidade competitiva no sistema das cidades europeias”. De alguma maneira, antecipando uma dinâmica que haveria de se afirmar, o documento aponta para a ideia de paradiplomacia: “A internacionalização condiciona o papel das realidades nacionais, afirmando o peso das realidades e instâncias supra-nacionais (de que a CEE é o exemplo mais dinâmico) e o das realidades infra-nacionais (grandes regiões e metrópoles) como espaços económico-sociais *onde se definem estratégias com autonomia face às prosseguidas no tradicional quadro nacional*”⁴³.

Como anteriormente visto, o desígnio mobilizador é formulado em termos de Lisboa, Capital Atlântica da Europa. Na altura em Portugal ainda havia ecos de um debate, talvez nunca inteiramente resolvido, entre os defensores da “vocação europeia” e os da “vocação atlântica” do país. Poderia duvidar-se para qual destes lados pende a expressão utilizada, mas aparentemente o Plano queria afirmar que Lisboa estaria solidamente ancorada à Europa, todavia virada para as articulações com os Continentes do sul. O

⁴⁰ O PEL foi aprovado em sessão da Câmara a 9 de Junho e publicado em volume em Outubro desse ano, edição da CML.

⁴¹ Veja-se a obra de Fonseca Ferreira, António (2015) *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição. Pode também consultar-se Craveiro, Maria Teresa, “A retoma do planeamento estratégico 2001-2005 na cidade de Lisboa – breve síntese”, disponível em <http://fch.unl.pt/geoinova/revistas/files/n10-14.pdf> (consultado em 29/8/2016).

⁴² A população residente de Lisboa é de 807 937 habitantes em 1981, baixa para 663 394 em 1991 e para 564 657 em 2001: Fonseca Ferreira, o.cit. p. 180.

⁴³ PEL, p. 45, *italico* nosso.

texto é claro a esse respeito: “A localização geográfica marcou profundamente a sua história. Lisboa afirmou-se numa tripla dimensão: como cidade capital, como cidade europeia e como cidade atlântica. A vocação de Lisboa tem de se encontrar no cruzamento destas dimensões”⁴⁴.

De uma maneira ou de outra, este tema reaparece na generalidade dos documentos estratégicos da capital portuguesa, por vezes acentuando a “vocação marítima” portadora de antigas tradições, mas recentemente perspectivada em função da “economia do mar”, tanto nos aspectos portuários (de forma ampla, abrangendo a importância do porto de águas profundas em Sines), mas também nas várias dimensões científicas, económicas e geopolíticas das águas territoriais e da zona económica exclusiva. Essa é, todavia, apenas uma das facetas da desejável conectividade de Lisboa com o exterior: curiosamente o Plano Estratégico de Lisboa de 1992 prevê a enorme consolidação das redes de transporte centradas em Lisboa, designadamente um novo aeroporto (na altura ainda previsto para a Ota) e as várias linhas de comboios de alta velocidade ligadas às redes europeias. Circunstâncias posteriores vieram a inviabilizar esses empreendimentos e talvez só na rede viária e nas telecomunicações a conectividade melhorou impressivamente.

Mas o PEL explicita uma ambição de maior envergadura: “O objectivo fundamental é posicionar e projectar Lisboa, à escala da sua Área Metropolitana, como Centro polarizador de uma macro-região ibérica, com individualidade competitiva no sistema das Regiões europeias. Lisboa é, hoje, o centro de um vasto complexo urbano-metropolitano com valiosos recursos humanos e técnico-científicos e excelentes condições naturais, ambientais e de património. Principal aglomeração urbana da «fachada» atlântica da Europa, Lisboa pode constituir-se como importante plataforma de negócios, comunicações e intercâmbio, entre a CEE, os países de expressão portuguesa e outros povos”⁴⁵.

Aqui o Plano ultrapassa a escala de Lisboa Cidade e aparece a expressão “macro-região”, a mesma que será retomada com diferente conteúdo em 2016 pela Iniciativa Cidades da Fundação Calouste Gulbenkian. A mesma óptica, aliás, é naturalmente assumida nos vários documentos oriundos da CCDRLVT

⁴⁴ Ib. P. 57. Fonseca Ferreira, resumindo os grandes traços do PEL, reforça a importância da localização geoestratégica: “A localização euro-atlântica de Lisboa atribui-lhe condições peculiares no «diálogo» cultural, económico e comercial com vários espaços económicos: com a Europa, no espaço comunitário e a Leste, explorando positivamente a condição de periferia europeia e o potencial interactivo de complementaridade num espaço económico em mudança; com a multipolaridade de África, América Latina e Pacífico, numa perspectiva de relações de «charneira», cimentadas por relações históricas prolongadas e singulares”, Op .cit. p. 209.

⁴⁵ PEL, p. 57.

elaborados nos anos 1999 e depois em 2005-2007, a qual analisa sempre o papel de Lisboa enquanto inserida na escala regional a partir de uma ideia-força: a cidade é grande no país mas pequena no mundo⁴⁶, e a melhor maneira de Lisboa superar esta pequenez é polarizar em torno de si novos espaços que lhe permitam amplitude acrescida, seja a dimensão da Área Metropolitana, seja a do espaço de vai de Leiria a Sines e a Évora, seja – de modo ainda mais ambicioso – a macro-região ibérica. Por esta última entende-se um território “da Galiza à Andaluzia, que constitua uma charneira entre o Atlântico, a Península Ibérica e a Europa, e na qual a Região de Lisboa e Vale do Tejo terá um papel estruturador incontornável”⁴⁷. A concepção subjacente é que na Península Ibérica há dois outros polos fundamentais, um centrado em Madrid, outro em Barcelona, e Lisboa teria condições para competir com essas metrópoles desde que fosse motor e piloto de uma nova macro-região transfronteiriça redimensionada para norte até à Corunha e para sul até Málaga... Projecto grandioso, de futuro incerto! “Não se pretende deslocar para aqui o centro da economia europeia, de substituir Londres, Paris ou Frankfurt. Mas temos, isso sim, a ambição de criar uma nova centralidade, numa Europa multipolar”⁴⁸. Naquela segunda metade dos anos 1990, o optimismo prevalecia quanto ao possível papel de Lisboa e os serviços da Câmara Municipal chegaram a entregar ao Presidente, em 1996, o projecto de candidatura de Lisboa aos Jogos Olímpicos de 2012⁴⁹.

Alguns destes sonhos ficaram pelo caminho, mas o Plano Estratégico de Lisboa de 1992 traçou orientações que deixaram marcas de grande importância na fisionomia da cidade e estruturou uma concepção onde a internacionalização seria uma componente indispensável. Depois desse documento há apenas notícia de um texto intitulado “Visão Estratégica – Lisboa 2012”, elaborado a partir de 2002, com uma intenção prospectiva, mas onde em boa verdade nada surge sobre a paradiplomacia e a internacionalização da capital portu-

⁴⁶ “A metrópole de Lisboa aparece como demasiado dominadora para as restantes áreas da sua região, mas também como demasiado grande para as restantes regiões do país (...). Pelo contrário, ao nível internacional, Lisboa possui uma notoriedade e um protagonismo relativamente modestos (...). Uma dimensão económica aquém da sua dimensão política, uma internacionalização insuficiente e não possui, ainda, qualquer núcleo de especialização no mercado internacional”, CCDRLVT, Lisboa 2020, Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa, 2007, p. 7, disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/documento-lisboa-2020/5093.htm> (consultado em 30/8/2016).

⁴⁷ CCDRLVT, Ligar a Europa e o Atlântico, 1999, p. 78, disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/files/9955782d53efacd75eb4f34dff20951f.pdf> (consultado em 30/8/2016).

⁴⁸ Idem, p. 7.

⁴⁹ Ver Fonseca Ferreira, o.cit. pp.219 ss.

guesa⁵⁰. E foi preciso esperar-se pelo fim da década para que reaparecessem documentos de carácter estratégico, onde são retomados alguns dos temas anteriores, mas também onde se abrem novas perspectivas.

Assim, em 2009, uma comissão de sete especialistas propõe a “Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 – Um Compromisso para o Futuro da Cidade”, onde coloca um certo número de questões cruciais para Lisboa, entre elas duas que se prendem com o nosso tema da paradiplomacia: “Como tornar Lisboa cidade inovadora, criativa, capaz de competir num contexto global, gerando riqueza e emprego? Como afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado?”⁵¹. O documento tem uma linguagem menos técnica e por vezes poética: “Lisboa e toda a região circundante devem a sua força ao rio. A sua identidade repousa sobre o estuário do Tejo, monumento natural”. Lamenta que Lisboa tenha perdido alguma ligação ao rio, mas “urge agora assumir-se como uma cidade com porto (...) e volte a assumir a sua beleza monumental e se redescubra no estuário: único, inimitável, como uma obra de arte”, mas nem por isso se abandonam os objectivos da competitividade económica: “Lisboa terá de ser capaz de renovar a sua base de criação de riqueza orientando-a para o mercado mundial”, incluindo a capacidade para a “viabilização de plataformas de conectividade internacional”⁵². E no capítulo sobre questões económicas, a Carta Estratégica de 2009 afirma com clareza: “A dimensão da internacionalização será decisiva para inverter e renovar a base da criação de riqueza em Lisboa, alargando a sua inserção em actividades transaccionáveis viradas para mercados alargados, com base no conhecimento, em factores avançados e na utilização intensiva dos mecanismos da «sociedade da informação», alavancados pela inovação e diferenciação”, recordando ainda que “a globalização parece favorecer Lisboa, gerando maior probabilidade de atrair consumidores e visitantes, graças a boas acessibilidades e bons preços”⁵³.

⁵⁰ São referidos quatro eixos de desenvolvimento urbano: Lisboa, cidade de Bairros, Cidade de Empreendedores, Cidade de Culturas e Cidade de Modernidade e Inovação. Ver em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm> (consultado em 30/8/2016).

⁵¹ Disponível em http://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Documento-S%C3%ADntese.pdf (consultado em 30/8/2016). Deve notar-se que em 2002 é criado na CML o Departamento de Planeamento Estratégico.

⁵² Ver p. 2 e 3 do mesmo documento.

⁵³ Idem, p. 19.



O estuário do Tejo, “monumento natural”

Fonte: <https://www.publico.pt/2015/02/06/ciencia/noticia/lisboa-a-azul-e-amarelo-vista-do-espaco-1685294> – Área metropolitana de Lisboa captada pelo satélite Sentinel-1A a 8 de Outubro de 2014 ESA/COPERNICO.

Documentos de definição estratégica da internacionalização de Lisboa

1992 – Plano Estratégico de Lisboa

1999 – Ligar a Europa e o Atlântico, Competitividade e Solidariedade (CCDRLVT)

2002 – Visão Estratégica – Lisboa 2012

2007 – Lisboa 2020, Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa (CCDRLVT)

2009 – Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 – Um Compromisso para o Futuro da Cidade

2012 – Lx-Europa, Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário

Entretanto, para vigorar no período de 2014 a 2020, Portugal e a Comissão Europeia adoptaram um acordo de parceria – designado “Portugal 2020” – com a programação dos fundos estruturais atribuídos para desenvolvimento do país. Em função disso, a generalidade das instituições estabeleceu os seus projectos para concorrer ao co-financiamento comunitário. Também o município de Lisboa, em 2012, elaborou um texto de enquadramento dessa programação e das respectivas candidaturas, intitulado “Lx-Europa, Lisboa no quadro do próximo período

de programação comunitário”⁵⁴, onde se retomam os habituais objectivos no âmbito da estratégia de internacionalização, como “apostar na economia da sociedade do conhecimento”, “afirmar Lisboa como Capital do Atlântico” (explicitando que se visa a “mediação das relações entre a UE e os países lusófonos”), e “captar investimento e recursos externos”. Adianta porém uma insistência algo inovadora no tema do mar, elaborando uma sequência de dimensões que são explicitadas pela primeira vez: promover uma “plataforma logística atlântica” (tendo em conta as consequências do alargamento do Canal do Panamá⁵⁵), promover a “exploração de recursos marítimos”, “desenvolver as actividades náuticas” e “potenciar os recursos identitários, memoriais e patrimoniais ligados à exploração marítima”. Mais ainda, o documento defende que Lisboa deve “promover a diplomacia económica”, para se afirmar “como plataforma de serviços internacional”, uma vez que a localização no interface Europa/Atlântico potencia esse papel da cidade, “capaz de atrair investimento e criação de emprego por parte de grandes empresas de dimensão mundial”. E tem de seguida uma frase cheia de significado: “As multinacionais são parceiras naturais das cidades no mundo globalizado e Lisboa deve aproveitar e criar oportunidades neste domínio”⁵⁶. A esta luz, o processo de internacionalização não se limita às parcerias com outras cidades ou à integração em redes de cidades, mas também se desenvolve nessa outra aliança com as empresas transnacionais, “parceiras naturais das cidades”. Metrópoles e multinacionais parecem interagir positivamente na nova configuração internacional.

Está ainda disponível ao público um documento de 2013, da autoria do então presidente da Câmara, António Costa, editado numa publicação *on line*⁵⁷ “Cluster do Mar, O Mar como um novo desígnio nacional”, onde Lisboa vem insistentemente referida como Capital do Mar e se anuncia o projecto de um Campus do Mar

⁵⁴ Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/transparencia/lisboa-2020> (consultado em 31/8/2016).

⁵⁵ “O alargamento do Canal do Panamá abre novas oportunidades para Portugal no que respeita à ligação entre rotas marítimas e os corredores de mobilidade europeus. Portugal não deve deixar passar esta oportunidade e Lisboa, como capital do país, deve aproveitar para se posicionar neste grande interface e criar ligações com cidades ibéricas para além de Madrid”, *idem*, p. 27.

⁵⁶ Ver as páginas 25 a 28.

⁵⁷ Ver <http://www.clusterdomar.com/>.

pela cooperação de numerosos centros universitários⁵⁸, além de que se introduz o conceito de “crescimento azul” do qual Lisboa pretende ser uma âncora. Para o presente estudo interessa essencialmente sublinhar que o tema do mar é sempre articulado na definição estratégica de Lisboa com a dimensão internacional, incluindo orientações com objectivos concretos: “Atracção e criação de novas funções de nível mundial em Lisboa, afirmação da centralidade de Lisboa na logística mundial, potenciando as oportunidades para Portugal decorrentes do alargamento do Canal do Panamá e a ligação entre rotas marítimas e os corredores de mobilidade europeus; afirmação de Lisboa como centralidade global nos domínios associados ao Mar e Oceanos, potenciando a localização em Lisboa de Agências Europeias”⁵⁹. Assinale-se ainda uma pequena subtileza no título deste escrito de António Costa: a tradicional expressão “Lisboa, Capital Atlântica da Europa” é substituída por esta outra “Lisboa, Capital Europeia do Atlântico”. Será um lapso ou o indício de uma nova ambição? A primeira fórmula acentua o carácter europeu da capital portuguesa, beneficiando do respaldo africano e ibero-americano; a segunda fórmula parece entender a capitalidade de Lisboa, ancorada na Europa, mas projectada para o vasto espaço atlântico. Seja qual for a interpretação das palavras, uma intenção está sempre subjacente: que Lisboa desempenhe um papel de relevo como actor internacional.

LISBOA INTEGRADA EM REDES INTERNACIONAIS

A paradiplomacia de uma cidade exerce-se por diferentes formas – contactos bilaterais, envio e recepção de delegações, organização de eventos de âmbito internacional⁶⁰, participação em conferências internacionais e assim por

⁵⁸ Costa, António (sd). “Afirmar Lisboa como Capital Europeia do Atlântico”, o.cit.: “Salientam-se a pesca, a aquicultura, a agricultura, a gastronomia, a saúde, a construção naval, a energia, os portos e o transporte marítimo, o turismo de cruzeiros, o turismo náutico e marítimo-cultural, e o património natural e cultural”. Acrescente-se que “Lisboa Capital do Mar é uma das dez Áreas identificadas no LX – Europa 2020 – Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa: Parceiros, Projectos e Governança, consideradas como as mais relevantes para a concretização da Estratégia de desenvolvimento sustentável da Cidade, já desenhada na Sua Carta Estratégica e no Plano Director Municipal Lisboa recentemente aprovado, e agora traduzida em três grandes Objectivos: Mais Pessoas, Mais Emprego e Melhor Cidade, no Documento LX – Europa 2020 – Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário”, em <http://www.clusterdomar.com/index.php/temas/tema-central/152-afirmar-lisboa-como-capital-europeia-do-atlantico>.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ Seja dado como exemplo um evento de interessante valor simbólico que teve lugar em Fevereiro de 2016: o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento China-Lusofonia-Ibero-América-Caribe 2016, subordinado ao tema “Oportunidades e Desafios na Cooperação com a China” com vista ao estabelecimento de directivas “para uma plataforma de comunicação e cooperação entre as empresas Chinesas, Lusófonas e Ibero-Americanas”.

diante – mas um dos instrumentos privilegiados para a internacionalização de uma cidade é, nos últimos tempos, a sua inserção em redes, aliás em consonância com a estrutura das sociedades contemporâneas. Lisboa não foge a esta regra e integra hoje uma quantidade significativa de redes internacionais de cidades⁶¹.

São conhecidas as características genéricas destas formas associativas: são de adesão voluntária, têm uma infra-estrutura organizativa leve, gozam de grande versatilidade no seu funcionamento, estabelecem entre os seus membros um relacionamento horizontal e não hierárquico, estão facilmente enraizadas nas comunidades locais, umas vezes são efémeras, outras beneficiam de continuidade no tempo. As funções destas redes são muito variadas: cooperação em domínios de natureza técnica para a gestão das cidades, busca de influência externa, facilitação de contactos e possibilidade de *lobby* junto de organismos multilaterais intergovernamentais, acesso a fontes de financiamento, captação de investimento estrangeiro, troca de experiências entre as administrações municipais, socialização quanto a valores partilhados e padrões de qualidade, estímulo à inovação tecnológica, definição de objectivos em função de interesses comuns, aquisição de prestígio interno e externo, etc. As modalidades de acção assumem contornos também variados: assinatura de compromissos quanto aos objectivos comuns, organização e participação em conferências ou outros eventos internacionais, realização de *workshops* ou seminários entre os seus membros, acções de formação, intercâmbio de informações ou participação em campanhas internacionais. Algumas das redes são de âmbito regional, outras têm carácter quase universal.

⁶¹ O site da CML inventaria as seguintes redes, embora a lista não seja exaustiva: AEMA – Associação Europeia de Municípios com Marina; AICE - Associação Internacional das Cidades Educadoras; Associação Internacional das Cidades e Portos; AIVMP – Associação das Cidades Mensageiras da Paz; ATO – Organização das Cidades Árabes; CCAA – Conferência das Cidades do Arco Atlântico; Civistas / Civinet – Rede Nacional Portugal /Espanha; CGLU – Organização Mundial das Cidades e Governos Locais Unidos; CMRE/CCRE – Conselho dos Municípios e Regiões da Europa; CPLRE/Conselho da Europa – Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa; ECHO – Cidades Europeias com Órgãos Históricos; EFCF – Federação Europeia das Cidades e Quintas; Efus – Fórum Europeu para a Segurança Urbana; Eurocidades; FIHUAT – Federação Internacional do Urbanismo, Habitação e Ordenamento de Território; FORAL CPLP – Fórum das Autoridades Locais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Fórum Iberoamericano dos Governos Locais; ICLEI – Conselho Internacional para as Iniciativas Locais Ambientais; INTA/AIVN – Associação Internacional para o Desenvolvimento Urbano; LIKE – Associação das Cidades e Regiões Europeias para a Cultura; Liga das Cidades Históricas; METROPOLIS – Associação Internacional das Grandes Metrópoles; Rede das Cidades Interculturais do Conselho da Europa; SUMMIT – Conferência da Cimeira das Maiores Cidades do Mundo; UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa; UCCI – União das Cidades Capitais Iberoamericanas; UCUE – União das Capitais da União Europeia; Rede DELICE; Rede Mundial das Cidades Magallánicas; ESN – Rede Social Europeia. Ver <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais> (consultado em 2/9/2016).

No caso de Lisboa, já vimos as primeiras etapas da inserção da capital portuguesa em redes internacionais, desde os primórdios da UCCI – União das Cidades Capitais Ibero-americanas e da UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa ainda nos anos 1980, até à intensa participação e mesmo liderança em organizações como a Federação Mundial das Cidades Unidas e a Eurocidades nos anos 1990. Quando chegamos aos nossos tempos, a actual multiplicação de pertença a redes não é certo que tenha correspondido a uma estratégia concertada, mas provavelmente resulta da sucessão de iniciativas ocasionais ou de oportunidades circunstanciais. Algumas das integrações de Lisboa em redes poderão ter um significado apenas simbólico ou, quem sabe, um certo artificialismo, ao ponto de existirem no interior da administração municipal dúvidas quanto à pertinência de certas adesões ou à eficácia de determinadas participações. E não é fácil proceder a um balanço desta multiplicação de redes, sendo problemático identificar aquelas em que Lisboa tem papel activo e consequente proveito, ou se limita a somar contactos pouco vantajosos.

Não obstante estas hesitações, a verdade é que o grau de internacionalização e a capacidade de projecção e influência da cidade de Lisboa têm assistido a um tão notável desenvolvimento que certamente deve ser atribuído em parte ao variado e intenso relacionamento no âmbito destas redes transnacionais.

Uma observação atenta da informação disponível leva a admitir que se podem identificar algumas tendências quanto aos domínios geográficos privilegiados e quanto às preferências temáticas das redes em causa.

Duas delas são de âmbito predominantemente lusófono: a já referida UCCLA e o FORAL, programa vinculado à CPLP⁶², que reúne municípios da vasta área da lusofonia. Ambos se caracterizam por práticas tradicionais de cooperação para o desenvolvimento, sobretudo para formação de quadros, mas incluindo doação de equipamentos e outras formas de entajuda.

Por outro lado, um certo número de redes intercidades referencia-se fundamentalmente à dimensão europeia, com destaque evidente para a ligação aos organismos comunitários que estimulam a existência de redes atribuindo-lhes financiamento, como é o caso do Comité das Regiões (articulando sobretu-

⁶² “O Fórum das Autoridades Locais (FORAL) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi constituído a 27 de Março de 2009. Durante o encontro constitutivo do FORAL CPLP, que reuniu (...) cerca de duas centenas e meia de representantes de municípios dos Estados-membros, foi fixado que vai ter sede em Lisboa. O FORAL CPLP tem como principal objectivo contribuir para o fortalecimento dos laços de concertação e cooperação internacional, atendendo às relações que se estabeleceram entre os territórios dos diversos países que o integram e os respectivos povos, bem como as afinidades linguísticas e culturais existentes”. Ver <http://www.cplp.org/id-2605.aspx?PID=10440&M=NewsV2&Action=1&NewsId=767¤tPage=2> (consultado em 5/9/2016).

do através da CCDDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, ou do CCRE – Conseil des Communes et Régions d’Europe (com o qual Lisboa se relaciona por intermédio da Associação Nacional de Municípios Portugueses), ou ainda do programa comunitário URBACT dedicado a questões da gestão territorial que também financia a rede Interactive Cities, em que Lisboa se integra, com vista à governação urbana, designadamente promovendo a conectividade digital. De igual modo, Lisboa assinou um acordo com o Conselho da Europa para admissão como membro da rede das Cidades Interculturais, destinada a desenvolver as boas práticas na área da integração de migrantes, o acolhimento de minorias étnicas e, em geral, as políticas de interculturalidade, ao mesmo tempo que, sob os auspícios da European Foundation, a capital portuguesa aderiu à rede CLIP – Cidades para Políticas Locais de Integração de Imigrantes. O financiamento comunitário abrange ainda a rede Eurocities que integra dezenas de cidades europeias, bem como o Civitas Forum, com preocupações que vão desde a gestão urbana até à mobilidade nas cidades. De âmbito europeu encontramos igualmente a inserção de Lisboa na plataforma The River/Cities que promove políticas culturais e ambientais entre cidades com frentes ribeirinhas, o programa Grunttvig (do nome de um pastor luterano dinamarquês) que promove a educação ao longo da vida, e a rede de cidades Like – European Cities and Regions for Culture, cujo objectivo é justamente o de construir uma Europa da cultura. Também na esfera europeia se pode situar o Pacto de Autarcas – Mayors Adapt – pelo qual Lisboa se comprometeu a políticas de eficiência energética e crescente utilização de energias renováveis⁶³.

Neste subconjunto de redes de cidades na esfera europeia é provável, como vemos, que as áreas temáticas dominantes sejam a salvaguarda dos direitos humanos, a gestão urbana, a sustentabilidade ambiental e a interacção cultural (com especial atenção à interculturalidade e à questão das minorias étnicas). Embora não estabeleça fronteiras precisas, esta caracterização sumária dos temas principais das redes de âmbito europeu permite, por contraste, distingui-las das de outras áreas geográficas.

Com efeito, Lisboa insere-se num outro grupo de redes intercidades onde a influência norte-americana assume maior peso e onde as parcerias que se

⁶³ Poderia ainda acrescentar-se, sempre no âmbito europeu, a integração de Lisboa nas Cidades do Arco Atlântico (juntamente com Viana do Castelo e Faro em ligação com uma lista de cidades espanholas e francesas da costa atlântica) e na European Federation of City Farms que visa interligar meio urbano e vida rural.

estabelecem incluem agentes económicos. Um caso é o da rede Leading Cities, onde Boston e Barcelona têm papel de relevo, já com antecedentes desde 2011, na qual também Lisboa tem posição importante: envolve líderes empresariais, universidades, governos locais e simples cidadãos, com vista a tornar as cidades mais competitivas e tem incidência em temas como a sustentabilidade, a resiliência das cidades e as oportunidades de negócios e desenvolve a ideia das *smartcities*, cidades inteligentes que promovem a racionalização da gestão urbana em domínios como a mobilidade e os transportes, a energia e a iluminação, a inovação e a conectividade. Uma outra rede é a ULI – Urban Land Institute, que já existe desde 1936, ano da sua fundação em Chicago, patrocinada por grande número de empresas, dedicando-se a promover soluções para a urbanização e o imobiliário, especialmente na ligação entre o urbano e o rural, bem como para os modos de enfrentar as alterações climáticas. Também a partir dos Estados Unidos da América existe a New York Global Partners, de iniciativa dessa cidade associando dezenas de outras metrópoles, com objectivos de promover a aprendizagem inovadora para oportunidades de negócios, ao mesmo tempo que se inspira em valores democráticos e que cultiva a diversidade cultural e a criatividade. Com espírito semelhante, Lisboa integra a organização TiE – The Indus Entrepreneurs, oriunda de Silicon Valley, criada em 1992 por iniciativa de empresários com raízes na Índia, com a vocação de incrementar o empreendedorismo. Mais recente é a rede suportada pela norte-americana Fundação Rockefeller, designada 100 Resilient Cities, justamente porque agrega, desde 2013-14, um conjunto de cem cidades – entre elas Lisboa – de todos os continentes (com escritórios em Nova Iorque, Londres e Singapura), com o fim de melhorar a capacidade dos grandes espaços metropolitanos para resistirem aos choques das presentes transições nos domínios físicos, sociais e económicos – daí a expressão “resiliência”, uma palavra que entrou no vocabulário da gestão urbana.

Por fim, a cidade de Lisboa aderiu a diversas outras redes internacionais⁶⁴, algumas das quais já não são geograficamente delimitadas (lusofonia, área ibero-americana, âmbito europeu, influência norte-americana...) mas são de carácter global, abrangendo metrópoles dos vários continentes. Veja-se a título de exemplo: a Organização Mundial das Cidades e Governos Locais Unidos (UCLG), que procura ligar os interesses locais aos governos nacionais e à comunidade internacional; a Metrópolis que associa cidades mais

⁶⁴ Ver atrás a nota 62 com a lista que consta do site da CML.

populosas em torno de objectivos de cooperação para a gestão urbana; o Grupo C40 de Grandes Cidades para Liderança do Clima, agora liderado por Anne Hidalgo, maire de Paris; a Federação Internacional do Urbanismo, Habitação e Ordenamento de Território, centrada nos temas do desenvolvimento urbano; a Rede Mundial de Cidades Portuárias, que visa a competitividade dos actores urbanos e portuários; a Associação Internacional das Cidades Educadoras, que prossegue uma acção tendente a fazer das cidades um tempo e um espaço de educação ao longo da vida; e a Rede Mundial das Cidades Magalhânicas, que prepara a comemoração dos 500 anos da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, com sede em Sevilha e com iniciativas previstas para o período entre 2019 e 2022.

Este longo inventário das redes de inserção internacional de Lisboa pode ganhar melhor visibilidade se a sistematização seguir outros parâmetros. Daí a vantagem de incluir esta outra maneira de sintetizar a multiplicidade de redes transnacionais⁶⁵:

Redes e respectivos temas em que Lisboa está integrada

TEMAS	REDES
AMBIENTE	EFCF – Federação Europeia das Cidades e Quintas ICLEI – Conselho Internacional para as Iniciativas Locais Ambientais Mayors Adapt FEDENATUR PERIURBAN PARKS POLIS BESOS SUMOBIS LOCATIONS Grupo C40 100 Resilient Cities AIVMP - Associação das Cidades Mensageiras da Paz
CIVILIZACIONAIS/DIREITOS HUMANOS	Rede das Cidades Interculturais do Conselho da Europa CLIP – Cidades para Políticas Locais de Integração de Imigrantes AEMA – Associação Europeia de Municípios com Marina

continua

⁶⁵ Deve-se a Carlos Morais, autor de outro capítulo deste estudo, a organização da presente tabela a qual ele generosamente aceitou que fosse integrada neste texto.

TEMAS	REDES
CONDIÇÃO MARÍTIMA/ FLUVIAL	AIVP – Associação Internacional das Cidades e Portos The River Cities FIHUAT – Federação Internacional do Urbanismo, Habitação e Ordenamento de Território
DESENVOLVIMENTO URBANO	INTA/AIVN – Associação Internacional para o Desenvolvimento Urbano Civitas Forum METROPOLIS – Associação Internacional das Grandes Metrôpoles
DIMENSÃO	SUMMIT – Conferência da Cimeira das Maiores Cidades do Mundo New York Global Partners
ECONOMIA	TiE – The Indus Entrepreneurs Grundtvig
EDUCAÇÃO E CULTURA	AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras LIKE – Associação das Cidades e Regiões Europeias para a Cultura
GOVERNANÇA PARTILHADA	CMRE/CCRE – Conselho dos Municípios e Regiões da Europa CPLRE/Conselho da Europa – Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa Eurocidades Programa Urbact Rede Interactives Cities Leading Cities Urban Land Institute (ULI) Sharing Cities ECHO – Cidades Europeias com Órgãos Históricos
HISTÓRIA	Liga das Cidades Históricas Rede Mundial das Cidades Magalhânicas ATO – Organização das Cidades Árabes
POSIÇÃO GEOGRÁFICA	CCAA – Conferência das Cidades do Arco Atlântico Civistas / Civinet – Rede Nacional Portugal /Espanha FORAL CPLP – Fórum das autoridades Locais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Fórum Iberoamericano dos Governos Locais UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa UCCI – União das Cidades Capitais Iberoamericanas UCUE – União das Capitais da União Europeia
SOCIAL/ASSISTENCIALISTA	ESN – Rede Social Europeia
TURISMO	European Cities Marketing

Fonte: Elaboração Carlos Morais

Nota: CGLU; UCCI; UCCLA; Rede das Cidades Interculturais do Conselho da Europa; RCI e River Cities têm também uma intensa atividade conexa com a área da Cultura, como adiante veremos.

Este levantamento das redes internacionais de cidades em que Lisboa se integra⁶⁶ desenha um panorama vasto e estimulante, mas deixa em aberto uma avaliação difícil de obter: até que ponto estas múltiplas ligações são consistentes e eficazes ou, pelo contrário, são artificiais e pouco proveitosas. Algumas delas são pontuais, outras duradouras no tempo. Umas assumem um carácter sectorial, outras visam objectivos genéricos. Umas têm pendor mais político e declaratório, outras têm uma natureza mais técnica e operacional. Qualquer que seja, porém, o balanço caso a caso destas parcerias transnacionais, poderá concluir-se que têm constituído um meio privilegiado de afirmação da estratégia de internacionalização da capital portuguesa.

DESDE AS PRIMEIRAS GEMINAÇÕES NOS ANOS 1980 ATÉ À WEB SUMMIT EM 2016

Ao longo destas páginas foi possível desenhar os grandes traços da paradiplomacia de Lisboa durante as últimas quatro décadas. Uma acção com altos e baixos, mas desenvolvida com a autonomia própria de uma cidade e do seu governo, sem rota de colisão, antes sintonia, em relação às políticas externas do governo central do país. Em termos gerais, pode dizer-se que assistimos a uma evolução que parte de um primeiro tempo em que predominam as ligações bilaterais, com os exemplos das geminações ou do relacionamento privilegiado com Barcelona, até se desenvolver numa multiplicidade de parcerias internacionais sob forma de redes de cidades. Há também uma geografia própria deste processo de internacionalização, porquanto de início se privilegiaram as relações com a lusofonia e com a área ibero-americana, rapidamente se manifestando o relacionamento intercidades no quadro europeu, abrindo-se também para a influência norte-americana e, como é lógico, para a dimensão de globalidade em associações de cidades de escala mundial. Quanto aos domínios mais fortes onde se concretiza esta internacionalização de Lisboa os temas evoluem desde as práticas de cooperação e solidariedade, para as permutas e interações culturais, mas também para a gestão urbana, a sustentabilidade ambiental, a eficiência energética e, nos tempos mais recentes, as oportunidades de negócio, o empreendedorismo das *startups*, a competitividade tecnológica.

⁶⁶ A informação contida neste breve inventário foi recolhida nas múltiplas entrevistas com os responsáveis, bem como através de consultas ao mesmo site da CML e às ligações contidas na internet às entidades referenciadas.

Se as primeiras geminações de cidades nos anos 1980, com Madrid, Rio de Janeiro, Maputo, Macau, Praia... simbolizam os primórdios do relacionamento externo de Lisboa, talvez o símbolo maior da paradiplomacia da cidade nos novos tempos se encontre na realização da Web Summit, em 2016, onde a modernidade tecnológica se articula com a conectividade global.

Quando Lisboa fica na moda: a explosão turística

BRÍGIDA BRITO

Professora Associada no departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa, investigadora do Observatório de Relações Exteriores, OBSERVARE e subdirectora do JANUS.NET, *e-Journal of International Relations* (bbrito@autonoma.pt).

Quando Lisboa fica na moda: a explosão turística

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos vinte anos registou-se um aumento significativo da procura turística na cidade de Lisboa que, de forma muito particular desde 2010, passou a ser considerada como um dos mais importantes destinos turísticos europeus. Em 2015, o European Best Destinations¹ distinguiu Lisboa com o segundo prémio de “melhor destino europeu” e o Travel Media Awards classificou a cidade como “melhor destino para viagens de curta duração”. Em 2016, o World Travel Awards (WTA)² distinguiu a cidade com os prémios de “melhor destino de cruzeiro” e “melhor porto de cruzeiro” do Mundo³ e a Wallpaper Design Awards elegeram-a como Cidade do ano já em 2017⁴.

¹ Trata-se de uma organização com sede em Bruxelas vocacionada para a promoção do turismo e da cultura na Europa que, em 2015, distinguiu Bordéus como o melhor destino europeu, classificando Lisboa em segundo lugar. Consultado online em 17/12/2016, disponível em <http://www.europeanbestdestinations.com/>

² O World Travel Awards é a entidade mais prestigiada do Mundo na atribuição de distinções no sector do turismo. Consultado online em 17/12/2016, disponível em <https://www.worldtravelawards.com/>

³ É ainda de destacar que a TAP foi distinguida como a “melhor companhia aérea a voar para África e América Latina”, sendo que a maioria dos turistas internacionais que viaja por via aérea para os países lusófonos faz escala na cidade. Lisboa foi ainda classificada em 8º lugar na secção “melhor destino europeu para viagens de curta duração”, os denominados *city breaks*. Consultado online em 17/12/2016, disponível em <https://www.worldtravelawards.com/winners/2016/europe>

⁴ A Wallpaper é uma das mais prestigiadas revistas de design do mundo, consultado online em 13/03/2017, disponível em <http://www.wallpaper.com/design-awards/2017#184976>.

De uma forma imediata, estas distinções traduzem a importância de Lisboa como destino turístico internacional, evidenciando o reconhecimento por parte de entidades especializadas tanto no contexto europeu como mundial. Ao longo do tempo, a valorização da cidade como destino turístico tem sido progressiva e contínua, registando taxas de crescimento na ordem dos 6,4% no total, 7,5% no que respeita ao número de turistas estrangeiros e 6,7% ao número de dormidas⁵, valores que indiciam consolidação da importância de Lisboa para o turismo internacional. Em 2015, chegaram à cidade, por via aérea, 10.057.422 passageiros⁶, dos quais 87,7% eram estrangeiros. Da mesma forma, viajaram 512.128 turistas em barcos de cruzeiro, desembarcando no Porto de Lisboa. Do total de turistas que escolheu a cidade como destino (5.242.800 que se hospedaram em alojamentos diversos⁷), 68,5% eram estrangeiros, dos quais 53% provenientes de países da União Europeia⁸, 8,4% do Brasil e 6,7% dos Estados Unidos da América e 31,9% de outras origens (Turismo de Portugal, 2015).

O desenvolvimento do turismo na cidade de Lisboa tem sido marcado por indícios de internacionalização que, em grande medida, decorrem da natureza das actividades inerentes: o turismo é um sector de actividade económica que gera impactos de âmbito sociocultural, assim como no ambiente que o enquadra, estando dependente das relações, formais e informais, que se estabelecem com o exterior. De forma a reforçar a relevância da internacionalização de Lisboa através do turismo, a análise permite compreender que:

⁵ Cf. Turismo de Portugal (2015). *Turismo em números 2015*, Travel BI. Consultado online em 15/12/2016, disponível em <http://travelbi.turismodeportugal.pt/>

⁶ Há a considerar que parte dos viajantes estrangeiros que desembarcam anualmente no Aeroporto de Lisboa (valor de referência de 31,5% em 2015) encontram-se em trânsito, sendo o destino final outro país ou outra região em Portugal.

⁷ Segundo o Turismo de Portugal, consideram-se hóspedes os “indivíduos que efetuam pelo menos uma dormida num estabelecimento de alojamento turístico”. A dormida é definida como a “permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte”. Consultado online em 27/12/2016, disponível em <http://travelbi.turismodeportugal.pt/>

⁸ 13,2% de Espanha, 12,1% de França, 9,1% da Alemanha, 7,3% do Reino Unido, 6,1% de Itália, 2,7% da Holanda e 2,5% da Bélgica. Cf. Turismo de Portugal (2015). *Turismo em números 2015*, Travel BI. Consultado online em 15/12/2016, disponível em <http://travelbi.turismodeportugal.pt/>

1. por um lado, a entidade municipal responsável pela dinamização do turismo na cidade – a Associação Turismo de Lisboa (ATL) – definiu uma estratégia para a região de Lisboa⁹, que se encontra em fase de implementação¹⁰ e que está plasmada no “Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019”;
2. por outro lado, e de forma relacionada, as estatísticas que retratam a evolução do sector evidenciam que o turismo na cidade de Lisboa é particularmente dinamizado em função dos factores de caracterização dos fluxos de turistas internacionais¹¹, o que, por natureza, requer a definição de um planeamento estratégico apurado que implique a criação e aplicação de acções de *marketing* de forma a viabilizar a divulgação do destino no exterior;
3. por fim, as medidas orientadas para a promoção de Lisboa como destino turístico requerem o acompanhamento e a monitorização dos projectos em curso, ou planeados, assim como a articulação de diferentes iniciativas com o objectivo de valorizar a imagem da cidade¹², nomeadamente recorrendo à criação de marcas próprias que, desta forma, contribuem para que Lisboa seja progressivamente mais reconhecida enquanto destino de viagens pelos países emissores de turistas, o que também se traduz na valorização da posição do destino nos *rankings* mundiais.

De uma forma geral, a Região de Lisboa e, de forma particular a cidade, têm beneficiado de um incremento na procura, com destaque para os turistas internacionais, o que tem favorecido a diversificação da oferta turística. No caso da

⁹ Apesar do objecto deste estudo se centrar na cidade de Lisboa, os dados disponibilizados no Plano Estratégico respeitam à Região de Lisboa, sendo apresentados de forma agregada.

¹⁰ Cf. Turismo de Lisboa (2014). *Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019. Posicionar a Região de Lisboa num novo patamar de excelência turística*. Lisboa: Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa. Consultado online em 10/10/2016, disponível em <http://www.am-lisboa.pt/documentos/1413796718K1yRH0yd2Ug73HH2.pdf>

¹¹ A caracterização dos turistas é definida criteriosamente em função de indicadores, tais como: o país de origem dos turistas; o meio de chegada a Lisboa; o escalão etário; o género; as motivações para a viagem; o rendimento disponível; o número de noites; o tipo de alojamento; as actividades realizadas. Paralelamente, os estudos promovidos são também orientados para as percepções e representações da população residente em relação ao turismo e aos turistas. Nesse sentido, o estudo realizado pela Intercampus para a Associação Turismo de Lisboa que avalia o grau de satisfação dos residentes em relação à presença de turistas na cidade indica níveis de satisfação superiores a 90%. Consultado online em 07/02/2017, disponível em <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-02-07-Turismo-de-Lisboa-surpreendido-com-satisfacao-dos-moradores>.

¹² Para a valorização da imagem da cidade como destino turístico e de forma a promovê-la no exterior foram criadas marcas, muitas vezes associadas a produtos turísticos, tais como: o *Lisboa Card*, que combina o acesso a transportes com descontos para entrada em equipamentos turísticos; o *Lisboa Eat & Shop*, que facilita descontos durante 72 horas consecutivas em restauração seleccionada e pontos comerciais; o *Taxi Voucher*; o *Pátio da Galé*; o *Lismarketing*; o *Booking Lisboa*; o *Lisbon Shop*; o *Ask Me Lisboa*; o *Lisboa Story Centre*; o *Canal Lisboa*.

cidade de Lisboa, os segmentos que têm recebido uma maior dinamização são o turismo de negócios, os eventos, com destaque para os festivais de música (só o *Rock in Rio* em 2016 teve 329 mil espectadores), as feiras e os congressos, sem esquecer o turismo de cruzeiro que tem vindo a evidenciar grande relevância, também espelhada nas distinções atribuídas pelo World Travel Awards. Contudo, em Lisboa, o segmento do turismo cultural continua a ter procura, sendo ainda o mais relevante, já que está fortemente relacionado com o património histórico e construído, assim como com a gastronomia e com as práticas festivas e comemorativas (cf. "A cultura e os processos de interculturalidade"). Se for considerada a Área Metropolitana de Lisboa, a valorização turística complementar envolve outros segmentos, nomeadamente o balnear, o golf e o desportivo.

As iniciativas de internacionalização do Turismo de Lisboa são referidas¹³ como prioridades, estando centradas na identificação de parceiros e no consequente estabelecimento de parcerias, na integração em redes internacionais e na promoção da cidade como destino turístico de excelência¹⁴. Apesar do "Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019" (Turismo de Lisboa, 2014) apresentar propostas para a dinamização do sector, fundamentadas em modelos centrados no relacionamento com o exterior, a criação e o reforço da imagem de marca da cidade continuam a estar focados nas potencialidades locais e regionais¹⁵.

A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE LISBOA NA ÁREA DO TURISMO

A dinamização do turismo na cidade de Lisboa é uma atribuição e responsabilidade da Associação Turismo de Lisboa – *Visitors & Convention Bureau* (Turismo de Lisboa)¹⁶, uma associação privada sem fins lucrativos de interesse público,

¹³ As referências à internacionalização como estratégia são descritas tanto na entrevista realizada no Observatório do Turismo, Turismo de Lisboa, como nas fontes documentais consultadas e que reflectem, por um lado, as preocupações e, por outro, os objectivos a alcançar.

¹⁴ Referências consultadas no Plano Estratégico (Turismo de Lisboa, 2014) e confirmadas em entrevista com o Dr. André Barata Moura do Observatório do Turismo, Turismo de Lisboa, em 26 de Fevereiro de 2016.

¹⁵ As potencialidades locais são exclusivamente orientadas para elementos patrimoniais, culturais e ambientais da cidade de Lisboa, enquanto que as oportunidades regionais são referidas com base na articulação com outros Municípios da área da Grande Lisboa, nomeadamente com Cascais e Sintra (Turismo de Lisboa, 2014).

¹⁶ Denominação consonante com o Art. 1 dos Estatutos do Turismo de Lisboa, consultado on line em 20-05-2016, disponível em <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/sobre-o-turismo-de-lisboa/turismo-estatutos>

criada em 1997 e constituída por vinte e três entidades públicas e privadas¹⁷, sendo a coordenação assegurada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Paralelamente, esta é a Agência Regional de Promoção Turística¹⁸, tanto da cidade como da Região de Lisboa. Assim, garante a criação, a valorização e a divulgação de informação turística sobre a cidade a nível internacional, elabora estudos e participa na organização de eventos temáticos. Os principais objectivos que pautam a actuação do Turismo de Lisboa centram-se no desenvolvimento turístico durável, na promoção de Lisboa como destino turístico, ou local privilegiado para a realização de congressos, convenções, feiras e viagens de incentivos. De forma complementar, produz e divulga informação junto dos turistas, prestando-lhes apoio, monitoriza a oferta e realiza estudos de interesse para o desenvolvimento do sector¹⁹.

O modelo de internacionalização na área do Turismo em Lisboa tem sido particularmente orientado por três tipos principais de intervenção, a saber:

- a. O estabelecimento de relações regulares com parceiros internacionais, incluindo a criação e a integração em redes, assim como a colaboração enquadrada por acções de cooperação internacional, com destaque para a área da produção estatística e sua divulgação. Neste contexto, evidencia-se a participação activa do Turismo de Lisboa na rede *European Cities Marketing* (ECM)²⁰, no âmbito da qual são organizadas reuniões periódicas com o objectivo de partilhar experiências entre as entidades parceiras e fomentar o intercâmbio de dados e outras informações que possam ser úteis para o aumento do conhecimento sobre os destinos e sua divulgação

¹⁷ Os membros da Associação Turismo de Lisboa distinguem-se em associados fundadores (Município de Lisboa, Fundação AIP, União de Associações do Comércio e Serviços, Associação da Hotelaria de Portugal, Associação dos Hotéis de Portugal e TAP – Air Portugal); associados efectivos (Agências de viagens e turismo; Campos de golfe; Casas de Fado e estabelecimentos de restauração e bebidas; Casinos e salas de bingo; Centros de Congressos; Empreendimentos turísticos; Empresas de catering; Empresas de rent-a-car; Equipamentos e parques temáticos e de diversões; Lojas de marcas de produtos portugueses; Museus, Palácios, Fundações e Parques Naturais; Organizadores profissionais de congressos; Recintos de espectáculos, divertimentos, animação e eventos; Transportadoras e infraestruturas aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas) e associados aliados (entidades que desenvolvem actividade complementar e outras localizadas em concelhos não pertencentes a Lisboa). Consultado online em 15/12/2016, disponível em <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/sobre-o-turismo-de-lisboa/regulamentos>

¹⁸ A identificação do Turismo de Lisboa com a Agência Regional de Promoção Turística data de 2004. O Turismo de Lisboa é Vice-Presidente da Confederação do Turismo Português, membro do Conselho Estratégico Empresarial da Associação Industrial Portuguesa e do Conselho Estratégico de Promoção Turística. Consultado on line em 17/12/2016, disponível em <http://www.visitlisboa.com/>

¹⁹ De acordo com o Art. 3º dos Estatutos do Turismo de Lisboa, consultado on line em 17/12/2016, disponível em <http://www.visitlisboa.com/>

²⁰ A *European Cities Marketing* (ECM) é uma rede constituída por 104 cidades europeias. Para mais detalhes, cf. <http://www.europeancitiesmarketing.com>, consultado online em 17/12/2016.

a nível internacional. No quadro do Turismo de Lisboa foi criado o Observatório do Turismo, cuja actividade está centrada na produção estatística²¹ que sustenta as opções do Município no que respeita ao modelo de dinamização turística e às suas opções estratégicas.

- b. A realização de sessões e reuniões em grupos de trabalho informalmente criados e constituídos por entidades congéneres de cidades parceiras, sendo o principal objectivo promover acções de formação técnica, específicas em determinadas áreas de trabalho e definidas como comuns²². Neste contexto, o Observatório do Turismo integra o grupo de trabalho internacional em *Research and Statistics*, que resulta na prossecução de acções de cooperação técnica.
- c. A organização de “*fam trips*”, ou seja, viagens de incentivos que consistem em instrumentos facilitadores para os operadores turísticos estrangeiros e jornalistas conhecerem as potencialidades locais e se familiarizarem com o destino. O objectivo principal das “*fam trips*” é potenciar uma imagem positiva da cidade de Lisboa no exterior. Desta forma, é viabilizada a identificação de novos segmentos ou nichos de mercado que se deseja promover e dinamizar tendo em consideração as características da procura potencial. Neste tipo de acções são estabelecidas parcerias com operadores turísticos radicados noutros países através dos quais se desenvolvem campanhas de divulgação e *marketing*, com recurso à disponibilização de informação previamente organizada em folhetos e brochuras para distribuição.

As acções de promoção da cidade como destino turístico têm alcançado os objectivos delineados, já que de acordo com o *Travel BI* do Turismo de Portugal (2016), Lisboa está classificada em 9º lugar do *ranking* mundial de cidades consideradas destinos turísticos, evidenciando uma taxa de crescimento da procura internacional na ordem dos 6% ao ano desde 2009, com acréscimo para 7,5% entre 2014 e 2015. Estes dados são confirmados pela análise das estatísticas de turismo (Turismo de Lisboa, 2014), que destaca um incre-

²¹ A revista mensal do Observatório do Turismo de Lisboa está disponível desde Janeiro de 2014 em <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/about-turismo-de-lisboa/observat%C3%B3rio>.

²² O grupo de trabalho informal é constituído por dez cidades europeias, sendo fomentada a cooperação técnica: Lisboa, Barcelona, Paris, Zurique, Viena, Munique, Berlim, Copenhaga, Gotemburgo e Bruxelas. Dado que o grupo de trabalho é caracterizado pela informalidade, a selecção das cidades parceiras foi definida por critérios de proximidade nas preocupações e na estratégia delineada e adoptada, tratando-se de cidades que contam com organizações similares ao Turismo de Lisboa, no âmbito das quais trabalham quadros que se dedicam à pesquisa e análise de dados.

mento de 27% na taxa de ocupação total entre 2009 e 2013²³, sendo relevante referir que, no que respeita aos turistas estrangeiros, o aumento registado foi de 37,7% para o mesmo período de tempo.

A aposta estratégica na internacionalização do sector parece ser naturalmente justificada pelo interesse que a cidade tem despertado no exterior por ser vista como um destino turístico competitivo e concorrencial face a outras cidades capitais, em particular europeias. Alguns factores potenciais internos são habitualmente referidos como relevantes para a procura turística, nomeadamente: o acolhimento e a afabilidade dos residentes de Lisboa; a luminosidade da cidade; o clima ameno ao longo de todo o ano; as paisagens; o enquadramento do rio Tejo; a abundância de recursos patrimoniais e históricos; as tradições e os elementos simbólicos e culturais. Contudo, existe ainda um outro factor, claramente centrado em elementos externos, que, recentemente, tem resultado como catalisador na escolha de Lisboa como destino para viagens: a percepção de segurança urbana e o clima de paz quando comparados com outras capitais europeias têm sido particularmente referenciados pelos turistas aquando da realização de processos de auscultação sobre as motivações para a escolha de Lisboa como destino²⁴.

A análise dos principais mercados emissores (Turismo de Lisboa, 2014) permite perceber que existe uma tendência de contínua valorização de Lisboa por parte dos turistas europeus, destacando-se os de origem espanhola, francesa, alemã, inglesa, italiana e holandesa. É de considerar que existem algumas variações por segmento associadas aos factores de atractividade e às motivações definidas como prioritárias. No contexto extra-europeu, regista-se uma preponderância dos mercados brasileiro, americano, russo e chinês, sendo clara a tendência, por parte do Turismo de Lisboa, para incentivar a manutenção deste interesse. De qualquer forma, e independentemente do mercado extra-europeu que se possa considerar no caso de Lisboa, parece existir sintonia com as políticas estratégicas nacionais no sentido de assegurar a captação de investimento estrangeiro para os serviços directos e indirectos que tanto influenciam como dependem do desenvolvimento do sector.

²³ No total, o incremento foi de 7.906 (2009) para 10.041 (2013), sendo de destacar que o peso relativo do turismo internacional é muito significativo com um acréscimo de 5.513 (2009) para 7.594 (2013), de acordo com o Plano Estratégico (Turismo de Lisboa, 2014: 11).

²⁴ Os inquéritos de satisfação aplicados aos turistas indicam que os principais factores motivacionais que geram satisfação são o acolhimento e a simpatia dos residentes em Lisboa (100%), a gastronomia e os vinhos (98%), as infraestruturas e a disponibilidade de recolher informação turística adequada (97%), a oferta natural e cultural (97%) e a segurança (92%), entre outros.

As principais motivações para a viagem que foram identificadas pelo Turismo de Lisboa (2014), e que têm influenciado a criação e a implementação da estratégia de internacionalização, nomeadamente no que respeita ao modelo de abordagem para a divulgação e *marketing* turístico orientado para o exterior, são definidas de forma particular tanto pela coincidência com os principais factores de atractividade da cidade, como pelo entorno ambiental e cultural (cf. Quadro nº 1).

Quadro nº 1 – Identificação dos principais factores de atractividade turística em Lisboa, por origem europeia, 2013

	ESPAÑA	FRANÇA	ALEMANHA	REINO UNIDO	ITÁLIA	HOLANDA	MÉDIA
SOL E MAR	43%	41%	35%	43%	46%	40%	41,3%
CITY BREAKS	20%	19%	21%	15%	27%	21%	20,5%
CULTURA	27%	19%	27%	18%	23%	33%	24,5%
NATUREZA	19%	24%	33%	17%	21%	42%	26,0%
EVENTOS	6%	5%	5%	11%	6%	6%	6,5%
AVENTURA	5%	8%	17%	9%	4%	18%	10,2%
WELLNESS	7%	17%	16%	4%	13%	4%	10,2%

Fonte: Adaptado de Turismo de Lisboa (2014).

No que respeita à cidade de Lisboa, entendida como destino turístico, em média, a cultura é o factor de atractividade mais referenciado, já que está relacionada com o património construído e de natureza histórica²⁵, assim como com a possibilidade de visitar bairros típicos²⁶, experimentar gastronomia tradicional²⁷, incluindo doçaria, e contactar *in loco* com manifestações artísticas,

²⁵ Monumentos históricos, tais como o Padrão dos Descobrimentos, a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos.

²⁶ Por exemplo, o Bairro Alto, a Mouraria, o Castelo.

²⁷ A gastronomia tradicional de Lisboa é diversificada, representando um potencial para a promoção turística, se bem que actualmente existe um misto de influências gastronómicas tanto de outras regiões do país como de outras localidades do exterior, o que, de alguma forma, transforma a cidade numa realidade multicultural e com características cosmopolitas (Cf. Lisboa Cosmopolita). No que respeita às particularidades gastronómicas, poderá considerar-se o pastel de nata, identificado com a zona turística de Belém, como o elemento gastronómico mais referenciado como típico de Lisboa.

tais como a música tradicional²⁸. Estes factores culturais que continuam a ser relevantes para a procura turística são complementados pela possibilidade de realização de viagens de curta duração, as denominadas *city breaks*, que permitem associar diferentes actividades em poucos dias, habitualmente conciliando fins-de-semana. Apesar da crescente valorização, os eventos são os menos referidos, visto se tratar de viagens direccionadas para uma participação específica em congressos, feiras ou festivais. Face à proximidade geográfica da cidade em relação a outras localidades que também integram a Região de Lisboa, a auscultação aos turistas sobre os factores de atractividade para a escolha do destino indica: a possibilidade de visitar as praias que caracterizam a envolvente; o apelo pela diversidade paisagística e a natureza; o bem-estar (*wellness*); e as actividades de aventura, incluindo desportivas.

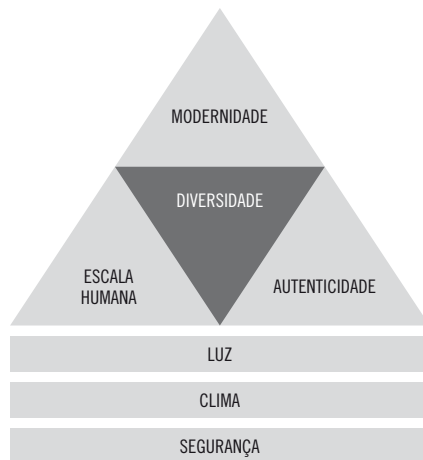
A ideia de que Lisboa dispõe de recursos balneares nas proximidades, associada a condições climáticas favoráveis, parece ser um dos factores motivacionais mais destacados, bem como a existência de património natural relevante que favorece o desenvolvimento de actividades ao ar livre e em contacto com a natureza²⁹. Tal como foi anteriormente analisado, os elementos de património histórico e construído, assim como festivo e gastronómico, revestem actualmente grande importância para a procura turística internacional, sendo que o modelo de internacionalização através do turismo tem sido orientado por estes critérios³⁰. A identificação e a clarificação das vantagens comparativas que contribuem para a definição de um enquadramento atractivo e competitivo no estabelecimento de ligações com o exterior (conectividade), seja com cidades parceiras, seja com representantes do sector, é evidenciada tanto através da análise documental como da informação obtida através de entrevista.

²⁸ Elevado a Património Oral e Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2011, o Fado é, naturalmente, o estilo de música mais referido, sendo as Casas de Fado procuradas pelos turistas que visitam a capital. Não obstante, a existência de um Festival dedicado a este género de música – Aqui Mora o Fado – as participações, na ordem das 12 mil pessoas em 2015, segundo a organização (cf. <http://observador.pt/2016/09/23/festival-aqui-mora-o-fado-comeca-no-bairro-lisboa-de-alfama/>), não se aproximam de outros eventos do género como o NOS ALIVE, com mais de 31 mil espectadores estrangeiros, num total de 165 mil em 2016) ou do recordista Rock in Rio (com um total de 329 mil), cf. <http://www.aporfest.pt/single-post/2016/09/22/243-festivais-de-m%C3%BA-sica-em-Portugal-no-ano-de-2016-estudo-Aporfest>.

²⁹ Estas actividades são consideradas na Área Metropolitana de Lisboa, mas também em contexto da cidade, dado existir um manancial de espaços naturais urbanos de relevo, nomeadamente biodiversidade, tanto de fauna como de flora.

³⁰ O modelo de internacionalização está traduzido no Plano Estratégico (Turismo de Lisboa, 2014) e segue estas linhas de orientação fundamentadas nos factores de atractividade que resultam em factores motivacionais para a escolha do destino turístico.

Esquema nº 1 – Identificação dos factores-chave de Lisboa como destino turístico



Fonte: Turismo de Portugal (2014a). Turismo 2020. Por uma estratégia para o Turismo do País e das Regiões. Lisboa: Turismo de Portugal

Sintetizando, podem considerar-se alguns factores motivacionais da procura como relevantes quando analisados comparativamente com outras cidades e que influenciam o planeamento estratégico para a dinamização do sector no exterior. Assim, destacam-se:

- a. as tradições e a ancestralidade cultural, em particular no que respeita a gastronomia, estilos musicais e datas de comemorações festivas;
- b. os elementos de património construído e histórico, incluindo a estrutura arquitectónica dos bairros históricos e o delineamento dos arruamentos;
- c. as manifestações de arte urbana, incluindo *graffitis* e pinturas em paredes e murais;
- d. a modernidade arquitectónica³¹;
- e. os elementos geo-físicos e a diversidade paisagística;
- f. a biodiversidade tanto de flora como de fauna, tendo em consideração a diversidade de ecossistemas (Cf. "A sustentabilidade ambiental como valor transfronteiriço");
- g. as características climáticas;
- h. a paz social e a segurança;
- i. a afabilidade no acolhimento por parte dos residentes.

³¹ Para o prémio da Wallpaper já referido, muito contribuíram o MAAT, Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia, a ARCO ou a Trienal de Lisboa, cf <http://www.wallpaper.com/design-awards/2017#184976>, consultado em 13/03/2017.

A identificação dos principais factores de atractividade por origem dos turistas permite considerar que a estratégia de internacionalização tem sido orientada pelo objectivo da dinamização do turismo na cidade, estando particularmente focada nas potencialidades urbanas, nos equipamentos e recursos, na ligação a outras zonas da Área Metropolitana de Lisboa, mas também na criação de uma imagem de marca diferenciadora e que sustenta as acções promocionais no exterior. Contudo e paralelamente, percebe-se a existência de um estímulo à diversificação dos segmentos³² e da oferta face às potencialidades identificadas nas áreas de proximidade e que são consensualmente reconhecidas a nível internacional. A leitura que se pode fazer com base nas informações disponibilizadas é que, estando centrado na dinamização do turismo na cidade, a Associação Turismo de Lisboa, entidade promotora do sector na Área Metropolitana de Lisboa, estabelece pontes de ligação com outros concelhos, como forma de valorizar o sector no mercado internacional, nomeadamente com Cascais e Sintra.

No que respeita à oferta, parece ser relevante considerar que, além do peso significativo no computo geral dos alojamentos convencionados como hotéis, pensões e residenciais, surgiram novos conceitos e práticas de alojamento turístico, claramente importados do exterior e que resultam em muitos casos de investimento estrangeiro com forte capacidade de mobilização de recursos: as unidades de alojamento local³³, que incluem os *hostel*³⁴. Em Lisboa, a oferta hoteleira cresceu 3,2%, entre 2013 e 2014, disponibilizando um total de 17.870 quartos, o que aparentemente corresponde às expectativas da procura internacional que, no mesmo período, foi alvo de incremento em 15,3%³⁵.

Paralelamente à dinamização dos segmentos convencionais e dos alternativos (por exemplo: turismo cultural; sol e praia, banhar ou heliotrópico; turismo de natureza; *wellness* ou bem-estar, entre outros), tanto o segmento do

³² É evidente a manutenção do segmento cultural, mas percebe-se a crescente valorização do segmento do *Meeting Industry* com a organização e dinamização, ou apoio, de eventos, congressos, convenções e feiras que, no conjunto, mobilizam representativos fluxos de turistas em negócios.

³³ As unidades de alojamento local são enquadradas por legislação específica desde 2014, sendo consideradas como as unidades que “prestam serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração, e que reúnam os requisitos nele previstos, proibindo-se, expressamente, a exploração de estabelecimentos de alojamento local que reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos” (Decreto-Lei nº 128/2014 de 28 de Agosto).

³⁴ Os *hostel* são unidades de alojamento local que cumprem com um conjunto de requisitos adicionais.

³⁵ Cf. Turismo de Lisboa (2015). *Lisboa excelência turística*. Lisboa: Turismo de Lisboa.

turismo de negócios como os eventos (*Meeting Industry*³⁶) são fortemente potenciais no que respeita à estratégia de internacionalização, já que a maioria destes eventos reveste um âmbito internacional, ou pelo menos regional. A captação de grandes eventos³⁷ para Lisboa representa uma mais valia já que se traduz numa concentração muito alargada de participantes de origens diferentes.

No *ranking* mundial da *International Congress and Convention Association* (ICCA), Lisboa encontra-se classificada em 9º lugar, tendo realizado 145 eventos em 2015 (ICCA, 2016: 19)³⁸ e em 8ª posição no *ranking* europeu. Dado que, no contexto da Europa, apenas seis cidades (Barcelona, Paris, Madrid, Berlin, Londres e Viena) são consideradas como potenciais para a realização de mega-eventos internacionais *indoor* (congressos, *workshops*, seminários, ...) e *outdoor* (eventos desportivos, festivais de música, ...), ou seja, contando com mais de 2.000 participantes, a opção de dinamizar Lisboa como uma cidade de eventos tem vindo a tornar-se em realidade³⁹.

Da mesma forma, o turismo de cruzeiro⁴⁰ e as actividades em meio fluvial no Tejo, têm adquirido uma importância crescente pelo reconhecimento das vantagens acrescidas de Lisboa como cidade portuária⁴¹ que evidencia elevada capacidade de acolhimento de barcos (Porto de Lisboa e marinas), incluindo de embarcações de grande porte, tais como paquetes. A requalificação do espaço público na faixa ribeirinha, desde a zona oriental até Belém, com melhoria da circulação e da navegabilidade, deu origem à criação de espaços pedonais e de convívio, bem como de ciclovias, o que do ponto de vista turístico representa um elevado factor de atractividade, por resultar na criação de zonas de confluência com a área de realização dos eventos internacionais em espaço aberto: circuitos, corridas e maratonas, campeonatos, regatas, mostras, festivais, entre outros.

³⁶ Existe o registo de 145 eventos (reuniões) realizados em 2015, contando com 62.300 participantes (Fonte: ICCA -International Congress and Convention Association *apud* Turismo de Portugal, Indicadores de Turismo de Negócios).

³⁷ Consideram-se grandes eventos aqueles que contam com mais de 500 participantes; os médios entre 200 e 500; e os pequenos com menos de 200 participantes.

³⁸ No *ranking* mundial Portugal situa-se em 12º e no *ranking* europeu em 7º. Cf. ICCA (2016). *ICCA Statistics Report 2015*. Amsterdam: International Congress and Convention Association. No mundial em 9º e europeu em 8º www.iccaworld.org/dcps/doc.cfm?docid=1951.

³⁹ Este foi o caso do *Web Summit* realizado entre 7 e 10 de Novembro de 2016 que potenciou um aumento muito significativo da taxa de ocupação nos hotéis da cidade de Lisboa que, em média, atingiram os 90%, sendo de considerar que acolheu mais de 50.000 participantes oriundos de 166 países.

⁴⁰ No primeiro trimestre de 2016, o turismo de cruzeiro registou uma variação positiva de 25% em crescimento de 2015 para 2016 e de 33,3% no número de excursionistas. Cf. Observatório do Turismo de Lisboa (2016). *Dados de Março de 2016*. Lisboa: Turismo de Lisboa.

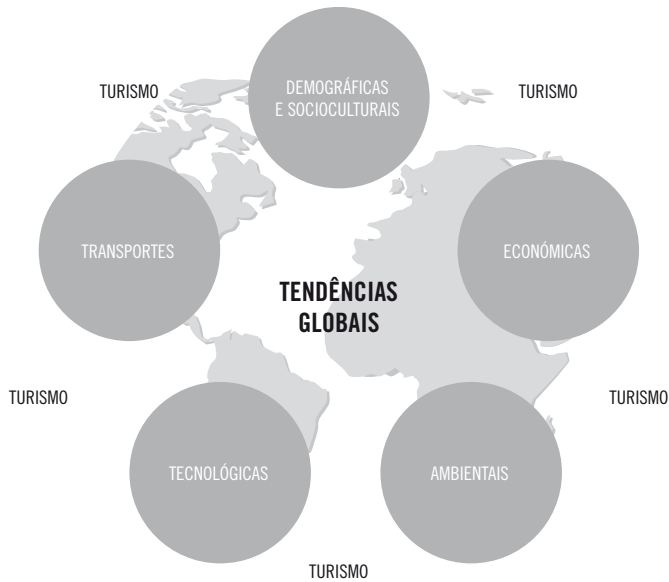
⁴¹ O destaque de Lisboa como cidade portuária de excelência é reforçado pelos prémios e distinções que tem vindo a receber por entidades internacionais, cf. Introdução.

Face aos critérios antes referidos, pode identificar-se um conjunto de áreas sectoriais de maior importância que têm influenciado as opções no que respeita à definição de parcerias estratégicas de âmbito internacional (cf. Esquema nº 2), claramente definidas para o país no seu conjunto, mas que podem ser analisadas no contexto da cidade de Lisboa.

Sistematicamente, poderão referir-se cinco factores principais:

1. Os factores sócio-demográficos e culturais que caracterizam a população na cidade de Lisboa e que têm conferido traços de cosmopolitismo, particularmente evidenciados pela diversidade de origens dos residentes e dos visitantes que estabelecem relações interculturais com cruzamentos e intercâmbios e que, com o tempo, podem chegar à miscigenação, mesmo que de forma pontual, reflectindo-se em práticas mistas (os trajes, as músicas, as danças e outras formas de expressão artística, a gastronomia, as práticas religiosas, ...);
2. O dinamismo económico e as oportunidades de investimento estrangeiro no sector, tanto em actividades directas como indirectas que estimulam a criação de emprego, a formação e o empreendedorismo (como exemplos paradigmáticos podem referir-se os *hostel*, os alojamentos locais, a restauração e os equipamentos similares de prestação de serviços, a animação turística incluindo nocturna, os transportes, ...);
3. O enquadramento ambiental, com destaque para a influência do rio Tejo e dos espaços verdes (Parque Florestal de Monsanto, por exemplo), incluindo as áreas verdes criadas e reabilitadas (jardins e parques);
4. O dinamismo imposto pelo desenvolvimento tecnológico (a facilitação de comunicações e de serviços *wifi* gratuitos com acesso alargado incluindo em espaços públicos);
5. A multiplicação e o alargamento da rede de transportes para além dos convencionais (os autocarros turísticos, tais como o *Lisboa City Sightseeing*, *Hippotrip*, mas também os *Tuk-Tuk*).

Esquema nº 2 – Áreas sectoriais com implicações na criação de motivações para a internacionalização no sector do turismo



Fonte: Turismo de Portugal (2014b).

Sendo a estratégia de internacionalização do Turismo de Lisboa particularmente orientada para as actividades de divulgação da imagem da cidade com objectivos promocionais e de *marketing* a nível internacional, o aprofundamento das relações com entidades congéneres de cidades e países emissores de turistas tem sido uma prioridade⁴². Assim:

- a. Foram definidos segmentos de turismo, ou produtos que sustentam a estratégia de dinamização do sector na cidade;
- b. Foi estabelecida conectividade com mercados emissores potenciais, tanto europeus como outros, nomeadamente americanos (EUA, Brasil) e asiáticos (China);
- c. Foi criada uma estratégia que assenta na criação de um “mosaico de experiências” seguindo uma abordagem de proximidade junto de interlocutores chave (Turismo de Lisboa, 2014b) orientada para o *market intelligence* de divulgação alargada, o que supõe a criação de um canal *online*, do incentivo à participação em comunidades temáticas, preparação de programas de viagens em televisão, entre outros.

⁴² Informação disponibilizada por André Barata Moura do Observatório do Turismo e confirmada no Plano Estratégico (Turismo de Lisboa, 2014).

O sector do turismo em Lisboa é gerador de impactos de relevo, ora positivos ora negativos, requerendo um acompanhamento em permanência de forma a evitar o surgimento de efeitos indesejados e a controlar os eventuais desvios. Além da monitorização, a Associação Turismo de Lisboa através do Observatório promove a avaliação dos impactos da actividade por segmentos. Os impactos negativos centram-se principalmente na descaracterização e na perda de referências identitárias e simbólicas tradicionais que, pela influência de outras culturas estrangeiras podem traduzir-se em miscigenação, mas também na emergência de processos sociais desvirtualizados, com implicações socioeconómicas⁴³. Os impactos positivos são fáceis de compreender por resultarem numa exteriorização exponencial da interculturalidade, na valorização dos elementos culturais de referência, na promoção das paisagens, na reabilitação dos equipamentos e das infraestruturas, na dinamização da formação e qualificação dos técnicos adstritos ao sector, no incremento do emprego e dos rendimentos associados. Este é um sector dinâmico e Lisboa tem beneficiado deste dinamismo.

Por um lado, o investimento privado no sector ascendeu a valores muito elevados⁴⁴ entre 2007 e 2013, sendo de registar um novo aumento em 2015. De acordo com os dados disponibilizados (Turismo de Lisboa, 2016), o retorno do investimento tem sido bem-sucedido, com taxas de crescimento dos proveitos⁴⁵ na ordem dos 15,7% (2014 face a 2013) e 14% (2015 face a 2014). O investimento privado em Lisboa resultou na criação de vinte novos hotéis, o que representa um acréscimo de 1.600 quartos. É importante ressaltar que, do investimento privado total, não foram conseguidos dados que permitam especificar a representatividade do investimento estrangeiro na prestação de serviços turísticos directos e indirectos.

43 A multiplicação e a diversificação de tráficos e o aumento da prostituição incentivada pelo turismo sexual, por exemplo.

44 Entre 2007 e 2013, registou-se um investimento privado na hotelaria de 18.984.542,46€, de 2.083.703,62€ na animação turística e de 376.689,92€ em agências de viagens (Turismo de Portugal, 2014b). É muito relevante considerar que 96,4% destes valores respeitam à cidade de Lisboa no cômputo geral da Área Metropolitana de Lisboa.

45 Em 2014 registou-se a obtenção de 679.300.000€ de proveitos e em 2015 o valor foi incrementado para 772.500.000€ (Observatório do Turismo de Lisboa, 2016).

TÓPICOS CONCLUSIVOS

A influência de Lisboa na esfera internacional do Turismo é particularmente evidenciada e percebida pela capacidade de estimular a motivação e de mobilizar interesses nos parceiros ou outros interlocutores face ao objectivo de dinamizar as actividades enquadradas pelo sector, potenciando-o. Os resultados alcançados e consolidados através de uma abordagem quantitativa reforçam a ideia de que a estratégia prosseguida e as práticas encetadas corresponderam às expectativas: a oferta turística da cidade foi alvo de acréscimo; o número de turistas estrangeiros aumentou, assim como o número de dormidas; os proveitos ou receitas têm sido objecto de incremento; e Lisboa pode ser considerada como a cidade catalisadora do turismo internacional no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Procurando-se uma classificação da influência da cidade através da participação em redes e do estabelecimento de relações de conectividade, foi elaborada uma matriz de análise com base na identificação e na distinção de dois níveis principais:

- 1) em primeiro lugar, o protagonista, quando dinamiza as relações com os parceiros assumindo a organização e a promoção de actividades a realizar em conjunto;
- 2) em segundo lugar, o participante, que não protagoniza a organização das acções, nem assume um papel de destaque, mas participa enquanto membro ou parceiro, integrando redes.

De acordo com as duas categorias tipológicas, poderá considerar-se, conforme sistematização apresentada no Quadro nº 2, que Lisboa tem uma posição que varia entre os níveis protagonista e participante. Por um lado, sempre que apoia a realização de actividades promovendo-as, organiza sessões ou envolve-se directamente na preparação de eventos que implicam internacionalização, tais como as *fam trips*, as reuniões temáticas ou as sessões de trabalho para produção estatística, pode enquadrar-se na categoria protagonista. Neste caso, assume a coordenação das acções e promove-as. Da mesma forma, sempre que participa em actividades, tais como congressos ou sessões de formação numa das cidades parceiras, ou em reuniões alargadas no contexto das redes que integra, reveste o papel de participante. Neste caso, não assume qualquer protagonismo, enquadrando o seu desempenho no contexto da rede e da teia de relações que se estabelecem com um objectivo comum: a partilha de experiências e a aprendizagem através do conhecimento.

Quadro nº 2 – Especificação dos critérios para caracterização da influência internacional da cidade de Lisboa no sector do Turismo

PROTAGONISTA		PARTICIPANTE	
ACÇÃO	INSTRUMENTO	ACÇÃO	INSTRUMENTO
Criação, dinamização e promoção de acções de formação e/ou divulgação de Lisboa como destino turístico	– Acções de formação – Reuniões de divulgação	Integração de Redes e Associações internacionais	– Membro de Redes, tais como a European Cities Marketing – Membro de Associações
Acompanhamento ou monitorização de acções de divulgação e marketing	– Fam trips – Viagens de incentivos – Produção de materiais de divulgação	Participação em reuniões dinamizadas por parceiros protagonistas	– Participação em reuniões internacionais no estrangeiro
Coordenação de reuniões com entidades parceiras no quadro de redes internacionais	– Reuniões realizadas em Lisboa	Replicação e apropriação de produtos	– <i>Lisboa card</i> – <i>Lisboa eat & shop</i> – <i>Taxi voucher</i> – <i>Lismarketing</i> – <i>Booking Lisboa</i> – <i>Lisbon shop</i> – <i>Ask me Lisboa</i> – <i>Lisboa story centre</i>
Promoção de eventos de média e grande dimensão	– Web Summit – Rock in Rio – Regatas	Pedido de apoio/consultoria em áreas técnicas de produção de dados e análise	– Formação no exterior – Membro de Grupo de Trabalho em Research and Statistics
Convite de peritos em áreas temáticas e técnicas para formação	– Sessões de formação	Participação em Associações internacionais temáticas	– Membro de Associações Internacionais temáticas

Fonte: Autoria própria

A capacidade de exercer influência para o exterior no sector do Turismo é particularmente evidenciada como estratégica, pressupondo um rigoroso planeamento das acções a desenvolver, com estudo e definição de *target groups* por características tipológicas, factores motivacionais e interesses, e origens, identificando instrumentos e metodologias de intervenção e ainda procurando realizar análises prospectivas de impactos. Por característica, independentemente do contexto, mas particularizando Lisboa, o sucesso do sector do turismo depende da capacidade de captação da procura estrangeira, tanto generalizada como segmentada, o que obriga ao estabelecimento de contactos com entidades congéneres e de parcerias que viabilizem a consolidação da cidade como destino turístico preferencial tanto na Europa como no Mundo.

A análise permite ainda concluir que, na área sectorial do Turismo na cidade de Lisboa, as acções de internacionalização são assumidas pelo órgão competente, a Associação Turismo de Lisboa. Da mesma forma, os resultados alcançados no que respeita às taxas de variação e de crescimento, à dinamização das diferentes actividades com diversificação de segmentos, ao estímulo ao empreendedorismo, traduzido na emergência de novas práticas, e à inovação na prestação de serviços, assim como à promoção da imagem da cidade no exterior comprovam a existência de uma estratégia definida e assumida. A entidade responsável pelo sector do turismo no Município viabilizou a produção de um documento orientador, o Plano Estratégico, que inclui linhas de acção de internacionalização da actividade. Contudo, a variação do papel do Turismo de Lisboa no que respeita à influência internacional depende em grande medida das redes em que participa e até das relações estabelecidas com outras entidades, sejam congéneres e públicas, sejam privadas ou ainda de composição mista. Se toda a acção pende para a internacionalização, o sucesso das iniciativas é então relativo e variável por estar dependente do envolvimento nas redes e das metodologias seguidas atendendo para os objectivos previamente delineados.

Referências

- European Best Destinations [Em linha]. Disponível em: <http://www.europeanbestdestinations.com/> [Consult. em 17/12/2016].
- European Cities Marketing [Em linha]. Disponível em: <http://www.europeancitiesmarketing.com> [Consult. em 17/12/2016].
- Expresso, 2017. *Turismo de Lisboa surpreendido com satisfação dos moradores* [Em linha]. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-02-07-Turismo-de-Lisboa-surpreendido-com-satisfacao-dos-moradores> [Consult. em 07/02/2017]
- ICCA, 2016. *ICCA Statistics Report 2015*. [Em linha]. Amesterdam: International Congress and Convention Association. Disponível em: <http://www.iccaworld.org/dcps/doc.cfm?docid=1951> [Consult. em 10/10/2016]
- Observatório do Turismo de Lisboa, 2016. *Dados de Março de 2016*. [Em linha]. Lisboa: Turismo de Lisboa. Disponível em: <https://www.visitlisboa.com/about-turismo-de-lisboa/observat%C3%B3rio> [Consult. em 15/12/2016].
- Turismo de Lisboa, 2014. *Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019. Posicionar a Região de Lisboa num novo patamar de excelência turística*. [Em linha]. Lisboa: Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa. Disponível em: <http://www.am-lisboa.pt/documentos/1413796718K1yRH0yd2Ug73HH2.pdf> [Consult. em 10/10/2016]
- Turismo de Lisboa, s.d. *Estatutos do Turismo de Lisboa* [Em linha]. Disponível em: <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/sobre-o-turismo-de-lisboa/turismo-estatutos> [Consult. em 20/05/2016].
- Turismo de Lisboa s.d. *Regulamentos*. [Em linha]. Disponível em: https://www.visitlisboa.com/pt-pt/sobre-o-turismo-de-lisboa/regulamentos_ [Consult. em 15/12/2016].
- Turismo de Portugal, 2014a. *Turismo 2020. Por uma estratégia para o Turismo do País e das Regiões*. Lisboa: Turismo de Portugal

Turismo de Portugal, 2014b. *Turismo 2020. Plano de acção para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. [Em linha]. Disponível em: http://estrategia.turismoportugal.pt/sites/default/files/Turismo2020_Parte%20I_mercados%20-%20SWOT.pdf [Consult. em 27/12/2016].

Turismo de Portugal, 2016. *Turismo em números 2015, Travel BI*. [Em linha]. Disponível em: <http://travelbi.turismodeportugal.pt> [Consult. em 27/12/2016].

World Travel Awards [Em linha]. Disponível em: <https://www.worldtravelawards.com> [Consult. em 17/12/2016].

A cultura e os processos de interculturalidade

CÉLIA QUINTAS

Professora Auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa; Professora Adjunta no Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, investigadora associada do Observatório de Relações Exteriores, OBSERVARE (cquintas@autonoma.pt)

BRÍGIDA BRITO

Professora Associada no departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa, investigadora do Observatório de Relações Exteriores, OBSERVARE e subdirectora do JANUS.NET, *e-Journal of International Relations* (bbrito@autonoma.pt).

HELENA CURTO

Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Autónoma de Lisboa, investigadora do Observatório de Relações Exteriores, OBSERVARE (hcurto@autonoma.pt).

A cultura e os processos de interculturalidade

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS E DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

Nos últimos vinte anos, no município de Lisboa, o setor da cultura conheceu uma valorização crescente, beneficiando de um aumento do investimento, justificado por dois fatores complementares. Por um lado, a tomada de consciência de que a cultura é um setor transversal que se articula com outras áreas de intervenção, tais como o turismo, a economia, a educação e o ambiente, produzindo impactos no emprego e estimulando a formação, contribuindo para criar e reforçar o círculo virtuoso de desenvolvimento sustentável¹. Por outro lado, face à disponibilidade de fontes de financiamento, sobretudo externas, maioritariamente de origem comunitária, registou-se uma aplicação de fundos estruturais nesta área (CCDR LVT, 2007).

Na perspetiva do poder local, os municípios têm assumido um papel de protagonismo na definição de estratégias de valorização da cultura, considerando-se que se trata de uma área chave para o desenvolvimento e a projeção dos territórios no exterior. Tendo presente a análise das ações prosseguidas por Lisboa este é o caso dos dois atores envolvidos – a Câmara Municipal

¹ A conceção da cultura como um setor transversal que contribui para o desenvolvimento numa perspetiva de sustentabilidade tem vindo a desenvolver-se em paralelo com a ideia que relaciona a cultura com a criação, produção, difusão e valorização dos bens culturais, evidenciando o conceito de indústria cultural. Assim, à gestão do setor são atribuídos os serviços culturais e a preservação nos domínios das artes e do património.

de Lisboa (CML) e a Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC)². A CML e a EGEAC partilham a responsabilidade de dinamizar o setor da cultura e da animação na cidade de Lisboa³ através da organização de eventos de âmbito nacional, regional e internacional e da participação em redes de parceiros, sendo igualmente responsáveis pela gestão dos equipamentos municipais, tais como *ateliers*, galerias, monumentos e outros equipamentos culturais⁴.

Visto que estas duas entidades municipais promovem a imagem de Lisboa através da cultura, tanto a nível local como no exterior, este setor pode ser entendido como um instrumento de internacionalização da cidade.

A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE LISBOA NA ÁREA DA CULTURA

A análise documental realizada não permitiu identificar de forma clara a existência de uma estratégia de internacionalização da cidade de Lisboa através da cultura, com um carácter regular e coerente ao longo do tempo, havendo períodos em que parece estar ausente e outros em que é considerada, defendida e implementada.

Até 2009, as ações de internacionalização da cidade foram consideradas insuficientes e pontuais, constituindo um ponto frágil para o setor da cultura. Esta questão foi apresentada no relatório “A cultura na estratégia da Região de Lisboa” (CCDR LVT, 2007) como resultado da fraca projecção externa e da assimetria entre a importação e exportação de produtos culturais: “Insuficientes internacionalização e projecção externa da maioria das organizações e agentes do sector” (*op. cit.*: 197). O desequilíbrio na área da cultura, evidenciado nas relações entre a cidade e o exterior, é percebido

² A Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa (EGEAC), criada em 1995 com a designação Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, EP, foi reestruturada em 2003 pela CML (Costa, Senha, 2015) e tem como competências a gestão de espaços culturais, tais como o Castelo de São Jorge, o Padrão dos Descobrimentos, o Museu do Fado, o Museu da Marioneta, a Casa Fernando Pessoa, o Atelier Museu Júlio Pomar, o Teatro Maria Matos, o Teatro de São Luís, o Cinema de São Jorge, o Museu Bordalo Pinheiro, o Museu do Aljube e as Galerias Municipais. A empresa é ainda responsável pela definição de diversas programações culturais. Disponível em <http://www.egac.pt/actividade/> (Consult. em 28/12/2016).

³ Procurando dinamizar atividades culturais e recreativas na cidade de Lisboa, a EGEAC assume-se como um instrumento de democratização da cultura, plasmada no lema “Mais cultura, melhor turismo” e promovendo “uma cultura mais perto de todos” (Costa, Senha, 2015: 163). Disponível em <http://www.eses.pt/interaccoes/> (Consult. em 18/03/2017).

⁴ Disponível em <http://www.egac.pt/actividade/> (Consult. em 28/12/2016).

pelos elementos recebidos ou emitidos: “(...) também em termos culturais, a tendência nos últimos anos é a de um deficit de internacionalização e a de Portugal se afirmar como país sobretudo ‘importador’, em vez de ‘exportador’.” (CCDR LVT, 2007: 205).

Em 2009, a CML procurou desenhar e estruturar uma estratégia para a cultura em Lisboa (Costa, 2009), orientada por uma interpretação abrangente e centrada no debate sobre o papel da autarquia neste setor, sendo considerado que o município deveria adotar um “papel de facilitador, catalisador e articulador” de políticas públicas na área da cultura (Costa, 2009). Com base no diagnóstico realizado, foi identificada uma incipiente internacionalização, confirmando a continuidade da situação antes percebida: *“A questão da internacionalização foi (...) muito discutida como algo que está praticamente por fazer. Qualquer discussão e definição estratégica tem de ser feita numa lógica que reflita a importância de Lisboa na Europa e no mundo. Há a percepção de que a dimensão periférica da cidade, e do país, pode ser combatida através do sector cultural, a partir naturalmente da sua memória, do seu património e da sua história...”* (Costa, 2009: 192).

Contudo, nos últimos sete anos, a fragilidade da internacionalização da cidade alterou-se, sendo hoje estes processos bastante evidentes. Por um lado, estão traduzidos na Carta Estratégica Lisboa 2010/24 (Almeida, Simas, Grilo, 2012), havendo referência ao desafio que se coloca a Lisboa para cumprimento da Estratégia Europa 2020⁵. Por outro lado, a internacionalização por via da cultura é reforçada pelas recentes candidaturas a Património Mundial, seja de equipamentos, seja da cidade de Lisboa como um todo. A este respeito, podem referir-se as candidaturas a Património Mundial da UNESCO, em 2016 relativas: a) à cidade de Lisboa no conjunto, “Lisboa Histórica. Cidade Global”; b) a elementos específicos do património edificado, tais como o Aqueduto das Águas Livres, o Edifício-sede e o Parque da Fundação Calouste Gulbenkian e a Baixa Pombalina.

A internacionalização da cidade através da cultura parece estar associada a um conjunto de ações e projetos desenvolvidos com base no estabelecimento de parcerias internacionais e viabilizados por financiamentos públicos e privados. O resultado destas iniciativas tem sido o aumento do número de equipamentos e a melhoria

⁵ No quadro da Estratégia Europa 2020, os representantes dos Estados-Membros da União Europeia assumiram o compromisso de promover maior inclusão e sustentabilidade, representando a cultura, incluindo a educação, a investigação e a interação cultural, indicadores considerados determinantes para a redução das desigualdades. Para mais detalhes, consultar Almeida, T, Simas, H, Grilo, P (2012). *Lx-Europa 2020. Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário*. Lisboa, Novembro. Disponível em observatório-Lisboa-eapn.pt/ficheiro/Lx-Europa2020.pdf (Consult. em 18/03/2017).

das infraestruturas, dos atores e das ações culturais que, em certa medida, contribuem para viabilizar a internacionalização do setor, impulsionada por vários fatores que podem ser classificados em três grandes categorias: a) organização e participação em eventos e atividades culturais; b) gestão do património e dos equipamentos; c) participação em redes e associações internacionais.

Organização e participação em eventos e atividades culturais

O crescente número de atividades culturais, recreativas e criativas que, ao longo dos anos, tem sido apoiado, organizado e promovido pelo município de Lisboa contribuiu tanto para o aumento do número de visitantes internacionais (CCDR LVT, 2009), como para a diversificação das indústrias do setor, promovendo, de forma consequente, a valorização do património histórico e construído, da cultura viva da cidade e da criatividade em contexto urbano (Almeida, Simas, Grilo, 2012). No que respeita à cultura viva, podem considerar-se os modos de vida urbanos característicos de Lisboa, assim como os diversos bairros que compõem o tecido urbano da cidade, supondo uma valorização do referencial simbólico e identitário que caracteriza o padrão cultural, tornando-a particular face a outras regiões que com ela confluem do ponto de vista geográfico-espacial.

Dependendo do grau de envolvimento dos atores municipais na promoção e na dinamização de ações suscetíveis de valorizar a imagem da cidade no exterior, e tendo em conta a centralidade de Lisboa neste processo, as entidades envolvidas podem assumir-se ora como protagonistas, ora tendo apenas um papel de participação. Sem pretender ser exaustivo, o Quadro nº 1 apresenta um conjunto de exemplos⁶ de eventos e atividades internacionais, fazendo referência à cidade de realização, à definição do papel de Lisboa, ao tipo de iniciativa e à data, ou periodicidade, de realização.

A análise da informação sistematizada permite perceber a existência de uma alternância no papel da cidade, entre o protagonista e o participante, que parece depender das características e dos tipos de eventos, assim como do âmbito territorial.

⁶ A sistematização apresentada no Quadro nº 1 não procura ser exaustiva, já que não seria exequível identificar a totalidade dos eventos internacionais organizados e dinamizados por Lisboa, ou aqueles em que tem participado. Contudo, procurou selecionar-se alguns eventos ao longo do tempo que, pela dimensão e capacidade de exercer influência no exterior, revestem relevância para a análise.

Quadro nº 1 – Exemplos de identificação do papel de Lisboa em eventos internacionais, por cidade, tipo e data

ATIVIDADES	CIDADE	PAPEL DE LISBOA	TIPO	DATA
Exposição Universal de Sevilha	Sevilha	Participante	Exposição	1992
Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura	Lisboa	Protagonista	Plataforma	1994
Lisboa Capital Lusófona da Cultura	Lisboa	Protagonista	Plataforma	1994
Feira do Livro de Frankfurt	Frankfurt	Participante	Feira	1997
Exposição Internacional de Lisboa – Expo98*	Lisboa	Protagonista	Exposição	1998
Bienal Internacional de Veneza	Veneza	Participante	Outros	Bienal
Salon du Livre de Paris	Paris	Participante	Outros	2000
Best Travel em Barcelona	Barcelona	Participante	Feira	Bianual
Expo Vacaciones	Bilbau	Participante	Feira	Anual
Feira Internacional de Macau	Macau	Participante	Feira	Anual
Rock in Rio (1ª edição)	Lisboa	Protagonista	Outros	2004
Expogalicia	Vigo	Participante	Exposição	2011
Web Summit	Lisboa	Protagonista	Feira	2016
Lisboa Capital Ibero-Americana da Cultura	Lisboa	Protagonista	Plataforma	2017

Fonte: Sistematização de autoria própria

* Apesar da organização da Expo 98 não ter sido da responsabilidade direta da Câmara Municipal de Lisboa, a cidade acolheu este megaevento, cujo tema se centrou na ideia “Os oceanos: um património para o futuro”, consistindo na promoção de um conjunto de atividades que representaram um verdadeiro exercício de multiculturalidade contando com a participação de 146 países e 14 organizações internacionais. Disponível em <http://www.portaldasnacoes.pt/item/participantes/> (Consult. em 08/01/2017). Assim, este foi um dos eventos que, ao longo do período recente, produziu impactos de longo prazo na cidade, resultado direto da requalificação da faixa ribeirinha na zona oriental de Lisboa.

O protagonismo é evidenciado pelo envolvimento na conceção, organização e dinamização de eventos pelas entidades municipais responsáveis pela gestão da cultura, havendo coincidência com a realização das iniciativas nas próprias áreas territoriais. O papel de Lisboa, enquanto protagonista, pode ser exemplificado⁷ com eventos e atividades culturais de rua, destacando-se as Festas de Lisboa promovidas pela EGEAC, que incluem as Marchas Populares e o concurso Grande Marcha de Lisboa⁸. Estes eventos são particularmente importantes no que respeita à divulgação internacional da imagem do muni-

⁷ O protagonismo de Lisboa pode ainda ser identificado com eventos, tais como: “Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura”, criado com o lema “Imagine uma capital. E a Europa dentro dela. Imagine uma Europa. E toda a sua cultura. Lisboa convida”. Disponível em <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/1994-lisboa-capital-da-cultura/>, (Consult. em 18/03/2017); “Lisboa Capital lusófona da cultura”, em 1994; “Lisboa Capital ibero-americana da cultura”, em 2017. Disponível em <http://lisboacapitaliberoamericana.pt/> (Consult. em 18/03/2017).

⁸ Para o concurso “Grande Marcha de Lisboa 2017”, a EGEAC propôs o tema “Lisboa e Atlântico, mar de encontros”, no âmbito de “Passado e Presente – Lisboa, capital ibero-americana de Cultura”, traduzindo uma sensibilidade evidente no que respeita à orientação da cidade em relação ao Atlântico e aos contactos internacionais por via do Oceano, que tanto tem influenciado Lisboa ao longo dos tempos. Disponível em <http://www.egac.pt/evento/concurso-grande-marcha-de-lisboa-2017/> (Consult. em 16/12/2016).

cípio, havendo uma relação direta com o turismo, pelo número de visitantes estrangeiros que assistem ao evento *in loco*. Do ponto de vista cultural, os elementos simbólicos e identitários que caracterizam a cultura popular e tradicional de Lisboa são valorizados e reforçados porque divulgados de forma alargada no exterior.

Lisboa assume o papel de participante nos eventos internacionais organizados e dinamizados por entidades estrangeiras, eventualmente enquadrados por projetos desenvolvidos e implementados em parceria. Estes são os casos das seguintes participações: Exposição Universal de Sevilha, 1992 (Expo 92); Feira do Livro de Frankfurt, 1997; Bienal de Arquitetura de Veneza; *Salon du Livre de Paris*, 2000; *Best Travel*; Expo *Vacaciones*; e Expogalicia (CCDR LVT, 2009). Assim, pode considerar-se que a cidade participa com regularidade em atividades culturais e recreativas de âmbito internacional organizadas por outras entidades, mas também assume a posição de protagonista nos eventos promovidos na área geográfica delimitada pelo Município e que permitem exportar a imagem de Lisboa para o exterior, assegurando uma maior visibilidade. A cidade envolve-se com frequência num conjunto de iniciativas de âmbito internacional que se podem agrupar em quatro tipos principais: a.1) exposições temáticas ou artísticas; a.2) feiras; a.3) plataformas regionais; a.4) outros eventos, entre os quais manifestações artísticas, cinematográficas⁹ e musicais¹⁰.

Além da identificação e caracterização do papel da cidade nos eventos, as principais interações internacionais no âmbito da cultura efetivam-se com outras cidades europeias, destacando-se Sevilha, Barcelona, Bilbao e Vigo (Espanha), Paris (França), Veneza (Itália) e Frankfurt (Alemanha). Contudo, é ainda de destacar o papel de relevo de Lisboa, enquanto cidade atlântica, ao estabelecer e manter relações culturais com cidades de outros continentes, em particular com os territórios lusófonos, entre os quais, o Brasil, Macau e os países africanos de língua portuguesa.

⁹ Os festivais de cinema são também considerados relevantes no processo de internacionalização da cidade, bem como do país, em resultado da componente fortemente internacional da sua programação e da visibilidade alcançada com a mostra de filmes. Pode referir-se o festival anual Doclisboa que oferece programação internacional diversificada e mostras de cinema alternativo e não massificado, ou ainda o Play-Festival Internacional de Cinema infantil e Juvenil de Lisboa. Disponível em <http://www.doclisboa.org/2016/noticias/3818/> (Consult. em 06/01/2016) e em <https://www.facebook.com/viverlisbon/photos/a.844133862268501.1073741828.842967595718461/1584585144890032/?type=3&theater> (Consult. em 11/02/2017).

¹⁰ Podem considerar-se eventos apoiados pelo município, mas de financiamento tendencialmente privado como é o caso do megaevento *Rock in Rio*, cuja organização é de responsabilidade privada, atraindo mais de 350 mil espetadores incluindo estrangeiros e não residentes (Simões, 2012).

Gestão do património e equipamentos

O património material¹¹ e imaterial¹² de Lisboa constitui um instrumento fundamental para a criação de uma imagem positiva da cidade, contribuindo como fator de atratividade para o turismo estrangeiro e, de forma consequente, de internacionalização. Neste sentido, tem-se assistido a uma crescente valorização dos elementos patrimoniais e a uma melhoria das infraestruturas existentes, em resultado de ações de recuperação, de reabilitação e até de construção¹³.

O número de atividades programadas, apoiadas e realizadas pelas entidades municipais na área da cultura e da recreação, assim como dos equipamentos culturais também aumentou e foi alvo de diversificação nos últimos anos. A internacionalização da cidade neste campo pode ser compreendida com base na apreciação do número de visitantes aos equipamentos e nas atividades culturais promovidas pelo Município, tanto pela CML como pela EGEAC. A título de exemplo, em 2015, o Castelo de São Jorge recebeu 1.464.470 visitantes estrangeiros e 105.270 portugueses. No mesmo ano, o Padrão dos Descobrimentos recebeu 268.176 visitantes estrangeiros e 43.017 nacionais (EGEAC, 2015). Estes dados permitem compreender a relevância do património histórico construído e cultural. Paralelamente, o Museu do Fado promoveu e rentabilizou a imagem da música tradicional como Património Imaterial da Humanidade, desenvolvendo um conjunto de atividades culturais particularmente destinadas ao público estrangeiro, nomeadamente o Festival de Fado de Bogotá, o Festival de Fado de Buenos Aires, o Festival de Fado de Madrid e o Festival de Fado de Sevilha (EGEAC, 2015).

Apesar da relevância dos dados apresentados no Quadro nº 2, que traduzem um acréscimo significativo da importância de equipamentos culturais e artísticos entre 2001 e 2011, os dados não permitem filtrar o número de visitantes estrangeiros. Contudo, tendo presentes os dados referentes a outros equipamentos (Castelo de São Jorge e Padrão dos Descobrimentos), poderá perceber-se que a tendência é idêntica.

¹¹ Claramente definido pelos elementos de património construído, edificado e histórico que revestem interesse para a valorização da cidade no exterior.

¹² No que respeita ao património imaterial, enquadram-se os elementos simbólicos que caracterizam a cultura urbana de Lisboa e reforçam a identidade dos seus residentes.

¹³ São os casos da requalificação do Centro Cultural de Belém, do Teatro Camões e da construção do novo Museu Nacional dos Coches. Paralelamente, alguns bairros históricos têm sido alvo de beneficiação por via da requalificação urbana com revalorização da história da cidade e da música (por exemplo, o conceito de Lisboa Islâmica, a valorização da gastronomia e o Fado enquanto património imaterial da Humanidade, distinção concedida pela UNESCO em 2011).

Quadro nº 2 – Evolução de atividades culturais entre 2001 e 2011

INDICADOR	2001	2011
Número de museus	38	41
Número de galerias de arte	114	182
Visitantes de museus	3.600.000	4.542.710
Visitantes de galerias de arte	1.800.000	2.699.573
Número de sessões de espetáculos ao vivo	3.000	6.857

Fonte: Pordata (2011)

Um destaque para o Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. Em 2010, António Filipe Pimentel foi nomeado diretor desta estrutura. A sua estratégia transportou novidade e euforia no contexto da gestão museológica com uma aposta forte na internacionalização do Museu através de ações poliédricas: protocolos, cedências por empréstimo de peças e coleções, opções estratégicas, como a atual exposição “A Cidade Global”, introdução do conceito do mecenato popular com o lema ‘Somos todos mecenas’, que permite uma contribuição nacional para a aquisição de peças¹⁴. O empréstimo mútuo a outras estruturas estrangeiras semelhantes consubstancia um processo de internacionalização da cultura, que sai fora de portas, levando o nome do Museu e da cidade, e abre espaço para rececionar uma diversidade e multiplicidade de propostas atraentes, vindas do exterior e que magnetizam visitantes estrangeiros.

Participação em Redes e Associações Internacionais

Tal como foi referido anteriormente (cf. Questões introdutórias e definição do âmbito), o conceito de cultura reveste um caráter polissémico que, por um lado, se associa a uma ideia de indústria cultural, assumindo, neste caso, uma perspetiva mais economicista e ligada a estratégias e modelos de produção. Por outro lado, pode ser analisado na ótica do desenvolvimento sustentável, representando um contributo para a articulação das dimensões económica, social e ambiental. Visto que, por característica, a dinamização cultural depende da interação com outros contextos, os mecanismos de internacionalização parecem resultar como óbvios. Assim, pode considerar-se que as duas perspetivas inicialmente definidas são conciliáveis mediante a adoção de metodologias específicas e

¹⁴ A primeira foi a campanha com o mote “Vamos pôr o Sequeira no lugar certo”, no qual o Museu pedia seis cêntimos a cada português para perfazer os 600 mil euros que o quadro de Domingos Sequeira, *A adoração dos magos*, custava.

tendentes à internacionalização, resultando no estabelecimento de parcerias entre as entidades municipais e outras congêneres estrangeiras, assim como na integração da cidade em redes internacionais temáticas.

A participação do Município em redes internacionais, que se assumem como um instrumento principal de internacionalização da cidade na área da cultura, tem sido estimulada, sendo várias as redes que Lisboa tem integrado ao longo do tempo (CML, s.d.)¹⁵. Do conjunto de instrumentos de internacionalização identificados foram selecionadas as Redes e as Associações que, por via da sua vocação ou da sua atividade na área cultural e recreativa, assumem um papel de relevo para a projeção internacional da cidade.

Associação Cidades e Governos Locais Unidos

Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) é uma organização mundial de governos locais, integrada por cidades e municípios, bem como por associações nacionais e internacionais, ultrapassando na sua constituição os 1.000 governos locais oriundos dos cinco continentes. A criação da Associação foi originada pela implementação de um instrumento de desenvolvimento local, a *Agenda XXI Local para a Cultura*. Este mecanismo fundamenta-se em três princípios suscetíveis de serem implementados com base na importância da cultura para as cidades e os poderes locais: a democracia; a autonomia local; e a descentralização ao serviço dos cidadãos (Culture 21, 2004).

Lisboa integra o programa *Cidades piloto 2016-2019*¹⁶ em articulação com a *Agenda XXI para a Cultura*, considerando-a como o motor da mudança e do desenvolvimento sustentável por ser identificada com a riqueza dos povos. Neste período, os participantes como cidades piloto constituem-se agora como líderes numa estratégia de partilha de conhecimento e experiência. “*A diversidade cultural é o principal património da humanidade. É o produto de milhares de anos de história, fruto da contribuição coletiva de todos os povos, através das suas línguas, imaginários, tecnologias, práticas e criações. A cultura adota formas distintas, que sempre respondem a modelos dinâmicos de relação entre sociedades e territórios*” (Culture 21, 2004: s.p.). Desta forma, pode considerar-se que a valorização da diversidade cultural para o desenvolvimento dos territórios é entendida como o ponto de partida da ação desta Associação.

¹⁵ Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais/Rede-das-cidades-interculturais> (Consult. em 04/01/2017) e em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer> (Consult. em 18/03/2017).

¹⁶ Esta iniciativa baseia-se nos êxitos e experiências do programa das *Cidades Piloto 2014/2015*.

União de Cidades Capitais Ibero-Americanas

A União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI) é uma rede internacional constituída por trinta cidades, da qual Lisboa faz parte desde 1982, tendo sido criada com o objetivo de promover o diálogo intercultural entre cidades da América Central e do Sul, Lisboa e Madrid¹⁷.

Por via da sua participação nesta rede, em 2017, Lisboa assume pela segunda vez o protagonismo de ser a Capital Ibero-Americana da Cultura¹⁸. Esta oportunidade reforça a estratégia de internacionalização da cidade, neste caso direcionada para o continente americano, viabilizando a oferta de uma programação cultural diversificada¹⁹ e demonstrativa das identidades culturais das cidades participantes.

Associação Internacional de Cidades Educadoras

A Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) é constituída por um conjunto de cidades comprometidas com a *Carta das Cidades Educadoras*²⁰, fundamentada na ideia de que os espaços urbanos são dotados de um potencial educador, complexo e integrado, sendo necessário desenvolver ações adequadas para garantir a partilha, a troca de experiências e a aprendizagem no sentido de melhorar a vida dos seus habitantes²¹. Ao aceitarem este compromisso, as cidades podem associar-se na AICE que, em 2015, contava com 480 cidades-membro oriundas de 35 países de todo o mundo²².

Lisboa aderiu a esta Associação em 1990, ratificando os princípios constantes na *Carta das Cidades Educadoras*, passando a ser considerada como um *Agente do Espaço e Tempo de Educação ao Longo da Vida* e partilhando experiências com outros municípios. Para esta partilha de conhecimentos, as cidades envolvidas dispõem de uma plataforma *online*, organizada por conteúdos temáticos e palavras-chave, através da qual podem conhecer as experiên-

¹⁷ Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais> (Consult. em 30/12/2016).

¹⁸ Cf. entrevista a António Pinto Ribeiro, Programador-Geral de Lisboa 2017. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10154212874737544&id=44028982543&_rdr&__mref=message_bubble (Consult. em 07/01/2016).

¹⁹ A programação cultural do evento pode ser consultada em <http://www.lisboacapitaliberoamericana.pt/> (Consult. em 05/01/2016) e será desenvolvida em conjunto pela Câmara Municipal de Lisboa, EGEAC e Casa da América Latina.

²⁰ Associação Internacional de Cidades Educadoras (s.d.). Disponível em <http://www.edcities.org/quien-somos/> (Consult. em 04/01/2017).

²¹ Disponível em <http://comunidadesdeaprendizagem.org.br/Cartadascidadeseducadoras.pdf> (Consult. em 07/01/2017).

²² Disponível em <http://www.edcities.org/mapa-de-las-ciudades-asociadas/> (Consult. em 07/01/2017).

cias e as boas práticas alcançadas pelos outros participantes. No caso de Lisboa estão disponíveis duas plataformas: o *Banco de Experiências Educadoras da Cidade de Lisboa* (BEEL) e o *Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras* (BIDCE)²³.

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

A União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) é uma associação de cidades capitais criada em 1985 com o objetivo de promover o intercâmbio e a cooperação entre as cidades-membro num conjunto alargado de áreas, tais como a educação e a cultura²⁴. Neste sentido, tem como preocupação principal a promoção do intercâmbio cultural e a conexão entre diferentes culturas afro-ibero-americanas. As atividades culturais promovidas pela UCCLA são regulares, pelo que, a título de exemplo, pode referir-se que em 2017, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e o Coletivo Multimédia Perve, é organizada uma mostra alargada de obras de importantes autores oriundos de países como Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal, Espanha, Brasil, Chile, Argentina e Cuba²⁵.

Os intercâmbios culturais são definidos como importantes fatores de internacionalização que fomentam a proximidade cultural entre os países com base na produção artística, reforçando a relação entre a cultura, a comunicação transversal, o respeito e a integração cultural entre os povos²⁶.

²³ Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais/Rede-das-cidades-interculturais> (Consult. em 04/01/2017).

²⁴ Áreas como prevenção, saúde, educação, cultura, infraestruturas, saneamento, ambiente, reabilitação, património, formação empresarial, autárquica e institucional.

²⁵ Este evento é centrado em mostras de artistas que, em alguns períodos das suas carreiras, interagiram, com estes países, nomeadamente Cruzeiro Seixas, Mário Cesariny, Salvador Dalí, Pablo Picasso, Joan Miró, Malangatana, Wilfredo Lam, Marcelo Grassmann.

²⁶ Disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article123167&ak=1> (Consult. em 10/02/2017)

Rede das Cidades Interculturais

A filosofia de intervenção desta rede centra-se no conceito weberiano de *ideal tipo* criando a tipologia de cidades interculturais caracterizadas pela diversidade de modelos identitários e referenciais porque dotadas de populações de diferentes origens e nacionalidades. Trata-se ainda de espaços urbanos onde a diversidade é concebida como riqueza, pelo que se defende que a cultura deve integrar-se nas políticas gerais de governança e nas suas opções económicas (Vaz, 2016). A participação de Lisboa nesta rede resultou do acordo celebrado em 2011 entre o Conselho da Europa e a cidade, com o objetivo de apoiar as cidades a criar e implementar estratégias interculturais que permitam integrar a diversidade nos processos de gestão a vários níveis, entre os quais, as políticas públicas, a gestão empresarial e a comunicação social²⁷.

Enquanto membro, Lisboa tem trabalhado com entidades congéneres, especialistas, peritos internacionais e cidadãos com a preocupação de reformular as suas políticas de governança enquadrando a perspetiva intercultural. No quadro desta participação, é possível identificar um conjunto de instrumentos metodológicos seguidos²⁸, a saber:

1. Elaboração de diagnóstico e análise para aferir o nível de desenvolvimento intercultural através do Índice de Cidades Interculturais;
2. Realização de reunião internacional entre presidentes de Câmara e coordenadores com o objetivo de partilhar experiências, criando oportunidades de aprendizagem para cidades e peritos que trabalham sobre o conceito e metodologia de cidade intercultural;
3. Organização de um seminário de análise de políticas, implicando um conjunto de reuniões com técnicos responsáveis para análise de questões relacionadas com integração, educação, cultura, planeamento, desenvolvimento urbano e serviços sociais;
4. Promoção de um seminário para debater o conceito de cidades educadoras, requerendo trabalho com grupos intersectoriais;
5. Realização de visitas de estudo a outras cidades, assumidas como o principal motor de aprendizagem interpares do programa;

²⁷ Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais/Rede-das-cidades-interculturais> (Consult. em 04/01/2017).

²⁸ Contudo, não foi possível definir os indicadores referentes ao impacto de internacionalização por via da participação de Lisboa nesta rede. Cf. <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais/Rede-das-cidades-interculturais> (Consult. em 04/01/2017).

6. Prestação de apoio no desenvolvimento de uma estratégia intercultural com aconselhamento especializado (à distância ou *in loco*), durante o processo de criação da estratégia intercultural;
7. Apresentação oficial da estratégia da Cidade Intercultural à comunidade local;
8. Seguimento de atividades complementares, incluindo: avaliação da implementação da estratégia intercultural; sessão de formação para a diversidade; produção de materiais; emissão, a partir do canal *Euronews*, de seis curtos filmes sobre as cidades piloto do projeto.

river // cities

No contexto da internacionalização da cidade de Lisboa no sector cultural, podem destacar-se também alguns projetos europeus enquadrados pela *River Cities Platform* (*river // cities*)²⁹, uma plataforma de entidades culturais em cidades com frentes ribeirinhas. A ação desta plataforma é orientada pela relação entre a promoção cultural e as preocupações ambientais relacionadas com os ecossistemas fluviais urbanos. A EGEAC integrou esta plataforma em 2007³⁰, financiada por fundos europeus, sendo que, atualmente, a *River Cities* depende tanto das taxas de adesão como de financiamento atribuído para projetos específicos.

O objetivo das atividades promovidas pela *River Cities* é incrementar os impactos positivos produzidos pelas culturas urbanas das cidades implicadas no desenvolvimento, que se deseja durável e sustentado, permitindo gerar benefícios para as populações locais. Desta forma, as atividades promovidas pelo projeto são orientadas para:

- a. A valorização do incremento de iniciativas artísticas e culturais nas zonas urbanas ribeirinhas e costeiras;
- b. A promoção de alterações na gestão pública destas áreas criando incentivos ao investimento em iniciativas culturais;
- c. O desenvolvimento de iniciativas em colaboração internacional e interdisciplinar;
- d. A criação das condições necessárias para gerar novas oportunidades de capacitação.

²⁹ Para mais detalhes, consultar a página web, disponível em <http://www.river-cities.net/> (Consult. em 04/01/2017)

³⁰ Os fundadores da Plataforma foram a Polónia (centrada nos impactos), a Suécia (orientada pela interculturalidade), a Itália (como representante das Cidades da Água) e a Ucrânia (destacando-se pelas Viagens de Arte).

Neste sentido, foram prosseguidas, de forma faseada no tempo, algumas iniciativas, a saber:

- I. *Rivers of Change. Connecting - Learning – Creating*, que decorreu entre 2007 e 2009 envolvendo cinco cidades³¹, entre as quais Lisboa, tendo apostado no reconhecido potencial dos rios como espaço de utilidade pública, sendo metodologicamente orientado por ações educativas e de intercâmbio de experiências entre os representantes das cidades parceiras.
- II. *Culture for Waterfronts*, que decorreu entre 2011 e 2013 envolvendo sete cidades³² congéneres, entre as quais Lisboa, sob o lema *The Use of Culture to Increase Access to and Engagement in European Waterfronts*, com financiamento comunitário. A metodologia de trabalho no âmbito desta iniciativa centrou-se na organização de seminários planeados e orientados para a discussão de temas específicos, nomeadamente a identificação dos impactos produzidos pela cultura em questões-chave, tais como cidadania, economia, promoção turística, políticas de desenvolvimento sustentável e preservação do litoral.
- III. *Rivers of Opportunities*, que decorreu entre 2013 e 2015 e consistiu numa parceria ao estilo de comunidade de aprendizagem³³, constituída por dez cidades europeias³⁴, entre as quais Lisboa, seguindo uma metodologia de trabalho fundamentada na partilha de experiências sobre práticas culturais em locais públicos como fator de atração.

Como referido anteriormente, estes projetos pretendem valorizar a interligação entre a cultura e as cidades europeias com frentes ribeirinhas, estimulando a identificação e a discussão de problemas, assim como o delineamento de estratégias comuns numa perspetiva de associação entre a cultura e meio ambiente. A River Cities apresenta algumas especificidades em termos de parcerias, pois os representantes envolvidos estão radicados em cidades que se caracterizam de forma muito distinta, tendo diferentes áreas de interesse³⁵. No conjunto, a Plataforma apresenta resultados que importa reter:

1. Organização de seminários em cada cidade com uma estrutura semelhante, mas dedicada a aspetos específicos do impacto da cultura;

³¹ Lisboa (Portugal), Varsóvia (Polónia), Viena (Áustria), Dublin (Irlanda) e Veneza (Itália).

³² Lisboa (Portugal), Varsóvia (Polónia), Fossano (Itália), Ostend (Bélgica), Estocolmo (Suécia), Corfu (Grécia) e Viena (Áustria).

³³ Foram realizados seminários, workshops e oficinas abertos às comunidades locais.

³⁴ Lisboa (Portugal), Varsóvia (Polónia), Viena (Áustria), Rijeka (Croácia), Praga (República Checa), Munique (Alemanha), Turku (Finlândia), Veneza (Itália), Estocolmo (Suécia), Londres (Reino Unido).

³⁵ Disponível em [http://www.river-cities.net/pages/show/Intercult-lista de membros](http://www.river-cities.net/pages/show/Intercult-lista%20de%20membros) (Consult. em 26/12/2016).

2. Formação de organizações parceiras com o objetivo de identificar e desenvolver o impacto da cultura em diversos aspetos, por exemplo, preservação e regeneração costeira, voluntariado e envolvimento da sociedade civil, urbanismo e valorização do espaço público, meio ambiente e desenvolvimento sustentável e governação;
3. Estudo do uso da cultura e da sua contribuição para o desenvolvimento das sociedades europeias, inclusão social e aumento da participação cívica;
4. Reunião de especialistas e representantes de vários setores com a finalidade de trocar conhecimentos, experiências e elevar a competência dos participantes;
5. Divulgação dos resultados do projeto de forma a contribuir para uma maior compreensão do papel da cultura na economia;
6. Produção de um livro sobre o projeto (River Cities, 2013)³⁶;
7. Produção de um filme sobre o projeto (River Cities, 2013a)³⁷.

PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Como referido anteriormente, a cultura é um dos eixos de revitalização e de afirmação da centralidade de qualquer cidade no mundo e, hoje, em Lisboa constitui umas das áreas estratégicas basilares, de tal forma que está enquadrada pela *Carta Estratégica de Lisboa 2010-24*³⁸ (CML, 2009). A Carta apresenta seis questões estratégicas, concebidas como desafios, sendo o quinto “Como afirmar a identidade de Lisboa, num Mundo globalizado?” (CML, 2009). A orientação centra-se na identificação de um conjunto articulado de procedimentos facilitadores do reforço identitário e promotores da valorização cultural com difusão, inclusivamente, para o exterior, dos principais elementos culturais e simbólicos que caracterizam os modelos de vida de Lisboa. Assim, é proposta a:

1. criação da “marca Lisboa”, de forma a permitir o fomento do espírito coletivo em torno de uma imagem comum, facilmente reconhecida tanto na cidade como no exterior (cf. Quando Lisboa fica na moda: a explosão turística);

³⁶ Disponível em http://www.river-cities.net/files/RiverCities_CFW_handbook.pdf. (Consult. em 26/12/2016).

³⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BMccIJ6tA-> (Consult. em 26/12/2016).

³⁸ Cf. *Carta Estratégica de Lisboa 2010-24 - Um Compromisso para o Futuro da Cidade*. disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/carta-estrategica>. (Consult. em 12.07.2016).

2. valorização dos equipamentos e do património nas diferentes aceções - histórico, construído e vivo - que sustentam a dinâmica cultural da cidade e que, em simultâneo, revestem particular interesse para a promoção turística;
3. aposta na programação e nos conteúdos direcionados, do ponto de vista temático, e centrados nas motivações dos visitantes e participantes nas atividades promovidas, incluindo congressos, feiras e eventos, o que permite uma ligação à temática do turismo;
4. criação de uma plataforma comunicacional de divulgação que permita alcançar os objetivos da dinamização cultural da cidade.

As principais motivações da internacionalização na área cultural são orientadas pela preocupação de alargar o âmbito da influência da cultura de Lisboa o que, face ao contexto global da atualidade, promove uma intensificação das parcerias, das participações em redes e em eventos culturais internacionais, que tendem a adquirir um âmbito temático.

Conforme referido, a cultura integra-se numa estratégia global que reforça a posição de Lisboa enquanto ator de relações paradiplomáticas orientadas por iniciativas de internacionalização, privilegiando tanto o posicionamento Ibérico como as relações com outros países da União Europeia (cf. Quadro nº 1): *“Dar dimensão e centralidade ibérica [...] (a) Lisboa, espaço privilegiado e qualificado de relações euro-atlânticas, com recursos produtivos, científicos e tecnológicos avançados, um património histórico, urbanístico e cultural singular, terra de intercâmbio e solidariedade, especialmente atractiva para residir, trabalhar e visitar.”* (CCDR LVT, 2007: 192).

Neste sentido, pode considerar-se que, particularmente desde o início da década de 90, Lisboa assumiu um papel de destaque tanto na organização de eventos nacionais e internacionais, como na participação em outros organizados e promovidos por cidades congéneres. Deste tipo de atividades ressalta a vocação da cidade em relação ao exterior, claramente centrada em fatores de internacionalização que estimulam e potenciam o desenvolvimento de projetos artísticos e culturais. Nestes eventos, a promoção da multiculturalidade também se faz presente, já que os artistas portugueses das diferentes áreas encontram oportunidades para apresentar e divulgar o seu trabalho, assim como os artistas estrangeiros sentem acolhimento para dar continuidade a intercâmbios culturais.

“[...] a partir dela (visão estratégica global para Região de Lisboa pós 2006) se definiram como eixos estratégicos de intervenção os da (1) competitividade e internacionalização, (2) coesão territorial e (3) coesão social (4) governabilidade, pensamos

que a visão para uma estratégia cultural no âmbito da Região deveria ser a seguinte: afirmar a Região como um território multicultural de ligação entre a Europa, a África e a América, capaz de gerar dinâmicas qualificadas, inovadoras e sustentáveis de criação, produção e difusão cultural de âmbito nacional e internacional”(CCDR LVT, 2007: 205)

A estratégia cultural da cidade de Lisboa parece assim interligar as diferentes dimensões, prevendo que a internacionalização e a multiculturalidade sejam dois fatores determinantes porque interdependentes.

TÓPICOS CONCLUSIVOS

Uma análise sistematizada sobre as tendências de internacionalização de Lisboa através da cultura permite compreender a existência de uma orientação para o crescente investimento no setor, largamente associado a uma estratégia de afirmação de Lisboa no mundo. Esta tendência é confirmada pela definição de políticas de valorização e reabilitação do património material e imaterial da cidade, assim como pelo exponencial aumento de equipamentos e atividades culturais promovidas, apoiadas e desenvolvidas. Esta política pode ser medida a partir de dados estatísticos que identificam uma maior participação do público internacional nas visitas aos equipamentos culturais, assim como um maior envolvimento em atividades culturais da cidade.

Constata-se a orientação de intensificar a participação em redes e plataformas, já que o sucesso das ações culturais parece estar intimamente ligado com a capacidade de Lisboa estabelecer e manter relações com o exterior, que se assumem claramente como instrumentos privilegiados no processo de internacionalização. A participação em redes é ainda um mecanismo que garante a continuidade nos contatos internacionais e na formação, facilitando a difusão da programação cultural e viabilizando as iniciativas. Estes instrumentos podem ser formalmente estabelecidos, o que implica a integração em plataformas, assumindo compromissos e implementando estratégias que obrigam à manutenção de relações e tarefas regulares, mas também podem ser mantidos informalmente, o que resulta em irregularidade.

Por fim, pode considerar-se que as atividades e os eventos culturais, a aposta na preservação do património e a participação em redes internacionais revestem instrumentos de ação que pretendem dar corpo a uma estratégia de internacionalização de Lisboa em coerência com os propósitos da *Carta Estratégica de Lisboa 2010-24*.

Referências

- ALMEIDA, T; SIMAS, H; GRILO, P (2012). *Lx-Europa 2020. Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário*. Lisboa, novembro. Disponível em observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/LX-Europa2020.pdf (Consult. em 18/03/2017)
- A SEMANA (2017, fevereiro 06). *Arte: Vem aí a grande mostra “Conexões Afro-Ibero Americanas”*. Disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article123167&ak=1> (Consult. em 10/02/2017)
- CCDR LVT (2007). *A Cultura na Estratégia da Região de Lisboa in Lisboa 2020, uma estratégia de Lisboa para a região de Lisboa*. Lisboa CCDR LVT. Disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/documento-lisboa-2020/5093.htm> (Consult. em 27/12/2016).
- CML (2009). *Carta Estratégica Lisboa 2010/24. Um compromisso para o futuro da cidade*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara_Municipal/Carta_Estrategica/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Comissariado.pdf (Consult. em 12/07/2016).
- CML (s.d.). *Rede das Cidades Interculturais*. Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais/Rede-das-cidades-interculturais> (Consult. em 04/01/2017).
- CGLU-COMISSÃO DE CULTURA (2004). *Agenda XXI da Cultura. Cidades e Governos Locais Unidos*. Disponível em <http://www.agenda21culture.net/>. (Consult. em 28/12/2016)
- COSTA, HP; SENHA, J (2015). EGEAC – serviços educativos: uma aposta com distintas abordagens. In *Interações*, nº 35: 161-173. Disponível em <http://www.eses.pt/interaccoes> (Consult. em 18/03/2017).
- COSTA, P. (coord) (2009). *Plano Estratégico para a Cultura para Lisboa “Estratégias para a cultura em Lisboa”*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa 2008/2009.
- EGEAC (2015.) *Relatório de Contas*. Disponível em http://www.egeac.pt/wp/wp-content/uploads/2016/05/EGEAC_Relat%C3%B3rio_e_Contas_2015.pdf. (Consult. em 28/12/2016).

- EGEAC (s.d.). *Atividade*. Disponível em <http://www.egeac.pt/atividade/> (Consult. em 28/12/2016).
- INTERCULTURAL CITIES (s.d.). *Acordo celebrado entre o Conselho da Europa e a Cidade de Lisboa relativo ao programa das cidades interculturais*. Disponível em http://www.cmlisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Rela%C3%A7%C3%B5es_Internacionais/Lisbon_ICC_agreement_Portuguese_version.pdf. (Consult. em 04/01/2017)
- PORDATA (2011). *Retrato de Lisboa-indicadores 2011*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em <http://www.pordata.pt/Municipios/Retratos/2011/Retrato+de+Lisboa-1> (Consult. em 28/12/2016).
- RIBEIRO A. (2017). Entrevista à revista Visão (Vídeo). Visão 6/01/2017: 11H41. Disponível em https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10154212874737544&id=44028982543&_rdr&__mref=message_bubble. (Consult. em 14/01/2017).
- SIMÕES, M. L. (2012). *Os Eventos e a Atractividade e Competitividade Turística das Cidades: O Caso de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Turismo. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4458>. (Consult. em 10/07/2016).
- RIVER CITIES (s.d.). *Intercult*. Disponível em <http://www.river-cities.net/pages/show/Intercult>. (Consult. em 10/07/2016).
- RIVER CITIES (2013). *Culture for Waterfronts: The use of culture to increase access to, and engagement in European waterfronts*. Grundtvig Programme Disponível em http://www.river-cities.net/files/RiverCities_CFW_handbook.pdf. (Consult. em 10/07/2016).
- RIVER CITIES (2013a). *Culture for Waterfronts project - the River // Cities Platform (Video). Education and Culture Life long Learning Programm*. Grundtvig. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BMccIJ6tA-w>. (Consult. em 10/07/2016).
- SIMÕES, M. L. (2012). *Os Eventos e a Atractividade e Competitividade Turística das Cidades: O Caso de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Turismo. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4458>. (Consult. em 10/07/2016).

- VAZ, M. (2016). Cidades Interculturais. Já há uma Rede que as une e um guia para as construir passo a passo. *Revista Fórum Social*, versão *online*. Disponível em <http://www.focussocial.eu/noticia.php?id=164>, (Consult. em 06/01/2017).
- VIVER LISBOA (2017). Lisboa leva os miúdos ao Cinema. Disponível em <https://www.facebook.com/viverlisbon/photos/a.844133862268501.1073741828.842967595718461/1584585144890032/?type=3&theater>. (Consult. em 12/02/2017).

A sustentabilidade ambiental como valor transfronteiriço

BRÍGIDA BRITO

Professora Associada no departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa, investigadora do Observatório de Relações Exteriores, OBSERVARE e subdirectora do JANUS.NET, *e-Journal of International Relations* (bbrito@autonoma.pt).

A sustentabilidade ambiental como valor transfronteiriço

“Vista do exterior, Lisboa tem que aparecer como a capital da República e da cidadania, uma cidade onde a qualidade do espaço público se imponha pela sua importância no desenho do ambiente (...). Lisboa precisa de ser mais legível e coerente na sua sinalética, menos poluída sonoramente, mais consciente da sua dimensão olfactiva. É preciso lembrar que Lisboa (...) é percebida através dos cinco sentidos. O espírito da cidade é também a sua atmosfera (...).”

CML (2009). *Carta Estratégica Lisboa 2010/24*. Um compromisso para o futuro da cidade¹.

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS E DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

Por característica, a problemática ambiental tem sido entendida de uma forma mais transversal do que local, já que a maioria dos recursos vitais, entre os quais o ar e a água, não se encontram confinados a um único território, o mesmo sucedendo com as espécies de fauna, já que uma grande parte é migratória, e com as espécies de flora, em que uma grande parte é comum a diferentes países.

¹ CML (2009). *Carta Estratégica Lisboa 2010/24*. Um compromisso para o futuro da cidade. Consultado online em 06/12/2016 disponível em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara_Municipal/Carta_Estrategica/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Comissariado.pdf

O enquadramento e a localização geográfica da cidade de Lisboa, a variedade de potencialidades ambientais que caracterizam este contexto natural urbano e a diversidade de vida biológica, mas também a vulnerabilidade que decorre do rápido e intenso crescimento populacional, têm recebido atenção particular por parte da comunidade internacional, com destaque para a europeia. Lisboa é uma cidade que evidencia um conjunto de problemas comuns a áreas urbanas de outros países, pelo que a identificação e implementação de acções conjuntas ou similares susceptíveis de promover a criação de sustentabilidade ambiental parece ser cada vez mais uma possibilidade. Lisboa é vulgarmente considerada numa tríplice dimensão, já que é uma cidade capital, cidade europeia e cidade atlântica², apresentando um potencial intrínseco para o estabelecimento de ligações entre os restantes países da Europa, o continente africano e a América do Sul³. Neste contexto, é também definida como Capital Europeia do Atlântico.

A análise da internacionalização de Lisboa por via das questões ambientais resultou de forma imediata por inerência do tema, estando apresentada em documentos estratégicos e orientadores das opções políticas do Município. Por um lado, porque a localização de Lisboa sugere uma orientação para o exterior, que é antiga e tradicional, e que resulta da influência do rio Tejo e da ligação histórica da cidade ao mar. Por outro lado, porque se valoriza cada vez mais a necessidade de promover espaços públicos que permitam criar, estabelecer e manter uma relação equilibrada entre a população residente, os visitantes – no caso turistas nacionais e internacionais, estudantes nacionais e internacionais, participantes em grandes eventos de ciência, tecnologia, desportivos, musicais, de moda, de negócios, entre outros – e os espaços naturais urbanos locais, mas que têm influência no contexto regional e até internacional. Estes são os casos, por exemplo, das medidas promovidas no contexto municipal para controlar e reduzir as emissões de gases poluentes, tanto a nível individual e privado como a nível público e corporativo, mas também para preservar espaços verdes urbanos e conservar biodiversidade.

Uma análise prévia permite perceber que, no primeiro caso, o aumento das emissões de gases poluentes não favorece a melhoria da qualidade de vida das pessoas, já que é promotor de impactos directos e indirectos na saúde pública, sendo

² AAVV (2012). *Lisboa-Europa 2020. Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa

³ É relevante considerar a importância histórica das relações entre Lisboa e os países lusófonos, visto que a cidade evidencia capacidade de mediar as relações entre os países lusófonos e a União Europeia nas diferentes dimensões (AAVV, 2012).

ainda gerador de influências negativas noutros territórios por via dos factores climáticos, tais como o vento, as chuvas e a evaporação aquando da elevação das temperaturas do ar. Paralelamente, a influência negativa de âmbito regional e internacional é agravada pelo efeito natural dos ecossistemas fluviais e marinhos, caracterizados pela mobilidade e fluidez dos seus recursos. No segundo caso, a criação e a manutenção de espaços verdes, incluindo de áreas protegidas, e a reabilitação da faixa ribeirinha representam instrumentos de valorização do ambiente urbano com aumento da qualidade de vida, já que, além da reconhecida função no equilíbrio das emissões de gases poluentes, contribuem para o aumento da diversidade da vida biológica.

Face ao contexto ambiental, a internacionalização de Lisboa parece ser considerada como estratégica, já que resulta de preocupações comuns entre cidades de diferentes países, se bem que, de acordo com a informação recolhida e que propiciou esta análise, em muitos casos, resulte apenas de contactos informais. As preocupações enunciadas estão traduzidas em documentos oficiais e estratégicos do Município, ora gerais, ora temáticos e orientados para a problemática socioambiental, sendo também evidenciadas pela integração dos Serviços Municipais de Ambiente em projectos internacionais vocacionados para a requalificação urbana e valorização ambiental nas diferentes acepções que são consideradas nesta análise.

Face à diversidade analítica que o tema proporciona foram identificadas quatro subáreas (cf. Esquema nº 1) que ajudam a uma melhor compreensão da importância da internacionalização da cidade através do ambiente, já que permitem definir factores de particularização: os ecossistemas florestais, a frente ribeirinha, a energia e os transportes.

As subáreas identificadas para a análise da internacionalização de Lisboa estão directamente relacionadas entre si, mas uma análise particularizada permite compreender a relevância imediata dos parques florestais e dos jardins criados e mantidos em contexto urbano, assim como da biodiversidade que os caracteriza, tanto no que respeita à fauna como à flora. Eventualmente, estas podem ser consideradas como as subáreas em que a internacionalização de Lisboa se faz há mais tempo. Contudo, em resultado da localização e do enquadramento da cidade, a faixa ribeirinha reveste também grande importância, traduzida nas particularidades do processo de requalificação e tendo em consideração que, neste caso, o ecossistema fluvial é caracterizado como uma zona de transição entre a terra e o mar.

Perante a complexidade do contexto internacional actual no que respeita à problemática ambiental, nomeadamente atendendo aos acordos internacionais

relativos às alterações climáticas⁴, a análise obrigou ainda a considerar duas outras subáreas, a saber: a energética, orientada para o cumprimento dos requisitos da eficiência e que foram internacionalmente definidos e assumidos por diferentes entidades; e os transportes, incluindo públicos e privados, com implicações nos modelos convencionais de mobilidade em contexto urbano, e que resultam da identificação de alternativas de deslocação na cidade, incluindo ciclovias.

Esquema nº 1 – Identificação das subáreas ambientais em que a internacionalização da cidade de Lisboa é evidenciada



Fonte: Autoria própria

No conjunto, estas quatro subáreas apresentam um carácter sistémico e holístico, já que as alterações promovidas numa delas originam adaptações e reajustamentos nas restantes. Na verdade, os projectos internacionais em que o Município participa procuram alcançar impactos integrados, já que, apesar da especificidade de cada subárea, o objectivo identificado em todas foi idêntico: a criação de um ambiente urbano saudável em espaço público atendendo para uma perspectiva de durabilidade, seguindo requisitos e critérios acordados entre os membros das parcerias internacionais⁵.

No contexto ambiental, a internacionalização da cidade é, assim, particularmente evidenciada: por um lado, pela participação de representantes do Município em encontros, reuniões, congressos internacionais e convenções; por outro, pelo envolvimento em projectos promovidos e implementados seguindo o princípio da parceria; e, por fim, pela integração em redes com impacto internacional.

⁴ A este respeito, a Cimeira do Clima de Paris, bem como as anteriores COP (*Conference of the Parties*) comprometiam as diferentes entidades envolvidas, entre as quais os Municípios, a encetar acções que contribuíssem para a redução do nível de emissões.

⁵ Em todos os casos, as parcerias são predominantemente constituídas por entidades congéneres, ou seja, municipais, de outras cidades europeias, não sendo requisito tratar-se de capitais.

A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE LISBOA NA ÁREA DO AMBIENTE

No Município de Lisboa, a responsabilidade pela gestão ambiental é atribuída à Direcção Municipal Estrutura Verde, Ambiente e Energia⁶, sendo que cada uma das divisões que a constituem pode assumir o papel de actor de internacionalização tendo em conta as diferentes e específicas esferas de actuação.

As opções estratégicas na área ambiental, apresentadas na Carta do Ambiente Urbano de Lisboa, estão enquadradas pelo Plano Estratégico de Lisboa⁷ e definem os critérios a adoptar para o planeamento socioeconómico e ambiental da cidade, estando centradas em quatro parâmetros principais, a saber: 1) o conforto ambiental; 2) a apropriação da cidade pelos residentes, assim como a utilização dos espaços públicos; 3) a segurança no uso dos espaços urbanos; 4) o reforço da identidade do Município. Estes critérios são considerados numa perspectiva de sustentabilidade, o que conceptualmente implica considerar uma dimensão temporal atendendo ao futuro.

Apesar de, tal como sucede com a maioria das cidades europeias, Lisboa acolher uma elevada concentração demográfica, e mais recentemente turística e multi-função, um dos factores mais relevantes do ponto de vista ambiental consiste na diversidade das paisagens, dos espaços e das espécies. A gestão destes espaços e recursos é uma atribuição dos diferentes serviços municipais que, no contexto actual, marcado pela globalização, com frequência recorrem ao exterior com o objectivo de identificar parceiros, angariar fundos para a prossecução de acções de requalificação, de valorização ambiental, de preservação de espaços e de conservação de espécies. De forma complementar, o estabelecimento de contactos com entidades congéneres no exterior é ora marcado pela informalidade, como sucede aquando da participação em reuniões e congressos, ora formalizados através de protocolos de cooperação e parceria, ou até por via da integração em redes internacionais.

O modelo de internacionalização da cidade de Lisboa na área ambiental apresenta variações em função das subáreas consideradas, não aparentando ser estratégico no sentido de evidenciar, de forma clara e inequívoca, um fio con-

6 No âmbito desta Direcção destacam-se as Divisões Ambiente e Energia, Sensibilização e Educação Ambiental, Gestão do Parque Florestal de Monsanto, Construção e Requalificação de Espaços Verdes e Planeamento, Gestão e Manutenção da Estrutura Verde.

7 Cf. Pereira, Maria Teresa (s.d.). *O processo de planeamento estratégico em Lisboa: dilemas, desafios e resultados*. Consultado online em 10/11/2016, disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/download/369/349>.

dutor entre as relações estabelecidas com o exterior. Existe um princípio integrador e holístico que é inerente pelas características da problemática ambiental, bem como um propósito global na promoção de relações com o exterior, por serem entendidas como potenciadoras de melhorias na qualidade de vida urbana no longo prazo. Contudo, de forma sectorial, esta clarificação estratégica nem sempre é definida como geral.

Ao longo do tempo, o Município de Lisboa tem enquadrado uma parte da sua acção na participação em encontros internacionais de relevo sobre problemáticas ambientais, nomeadamente promovidos pelas Nações Unidas⁸. É possível sistematizar alguns exemplos de forma a clarificar a tradição do Município na participação em eventos temáticos internacionais de reconhecido mérito e que produzem impactos nas medidas a implementar localmente (cf. Quadro nº 1).

A cidade ratificou a Agenda 21, documento estratégico assumido em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também denominada como Cimeira do Rio ou Eco92, realizada no Rio de Janeiro, momento de excelência na discussão estratégica sobre a sustentabilidade e as estratégias mais adequadas para a promover.

Quadro nº 1 – Exemplos de participação do Município de Lisboa em eventos internacionais de Ambiente

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	1992	Ratificação da Agenda 21
Carta de Lisboa para Cidades Sustentáveis	1996	Plano de Acção de Lisboa
Conferência Sustainable livelihoods and biodiversity	2004	Compromisso de travar a perda de biodiversidade
2ª Reunião sobre Cidades e Biodiversidade	2007	Declaração de Curitiba sobre cidades e biodiversidade
Conferência das Partes da CBD (Convenção sobre a Diversidade Biológica), COP10	2011/20	Plano de Acção para as cidades, autoridades locais e biodiversidade (Declaração de Nagoya)

Fonte: Adaptado de Santos (2015)

Em 1996, foi ratificado o Plano de Acção de Lisboa no quadro da Carta de Lisboa para Cidades Sustentáveis e em 2004 foi assumido o compromisso internacional, em conjunto com 250 cidades europeias, de encetar esforços no sentido de combater as perdas de biodiversidade. Em 2007 foi assinada a Declaração de Curitiba sobre cidades e biodiversidade, tratando-se de um

⁸ Santos, Maria (coord) (2015). *Biodiversidade na cidade de Lisboa, uma estratégia para 2020*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

documento preparatório para que em 2010 fosse ratificado o Plano de Acção para as cidades, as autoridades locais e a biodiversidade, comumente denominado por Declaração de Nagoya.

A internacionalização de Lisboa para a valorização dos ecossistemas florestais urbanos

A subárea relativa aos ecossistemas florestais enquadra um conjunto alargado de actividades, entre as quais a gestão e a manutenção de parques florestais, mas também de jardins urbanos, e a conservação da biodiversidade, tanto no que respeita a elementos de fauna como de flora. No caso da cidade de Lisboa, o Parque Florestal de Monsanto (PFM) destaca-se dos restantes equipamentos por reunir um conjunto de potencialidades que favorecem a internacionalização. Trata-se de um espaço florestal constituído por cerca de 900 hectares, os quais correspondem a 10% da área da cidade, estabelecendo a ligação entre seis freguesias⁹. Além dos elementos florestais característicos, o PFM é rico em biodiversidade, o que facilitou a criação de áreas estritamente vocacionadas para a preservação ambiental, a conservação de espécies e a sensibilização dos visitantes¹⁰ através de programas específicos de educação ambiental. Trata-se, por exemplo, do Parque Ecológico de Monsanto, do Espaço Biodiversidade, do Observatório de Aves e do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres que complementam as vertentes lúdica e pedagógica com os objectivos de preservar áreas e de conservar espécies.

Os parques florestais urbanos revestem extrema importância na regulação da interacção entre a população residente e a visitante com o ambiente urbano, sendo também um reconhecido instrumento de minimização dos impactos provocados pelas alterações climáticas. Estas são consideradas áreas de excelência para a regulação dos níveis de emissões de gases poluentes com efeito de estufa, contribuindo para o aumento do bem-estar geral na cidade. Dado que, em grande medida, as áreas florestais urbanas e peri-urbanas da cidade

⁹ As freguesias ligadas pelo Parque Florestal de Monsanto são Belém, Ajuda, Alcântara, Campolide, Benfica e São Domingos de Benfica.

¹⁰ É no contexto da sensibilização dos visitantes que se desenvolvem os projectos de Educação Ambiental directamente promovidos pela Divisão, através da facilitação de visitas guiadas pelos trilhos com observação de aves, ou atribuídos a Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA), tais como a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), que está sediada na proximidade do Parque, no âmbito do qual promove e realiza actividades educativas, em particular junto da população em idade escolar.

de Lisboa apresentam elementos de vida biológica comuns a outras cidades europeias, reflectindo problemas e desafios idênticos, as opções do Município neste domínio têm sido orientadas pela concepção metodológica da parceria e da partilha de experiências, bem como da integração em redes internacionais.

A análise dos factores de internacionalização da subárea florestal, que inclui as acções de preservação da área e de conservação de biodiversidade, permite confirmar a relevância das iniciativas concluídas e em curso. Em 2016, o *Forest Stewardship Council* (FSC)¹¹ atribuiu a Certificação de Gestão Florestal¹² ao Parque Florestal de Monsanto, reconhecendo o mérito dos modelos de gestão adoptados e qualificados de responsáveis. As certificações atribuídas pelo FSC são orientadas por três critérios internacionalmente reconhecidos para os modelos de gestão de parques florestais. Assim, é considerado que estes espaços têm de ser:

- a. ambientalmente apropriados, o que implica evidenciar capacidade para promover acções tendentes à protecção e à manutenção das características originais dos ecossistemas, garantindo que o valor das florestas esteja reconhecido;
- b. socialmente benéficos, o que significa que os direitos das populações residentes e dos trabalhadores têm de estar assegurados e ser respeitados;
- c. economicamente viáveis, ou seja, serem promotores de equidade no acesso aos benefícios gerados.

No que respeita à temática florestal e à biodiversidade que caracteriza este contexto, a cidade de Lisboa integra entidades de composição internacional, que coincidem com as redes e que representam um instrumento de promoção de intercâmbios entre gestores de parques florestais periurbanos europeus. Estes são os casos particulares de duas redes que a cidade de Lisboa integra e que acolhem reconhecimento internacional, a saber:

1. FEDENATUR¹³ (cf. Mapa nº 1), *European Association Periurban Parks*, que é uma Federação Europeia de Espaços Naturais e Rurais Metropolitanos e Periurbanos, criada em 1997, sem fins lucrativos e que tem o objectivo de promover a melhoria da qualidade de vida nos espaços periurbanos das

¹¹ Os critérios para a atribuição da Certificação de Gestão Florestal estão acessíveis online para consulta. Consultado em 22/12/2016, disponível em <https://ic.fsc.org/en>.

¹² O reconhecimento através desta certificação tem a validade de cinco anos estando sujeito a monitorização e acompanhamento por parte das equipas do FSC. Cf. Certificação de Gestão Florestal (FSC C114377) atribuída ao Parque Florestal de Monsanto como reconhecimento internacional dos modelos de gestão adequados do ponto de vista económico, social e ambiental, consultado online em 21/12/2016, disponível em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Ambiente/Parque_Florestal_Monsanto/Documentos/certificacao_gestao_florestal_105613111.pdf

¹³ Cf. Página de FEDENATUR consultado online em 28/12/2016, disponível online em www.fedenatur.org

ciudades europeias¹⁴ limitando o crescimento urbano, pressupondo que, em termos sequenciais, exista a promoção da melhoria da saúde pública e a redução dos riscos ambientais associados à pressão humana exercida sobre recursos e espaços.

O objectivo geral desta rede consiste em preservar espaços naturais florestais, incluindo a biodiversidade, por serem concebidos como essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável das cidades e dos seus modelos de vida. De forma a concretizar estes desafios, do ponto de vista metodológico, a rede promove reuniões regulares entre os seus membros parceiros, no âmbito das quais é favorecido o intercâmbio de experiências no que respeita à preservação de áreas florestais em regiões periurbanas. A integração e a participação na FEDENATUR é regulada do ponto de vista estatutário¹⁵, o que obriga os membros parceiros a respeitar os objectivos delineados. Lisboa, através do Parque Florestal de Monsanto, é membro parceiro da FEDENATUR.

2. PERIURBAN PARKS¹⁶, *Improving environmental conditions in suburban areas*. Esta é uma iniciativa regional vocacionada para a promoção da melhoria das condições ambientais em áreas periurbanas atendendo aos objectivos da sustentabilidade.

O lema desta rede é “integrar as áreas naturais rurais nas nossas cidades”, pelo que adopta a metodologia do intercâmbio, sendo que alguns membros parceiros¹⁷ coincidem com os que integram a FEDENATUR (cf. Mapa nº 2), sendo também considerada parceira da PERIURBAN PARKS. O objectivo principal desta rede é a promover iniciativas que garantam a minimização dos riscos que decorrem das pressões exercidas sobre a biodiversidade. No contexto das iniciativas promovidas podem destacar-se a Greenlink (coordenada pela Região da Toscana) e a CityNature (coordenada pela FEDENATUR). A cidade de Lisboa, através do Parque Florestal de Monsanto, é membro parceiro das iniciativas promovidas no quadro da rede PERIURBAN PARKS.

¹⁴ A rede FEDENATUR é constituída pelas seguintes cidades: Lisboa (Parque Florestal de Monsanto), Bruxelas, Lille, Seine Saint-Denis, Le Mans, Tours, Sabadell, Valencia, Vitoria, Red de Espacios Naturales de Andalucía, Barcelona, Mollet del Vallès, Lyon, Grenoble, Cuneo, Torino, Toscana, Sarsana La Spezia, Milão, Santa Margherita, Liguria, Estrasburgo, Katowica, Praga, Atenas.

¹⁵ Os Estatutos da FEDENATUR encontram-se disponíveis em <http://www.forumtools.biz/Fedenatur/upload/EstatutosFEDENATUR,Vitoria6-2012b.pdf>, consultado online em 20/12/2016.

¹⁶ Cf. Página de PERIURBAN PARKS consultado online em 28/12/2016, disponível online em www.periurbanparks.eu.

¹⁷ Lisboa, Toscana, Aberdeen, Vitosha, Kowica, Lombardia, Danube-Ipoly, Lille, Praga, Andaluzia, Seine Saint-Denis, Upper Silesia e Larnaca, sendo que a FEDENATUR também é definida como parceira. Consultado online em 28/12/2016, disponível em www.periurbanparks.eu.

Mapa nº 1 – Identificação dos parceiros da FEDENATUR, European Association Periurban Parks



Fonte: Adaptado de FEDENATUR, <http://www.fedenatur.org/en/members/>

Mapa nº 2 – Identificação dos parceiros da PERIURBAN PARKS



Fonte: Adaptado de PERIURBAN PARKS, <http://www.periurbanparks.eu>

Apesar da integração formalizada da cidade de Lisboa nestas duas redes europeias, que interligam a subárea dos parques florestais e da biodiversidade, a promoção de iniciativas de âmbito local tende a ser autonomizada desde que corresponda aos requisitos e cumpra os objectivos definidos nos respectivos Estatutos. Contudo, é relevante destacar que uma grande parte dos contactos estabelecidos e mantidos entre Lisboa e os restantes membros parceiros é marcada pela informalidade¹⁸, ultrapassando as reuniões formais e os encontros estabelecidos e agendados no seio das redes. Desta forma, sempre que, no quadro do intercâmbio de experiências, existe necessidade de aprofundar o relacionamento com outros parceiros para aperfeiçoar metodologias, os contactos surgem de forma espontânea e informal, sabendo-se que estão presentes os objectivos implícitos da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida em contexto urbano.

A importância das relações com o exterior para a requalificação ribeirinha

A cidade de Lisboa é fortemente influenciada pelo rio Tejo e pela proximidade do mar, pelo que, em grande medida, do ponto de vista ambiental, os estuários marcam o ritmo da vida na capital. Estes ecossistemas caracterizam-se como dinâmicos em resultado da permanente fluência dos recursos, assim como da diversidade de vida biológica, marcada pelo carácter migratório de uma grande parte das espécies que os habitam. Trata-se ainda de ecossistemas sensíveis e vulneráveis que definem a transição entre a terra e o mar, influenciando os modelos de vida das populações residentes, mas que também são por elas influenciados.

As acções que o Município tem vindo a desenvolver no sentido da requalificação da faixa ribeirinha não se limitam à resolução de problemas patrimoniais através da reabilitação arquitectónica, já que resultam de forma decisiva na valorização ambiental, atendendo para a qualidade do ar, por via do controlo dos índices de emissões poluentes, criando novos espaços públicos e incentivando a conservação da biodiversidade urbana, neste caso costeira e fluvial¹⁹. É neste

¹⁸ Informação disponibilizada pelo Dr. Fernando Louro Alves em reunião realizada no Centro de Interpretação de Ambiente Urbano de Monsanto.

¹⁹ Estão incluídos os sapais, os invertebrados, as aves e os peixes. Informação consultada online em 03/01/2017, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/biodiversidade/estuário-do-tejo>

quadro que, do ponto de vista ambiental, se valoriza a recuperação das frentes ribeirinhas, através da recriação de espaços e da promoção do aumento da qualidade de vida numa perspectiva de durabilidade. Falar de frentes ribeirinhas inclui ainda a dimensão marítima, já que o mar se encontra na confluência do rio e faz parte da história de Lisboa, cidade tradicionalmente voltada para o Atlântico. A opção do Município parece estar centrada no acesso aberto de todos às potencialidades oferecidas pelo rio e pelo mar.

“LX – Europa 2020 – Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa: parceiros, projectos e governança, consideradas como as mais relevantes para a concretização da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da cidade, já desenhada na sua Carta Estratégica e no Plano Director Municipal Lisboa recentemente aprovado, e agora traduzida em três grandes objectivos: Mais Pessoas, Mais Emprego e Melhor Cidade, no Documento LX – Europa 2020 – Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário”²⁰.

Apesar de não ser a sua prioridade mais imediata, por estar particularmente centrado nas questões da cultura ribeirinha, que são analisadas em secção própria (cf. A cultura e os processos de interculturalidade), o projecto river//cities²¹ apresenta ligações e algumas sinergias com a problemática ambiental, evidenciando preocupação em relação à preservação de espaços públicos. Na verdade, trata-se de uma plataforma internacional constituída por parceiros que promovem um conjunto alargado de iniciativas, entre as quais ambientais, desenvolvidas em contexto ribeirinho. Sabendo-se que se trata de um projecto de âmbito predominantemente cultural, o interesse directo para a problemática ambiental centra-se no facto de as actividades serem promovidas e dinamizadas com orientação para o rio, tendo presentes as potencialidades que reúne e o impacto que gera.

O estímulo internacional para a eficiência energética

Uma das preocupações ambientais mais evidenciadas a nível internacional ao longo dos últimos vinte anos, e que o Município tem acompanhado, respeita à problemática das alterações climáticas. Esta é uma questão que tem adqui-

²⁰ Costa, António (s.d.). *Afirmar Lisboa como Capital Europeia do Atlântico. In Cluster do Mar*, consultado online em 03/01/2017, disponível em <http://www.clusterdomar.com/index.php/temas/tema-central/152-afirmar-Lisboa-como-capital-europeia-do-atlantico>.

²¹ Para mais detalhes sobre o projecto river//cities, cf. <http://www.river-cities.net/> consultado em 25/07/2016.

rido cada vez maior legitimidade dado que a pressão humana exercida em ambiente urbano sobre os recursos vitais, tais como o ar, é crescente ano após ano. No contexto territorial da União Europeia, estima-se que mais do que dois terços da população viva e trabalhe em meio urbano (EU, 2011)²², resultando em pressões acrescidas, que se traduzem no aumento do consumo de energia, assim como na diversificação dos resíduos sólidos que requerem tratamento adequado. De forma não menos importante, regista-se um acréscimo no número de veículos motorizados que circulam entre as áreas periurbanas e o centro da cidade contribuindo para o agravamento dos impactos da pegada ecológica, por via do aumento de emissões.

As cidades, entre as quais Lisboa, são habitualmente consideradas como o centro do desenvolvimento socioeconómico, já que a maioria dos serviços concentram a sua actividade em espaço urbano. Paralelamente, é nas cidades que a maioria da população europeia vive, onde a procura energética se faz sentir com maior peso e se regista o mais intenso índice de emissões de gases poluentes²³. Este é um problema comum aos países da União Europeia e, visto que requerem uma intervenção conjunta para que sejam solucionados, foi criado um projecto internacional de valorização de fontes energéticas alternativas, nomeadamente fundamentadas no potencial solar, o projecto POLIS, Identificação e Mobilização do Potencial Solar via Estratégias Locais. O POLIS foi um projecto que assentou em acções de cooperação entre seis cidades europeias²⁴, entre as quais Lisboa, com o objectivo de promover a implementação de estratégias e de políticas de âmbito local orientadas por um planeamento favorável ao reconhecimento das vantagens da energia solar aplicadas tanto ao parque habitacional como empresarial. Em última instância, o objectivo do projecto era alcançar a eficiência energética através do aproveitamento da energia solar contribuindo desta forma para a criação das denominadas cidades inteligentes.

²² EU (2011). *Cidades do futuro. Desafios, visões e percursos para o futuro*. Consultado online em 10/10/2016, disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_summary_pt.pdf.

²³ Cf. Projecto POLIS, consultado online em 21/11/2016, disponível em <http://www.polis-solar.eu/>. Os dados apresentados nos relatórios do Projecto POLIS, *Identification and Mobilization of Solar Potentials via Local Strategies*, indicam que 80% da população europeia vive e trabalha em meio urbano, 75% da procura energética e 75% das emissões de gases poluentes ocorrem nas cidades.

²⁴ Integram o projecto POLIS seis cidades europeias: Lisboa; Vitoria-Gasteiz; Lyon; Paris; Munique; e Malmö.

Mapa nº 3 – Identificação dos parceiros do POLIS



Fonte: POLIS, <http://www.polis-solar.eu/>

Em 2008, o Município aprovou a Estratégia Energia-Ambiente para Lisboa preparada pela Agência Municipal de Energia e Ambiente, E-Nova²⁵ e que previa a definição de medidas tendentes à redução do consumo de energia até 2013. Os principais objectivos então identificados consistiam na redução da procura de energia convencional com aumento da eficiência energética, na criação das denominadas redes inteligentes de energia com diversificação das fontes de aprovisionamento, valorizando as renováveis²⁶. No âmbito das actividades promovidas pelo projecto, foi elaborada a Carta do Potencial Solar, com a finalidade de classificar Lisboa como cidade solar²⁷.

Através do POLIS, as cidades parceiras implementaram um sistema de cooperação assente no intercâmbio de experiências promovidas a nível local tendo em consideração o objectivo da eficiência energética, justificado pelas directivas

²⁵ Para mais detalhes, cf. <http://lisboanova.org/>, consultado online em 15/10/2016.

²⁶ Os objectivos que a Lisboa E-Nova identificou consistiam: na redução do consumo de energia em edifícios residenciais, serviços e transportes; na redução do consumo de água; no uso de água reciclada; na redução do consumo de materiais; e na reciclagem seletiva de materiais.

²⁷ Cf. <http://www.cidadesolar.pt/futuro.html>, consultado online em 20/12/2016.

da União Europeia, assim como por outros instrumentos, entre os quais a Agenda 21 e o mais recente Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia (Pacto)²⁸. Esta é considerada uma das iniciativas urbanas de âmbito internacional mais relevantes na relação entre os temas da energia e do clima, sendo assumido que os signatários do Pacto passam a adoptar Planos de Acção para as Energias Sustentáveis e o Clima, tendo como meta a redução média das emissões em 40% até 2030²⁹.

Na sequência deste Pacto, e com um intervalo temporal mais alargado, foi negociado o Novo Pacto, acordado em 2015 e tendo como meta o ano de 2050. As propostas apresentadas pelo Novo Pacto, sob o lema *Mayors adapt*, são sustentadas por três pilares principais, a saber: a mitigação, no sentido de concretizar o objectivo da descarbonização em contexto urbano; a adaptação, com reforço da capacidade de minimizar os impactos indesejáveis das alterações climáticas; e o acesso a fontes energéticas seguras com um efeito durável e de forma acessível. Com estes pressupostos é pretendido que seja alcançado um padrão de qualidade de vida sustentável, um clima resiliente e um quadro de cidades revitalizadas³⁰.

Ao longo do tempo, outras iniciativas internacionais de âmbito europeu foram implementadas com o objectivo de rever e adaptar os padrões de uso e de consumo energético na cidade. É o caso do projecto BESOS, Building Energy Decisions Support Systems for Smart Cities³¹, que envolvia um consórcio de entidades oriundas de quatro países, nomeadamente Portugal, Alemanha, Espanha e Grécia. As actividades do BESOS centravam-se na redução da pegada de carbono na União Europeia de forma progressiva através do recurso a fontes energéticas alternativas e a tecnologias adaptadas. Por fim, há a referir que a internacionalização de Lisboa por via da energia não está terminada, já que em 2016 teve início um novo projecto, Sharing Cities, financiado pelo Horizon 2020, em parceria com outras cidades europeias

²⁸ O Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia foi criado pela Comissão Europeia em 2008 enquanto mecanismo de apoio aos Municípios para reforçar a aplicação de medidas favoráveis ao uso de fontes energéticas alternativas, limpas ou sustentáveis (<http://www.pactodeautarcas.eu/>, consultado online em 22/12/2016). Face aos resultados alcançados, em 2015 foi assumido o Novo Pacto dos Autarcas com o lançamento da iniciativa “Mayors Adapt” (<http://mayors-adapt.eu/>, consultado online em 22/12/2016).

²⁹ Foram considerados momentos diferenciados com medidas estratégicas definidas e adequadas. Assim, o Climate and Energy Package, o Climate and Energy Framework e a EU Strategy on Adaptation to Climate Change (<http://www.pactodeautarcas.eu/>, consultado online em 22/12/2016).

³⁰ Para mais detalhes, cf. http://www.pactodeautarcas.eu/IMG/pdf/CovenantLeaflet_web.pdf, consultado em 22/12/2016.

³¹ Cf. <http://besos-project.eu/>, consultado online em 12/12/2016. Portugal foi representado pela Agência E-Nova, entre outras entidades.

(Londres e Milão), com o objectivo de comprovar a viabilidade da criação de cidades inteligentes através da implementação de medidas integradas do ponto de vista energético-ambiental. Assim, procura-se a interdependência entre a eficiência energética, a adopção de renováveis e o controlo das emissões de gases poluentes, já que se pretende concretizar os princípios da sustentabilidade urbana, da resiliência, e da inclusão recorrendo à participação e ao envolvimento das populações urbanas nos processos de adaptação e mitigação.

A mudança de paradigma em torno dos transportes

De forma claramente interligada com a questão energética, por representar um contributo directo para a produção e o agravamento de alterações climáticas, é ainda considerado, nesta análise sobre a internacionalização da cidade de Lisboa através do ambiente, o sector dos transportes.

O sector dos transportes é hoje considerado de forma consensual como um dos principais responsáveis pelo consumo energético e pela emissão de gases poluentes que contribuem para as alterações climáticas e efeitos decorrentes³². De acordo com a análise quantitativa apresentada na Carta Estratégica Lisboa 2010/24, entre 1992 e 2002, a taxa de motorização aumentou de 291 para 471 veículos por 1.000 habitantes, provocando um acréscimo das viagens pendulares entre o local de residência e o centro da cidade. Da mesma forma, foi considerado um número que ascende a 1,19 milhões de viagens, das quais 38.7% realizadas em transporte individual. Lisboa foi assim definida e caracterizada como uma das cidades europeias que evidenciava piores índices de qualidade do ar, o que requereu, mais do que uma reflexão sobre as medidas a adoptar, uma intervenção concertada com outros parceiros.

Tendo em consideração que, em Lisboa, se tem pretendido criar um conjunto de instrumentos promotores de sustentabilidade, as iniciativas internacionais relacionadas com a mobilidade têm-se sucedido ao longo do tempo. Em Lisboa, estas medidas têm implicado, por exemplo: a alteração nos eixos rodoviários no centro da cidade em artérias de elevada densidade de motorização, tais como a Avenida da Liberdade; a criação de Zonas de Emissões Reduzidas (ZER)³³; a limitação à circulação automóvel em zonas históricas

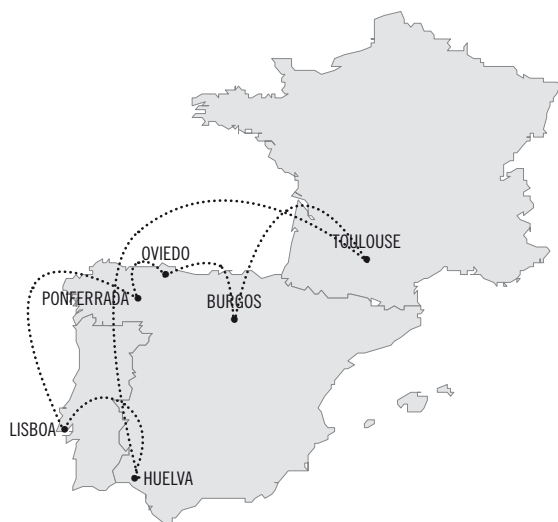
³² Cf. Farias, Tiago (2009). “Como tornar Lisboa uma cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente?”. In Carta Estratégica 2010/24. *Um compromisso para o futuro da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa

³³ Cf. ZER, consultado online em 10/12/2016, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/mobilidade/zonas>.

para veículos matriculados antes de 1996 e considerados como potenciais emissores; a criação de parques de estacionamento de baixo custo para o cidadão nas entradas da cidade; a abertura de ciclovias; e a promoção de espaços verdes.

Um dos projectos implementados mais relevantes foi o SUMOBIS, Sustainable Mobility Services³⁴, desenvolvido em parceria com cinco cidades europeias, nomeadamente Toulouse, Burgos, Oviedo, Ponferrada e Huelva, onde foram identificados problemas comuns como os sentidos em Lisboa no que respeita à mobilidade urbana e ao impacto produzido pelas emissões nas alterações climáticas.

Mapa nº 4 – Identificação dos parceiros do projecto SUMOBIS



Fonte: Lisboa E-Nova (<http://lisboanova.org/pt/projetos/mobilidadesustentavel/sumobis>)

Os objectivos deste projecto centraram-se na redução do número de automóveis a circular no interior da cidade, promovendo o aumento do uso dos transportes públicos como forma de reduzir a emissão de gases poluentes. De forma complementar, o projecto previa a inclusão de acções de sensibilização junto da população para que os transportes públicos passassem a ser considerados como uma alternativa viável ao meio de transporte privado de uso indivi-

³⁴ Cf. Projecto SUMOBIS, consultado online em 09/12/2016, disponível em <http://lisboanova.org/pt/projetos/mobilidadesustentavel/sumobis>.

dual. Neste quadro foi organizada a Semana Europeia da Mobilidade, no âmbito da qual têm sido realizadas actividades diversas de forma a envolver públicos múltiplos, sensibilizando-os.

Outra iniciativa no que respeita aos transportes é o recente projecto LOCATIONS, Low Carbon Transport for Cruise Destination Cities³⁵, que se encontra em fase de implementação até 2020, e que tem implicações no sector do turismo. Este projecto segue a Europe 2020 Strategy, sendo também um projecto de cooperação entre cidades dotadas de porto e influenciadas pelo Mediterrâneo, nomeadamente Málaga, Ravena, Trieste, Zadar, Rijeka, Durres e Lisboa. Este consórcio de cidades partilha preocupações comuns no que respeita à influência do crescente afluxo de barcos de cruzeiro na emissão de gases poluentes, pelo que, estrategicamente, prevê-se a criação de planos alternativos de mobilidade e de transporte, em particular orientados para reduzir a poluição provocada por embarcações de grande porte. No âmbito deste projecto está ainda incluída a vertente da sensibilização e da educação ambiental, em particular das entidades públicas e privadas envolvidas.

De uma forma muito sintética, pode considerar-se que existe uma clara preocupação do Município em relação à situação dos transportes urbanos e à necessidade de controlar o tráfego rodoviário no interior da cidade atendendo aos compromissos assumidos a nível internacional para cumprimento das metas da redução das emissões e criação de uma cidade sustentável. Para isso, o paradigma relacionado com o meio de transporte de pessoas tem vindo a mudar de forma progressiva procurando alcançar a sustentabilidade e seguindo o modelo previsto na concepção das cidades inteligentes (smart cities³⁶).

TÓPICOS CONCLUSIVOS

A noção da sustentabilidade urbana do ponto de vista ambiental obriga a recriar as concepções anteriormente assumidas. O que está implícito, mais do que o crescimento urbano e urbanístico, é a qualidade de vida das pessoas traduzida por um conjunto alargado de indicadores que remetem para a noção de bem-estar nas três grandes dimensões: social, económica e, de forma destacada, ambiental. Assim, a sustentabilidade urbana passa a ser equacionada

³⁵ Cf. <http://lisboaenova.org/pt/noticias/item/3321-in%C3%ADcio-do-projecto-locations-com-reuni%C3%A3o-de-arranque-em-trieste>, consultado online em 05/01/2017.

³⁶ Cf. <http://www.smart-cities.pt/>, consultado online em 20/12/2016.

com a cidade do futuro que tende a aproximar-se do conceito de cidade inteligente, ambientalmente enquadrada, socialmente inclusiva e geradora de oportunidades do ponto de vista económico.

No que respeita à internacionalização da cidade de Lisboa através da problemática ambiental, torna-se evidente que o estabelecimento de parcerias internacionais com o objectivo de implementar projectos em conjunto consiste no principal instrumento metodológico. De forma complementar, mas diferenciada em função das subáreas identificadas, pode considerar-se a integração em redes temáticas que, mais do que resultados efectivos decorrentes da implementação de medidas de acção, promove contactos informais e a participação em reuniões, encontros e congressos internacionais com o objectivo de partilhar experiências e divulgar resultados de projectos em curso ou concluídos.

Quadro nº 2 – Especificação de critérios para definição da influência internacional da cidade de Lisboa na área do Ambiente

PROTAGONISTA		PARTICIPANTE	
Acção	Instrumento	Acção	Instrumento
Organização de reuniões das redes e congressos temáticos em Lisboa	– Reuniões de peritos – Congressos	Integração de Redes internacionais	FEDENATUR PERIURBAN PARKS
		Integração de Parcerias internacionais	Participação em diferentes grupos internacionais de parceiros
		Implementação de Projectos em parceria internacional	– River cities – POLIS – BESOS – Sharing cities – SUMOBIS – LOCATIONS
		Participação em Eventos temáticos internacionais	– EC092 – Carta de Lisboa para Cidades Sustentáveis – Conferência Sustainable livelihoods and biodiversity – 2ª Reunião sobre Cidades e Biodiversidade – Conferência das Partes da CBD (Convenção sobre a Diversidade Biológica), COP10 – Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia e Mayors adapt

Fonte: Autoria própria

A análise do Quadro nº 2 clarifica a posição da cidade de Lisboa no que respeita à internacionalização. Enquanto actor, o Município assume de forma preponderante o papel de participante, sendo protagonista em situações pontuais, apenas quando organiza reuniões de peritos, congressos temáticos e sessões de divulgação de resultados. Esta constatação decorre do facto de, na área ambiental, Lisboa não coordenar projectos ou redes internacionais, integrando estas plataformas na qualidade de membro parceiro. Neste contexto, e por ser mais participante do que protagonista, a capacidade de influência externa da cidade no sector do ambiente pode ser definida como residual, se bem que evidencie uma importância crescente, mas não pode ainda ser considerada como estratégica. Contudo, em todas as subáreas consideradas existem sinais de internacionalização, ora formalizados por acordos e regulados por regulamentos estatutários, ora como o resultado de contactos informais. Por depender da orgânica municipal no que respeita aos Serviços do Ambiente, que estão organizados em Divisões sectoriais e temáticas, a análise não permite considerar apenas um tipo de actor no processo de internacionalização da cidade de Lisboa nesta área. Ao contrário, foram identificados múltiplos e diferenciados actores em função das subáreas temáticas e das prioridades de cada uma delas. Da mesma forma, os resultados alcançados parecem ser igualmente diferenciados e variáveis.

Referências

- ALMEIDA, T., SIMAS, H., GRILO, P., 2012. *Lisboa-Europa 2020. Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/LX_UEROPA_2020.pdf [Consult. em 06/12/2016].
- ASOCIACIÓN EUROPEA PARQUES PERIURBANOS, 2012. *Estatutos da FEDENATUR*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.forumtools.biz/Fedenatur/upload/EstatutosFEDENATUR,Vitoria6-2012b.pdf> [Consult. online em 20/12/2016]
- BESOS, Building Energy Decisions Support Systems for Smart Cities s.d. [Em linha]. Disponível em: <http://besos-project.eu/>, [Consult. em 12/12/2016].
- CIDADE SOLAR s.d. [Em linha]. Disponível em: <http://www.cidadesolar.pt/futuro.html>, [Consult. em 20/12/2016].
- CML 2009. *Carta Estratégica Lisboa 2010/24. Um compromisso para o futuro da cidade*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara_Municipal/Carta_Estrategica/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Comissariado.pdf [Consult. em 06/12/2016].
- CML 2016. *Certificação de Gestão Florestal (FSC C114377) atribuída ao Parque Florestal de Monsanto*. [Em linha]. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Ambiente/Parque_Florestal_Monsanto/Documentos/certificacao_gestao_florestal_105613111.pdf. [Consult. em 21/12/2016].
- CML s.d. [Em linha]. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/biodiversidade/estuario-do-tejo> [Consult. em 03/01/2017]
- COSTA, A., s.d.. *Afirmar Lisboa como Capital Europeia do Atlântico*. [Em linha]. In Cluster do Mar. Disponível em: <http://www.clusterdomar.com/index.php/temas/tema-central/152-afirmar-Lisboa-como-capital-europeia-do-atlantico>. [Consult. em 03/01/2017]
- E-NOVA s.d. [Em linha]. Disponível em: <http://lisboaenova.org/>, [Consult. em 15/10/2016].

- FARIAS, T., 2009. Como tornar Lisboa uma cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente?. In CML 2009. *Carta Estratégica Lisboa 2010/24. Um compromisso para o futuro da cidade*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara_Municipal/Carta_Estrategica/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Comissariado.pdf [Consult. em 06/12/2016].
- FEDENATUR, s.d. [Em linha]. Disponível em: <http://www.fedenatur.org>. [Consult. em 28/12/2016]
- FSC, Forests for all forever (s.d.) *Certificação de Gestão Florestal*. estão acessíveis online. [Em linha]. Disponível em: <https://ic.fsc.org/en> [Consult. em 22/12/2016].
- HAHN, J., 2011. *Cidades do futuro. Desafios, visões e percursos para o futuro*. [Em linha]. União Europeia Política Regional. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_summary_pt.pdf [Consult. em 10/10/2016].

A competitividade económica através da inovação tecnológica

CARLOS MORAIS

Licenciado em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Iniciou atividade jornalística em 1999, tendo pertencido aos quadros do semanário O Independente e colaborado com várias publicações, entre elas revistas Sábado e Fócus e Diário Económico. Formador na área da comunicação, trabalha atualmente para o Grupo Porto Editora.

A competitividade económica através da inovação tecnológica

INTRODUÇÃO

A inovação como instrumento da economia, a atração de investimento internacional e a articulação destes dois fatores constituem, no presente, prioridades óbvias da estratégia de médio-longo prazo de desenvolvimento económico da cidade de Lisboa.

Decorrem, porém, de circunstâncias precisas que levaram a esta opção política por parte do então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, logo no seu primeiro mandato (2007-2009). A delicada situação financeira¹, a estagnação económica e o retrocesso demográfico² que então caracterizavam o município impunham a necessidade de implementar uma política própria de crescimento (quase sempre deixada aos auspícios do poder central), que atraísse investimento, emprego e pessoas a Lisboa.

¹ Para mais detalhes, cf. Diário de Notícias, 28/06/2007, Pp.20-21, disponível em <https://www.occ.pt/fotos/editor2/anuario17.pdf> (consultado em 29/01/2017).

² Para mais detalhes, cf. <http://www.tvi24.iol.pt/obras/reabilitacao/lisboa-perde-300-mil-habitantes-em-60-anos> (consultado em 29/01/2017).

O primeiro passo para a sua execução deu-se, em 2008, com a criação do Gabinete de Apoio ao Investimento (GAI). Para o lugar de diretor, sintomaticamente, foi escolhido Alberto Laplaine Guimarães, responsável máximo pelo primeiro Departamento de Relações Internacionais da autarquia (entre 1987 e 1990) e assessor de João Soares para a mesma área (1996 a 2002). A indigitação de alguém com um curriculum substancial nas relações internacionais indicia, desde logo, o propósito de imprimir um cariz transnacional ao investimento e economia no município.

O modo conexo como inovação/economia e relações internacionais são conceptual e funcionalmente perspectivadas – até através de dirigentes que acumulem experiência nas duas áreas e contactos profissionais/institucionais entre si – é, aliás, um traço que atravessará a respetiva gestão autárquica, como continuaremos a ver.

Três anos mais tarde (2011), no segundo mandato de António Costa, e já após a conceção de alguns instrumentos para concretizar a estratégia delineada, foi realizada a reestruturação dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa. Criaram-se novos organismos, um destes concebido à medida das prioridades definidas para a cidade e como tal decisivo: a Direção Municipal da Economia e Inovação (DMEI), que apenas entraria em atividade plena no ano seguinte. Para a liderar nomeou-se Paulo Soeiro de Carvalho, ainda hoje o principal operacional da estratégia da autarquia para a economia e inovação.

Sob a mesma reorganização administrativa, era constituída a Secretaria-Geral, que ficava diretamente responsável, em relação hierárquica horizontal, pela Divisão de Relações Internacionais³. A indigitação para o cargo que agrega duas chefias recaiu em Alberto Laplaine Guimarães. Depois das funções adstritas ao investimento, este dirigente regressava assim às relações internacionais, o que deixava perceber a intenção da autarquia fomentar o contacto estreito entre a DMEI e a Divisão de Relações Internacionais.

A Câmara Municipal de Lisboa, desta forma, institucionalizava do ponto de vista orgânico a estratégia de desenvolvimento económico para a cidade: fazer do conhecimento e inovação a mola do empreendedorismo e, através deste, atrair o investimento internacional, beneficiando da localização e características singulares de Lisboa.

³ Para mais detalhes, cf. Organograma da Câmara Municipal de Lisboa, disponível em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara_Municipal/Estrutura_Organica/Organograma_CML_Agosto_2015.pdf (consultado em 18/01/2017).

Entre a abertura de estruturas/organismos da CML e o lançamento de eventos, o ano de 2012 simbolizou o início da nova era na inovação/empreendedorismo, pelo significativo número de realizações na cidade: DMEI, Startup Lisboa (e com ela vários projetos), Semana do Empreendedorismo de Lisboa, entre outros. O trabalho dos quatro anos precedentes, maioritariamente de bastidores, proveniente de organismos como o GAI ou a IniciativaLisboa propiciaram estas materializações de um novo ciclo, ainda hoje vigente.

Em época de franca expansão do empreendedorismo na cidade – com a multiplicação de *startups* –, a definição dos pelouros do executivo camarário do terceiro mandato de António Costa (em Outubro de 2013) evidenciou, uma vez mais, a importância institucional atribuída à economia e inovação. Estas duas áreas, em conjunto com a educação e a modernização administrativa, mereceram a importância de pasta autónoma, circunstância inédita nas autarquias portuguesas. A vereadora escolhida, Graça Fonseca, já trabalhara com Alberto Laplaine Guimarães (que continuou como Secretário-Geral e chefe da Divisão de Relações Internacionais), uma vez que no mandato anterior tinha a seu cargo a reforma administrativa, coordenando a referida reorganização dos serviços do município e criando a Secretaria-Geral.

A estrutura organizacional da autarquia privilegiava, assim, a articulação entre economia/inovação e Relações Internacionais, opção ainda mais evidente com a escolha para responsável desta Divisão de alguém que conhecia bem a área do investimento.

O cruzamento da diplomacia com as áreas da economia e inovação começou, assim, na própria orgânica da autarquia. Assim se formou a base de uma estratégia que procura interações internacionais que lhe permitam dar escala e, por conseguinte, outra dimensão de sucesso.

Neste percurso de internacionalização na área da economia e inovação, Lisboa teve como seu agente primordial a Câmara Municipal. Pelo carácter institucional obrigatório de muitas das organizações em que a cidade se integrou, pelas iniciativas realizadas localmente para fomentar o empreendedorismo e captar investimento e, finalmente, por ser o interlocutor mais central na encruzilhada de agentes e ligações implicados nesta área. A Câmara Municipal de Lisboa acaba, assim, por ser o interface do edifício empreendedor que construiu e, nessa medida, o sujeito por excelência da estratégia que a seguir se sistematizará.

A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE LISBOA NA ÁREA DA ECONOMIA E INOVAÇÃO

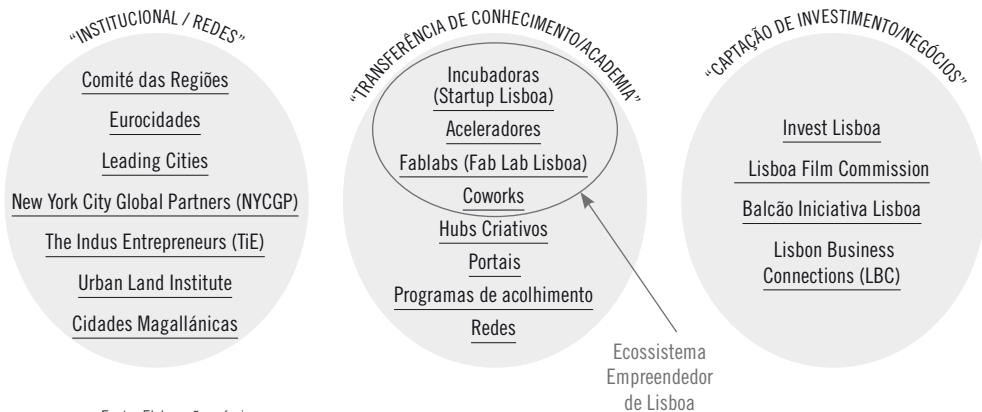
Conceber a marca “Lisboa” e preenchê-la com os conceitos de conhecimento, inovação, empreendedorismo (*startup city*) e *hub* atlântico é a diretriz estratégica de Lisboa para a economia e inovação⁴. A subsequente captação de cérebros e, principalmente, investimentos, o seu propósito.

Para tal, a cidade envolveu-se numa multifacetada atividade de interações internacionais. Numa primeira fase, para gerar este conceito. Atualmente, por um lado para o alimentar (*inputs*), por outro para o validar⁵, projetar e até promover (*outputs*).

Para identificar Lisboa com as características que torná-la-ão atrativa, a Câmara Municipal de Lisboa optou por percorrer caminhos diversos, isto é, estabelecer múltiplas ligações internacionais. Divergem na natureza, forma, objeto e extensão. Mas convergem sempre em desenvolver, pelo menos, um dos quatro já citados conceitos.

A opção deste estudo foi agrupar as ligações segundo a respetiva matriz, critério que levou à constituição de três esferas (cf. Esquema nº 1). Cada uma delas, porém, como veremos adiante, não está fechada, no sentido em que comunica com as demais e, não poucas vezes, tem os seus integrantes a suportar ou ser suportado pelos de outra esfera.

Esquema Nº 1 – As três esferas da estratégia de internacionalização de Lisboa para a área da economia e inovação



Fonte: Elaboração própria

⁴ Cf. análise documental oficial (CML) e informação obtida através das várias entrevistas realizadas a responsáveis.

⁵ De acordo com a entrevista realizada a Duarte Cordeiro, vice-presidente da CML e vereador com o pelouro da Economia e Inovação, em 27/06/2016.

Esfera “Institucional/Redes”

A esfera aqui denominada “Institucional/Redes” é constituída pelas relações de natureza formal e permanente da cidade de Lisboa com os seus parceiros internacionais. Estas relações são institucionalizadas, isto é, têm uma existência protocolada, regras definidas e um tempo de existência crónico (sem *terminus* pré-definido, constante). Pela sua estabilidade orgânica, profusão tipológica, multiplicidade temática, expressão numérica e extensão geográfica (5 continentes) são, por excelência, a base da atividade diplomática formal de Lisboa, a quem aproveita, sempre que oportuno, as duas outras esferas.

Vejamos, então, o corpo propriamente dito da “Institucional/Redes” e qual a sua conexão com a economia e inovação.

No total de 89 ligações formais contabilizadas⁶ em que Lisboa participa, encontramos múltiplas modalidades ou tipologias: geminações e acordos de cooperação e/ou amizade; associações/organizações/redes/uniões/grupos; conselhos, federações; fóruns; ligas; conferências; comités; plataformas; programas e até pactos. Por economia de palavra, faremos apenas a distinção entre geminações e redes (estas últimas passam a englobar todas as outras formas de associação).

Entre este manancial paradiplomático, importa distinguir as relações de caráter bilateral (36 geminações e acordos de cooperação/amizade) das de natureza multilateral (nas demais modalidades adotadas). O maior dinamismo das segundas torna-as o instrumento privilegiado da Câmara Municipal de Lisboa para as suas interações internacionais e o nosso alvo prioritário de estudo nesta esfera.

O papel de Lisboa nestas ligações transnacionais também se afigura dicotómico, designadamente em relação ao *cronos* do início da sua participação. Nas relações bilaterais, com os países lusófonos, ibéricas, iberoamericanas e nas que implicam a sua presença por inerência (como é o caso da UCUE – União das Capitais da União Europeia), Lisboa assume-se como ator (co)promotor, sendo seu membro constituinte. Já na maioria das relações multilaterais sem adesão estatutária garantida, a capital portuguesa encerra o papel de ator integrado, ao associar-se à rede/movimento num momento posterior à respetiva fundação.

⁶ Informação recolhida através de consultas aos sites da CML (www.cm-lisboa.pt) e das entidades referenciadas (consultados entre 21/01/2017 e 29/01/2017).

No respeitante aos temas que agregam cidades ou outras unidades territoriais em redes, a disseminação é grande, podendo identificar-se assuntos tão distintos quanto a governança partilhada, afinidade cultural, proximidade geográfica, desenvolvimento urbano, ambiente, entre a mais de uma dezena de categorias aqui estabelecidas.

As ligações alicerçadas formalmente em objeto económico (ou económico relacionado com a inovação) são, curiosamente, residuais nesta longa lista de conexões de Lisboa com o estrangeiro. Porém, seria precipitado concluir que o binómio economia-inovação está fora, nesta esfera, da agenda internacional da capital portuguesa.

A atenção que é dada a este binómio, na Europa, por algumas das redes de governança partilhada nas quais a cidade de Lisboa conseguiu erigir-se a um lugar de vanguarda é um sinal da importância de que se reveste o tema para a capital portuguesa. A bem sucedida demanda (de Lisboa), no outro lado do atlântico, de redes que direta ou indiretamente associem conhecimento e inovação a negócios desmentem também qualquer exclusão, antes sustentando a importância deste binómio nas relações internacionais formais da cidade de Lisboa.

Relativamente às primeiras, as de governança partilhada, assumem especial importância a Eurocities (Eurocidades) e a Committee of the Regions (Comité das Regiões).

A Eurocidades (de que Jorge Sampaio foi presidente de 1990 a 1992) é uma das mais influentes redes de cidades da Europa com mais de 130 membros de 35 países. Centra a sua atividade na economia urbana e na procura de soluções baseadas no conhecimento científico e troca de experiências, mas também procura influenciar as políticas da área junto das instituições comunitárias. Representa, descomplexadamente, o *lobbie* das grandes cidades junto da Comissão Europeia.

As participações concretas de Lisboa no âmbito da Eurocidades ocorreram, em número esmagador, no domínio da economia, mais propriamente no empreendedorismo. A capital portuguesa tem sido um dos associados mais ativos no Fórum de Desenvolvimento Económico, órgão que superintende a área da economia e inovação da Eurocidades. Desde logo, através do importante cargo (presidência)⁷ que lhe foi atribuído, em 2014, num dos seus grupos de trabalho – “Empreendedorismo e PME” -, que inclui mais de 60 cidades. Ainda, na adesão a outros grupos de trabalho do mesmo Fórum,

⁷ Lisboa, através da Direção Municipal de Economia e Inovação, foi designada copresidente do Eurocities/Eurocidades em parceria com Gotemburgo, tendo Barcelona sido escolhida para a vice-presidência.

como a “Inovação” e as “Relações Económicas Internacionais”. Finalmente, nas presenças interventivas nas diversas cimeiras do Fórum e respetivos temas escolhidos, cujo melhor exemplo é o encontro de Génova (2015), no qual a Câmara Municipal de Lisboa apresentou dois casos de boas estratégias/iniciativas por si implementadas (*Atlantic Business Hub* e *Startup City*).

A Assembleia da União Europeia (UE) onde têm assento os representantes regionais e locais dos países-membros da instituição, o Comité das Regiões é o único órgão da UE em que é refletido o poder local, ou seja, concretizada a representatividade à escala municipal. Reúne 350 membros dos 28 países e, ao assegurar a representação institucional das instâncias de poder mais próximas das populações, naturalmente que comporta uma vastíssima agenda temática de interesses.

No Comité das Regiões, tal como na Eurocidades, Lisboa optou por direcionar os seus esforços, dir-se-ia que quase em regime de especialização, para as áreas da economia, inovação e empreendedorismo⁸. Pela via regimental (sessões plenárias, comissões ou pareceres) e também pela mais informal (contactos bilaterais ou multilaterais mais ou menos espontâneos), a cidade de Lisboa destacou-se como um dos agentes mais dinâmicos nesta área. A publicitação de iniciativas como a *Startup Lisboa*, o *FabLab*, a Rede de Incubadoras, Orçamento Participativo, entre outras que associavam inovação à economia – para partilha de experiências e o próprio aperfeiçoamento dos projetos – teve neste organismo o seu grande veículo.

A associação entre empreendedorismo e Lisboa começa a conseguir resultados relevantes no plano internacional a partir de 2014. Nesse ano, é conhecida a maior distinção para o trabalho da autarquia e cidade, com repercussões pelos anos que se seguiram: o prémio European Entrepreneurial Region 2015 (EER 2015) / Região Europeia Empreendedora⁹.

Este prémio e o próprio Comité das Regiões acabaram por ser decisivos para a divulgação, expansão e reconhecimento do programa e iniciativas da cidade de Lisboa no empreendedorismo e inovação. O modo como uma rede distinguiu e promoveu iniciativas na área da transferência de conhecimento constitui igualmente um exemplo claro da articulação entre a esfera “Institucional/Redes” e a “Transferência de conhecimento/Academia”, como adiante se verá.

⁸ Como o comprova a lista de comissões em que a cidade se fez representar e os lugares institucionais de destaque que neles ocupou. Mais informação disponível em <http://www.eurocities.eu/#>.

⁹ Esta distinção será abordada com maior destaque na parte referente à esfera “Transferência de conhecimento/Academia” e no último capítulo, dedicado aos resultados da estratégia de internacionalização de Lisboa na área da Economia e Inovação.

Já num quadro institucional de objeto de atuação menos genérico, centrado na promoção da inovação como veículo de captação de investimento e agente do desenvolvimento económico, quatro redes de matriz norte-americana completam o teatro de operações da diplomacia de Lisboa na esfera institucional: Leading Cities, New York City Global Partners, TiE – The Indus Entrepreneurs e Urban Land Institute.

Além da escolha do âmbito eminentemente económico (negócios), estas redes sediadas nos Estados Unidos representam outra originalidade, a da sua abertura à participação de empresários e até cidadãos, nessa simples condição.

A Leading Cities (antiga World Class Cities Partnership – WCCP) – uma das mais restritas redes de cidades do mundo, com apenas 9 participantes¹⁰ – integrou Lisboa em 2012. A primeira interação institucional entre a rede e o seu novo membro – ocorrida precisamente em Lisboa, em Outubro desse ano – centrou-se na discussão em quatro grandes temas: área ribeirinha da cidade, estratégias para uma cidade empreendedora, cidade inovadora e cidade sustentável.

Um ano e meio mais tarde (Abril de 2014), aquando da Assinatura do Memorando de Entendimento por força da mudança de designação para Leading Cities, o objeto da colaboração tornou-se ainda mais explícito: “atenção particular ao trabalho em rede e na inovação, que geram novos negócios, empregos e o fortalecimento da economia”¹¹. A par deste desígnio, o documento aponta para a necessidade de prosseguir “atividades de investigação sobre políticas locais” de modo “a ajudar as cidades na sua necessidade de implementar estratégias de desenvolvimento económico que catalisem a inovação e se debrucem sobre questões urbanas atuais”¹².

A Leading Cities aponta, ainda, para articulações que se afiguram cada vez mais indispensáveis: “construir cidades mais competitivas através da análise de políticas públicas, aproveitando as oportunidades para o desenvolvimento económico através da colaboração entre os setores público e privado e capacitando os indivíduos através do envolvimento dos cidadãos”¹³.

¹⁰ Barcelona, Boston, Dublin, Hamburgo, Lisboa, Lyon, Vancouver, Zapopan (México) e Rio de Janeiro.

¹¹ Cf. Relações Económicas Internacionais – Ponto da Situação, Direção Municipal da Economia e Inovação (CML), Lisboa (Novembro de 2015), p. 19.

¹² *Ibidem*.

¹³ Cf. Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 67.

Com efeito, esta rede preconiza a aplicação do que designa como “técnicas de co-criação para o sector público”¹⁴, colocadas ao serviço da economia e inovação. Esta estratégia representa a inversão total dos processos de envolvimento dos cidadãos, “que evoluíram a partir de abordagens autocráticas «top-down» para aquelas que são cada vez mais participativas, democráticas e, mais recentemente, co-criativas”¹⁵.

Neste âmbito, Lisboa trouxe à organização o trabalho que desenvolveu na criação do “Ecossistema Empreendedor” da cidade, conduzido pela Direção Municipal de Economia e Inovação da Câmara Municipal de Lisboa (que adiante será abordado em detalhe). No relatório com as conclusões sobre a aplicação das técnicas de co-criação – “Co-Creation Connectivity – Addressing the Citizen Engagement Challenge” – é apresentado o *case-study* da Rede de Incubadoras de Lisboa¹⁶.

As materializações desta rede com a cidade de Lisboa não se cingem à co-criação. Concomitantemente à adesão à Leading Cities (então WCCP, sediada na Northeastern University, em Boston), celebrou-se o protocolo entre a Universidade de Lisboa e a própria WCCP. De modo mais informal, a Universidade de Lisboa tem reunido com algumas universidades dos membros da Leading Cities para trocar experiências e refletir sobre os ecossistemas de empreendedorismo locais. As conclusões desse trabalho conjunto serão vertidas, segundo os próprios, num relatório de investigação sobre empreendedorismo.

Lisboa também constituiu, em 2015, o seu *Local Advisory Board* (LAB). Sob a chancela da Leading Cities, que estimula a criação deste órgão em cada cidade membro, associam-se num grupo de trabalho “empresas locais e organizações dedicadas ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da cidade”¹⁷. A sua missão consiste em fornecer “contributos sobre os tópicos das atividades de investigação da Leading Cities, projetos locais e casos de estudo, em complementaridade com a coordenação geral e o crescimento do programa”¹⁸. Cada LAB (os seus participantes) tem que contribuir, anualmente, com um total de 50 mil dólares para a rede Leading Cities. A IBM e a Brisa foram as primeiras empresas/entidades aderentes ao LAB Lisboa.

¹⁴ Cf. Relações Económicas Internacionais – Ponto da Situação, Direção Municipal da Economia e Inovação (CML), Lisboa (Novembro de 2015), p. 20.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Cf. Relações Económicas Internacionais – Ponto da Situação, Direção Municipal da Economia e Inovação (CML), Lisboa (Novembro de 2015), p. 21.

¹⁸ *Idem*.

De natureza mais protocolar mas não menos relevante do ponto de vista simbólico é o facto de Lisboa ter voltado a ser anfitriã, em Junho de 2015, da cimeira anual da Leading Cities (o que já tinha acontecido, em Outubro de 2012, no momento da sua adesão). Para manter a vitalidade da rede, os seus membros reúnem-se mensalmente através de plataforma *web*.

A mais empresarial das redes formais internacionais em que Lisboa teve participação é, sem dúvida, a TiE – The Indus Entrepreneurs. Fundada na emblemática Silicon Valley, inspira-se inteiramente na respetiva cultura para a inovação e empreendedorismo, organizando-se por filiais (as TiE) em todo o mundo, que tomam o nome do local onde operam (como TiE Toronto ou TiE Israel), mas sempre numa lógica de estrita conexão/representação da casa-mãe, a TiE Global.

Aglutina mais de uma dezena de milhares de membros, domiciliados nas 58 delegações espalhadas por 16 países e 4 continentes (ausência em África)¹⁹, e alicerça a sua atuação em 5 pilares: *mentoring*, *network*, educação, incubação e financiamento. Das diversas iniciativas que desenvolve, destaca-se o TiEcon, considerada a maior conferência profissional de *networking* para empresários.

Portugal passou a fazer parte desta organização em 2012, com a fundação da TiE Portugal, ancorada à cidade de Lisboa. O nome do primeiro evento promovido pela filial portuguesa foi, de resto, TiE Lisbon Entrepreneur Boot Camp, que juntou empresários indianos e responsáveis de 30 empresas da incubadora Startup Lisboa e decorreu no edifício dos Paços do Concelho²⁰. Perspetivaram-se, então, investimentos da TiE Global em Portugal prioritariamente nas áreas das telecomunicações e das energias renováveis.

Portugal, como sublinhou o então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, passava a ter a 6ª filial na Europa e a ser apenas o 5º país deste continente a integrar a TiE – The Indus Entrepreneurs²¹.

Atualmente, a ligação de Portugal/Lisboa a esta rede parece adormecida ou mesmo cessada, pelo que é perceptível através do *site* do TiE Global²² e das plataformas digitais e redes sociais anteriormente usadas pela TiE Portugal (agora desativadas ou não atualizadas)²³.

¹⁹ Para mais detalhes, cf. <https://web.tie.org/row/maps.php> (consultado em 04/02/2017).

²⁰ Cf. Relações Económicas Internacionais – Ponto da Situação, Direção Municipal da Economia e Inovação (CML), Lisboa (Novembro de 2015), p. 24.

²¹ Cf. Relações Económicas Internacionais – Ponto da Situação, Direção Municipal da Economia e Inovação (CML), Lisboa (Novembro de 2015), p. 25.

²² <https://web.tie.org/row/maps.php> (consultado em 04/02/2017).

²³ Cf. <http://portugal.tie.org>; <https://www.linkedin.com/company/tie-portugal>; <https://www.facebook.com/TiePortugal/> (consultados em 04/02/2017).

Um dos conceitos mais caros a quem tem gerido Lisboa na última década — a criação de uma “marca” que identifique a cidade, utilizando o seu próprio nome — alimentou-se na Urban Land Institute (ULI). Esta rede com enfoque na regeneração urbana e desenvolvimento sustentável, estimula o desenvolvimento e aplicação por parte do município de medidas que promovam uma “empatia empresarial” e se integrem em programas mais vastos de crescimento económico²⁴. O clima de atratividade ao investimento é, aliás, um dos traços identitários mais fortes que esta rede com sede em Washington preconiza para a marca de cada uma das suas cidades associadas. O objetivo originou, até, o título de um *workshop*, realizado em Turim, em Novembro de 2012: Business Friendly Cities. Três meses depois, Lisboa receberia nova iniciativa da Urban Land Institute, desta vez centrada no próprio processo de formação da marca de uma cidade. Da conferência “City Branding”, observados os testemunhos de responsáveis pelas estratégias seguidas por Barcelona e Amsterdão, resultaram dois documentos com recomendações específicas à cidade de Lisboa: *How the World Sees Lisbon: the position of Lisbon in city benchmarks and indexes* e *Lisbon City Branding*. A ULI tem cerca de 40 mil membros e está presente em 82 nações, entre as quais Portugal, desde 2012, por força da adesão de Lisboa²⁵.

As ligações a redes de inspiração americana contemplam ainda a New York City Global Partners. Lisboa e outras 54 cidades de muito variadas latitudes estão conectadas com uma das metrópoles do mundo que melhor simboliza a modernidade e sofisticação. Partem de experiências e problemas comuns para partilharem ou encontrarem em conjunto soluções inovadoras, sempre com o horizonte de serem criadas oportunidades económicas. Curiosamente, esta rede recusou três candidaturas de projetos concebidos em Lisboa ao seu principal programa de apoio, o Innovation Exchange, projetos esses que hoje são comumente apontados como casos de sucesso nas áreas do empreendedorismo e do aumento da participação dos cidadãos: Startup Lisboa, Rede de Incubadoras e Orçamento Participativo.

Nem só as redes com um objeto estritamente ligado à economia e/ou inovação são palco da diplomacia da cidade de Lisboa para esta área. As relações inter-redes e as sinergias laterais que os membros de cada rede vão, entretanto, estabelecendo entre si propiciam esta atividade que, equivocadamente, se poderia considerar cativa do objeto de cada organização.

²⁴ Cf. Relações Económicas Internacionais — Ponto da Situação, Direção Municipal da Economia e Inovação (CML), Lisboa (Novembro de 2015), p. 27; <http://uli.org/> (consultado em 04/02/2017).

²⁵ Cf. <http://uli.org/councils> (consultado em 04/02/2017).

Caso paradigmático desta não dependência (certamente acompanhado de outros) é o da Rede Mundial das Cidades Magalhânicas. Esta organização, enquadrada nas comemorações dos 500 anos da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, junta 14 universidades de quatro continentes²⁶ e, inevitavelmente, verá um dos seus campos de atuação – a investigação – ser conexo com a inovação e a economia, em particular no que concerne à aplicação do conhecimento. Esta rede constitui, por isso mesmo, também um excelente exemplo de como as aqui designadas esferas da estratégia internacional de Lisboa para a área da economia e inovação não são estanques, antes vivendo num sistema de vasos comunicantes, neste caso concreto entre a “Institucional/Redes” e a “Transferência de conhecimento/Academia”.

“Captação de investimento/Negócios”

Na esfera “Captação de investimento/Negócios” estão englobadas as entidades ou iniciativas municipais que têm como objetivo único atrair atividades empresariais/investimento, pontuais ou estruturais, para a cidade de Lisboa. Ao contrário da “Institucional/Redes”, o universo de interlocutores não se limita a instituições/organizações, sendo bastante frequente o contacto com empresas ou investidores (mesmo que individuais).

As agências Invest Lisboa e Lisboa Film Commission, o balcão de atendimento IniciativaLisboa e a plataforma Lisbon Business Connections constituem aquele que é o ramo mais direcionado da ação internacional da cidade de Lisboa na área da economia e inovação.

As modalidades do posicionamento destes quatro instrumentos são diversas, o que os torna heterogéneos no seu todo e até complementares. Divergem quanto a território de ação, destinatários, tipo de contacto, duração do investimento-alvo e natureza estratégica.

²⁶ Cf. <http://redmundialmagallanica.org/comenzando/> (consultado em 04/02/2017); <http://redmundialmagallanica.org/14-universidades-4-continentes-se-reunen-crear-la-red-mundial-universidades-magallanicas/> (consultado em 04/02/2017).

Quadro nº 1 – Características dos instrumentos da esfera “Captação de investimento/Negócios”

INSTRUMENTOS DA “CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO/NEGÓCIOS”	PRESENÇA FÍSICA	DESTINATÁRIOS	TIPO DE CONTACTO		DURAÇÃO DO INVESTIMENTO-ALVO	NATUREZA ESTRATÉGICA
			INICIATIVA	PROXIMIDADE		
Invest Lisboa	Estrangeiro	Internacionais	Ativo	Direto	Duradouro	Concreta
Lisboa Film Commission	Lisboa	Internacionais	Passivo	Direto	Efémoro	Concreta
Iniciativa Lisboa	Lisboa	Nacionais/ Internacionais	Passivo	Direto	Efémoro/ Duradouro	Concreta
Lisbon Business Connections	Lisboa	Internacionais	Inexistente	Inexistente	Duradouro	Reflexiva

Fonte: Elaboração própria

Da tríplice parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML), a Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CCIP) e a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), nasceu, em 2009, a Invest Lisboa, a agência de promoção económica da cidade de Lisboa.

Apesar de estar formalmente ligada a três entidades, esta agência é, do ponto de vista funcional, gerida pela CML e CCIP, beneficiando da importante rede de contactos institucionais desta associação de empresários²⁷.

A Invest Lisboa centra a sua estratégia de dinamização da economia de Lisboa em três eixos²⁸:

- Promoção da cidade de Lisboa dirigida ao estrangeiro: através da participação em feiras fora de Portugal (sempre em parceria com empresas nacionais que também se deslocam e utilizem o *stand* da Invest Lisboa), da receção de missões de empresários internacionais em Lisboa (apresentação da cidade) e de ações de promoção não presencial (brochuras e vídeos);
- Apoio às empresas/investidores/empreendedores: na decisão de escolher Lisboa, numa primeira fase, e depois na respetiva instalação. Posteriormente, em trabalhos de consultoria, ao fazer a ligação entre o que as empresas precisam e aquilo que há no mercado (atuando numa lógica de facilitadores). Todo este serviço sem custos para a empresa, disponibilizado como uma “oferta da cidade”

²⁷ Entrevista realizada a Diogo Ivo Cruz, Diretor de Projeto da Invest Lisboa, em 18/02/2016.

²⁸ *Idem*; Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 15; <http://www.investlisboa.com/site/pt/> (consultado em 05-02-2017) <http://www.cm-lisboa.pt/investir/investimento/invest-lisboa> (consultado em 05-02-2017).

- Dinamização da economia: iniciativas com impacto na economia da cidade, de que a criação da Startup Lisboa é o mais significativo exemplo (que será tratado na esfera “Transferência de conhecimento/Academia”)

O ponto-chave da estratégia da Invest Lisboa é a “marca Lisboa”, sendo esta a vendida internacionalmente. Os *stands* montados nas feiras internacionais têm como título o nome da cidade (e não o das empresas que acompanham a missão ou da própria Invest Lisboa)²⁹.

Em termos geográficos, o horizonte de negócios da Invest Lisboa joga-se na triologia Portugal-Europa-BRIC/PALOP. Se, por um lado, a maior parte das missões internacionais decorre em espaço europeu e os países que mais procuram a Invest Lisboa são deste continente (França e Itália), por outro, uma das mais-valias de Lisboa apresentada por esta agência aos seus interlocutores e potenciais investidores é a possibilidade de ser a ponte (até em termos de personalidade jurídica) para os países de língua oficial portuguesa³⁰. Das quatro entidades ou iniciativas desta esfera, a Invest Lisboa é a única com presença física internacional (cf. Quadro nº 2).

A crescente procura de Lisboa para fazer filmagens, em especial no cinema, levou a Câmara Municipal de Lisboa a criar, no último trimestre de 2012, a Lisboa Film Commission (LFC). Mais do que uma entidade que centraliza todo o processo prévio que envolve esta atividade (autorizações e outra logística inerente) e que, portanto, atua como facilitador/desburocratizador para quem já decidiu vir filmar a Lisboa, a LFC promove a cidade “como destino privilegiado de filmagens e sessões fotográficas”³¹, isto é, procura novos “clientes” que escolham Lisboa para palco das suas realizações. Para tal constituiu uma equipa, pequena mas ágil, que aposta na publicitação da cidade e, simultaneamente, da própria agência nos canais específicos para o efeito³².

O apoio que presta às empresas de produção e profissionais do setor do Cinema e Audiovisual consubstancia-se em serviços gratuitos de mediação e informação. O primeiro em tudo o que diga respeito à relação com os diversos serviços municipais (processo de licenciamento, concessão de apoios e outros esclarecimentos) e também com as entidades exteriores ao município. O segundo relativamente a tudo o que for solicitado, designadamente localizações, horários, hábitos, etc.

²⁹ Entrevista realizada a Diogo Ivo Cruz, Diretor de Projeto da Invest Lisboa, em 18/02/2016.

³⁰ *Idem*.

³¹ Cf. Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 53; <http://www.cm-lisboa.pt/investir/lisboa-film-commission> (consultado em 05/02/2017).

³² Cf. <http://www.cm-lisboa.pt/investir/lisboa-film-commission> (consultado em 05/02/2017).

Além do impacto imediato (embora datado) na economia local (restaurantes, hotéis, comércio, transportes, recursos humanos), a rodagem/execução de filmes, *spots* publicitários, catálogos fotográficos são, em si mesmo, um dos melhores veículos de promoção internacional de Lisboa.

As atividades cinematográficas, audiovisuais e de publicidade constituem um relevante fator de desenvolvimento económico local, não só pelos impactos diretos na cidade, com a procura de bens e serviços, mas também pelos impactos indiretos, nomeadamente através de uma maior promoção internacional da cidade e criação de emprego.

De características semelhantes, mas não cingido a um pequeno segmento de investimento, o Balcão Iniciativa Lisboa foi concebido para ser um facilitador “do processo de instalação e funcionamento de um negócio ou atividade económica”³³, apresentado como a melhor chave para abrir a fechadura da burocracia.

Autêntica réplica municipal do antigo programa governamental de desburocratização da administração pública (Simplex), o Balcão Iniciativa Lisboa, criado em 2009, permite “que os requerimentos sejam entregues num só ponto de atendimento, reunidos num único processo e tratados por um único gestor”³⁴. No mesmo local, estão igualmente ao dispor duas outras ferramentas de agilização dos negócios: o Balcão do Empreendedor e a Empresa na Hora.

Nesta diplomacia ao serviço do investimento, Lisboa Film Commission e Iniciativa Lisboa têm muito em comum: o território físico de atuação (Portugal); o contacto direto mas de iniciativa passiva (são as empresas que procuram os organismos) e natureza de ação (medidas concretas dirigidas ao interlocutor). O que as distingue é a nacionalidade dos destinatários e a duração do investimento-alvo. Relativamente aos utilizadores dos serviços disponibilizados, apesar de ambos poderem ser utilizados teoricamente por portugueses, a realidade demonstra que são apenas as produtoras estrangeiras a procurar a LFC. A duração do investimento-alvo também diferencia estes dois instrumentos, já que no caso da LFC é sempre efémera e no da Iniciativa Lisboa pode assumir caráter breve ou duradouro, sendo tendencialmente mais longo do que nas produções audiovisuais (cf. Quadro nº 1).

A Lisbon Business Connections (LBC) é um *think tank* dirigido para a atração de investimento/empresas, lançado em 2015 pelas mesmas entidades que cria-

³³ Cf. <http://www.cm-lisboa.pt/investir/investimento/balcao-iniciativa-lisboa> (consultado em 05/02/2016)

³⁴ *Idem*

ram a Invest Lisboa. Tem a sua força alicerçada numa rede de cerca de 350 gestores e investigadores portugueses e estrangeiros (conectores), materializada numa plataforma digital³⁵.

A LBC assume como vocação o aproveitamento do capital de afinidade cultural daquilo que designa por “diáspora” (PALOP e Brasil), procurando imprimir a Lisboa a marca de “Atlantic Business Hub”.

Além da rede de conectores, a LBC polariza-se em duas outras áreas³⁶: realização de iniciativas envolvendo conectores e outros parceiros na identificação de oportunidades para a cidade de Lisboa e concretização de uma estratégia de marketing territorial para atrair investimento, empresas e talentos.

A inexistência de contacto com os potenciais investidores e a natureza reflexiva da LBC distinguem-na dos seus três parceiros de esfera, conferindo-lhe o perfil mais singular.

Quadro nº 2 – Singularidades dos instrumentos da esfera “Captação de investimento/Negócios”

INSTRUMENTOS A CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO/NEGÓCIOS	INVEST LISBOA	LISBOA FILM COMMISSION	INICIATIVA LISBOA	LISBON BUSINESS CONNECTIONS
Singularidade	Presença física: estrangeiro	Duração do investimento-alvo: efémera	Destinatários: nacionais /Internacionais	Natureza estratégica: reflexiva

Fonte: Elaboração própria

A esfera “Captação de investimento/Negócios”, até pelo seu carácter pragmático, mantém interação frequente com a da “Transferência de Conhecimento/Academia”. Na criação de estruturas que venham a executar a transferência de conhecimento – de que é exemplo o lançamento da Startup Lisboa –, na captação de empreendedores e, numa fase bem mais adiantada, na angariação de investidores que reforcem o conhecimento já traduzido em negócio.

“Transferência de conhecimento / Academia”

A terceira e última esfera constituída por este estudo, a “Transferência de conhecimento/Academia”, é caracterizada pelas ligações internacionais ou de potencial internacional em torno da transformação do conhecimento (e sua criação) em produtos ou serviços comercializáveis, ou seja, em negócio.

³⁵ Cf. Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 10.

³⁶ Cf. Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 16; <http://lisbonconnections.pt/About/AboutLBC> (consultado em 05/02/2016).

A ciência é aqui encarada como motor da economia: o saber adquirido, majoritariamente, nas universidades é o suporte do empreendedorismo e, em etapa consecutiva, da atração de investimento.

Das três esferas, é a que está mais próxima do conceito que a Câmara Municipal de Lisboa pretende para a cidade, confundindo-se até com o objetivo da estratégia prosseguida pela Direção Municipal de Economia e Inovação. Beneficia do apoio da “Institucional/Redes” e da “Captação de Investimento/Negócios”, que funcionam, algumas vezes, como seu suporte, através da divulgação que dão ao trabalho realizado na área do empreendedorismo e, consequentemente, na captação de cérebros e investidores.

A autarquia posiciona-se nesta esfera de um modo singular quando comparado com o que faz em relação às outras duas. Desta feita, na “Transferência de conhecimento/Academia”, Lisboa não cinge a sua atuação a integrar redes/instituições ou a procurar/facilitar investimento estrangeiro. Com perspectiva mais alargada, também cria ou posiciona-se em projetos de horizonte empresarial que, à partida, não constituem uma ligação direta a interlocutores internacionais mas, na razão do sucesso que forem obtendo, serão certamente alvo de interesse fora de Portugal. Participa, assim, da própria formação do negócio (nos meios que disponibiliza e/ou do ponto de vista societário), não se limitando a promovê-lo (ou o destino Portugal) no estrangeiro. O tipo de interlocutores também difere, aqui ligado essencialmente ao meio universitário, pela via formal das instituições mas igualmente através dos professores e até alunos/investigadores (o que imprime uma muito maior informalidade aos contactos desta esfera do que aos das restantes).

A transferência de conhecimento revela-se decisiva na estratégia internacional (e geral) para a área da economia e inovação da cidade. Demonstra-o o facto de alimentar o principal atributo da marca “Lisboa”: o de *startup city*.

O rótulo de cidade empreendedora é a prioridade na imagem de Lisboa para o exterior que tem vindo a ser construída pela autarquia, servindo, assim, o objetivo de “transformar Lisboa numa Startup City a uma escala internacional e propiciar as condições para que cada vez mais pessoas possam para criar a sua empresa e expandir o seu negócio”³⁷.

Este conceito utilizado como instrumento principal de atratividade já tinha sido manipulado por outras cidades, como Barcelona, Amsterdão, Londres, Milão e Birmingham, esta última com um tempo de gestação similar ao de Lisboa³⁸.

³⁷ Cf. Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 10.

³⁸ Para mais detalhes, cf. *Distinctly Birmingham – A European and International Strategy for Birmingham 2013–2016*.

Para desenvolver a ideia de Startup City, o município decidiu configurá-la em múltiplos nós, ligando-os num contorno comum de conhecimento, inovação e empreendedorismo. A essa malha deu o nome de Ecossistema Empreendedor, o território onde é, afinal, concretizada a projetada Startup City. Conectá-lo internacionalmente foi encarado como uma imposição constitutiva, uma imanência, não apenas para “engordar” o próprio ecossistema mas ainda para lhe dar a procurada visibilidade mundial.

Esquema nº 2 – O Ecossistema Empreendedor de Lisboa



INCUBADORAS

01. Startup Lisboa Tech
02. Startup Lisboa Commerce
03. Startup Caixa Empreende
04. Labs Lisboa
05. Centro de Inovação da Mouraria
06. Lispolis – CID
07. EDP Starter
08. Eggnest
09. Ideia Hub
10. Inovisa
11. LINNK
12. Madan Parque
13. Play
14. Startup Campus
15. Tec Labs



ACCELERADORES

01. Lisbon Challenge
02. Beta Start
03. Building Global Innovator
ISCTE/MIT Portugal
04. Deloitte Digital Disruptors
05. Discoveries
06. Fabrica de Startups



COWORKS

01. Avila Coworking
02. Blogchiado
03. CCN CoWork Lumiar
04. cowork central
05. CoworkLisboa

06. Coworkchiado
07. Espaço 3D
08. Espazo Plus – Self Solutions
09. Ideia Atlântico
10. Ideia Hub
11. LEAP Center
12. LINNK
13. LXoffice
14. LX Work Hub
15. Main Hub – Innovation, Incubation
16. Mais Cowork Lisbon
17. Mu Workspace Lisboa
18. MyCoWorkSPACE
19. Polígono – Sítio
20. Rés do Chão
21. Village Underground Lisbon
22. Work+United
23. Work'in Marquês
24. WORKSPACE living business



FABLABS

01. Fab Lab Lisboa
02. AltLab
03. Fab Lab EDP
04. Vitruvius FabLab



INVESTIDORES

01. Agrocapital – CA I Crédito Agrícola
02. Bem Comum
03. Biz Capital
04. Busy Angels
05. Caixa Capital
06. Clube de Business Angels de Lisboa

07. Drive SCR
08. ERIGO – Sociedade de Capital
de Risco
09. ES Ventures
10. Explorer Investments
11. Fabventures
12. Famigeste
13. Gepasa
14. Montepio Capital
15. Naves, Sociedade de Capital
de Risco
16. Novabase Capital
17. Onetier Partners
18. Portugal Ventures
19. Shilling Capital Partners



HUBS CRIATIVOS

01. Pólo Criativo de Santa Clara
Trienal de Arquitetura
02. Village Underground
03. Centro de Inovação
04. da Mouraria
05. EKA [palace]
06. Fábrica Braço de Prata
07. HANGAR
08. Centro de Investigação Artística
09. LX Factory
10. MU
11. Oficina Coletiva
12. TODOS



RESIDÊNCIAS

01. Casa Startup Lisboa

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

O Ecossistema Empreendedor, também ele erigido a marca da cidade, resulta de diversos projetos e iniciativas desenvolvidos pela CML, a maior parte em parceria com outras entidades públicas ou atores privados. A criatividade, a incubação e aceleração de *startups*, o apoio às PME e o autoemprego são as áreas-chave deste ambiente empresarial³⁹.

Atualmente, o Ecossistema Empreendedor estrutura-se em 6 eixos: incubadoras, aceleradores, *coworks*, *fablabs*, *hubs* criativos e residências (cf. Esquema nº 2). O apoio de investidores e o diálogo estreito com a academia constituem os pilares deste edifício criado e permanentemente alimentado pela CML.

A Startup Lisboa foi o primeiro e decisivo passo para a formação do Ecossistema Empreendedor. A incubadora empresarial municipal nasceu na proposta da Invest Lisboa levada a concurso no Orçamento Participativo 2009/2010 (um dos primeiros instrumentos de estímulo ao envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão e à co-criação). Após a aprovação por sufrágio, seguiu-se um processo que durou cerca de 2 anos até à inauguração e início funcional (Fevereiro de 2012). Em parceria com o Montepio (financiamento) e o IAPMEI (*now how* na área dos negócios), a Startup Lisboa assumia como missão “fomentar o desenvolvimento da iniciativa empresarial e a criação de emprego, através da combinação de infraestruturas e serviços de apoio especializados, apoiando projetos inovadores e com potencial de internacionalização”⁴⁰. O seu perfil inicial era marcado pela matriz tecnológica, ligada às Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) e Informática.

Os bons resultados da Startup Lisboa⁴¹ levaram-na a expandir-se nestes cinco anos.

Passou de um a três instrumentos de incubação, uma vez que foram lançadas a Startup Commerce – especializada em acolher projetos no setor do comércio e turismo – e o Startup Lisboa Loans – fundo de apoio à criação de novas empresas –, que vieram aumentar a oferta inicial da Startup Tech (voltada para as empresas tecnológicas). No mesmo sentido, quadruplicou os edifícios reabilitados que alojam os seus serviços. Depois de dois edifícios da Rua da Prata (Startup Tech) e um polo na Rua Castilho (Startup Commerce), a abertura em Julho de 2015 do quarto espaço, a Casa da Startup Lisboa, trouxe uma nova abordagem à área da incubação ao ser disponibilizada estadia aos empreendedores que se desloquem a Lisboa para vir apresentar ou desenvolver o seu projeto (dois pisos, 14 quartos e algumas zonas comuns).

³⁹ Cf. Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 19.

⁴⁰ Cf. <http://www.cm-lisboa.pt/investir/empreendedorismo/startuplisboa> (consultado em 12/02/2017).

⁴¹ Ver dados no capítulo: 3. Resultados.

A localização escolhida para três destes quatro espaços – a Baixa – serviu outro dos propósitos que a autarquia fixou para a criação de incubadoras: revitalizar economicamente zonas históricas da cidade.

Com efeito, esta preocupação de reconversão urbana é extensível a todas as modalidades do Ecossistema Empreendedor, incidindo em zonas (ou espaços singulares) antigas com grande potencial que estavam abandonadas, desertificadas ou estigmatizadas, como se percebe pelas localizações escolhidas (Baixa, Anjos, zona industrial de Alcântara, Marvila/Beato, Bairro Alto).

O sucesso da Startup Lisboa inspirou a autarquia a lançar ou somente apoiar outras incubadoras, com vocações distintas entre si. São os casos, entre outros, do Lispolis – o Centro de Incubação e Desenvolvimento do parque empresarial e tecnológico de Lisboa viu definida pela CML, em 2013, uma nova ambição estratégica – e do Centro de Inovação da Mouraria – a primeira incubadora em Lisboa dedicada às indústrias criativas (design, media, moda, música, azulejaria, joalharia), gerada pela edilidade em 2015⁴².

A participação da autarquia no Ecossistema Empreendedor não se concretiza apenas por via das incubadoras, abrangendo também os seguintes instrumentos⁴³:

Aceleradores – Responsáveis por programas de aceleração de *startups* que, num curto período (até 8 meses), proporcionam ao projeto conselhos de mentores, contacto com potenciais investidores e redes de contacto empresarial (*networking*). O apoio ao Lisbon *Challenge* – promovido pela Beta-i – é um dos exemplos da participação da edilidade nestes programas direcionados para uma segunda fase de vida da empresa, ou seja, para depois da sua fundação. Em alguns casos, os aceleradores ou os dinamizadores dos respetivos programas são as universidades (como o ISCTE e a Universidade Nova). Alguns programas de aceleração podem ainda assumir a forma de prémio; *Fablabs* – São pequenas oficinas equipadas com ferramentas industriais e tecnológicas, geralmente acessíveis apenas para produção em massa, que permitem fazer fabricação digital. A capacidade de desenhar e inovar com alta resolução possibilitada por este tipo de equipamentos faz deste espaço um local propício à inovação, um autêntico laboratório de invenções. Lisboa tem quatro *fablabs*, sendo duas da responsabilidade da autarquia: FabLab Lisboa (fabrico digital)⁴⁴ e altLab (reinvenção de aparelhos ou com-

⁴² Cf. Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 49.

⁴³ Idem, p. 20.

⁴⁴ Mais informação disponível em <http://fablablisboa.pt/> (consultado a 19/02/2017).

ponentes eletrónicos)⁴⁵. Ambas funcionam no antigo matadouro do Mercado do Forno do Tijolo (abandonado até este uso), estão acessíveis ao cidadão comum e, por isso, cumprem um outro desiderato que precede o do sucesso da obra que lá pode ser concebida: “o acesso democrático à inovação, ao empreendedorismo, à descoberta e à criatividade, visando o desenvolvimento social e económico, a nível individual ou comunitário”⁴⁶; *Coworks* – Partilha de espaço e recursos de escritório para profissionais de diferentes áreas de atuação, com vantagens para todos os intervenientes (flexibilidade de utilização, aprendizagem, *networking* e baixo custo). Esta modalidade propicia o empreendedorismo, pela troca de experiências diária entre profissionais de diferentes projetos e, consequente, potencial de formação de novos negócios;

Hubs criativos – Centros de inovação, criatividade e empreendedorismo por excelência, estes espaços concentram e conjugam vários das modalidades e protagonistas do Ecossistema Empreendedor (incubadoras, *coworks*, empreendedores), materializando conhecimento e inovação em projetos capazes de atrair consumo e investimento. Lisboa tem desenvolvido vários, sob a matriz de diferentes temáticas, como a Lx Factory (instalada em Alcântara, em antigas instalações industriais com 23 000 m², agora ocupadas com profissionais e eventos das áreas da moda, arte, comunicação, publicidade, multimédia)⁴⁷ ou o Polo Criativo de Santa Clara/Trienal de Arquitetura de Lisboa (funciona no Palácio Sinel de Cordes, cedido pela CML)⁴⁸. Para o futuro está já previsto um outro *hub*, a instalar em Marvila/Beato, nas antigas instalações de manutenção militar (30 mil m²), que pretende ser o maior da cidade e de dimensão internacional⁴⁹.

A multiplicidade de ligações – nacionais e internacionais – que envolve estes agentes constitui umas das suas principais fontes de dinamismo.

⁴⁵ Mais informação disponível em <https://altlab.org/> (consultado em 19/02/2017) e <http://ocorvo.pt/2016/06/02/altlab-lisboa-nos-anjos-reinventa-se-o-futuro-e-faz-se-tecnologia-com-as-maos/> (consultado em 19/02/2017).

⁴⁶ Cf. Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 34.

⁴⁷ Para mais detalhes, cf. <http://www.lxfactory.com/PT/welcome/> (consultado em 19/02/2017).

⁴⁸ Cf. Lisboa Economia, Inovação e Empreendedorismo, Câmara Municipal de Lisboa (Maio de 2013), p. 3; Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 54.

⁴⁹ Entrevista realizada a Duarte Cordeiro, vice-presidente da CML e vereador com o pelouro da Economia e Inovação, em 27/06/2016; <https://www.dinheirovivo.pt/fazedores/galeria/aqui-vai-nascer-o-maior-hub-criativo-e-empreendedor-nacional/> (consultado em 25/02/2017).

Em Portugal, a mostrar todas as ligações do edifício do Ecosistema Empreendedor – evidenciando a sua consistência como corpo uno –, está a designada Rede de Incubadoras de Lisboa (www.incubadoraslisboa.pt), um portal da autoria do município onde se encontra sistematizada toda a informação útil sobre o Ecosistema Empreendedor e o empreendedorismo e inovação na cidade⁵⁰. Esta rede facilita a articulação entre os seus membros e a visão global, panorâmica do empreendedorismo na cidade.

Já a outra escala, incubadoras, aceleradores, *fablabs*, *coworks* e *hubs* criativos estão também ligados a redes internacionais, o que lhes permite interagir com os seus congéneres nos eventos e canais de comunicação internos criados para o efeito e, para o exterior, beneficiar da exposição a empreendedores e investidores.

A academia, como já foi referido, tem um papel fulcral na esfera da “Transferência de Conhecimento”, no Ecosistema Empreendedor e na respetiva envolvente internacional desejada. O aumento do número de estudantes internacionais em Lisboa – 41% nos últimos quatro anos, representando já os quase 14 mil não portugueses cerca de 10,5 por cento do universo total de alunos⁵¹ – e a intensificação dos contactos institucionais entre universidades – em redes ou bilateralmente, agilizando a circulação de saberes e de docentes – têm vindo a imprimir um carácter transnacional ao Ensino Superior.

Consciente desta realidade, o município lançou em 2014 o portal Study in Lisbon⁵², prestando toda a informação que interessa a quem estuda ou queira vir a fazê-lo em Lisboa. Esta plataforma agrega, igualmente, os parceiros da iniciativa (ao todo, 12) no intuito de “aumentar a capacidade de reter e atrair estudantes e investigadores internacionais”⁵³, bem como “posicionar Lisboa, internacionalmente, como um *hub* global nos domínios do conhecimento e inovação”⁵⁴.

A ligação da cidade ao meio académico internacional não se restringe ao Study in Lisbon. Lisboa é ainda promotora de uma outra plataforma digital – o Mapa do Conhecimento e Inovação, que sistematiza o ecossistema universitário, de investigação e desenvolvimento e de inovação da cidade de Lisboa⁵⁵ – e associada de

⁵⁰ Para mais detalhes, cf. <http://www.incubadoraslisboa.pt/> (consultado em 19/02/2017).

⁵¹ Para mais detalhes, cf. Lisboa, A economia em números 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2017), págs. 50, 52 e 53 (consultado em 19/02/2017).

⁵² Cf. <http://www.studyinlisbon.pt/> (consultado em 25/02/2017).

⁵³ Cf. Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 40.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Cf. <http://mapadoconhecimento.cm-lisboa.pt> (consultado em 25/02/2017).

três iniciativas – Fundação garagErasmus, que criou a primeira rede profissional da geração Erasmus; NAFSA (Association of International Educators), associação norte-americana que estimula a internacionalização dos estudantes e, finalmente, SiPN (Study in Portugal Network), para acolher estudantes universitários oriundos da América do Norte (em parceria com a FLAD).

Já quanto ao empreendedorismo propriamente dito, conforme referido a propósito dos aceleradores, as universidades são o parceiro mais frequente da autarquia e de outros promotores. São vários as incubadoras e os programas de aceleração que contam com a participação das universidades, sob formas diversas que vão da própria organização e cedência de espaço ao apoio através da divulgação junto de professores e alunos (cf. Quadro nº 3). Refira-se ainda um caso de ligação internacional estabelecida, logo à partida, entre universidades e empreendedorismo: o programa de aceleração Building Global Innovators (BGI), promovido pelo Instituto Universitário de Lisboa (através do ISCTE-IUL) e a prestigiada universidade americana Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Quadro nº 3 – Participação das universidades portuguesas nas incubadoras e aceleradores

UNIVERSIDADE(S)	INCUBADORA/PROGRAMA DE ACELERAÇÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Instituto Superior Técnico (UL) / Faculdade de Ciências (UL)	Lispolis *	Copromotor (com outros entes públicos e privados)
ISCTE (IUL)	Labs Lisboa – Incubadora de inovação *	Gestor (além de copromotor)
Faculdade de Ciências (UL) / ISCTE (IUL)	TEC LABS – Centro de Inovação *	Copromotor (com outros entes públicos)
ISCTE (IUL)	AUDAX-ISCTE (Centro de Empreendedorismo) *	Promotor e gestor
Instituto Superior de Agronomia (UL)	INOVISA *	Promotor e gestor
Universidade Lusófona	Play *	Promotor e gestor
Nova School of Business & Economics (UNL)	COHITEC *	Parceiro
ISCTE (IUL)	Building Global Innovator ISCTE/MIT Portugal **	Copromotor (em parceria com a universidade americana MIT)

Fonte: Elaboração própria.

*Incubadora. **Programa de aceleração.

O setor financeiro assume particular importância no Ecossistema Empreendedor, nomeadamente na incubação e aceleração dos negócios (cf. Quadro nº4). A disponibilização de capital – através de fundos – para a criação e maturação do projeto ou até mesmo a coordenação, em parceria, da incubadora ou programa de aceleração/prémios (associando-lhe o nome da instituição

financeira) são os modos mais frequentes dos grupos bancários apoiarem o empreendedorismo. As sociedades e fundos de capital de risco constituem o veículo mais frequente para essa participação.

Exemplos desse envolvimento do setor financeiro, na área da incubação, são as parcerias entre Montepio e Câmara Municipal de Lisboa em qualquer das três incubadoras da Startup Lisboa, sendo que uma delas constitui precisamente uma solução de financiamento (um fundo) de apoio às micro e pequenas empresas – o Startup Lisboa Loans. Já na aceleração, é paradigmático o prémio Caixa Emprender Award, atribuído pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), que consiste na disponibilização de um valor de investimento adicional (100 mil euros) para o melhor de 7 projetos apresentados por startups já previamente selecionados e financiados em programas de aceleração da Beta-i com o apoio da CGD.

Autarquia e uma entidade bancária (o Millennium BCP) acordaram ainda, em parceria, numa modalidade original de financiamento ao empreendedorismo: um Programa de iniciativa Municipal de Financiamento – o LISBOA EMPREENDE – que disponibiliza serviços de consultoria gratuita e acesso a microcrédito (a valores até 20 mil euros). Esta solução viria a merecer uma distinção internacional⁵⁶.

⁵⁶ Ver capítulo 3. Resultados

Quadro nº 4 – Instituições financeiras e empreendedorismo: participação em incubadoras e aceleradores de Lisboa (parcerias e prémios regulares)

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INCUBADORA/PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO DESTINATÁRIOS	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
CAIXA CAPITAL / CGD	.Lisbon Challenge; .COHITEC; .Building Global Innovators (BGI); .inRes; .Startup Braga; .Startup Lisboa Boost	Prémio: 100 mil euros ao vencedor de cada um destes seis programas
CAIXA CAPITAL / CGD	Vencedores do: Lisbon Challenge; COHITEC; Building Global Innovators (BGI); inRes; Startup Braga e Startup Lisboa Boost	Prémio (Caixa Empreender Award): 100 mil euros ao vencedor
CAIXA CAPITAL / CGD	Prémio do Jovem Empreendedor (ANJE)	Prémio: 50 mil euros ao vencedor
MILLENNIUM BCP	Lisboa Empreende (CML)	Financiamento em regime de microcrédito (até 20 mil euros por projeto)
MONTEPIO	.Startup Lisboa; .Startup Lisboa Commerce; .Startup Lisboa Loans	Cofundadora (e fundos para o Startup Lisboa Loans)
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	Startup Lisboa	Parceria para a disponibilização de edifício (Rua da Prata, nº81)
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	Beta-i	Parceiro
CAIXA CAPITAL / CGD	COHITEC	Parceiro
CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	INOVISA	Parceiro
MILLENNIUM BCP	AUDAX-ISCTE	Parceiro
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	Building Global Innovator ISCTE/MIT Portugal	Parceiro
BANIF *	Fábrica de Startups (ex- Startup Campus powered by Banif)	Cofundador

Fonte: Elaboração própria.

*Participação terminada em 2015.

No respeitante aos setores de atividade, o conhecimento, a inovação e o empreendedorismo são entendidos como oportunidades para alargar o perfil de especialização da economia da cidade, não o deixando refém dos inevitáveis turismo, comércio e fileira imobiliária. Para as novas prioridades setoriais, é definido um novo critério: deixam de ser elegíveis áreas isoladas, mas antes conjuntos de áreas, que partilhem ou tenham conexo o respetivo “core”. Desta forma é possível agrupar metodologias, atores, recursos e investimentos, criando sinergias. Estes novos setores são designados como “clusters estratégicos” e Lisboa aposta no desenvolvimento de quatro⁵⁷:

Economia Digital – Engloba as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); a Internet; os Media e Audiovisual e, ainda, as Indústrias do *Software*,

Economia Criativa – É protagonizada pelas chamadas Indústrias Criativas, que podem ir do Design à Joalheria, da Arte ao Multimédia, da Arquitetura ao Cinema, entre dezenas de outros. As *fablabs* e os *hub* criativos são espaços concebidos precisamente para este efeito⁵⁸,

Economia do Mar – Agrupa os setores dos Portos, Logística e Transportes Marítimos; da Náutica de Recreio e Turismo Náutico; da Pesca, Aquicultura e Indústria de Pescado e, finalmente, da Energia, Minerais e Biotecnologia⁵⁹,

Saúde & Bem-estar – Agrega a Indústria Farmacêutica; os Dispositivos Médicos e Consumíveis; os Meios de Diagnóstico e Terapêutica, a Prestação de Serviços de Saúde e a I&D.

No âmbito deste Ecossistema Empreendedor que tem Lisboa como palco principal de protagonistas que podem ser de outras regiões, países e continentes, importa também salientar a dimensão dos eventos, que pretendem ser um estímulo aos empreendedores e a uma cultura de empreendedorismo, mas igualmente uma forma de reforçar a imagem de “Startup City” que Lisboa tem vindo a construir bem como dos seus *stakeholders*. A Semana do Empreendedorismo, existente desde 2012, é o que melhor simboliza este guião, ocasião (anual) na qual os agentes e parceiros desta área são convidados pela Câmara Municipal de Lisboa (entidade organizadora) a apresentar uma proposta de evento a realizar nessa semana, subordinada ao tema desse ano.

⁵⁷ Cf. entrevista realizada a Duarte Cordeiro, vice-presidente da CML e vereador com o pelouro da Economia e Inovação, em 27/06/2016; Lisboa Economia e Inovação 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2016), p. 11; Lisboa % A economia em números 2016, págs. 39 a 50 (consultado em 26/02/2017).

⁵⁸ Cf. “Uma metrópole para o Atlântico”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (2015), pp. 344 a 346.

⁵⁹ Cf. Lisboa – Economia do Mar, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (2014) pp. 20-31.

ANEXO: OS RESULTADOS DA ESTRATÉGIA

A eficácia da estratégia de internacionalização de Lisboa na área da economia e inovação pode ser aferida por três indicadores: prémios obtidos; organizações de eventos atribuídas e outras distinções e, finalmente, os dados estatísticos relativos à própria área e aos instrumentos criados para prossecução dos objetivos traçados (empreendedorismo).

Prémios

“European Entrepreneurship Region (EER) 2015” / “Região Empreendedora da Europa 2015”

O EER, atribuído a Lisboa a 25 de Junho de 2014, é claramente o maior galardão obtido até hoje pela cidade e respetiva estratégia na área da economia e inovação. Pelo tema a que alude, pela instituição que o atribui (Comité das Regiões – União Europeia) e pelo facto de pela primeira vez ter sido escolhida uma cidade (e não uma unidade geográfica mais vasta), este prémio revestiu-se de enorme importância para Lisboa. Por um lado reconheceu e validou a política que estava a ser seguida⁶⁰, por outro constituiu-se como um poderoso factor de atração da cidade, já que o EER é visto como um sólido indicador das regiões com melhor ambiente para o investimento. Este prémio colocou definitivamente Lisboa no mapa do empreendedorismo;

“European Enterprise Promotion Awards” / “Prémios Europeus de Promoção Empresarial”

O LISBOA EMPREENDE, programa municipal de microempreendedorismo, obteve em 2015 a mais importante distinção da Comissão Europeia para a área da promoção empresarial e PME'S: o Grande Prémio nos “European Enterprise Promotion Awards”.

“2012 Urbanism Awards”

A Academy of Urbanism Awards elegeu Lisboa como cidade europeia do ano 2012.

A distinção emanada por cerca de meio milhar de académicos premeia o desempenho em áreas como a governança, a viabilidade comercial, a mobilidade/funcionalidade e a sustentabilidade social e ambiental.

⁶⁰ Cf. entrevista realizada a Duarte Cordeiro, vice-presidente da CML e vereador com o pelouro da Economia e Inovação, em 27/06/2016.

TripAdvisor

Em 2014 Lisboa entrou no top dos viajantes dos 25 melhores destinos do mundo, escolhidos pelos utilizadores do site internacional de turismo e viagens.

PostOffice do Reino Unido

Em 2013 elegeu Lisboa como a cidade com «melhor valor» na zona Euro, tendo em conta o ‘City Costs Barometer’ 2014 (Barómetro de Custos das Cidades).

Cidade do Ano Wallpaper

Em 2016 uma das mais prestigiadas revistas do mundo nas áreas do design, interior, arquitectura, moda e arte, elegeu Lisboa como Cidade do Ano.

Travel Media Awards

Em 2015 Lisboa foi eleita Melhor Cidade ou Destino de Short-Break.

World Travel Awards 2016

Em 2016 Lisboa venceu em duas categorias: Melhor Cidade de Destino de Cruzeiros e Melhor Porto de Cruzeiros, Porto de Lisboa.

Organizações de eventos atribuídas e outras distinções

Web Summit 2016/17/18

Lisboa recebe durante três anos a organização daquela que é considerada a maior conferência de empreendedorismo, tecnologia e inovação da Europa e uma das mais significativas no mundo. Criada em 2010 na Irlanda, saiu pela primeira vez deste país para ser acolhida por Lisboa. O seu presidente-executivo, Paddy Cosgrave, referiu “as boas infra-estruturas, o incrível local que acolherá o evento e a crescente comunidade *startup*” como razões para escolher a capital portuguesa⁶¹.

Na edição de 2016, os números confirmaram a envergadura do evento: 53.056 pessoas, 1.490 *startups*, 1300 investidores, 21 conferências, 663 oradores, 2 000 jornalistas⁶².

A Web Summit realiza-se, de novo, em Portugal em 2017 e 2018, não estando excluída a hipótese de tal também acontecer em 2019.

⁶¹ Cf. http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/pme/start-ups/detalhe/web_summit_em_lisboa_de_8_a_10_de_novembro_de_2016 (consultado em 26/02/2017)

⁶² Para mais detalhes, cf. <http://observador.pt/especiais/1-490-startups-depois-o-que-ficou-da-web-summit/> (consultado em 26/02/2017).

Pela sua importância e impacto superiores, destaca-se claramente de todos os outros acontecimentos em que Lisboa é anfitriã.

Rock in Rio

A organização do maior festival de música do mundo concedeu a sua realização em Lisboa por sete vezes, a última em 2016, verificando-se o recorde de 329 mil espectadores, de acordo com a Associação Portuguesa de Festivais de Música⁶³. Prevê-se que o evento regresse a Lisboa em 2018.

Final da Liga dos Campeões da UEFA de 2013/2014

Realizou-se a 24 de maio de 2014 no Estádio da Luz, em Lisboa, entre o Real Madrid e o Sevilla, com quase 70 mil espectadores.

Publicação: “*Encouraging entrepreneurship at local and regional level – Examples of good practices from EER regions*”

Na sequência do prémio EER, Lisboa foi convidada a apresentar em publicação editada as iniciativas que desenvolveu na área do empreendedorismo. Com a divulgação, em Maio de 2015, do que o Comité das Regiões entende por “boas práticas implementadas”, Lisboa foi apresentada como exemplo a seguir.⁶⁴

Cimeira Anual da Leading Cities

A mais importante reunião anual desta rede intercontinental de cidades decorreu em Lisboa, em Junho de 2015.

Conferência: “City Branding”

No âmbito da rede ULI – Urban Land Institute, Lisboa organizou e recebeu, em Fevereiro de 2013, este evento internacional dedicado a uma das áreas mais caras às cidades que querem ser reconhecidas como amigas do empreendedorismo: a da criação da marca da própria cidade.

⁶³ Dos mais de dois milhões de espetadores em festivais de música em Portugal, e para além do Rock in Rio, em Lisboa destacam-se ainda o NOS ALIVE (165 mil espectadores), Super Bock, Super Rock (56 mil espectadores). Pela proximidade com a capital e reiram-se ainda O Sol da Caparica (65 mil espectadores) e o EDP Cool Jazz, em Oeiras (35 mil espetadores), cf. <http://www.aporfest.pt/single-post/2016/09/22/243-festivais-de-m%C3%BAsica-em-Portugal-no-ano-de-2016-estudo-Aporfest> (consultado em 13/03/2017).

⁶⁴ European Union – Committee of the Regions (2015). “Encouraging entrepreneurship at local and regional level Examples of good practices from EER regions”, p. 18, disponível em <http://cor.europa.eu/en/takepart/eer/Documents/encouraging-entrepreneurship.pdf> (consultado em 26/02/2017)

Copresidência do Grupo de Trabalho da Eurocidades: “Empreendedorismo e PME”

A Câmara Municipal de Lisboa, representada pela DMEI, foi eleita em Dezembro de 2014 (com mandato renovado em Outubro do ano seguinte), para dirigir este grupo de trabalho sobre um tema fulcral para a agenda de desenvolvimento urbano. A presidência é exercida em parceria com Gotemburgo, coordenando mais de 60 cidades e no quadro da Eurocidades, uma das mais relevantes organizações do setor.

Dados estatísticos

*Startup Lisboa*⁶⁵

Nos 5 anos de atividade:

- . + de 250 projetos/empresas apoiados
- . + de 80 milhões de euros de investimento angariados
- . + de 1500 postos de trabalho criados
- . + de 35 países de origem nos empreendedores apoiados

Atualmente:

- . 100 % de ocupação dos seus espaços
- . 100 empresas incubadas
- . 20 % das *startup* são de empreendedores estrangeiros

*FabLab Lisboa*⁶⁶

- . 1300 utilizadores registados
- . 400 protótipos criados

*Centro de Inovação da Mouraria*⁶⁷

- . Empresas/Projetos – 12
- . Mentores – 11
- . Postos de trabalho – 21
- . Parcerias – 15

*Polo Criativo Santa Clara*⁶⁸

- . Projetos alojados – 7

⁶⁵ Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, cf. <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/parabens-startup-lisboa> (consultado em 02/03/2017)

⁶⁶ Fonte: CML (Janeiro de 2016)

⁶⁷ *Idem.*

⁶⁸ *Ibidem.*

*Invest Lisboa*⁶⁹ _

- . Investimento angariado – 180 milhões de euros
- . Projetos apoiados – 1500
- . Missões – 45
- . Eventos – 160

*Lisboa Film Commission*⁷⁰

- . Pedidos de filmagens e sessões fotográficas – 630
- . Dias de filmagem – 1880
- . Média de filmagem por dia na cidade – 5
- . Receitas municipais (taxa de ocupação de espaço público) – 630 mi euros
- . Orçamento das produções realizadas em Lisboa – 6 milhões de euros

*Balcão Iniciativa Lisboa*⁷¹

- . Atendimentos – 1200
- . Pedidos de Licenciamento – 7300

*Incubadoras*⁷²

- . 15 unidades
- . + de 300 *startups* acolhidas
- . 1200 postos de trabalho criados

*LISBOA EMPREENDE*⁷³ _

- . 750 atendimentos
- . 67 projetos implementados
- . 33 projetos financiados pelo fundo Microinvest
- . 160 postos de trabalho criados

⁶⁹ *Ibidem.*

⁷⁰ *Ibidem.*

⁷¹ *Ibidem.*

⁷² *Ibidem.*

⁷³ *Ibidem.*

Outros dados

*Startups criadas em Lisboa*⁷⁴

- . em 2015 nasceram cerca de 11100 empresas (29,2 por cento do total em Portugal)
- . em 2016 nasceram cerca de 11970 empresas (+ 7,8 por cento que no ano anterior)

*População estrangeira residente na cidade de Lisboa*⁷⁵

- . De 2011 para 2014, aumentou 39 por cento

*Estudantes universitários internacionais*⁷⁶

- . Do ano letivo 2008/9 para o de 2014/5, o número de estudantes internacionais a frequentar o Ensino Superior na Área Metropolitana de Lisboa cresceu 51,27%.
- . De 2012/3 para 2014/5, o número de estudantes internacionais a frequentar o Ensino Superior na cidade de Lisboa cresceu 13,72%.

*Taxa de Desemprego*⁷⁷

- . De 2011 para 2014, a Taxa de Desemprego diminuiu 18,12%.
- . De 2011 para 2014, a Taxa de Desemprego Jovem (dos 15 aos 24 anos) desceu 19,3%.

⁷⁴ Fonte: Barómetro da Informa D&B 2015; Barómetro da Informa D&B 2016.

⁷⁵ Fonte: INE, Censos 2011; Lisboa % A economia em números 2016, Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Economia e Inovação, Lisboa (Janeiro de 2017).

⁷⁶ Fonte: DGEEC/MEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

⁷⁷ Fonte: Fonte: INE, Fonte: INE, I.P., Anuário Estatístico, Ed.2015, Ano: 2014.



Lisboa Cosmopolita

MARIA JOÃO MORTÁGUA

Doutorada em História Contemporânea, pela Universidade de Salamanca em 2012. Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa (1998). Investigadora Associada no OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa, Consultora no OLAE – Observatório Lusófono de Actividades Económicas e Sócia-Gerente da Chapéu d'água – Produção Agrícola.

MADALENA ROMÃO MIRA

Doutoranda em História, na Universidade Autónoma de Lisboa. Investigadora do Centro de Investigação em Ciências Históricas da UAL. Tem Suficiência Investigadora pela Universidade Pontifícia de Salamanca no Doutoramento em Engenharia Informática, ramo Sociedade do Conhecimento. É Directora da Biblioteca e responsável pelos Serviços Editoriais da UAL. mmira@autonoma.pt.

Lisboa Cosmopolita

Lisboa é uma cidade cosmopolita. As efectivas relações de convivência quotidianas marcadas pela presença de pessoas de diferentes origens, tanto residentes como visitantes, assim como de produtos e serviços de origem estrangeira tornam-na universalista e global. Marcada pela diversidade cultural onde, também pela localização geográfica, condições históricas e multiplicidade cultural, confluem pessoas de todas as partes do planeta, é tolerante religiosamente, e o seu carácter seguro torna-a uma cidade atraente também para talentos e investidores. Em consonância com a linha de pensamento de Appadurai (2000 *apud* Mendes, 2012) relativa à *ethnoscape*¹, a paisagem de pessoas locais, estrangeiros, residentes, turistas, empresários, coexistentes no espaço em que vivem, alteram a dinâmica da cidade assim como a sua imagem para o exterior. Consequentemente contribuem para uma nova configuração da urbe, para as relações económicas e políticas da cidade e entre cidades. O cariz cosmopolita torna-a mais competitiva.

¹ “Para Appadurai a *ethnoscape* é uma das dimensões dos fluxos culturais globais e é concebida como uma paisagem de pessoas que configuram as mudanças no mundo em que elas vivem: turistas, imigrantes, refugiados, exilados, «trabalhadores convidados» e outros indivíduos e grupos marcados pela mobilidade, o que constitui o principal traço do mundo, parecendo afectar as relações políticas entre nações, como até então não tinha acontecido” (Appadurai, 2000:33 *apud* Mendes, 2012:20).

A PRESENÇA HISTÓRICA DE ESTRANGEIROS NA CIDADE DE LISBOA

O relacionamento com outros povos e culturas está na génese de Portugal, ainda mesmo antes da sua fundação, tendo a natureza lisboeta sido realçada como cosmopolita, entre outros, pelo cronista Fernão Lopes no século XIV.

A longa experiência de convívio com outros povos no território nacional, muitas das vezes conflituoso, o passado histórico relacionado com a experiência dos Descobrimentos, com a presença em múltiplas paragens e consequentemente com povos distintos, associado à sua localização geográfica que tornou a cidade de Lisboa, capital do império, um ponto de paragem das rotas marítimas, faz com que presentemente seja um local onde os estrangeiros são bem acolhidos, atitude quase intrínseca da identidade nacional. Para além disso, a existente diversidade cultural foi decisiva na construção da cidade e na definição das suas características, tanto físicas (arquitectónicas) como no relacionamento social existente entre indivíduos que aqui coabitam.

Não obstante a permanente presença de estrangeiros das mais diversas origens em Portugal, somente com a descolonização das colónias portuguesas é que, em termos quantitativos, a imigração começou a tornar-se significativa. Milhares de indivíduos residentes nas colónias, uns de origem portuguesa, outros de origem africana e indiana, chegaram a Portugal, e em maior número a Lisboa. Se, por um lado, desde a década de sessenta do século XX, se acentuava cada vez mais a saída de emigrantes, surgia também necessidade de mão-de-obra nos trabalhos menos qualificados, nomeadamente na construção, em consequência da expansão urbana e industrial da cidade, que foram ocupados sobretudo por cabo-verdianos. Contudo, nessa altura, o volume da imigração não era significativo, representando cerca de 0,3% da população total mas, passadas três décadas, representavam 5% da população residente em território nacional, uma presença que se intensifica a partir da década de oitenta (Fonseca *et al*, 2001: 11).

O registo do número de residentes estrangeiros em 1991 foi de 12.078, tendo tido um crescimento contínuo até 2009 (44.557) (*idem*). Porém, daí em diante, e coincidindo com a grave crise económico-financeira, registou-se um decréscimo do número de residentes estrangeiros. Perante dificuldades na obtenção de trabalho, muitos imigrantes optaram por abandonar o país e, nalguns casos, regressar ao país de origem, com maior evidência no caso dos indivíduos provenientes de Angola e do Brasil, e noutros casos reemigrar para um outro país da União Europeia, situação frequente entre a comunidade cabo-verdiana.

Presentemente, na grande Área Metropolitana de Lisboa fixam-se cerca de 49% dos residentes estrangeiros em Portugal, com os concelhos de Lisboa e Sintra a liderar com, respectivamente, 9,86% e 8,18% (SEF, 2011).

AS MAIS RELEVANTES ORIGENS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA CIDADE DE LISBOA

Entre 2003 e 2007 realizou-se o *Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*, com apoio e financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, no qual participaram investigadores do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), em colaboração com o Ministério da Educação (DGIDC). De entre outros resultados concluiu-se que nas escolas do primeiro e segundo ciclos do Ensino Básico da Área Metropolitana de Lisboa “existe uma grande diversidade de línguas no universo escolar sob análise: 58 línguas faladas em casa e 37 línguas faladas com colegas e amigos” (Projecto..., 2007: 4)².

Quadro nº 1 – Diversidade linguística em escolas na Área Metropolitana de Lisboa

ESCOLA	CONCELHO	LÍNGUAS FALADAS	
		EM CASA	COM AMIGOS E COLEGAS
EB do 2.º e 3.º ciclos, António Sérgio	Sintra	17	10
EB 1º Ciclo com Jardim de Infância nº 1	Odivelas	16	6
EB 1º Ciclo Aqualva nº 3	Sintra	14	2
EB 2º e 3º Ciclos Póvoa de Santo Adrião	Odivelas	14	11
EB Integrada com Jardim de Infância Elias Garcia	Almada	14	6

Fonte: Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, 2007: 4.

Esta realidade, demonstrativa do cosmopolitismo lisboeta, permite várias reflexões, com destaque para um facto, que nos parece distinto de realidades semelhantes anteriores no tempo: desde uma fase muito precoce da vida, os futuros cidadãos lidam com uma multiplicidade de pessoas com origens e línguas – elemento fortíssimo da identidade – diferentes.

De acordo com o *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo* de 2015, emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, os residentes estrangeiros a viver em Portugal provêm maioritariamente do Brasil.

² Mais informação sobre esta realidade em Observatório da Emigração, 2013.

Quadro nº 2- Principais nacionalidades de origem em Portugal e em Lisboa.

NACIONALIDADES DE ORIGEM	EM PORTUGAL (SEF, 2015B)	EM LISBOA (SEF, 2015A)	% (LISBOA EM RELAÇÃO A PORTUGAL)
Brasil	82.590	36.438	44,1
Cabo-Verde	38.674	25.123	64,9
Ucrânia	35.779	10.393	29,0
Roménia	30.523	10.560	34,6
China	21.329	9.430	44,2
Angola	18.247	11.562	63,4
Guiné-Bissau	17.091	13.162	77,0

Elaboração própria, com dados de SEF, 2015a) e b).

A análise dos dados evidencia que, das origens identificadas como mais relevantes, uma parte muito significativa fixou-se em Lisboa (77% dos guineenses, 64,9% dos cabo-verdianos, 63,4% dos angolanos) e com grande relevo pessoas oriundas de outros países (44,2% de chineses, 44,1% de brasileiros, por exemplo).

Da impressionante lista de 171 países cujos nacionais se encontram em Lisboa constam igualmente países europeus como a Espanha (3.872 residentes), França (3.094), Itália (2.947) ou, entre outros, a Moldávia (2.636) (SEF, 2015a).

Para além do Brasil, é evidente a predominância de indivíduos provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), dada a proximidade em termos culturais e linguísticos e o processo de descolonização e que, em 1981 representavam 44% do total de residentes estrangeiros.

Não obstante a sua presença ser constante, no final da década de 1990 iniciou-se um diferente fluxo migratório oriundo dos países da Europa de Leste – Ucrânia, Rússia, Bulgária, Roménia e Moldávia – rumo aos países da Europa do Sul, resultante da falta de emprego nos países do Centro da Europa e da crescente necessidade de mão-de-obra pouco qualificada nos sectores da construção e dos serviços em Portugal.

Ainda que em 2003 diminuíssem as entradas provenientes do leste da Europa e aumentassem as oriundas do Brasil e da Ásia, com destaque para a China e Índia, a primeira década do século XXI foi marcante na mudança da caracterização populacional de Lisboa, verificando-se um aumento de 130% dos residentes estrangeiros (Fonseca *et al*, 2011: 12), evidenciando uma maior diversificação, tendências que se têm mantido.

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS RESIDENTES ESTRANGEIROS EM LISBOA

O projecto *Cities cultural policies in the context of immigrant related diversity: towards a Mediterranean approach*, financiado pela Fundação Anna Lindh, produziu o Relatório *Imigração, Diversidade e Política Cultural em Lisboa* (Fonseca *et al*, 2011), sistematizador de informação e do qual nos socorremos.

No período entre 1991 e 2001 registou-se uma acentuada redução do número de residentes no interior da cidade de Lisboa, resultado de constrangimentos como a falta de oferta imobiliária e do aumento da presença de serviços na zona do centro da cidade, tendência que foi acompanhada pelos residentes estrangeiros; no que a estes diz respeito, a situação inverte-se entre 2001 e 2009, tendo-se registado um aumento percentual de residentes estrangeiros na cidade, em relação com os naturais, em detrimento das zonas suburbanas da área metropolitana. Em síntese, “entre 1981 e 2009, a cidade perdeu 328.053 habitantes (-40,61%) enquanto os restantes concelhos da Área Metropolitana registaram um aumento de 656.876 residentes (38,8%)” (Fonseca *et al*, 2011: 9).

O envelhecimento crónico da população é balanceado com o aumento da procura de habitação por parte de residentes estrangeiros no centro da cidade, criando-se uma equação onde convive a população nativa, enruguecida, com numerosas comunidades estrangeiras, maioritariamente jovens e em idade fértil, de onde resulta um quociente de tonificação demográfica de Lisboa, contrariando as tendências de perda de população.

E dentro da cidade, quais são as zonas que os estrangeiros mais escolhem para viver?

Observa-se “uma dispersão bastante grande dos imigrantes e seus descendentes por todo o território municipal, ainda que se verifiquem concentrações mais elevadas nalgumas freguesias da periferia Norte do concelho, com especial destaque para os bairros sociais das freguesias da Charneca, Ameixoeira, Lumiar, Carnide. Esta presença mais acentuada é também visível no vale de Chelas (freguesia de Marvila), no Restelo e Belém (freguesia de S. Francisco Xavier e Santa Maria de Belém) e ainda nas freguesias envolventes do centro histórico”(Fonseca *et al*, 2011: 13).

O relatório que temos vindo a seguir oferece muitos dados sobre a localização das diferentes comunidades no interior da cidade: “Os imigrantes dos PALOP, embora se encontrem dispersos por toda a cidade, estão claramente sobre-representados em bairros de realojamento e de génese ilegal, nalgumas freguesias da bordadura Norte e Noroeste de Lisboa (Charneca, Ameixoeira, Lumiar e Carnide), nos bairros da Boavista e da Liberdade (freguesia de Benfica), bem como em bairros degradados e de realojamento das freguesias da Ajuda e Alcântara, na zona

ocidental de Lisboa e de Marvila e Olivais, na zona Oriental. Os nacionais de países asiáticos evidenciam um padrão residencial muito diferente do dos africanos. Por se tratar de comunidades muito menos numerosas comparativamente aos PALOP, há muitos bairros onde estão ausentes, para além de tenderem a agrupar-se nas freguesias mais centrais do concelho como, por exemplo, São Nicolau, Socorro, Anjos ou São Jorge de Arroios, criando um eixo residencial e comercial multi-étnico que vai da Baixa da cidade, ao longo da Av. Almirante Reis, até ao Areeiro. Salienta-se ainda uma presença importante na freguesia do Alto do Pina, bem como pequenas concentrações em freguesias mais afastadas do centro, como Santa Maria dos Olivais, Ajuda e Alcântara. (...) No que se refere aos brasileiros, constata-se a sua dispersão por toda a cidade, embora se distinga uma faixa que ocupa toda a área central do concelho e que vai da zona ribeirinha central às freguesias mais a Norte. Além disso, salienta-se ainda uma maior representação nas freguesias ribeirinhas da zona Ocidental de Lisboa do que nas do lado Oriental. Os cidadãos europeus (UE15), apesar de também se dispersarem por toda a cidade, estão sobre-representados em áreas nobres como a Lapa, S. Mamede, S. Sebastião da Pedreira e ainda em urbanizações de melhor qualidade dos bairros do Restelo, Alvalade, Benfica, Lumiar e Olivais” (Fonseca *et al*, 2011: 14-15).

Constata-se pois que a cidade não se fez rogada aos residentes estrangeiros, abrindo portas e espaços em todas as zonas, potenciadora de uma miscigenização urbana e de uma mestiçagem social e cultural. Se bairros há que se caracterizam por uma confluência de residentes estrangeiros ou de origem estrangeira, de segunda geração, muitos outros existem igualmente onde a sua presença está disseminada e entrosada com os habitantes nativos, constituindo um puzzle cujas peças encaixam na perfeição.

A INSERÇÃO DOS RESIDENTES ESTRANGEIROS NO MERCADO DE TRABALHO EM LISBOA

As esferas profissionais seguem o padrão da localização, verificando-se uma dispersão apesar da existência de ilhas bem demarcadas.

Os sectores da construção e das limpezas são aqueles que acolhem maior número de africanos, em especial das ex-colónias, com baixo nível de qualificações académicas e profissionais.

Os asiáticos, em particular os chineses, estão no sector da restauração e, conjuntamente com indianos e paquistaneses, também no comércio, com um foco muito denso no Martim Moniz e Avenida Almirante Reis.

Por seu turno, os brasileiros apresentam uma maior distribuição fruto de um amplo espectro de qualificações, das mais elevadas às mais baixas. Já os imigrantes de leste, não obstante terem uma generalizada maior qualificação, exercem maioritariamente funções em trabalhos semiqualeificados da indústria, da construção e nos serviços domésticos.

Tão grandes e distintas populações organizam-se em comunidades que estimulam novos hábitos que se propagam: a procura de bens diferentes e exóticos tem aumentado, tornando-se assim um facto positivo e impulsionador de actividades empresariais étnicas, que têm tido um impacto positivo no crescimento económico da cidade de Lisboa: “A proximidade, os custos reduzidos de instalação (em termos financeiros e institucionais), e a cavitação da clientela de menores recursos, em virtude dos baixos preços praticados, facilitaram a decisão dos pioneiros” (Marques, 2014: 26), rapidamente secundados por outros, numa fertilização da sociedade global.

A partir de 1998 (Marques, 2014: 14-15)³ regista-se um aumento do número de imigrantes que optaram pela via do trabalho por conta própria, para o qual contribuiu maioritariamente o grupo de imigrantes asiáticos – com destaque para os chineses – cuja taxa de empreendedorismo é superior à da população nacional. A tendência dos imigrantes para o empreendedorismo, não é uniforme e as estratégias empresariais são díspares, também em função dos recursos pessoais, das oportunidades e apoios que a sua própria comunidade lhe proporciona e das condições sociais de recepção.

Os estudantes

Com a regulamentação do Estatuto do Estudante Internacional, em 2014, (Decreto-Lei n.º 36, de 10 de Março) o mundo universitário português e, em particular, lisboeta, aumentou consideravelmente o número de estudantes estrangeiros, que se caracterizam por ser filhos de residentes, mas também jovens oriundos de outros países que procuram a cidade especificamente para estudar (DGEEC, 2015).

Segundo o Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior em 2015/16, a área metropolitana de Lisboa é a mais procurada pelos inscritos nos estabelecimentos de ensino superior em Portugal ao

³ Antes dessa data, a lei do trabalho limitava o número de trabalhadores estrangeiros às entidades patronais nacionais ou estrangeiras, o que condicionava a inserção económica dos imigrantes. Para além disso, também corresponde à abertura económica da China.

abrigo de programas e situações de mobilidade internacional, ou seja, de créditos (38.7%) e de grau (43,3%), uns com permanência mais curta, outros, mais prolongada (DGEEC, 2015).

Quadro nº 3 – Representatividade estrangeira no ensino superior em 2015/16 em Lisboa

NACIONALIDADES MAIS REPRESENTADAS	
Programa de mobilidade por créditos (Erasmus)	Sistema de mobilidade por grau
Brasil Espanha Itália Polónia Alemanha	Brasil Angola Cabo Verde

Elaboração nossa com dados de DGEEC, 2015.

É muito por via dos estudantes que nascem diversas associações culturais, com destaque para as de alunos africanos, de carácter aberto e convidativo, cujo dinamismo desafia os habitantes locais a participar em festas, comemorações e eventos. O mundo estudantil, por natureza jovem, não encontra um repto na multiculturalidade, mas antes assume-a como algo intrínseco, resultante de uma globalização que já regista anos suficientes para que as suas características sejam encaradas naturalmente.

A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DOS RESIDENTES ESTRANGEIROS PARA A REVITALIZAÇÃO URBANA DE LISBOA

Do ponto de vista socioeconómico, há uma importante mais-valia para a sociedade de acolhimento no fomento de iniciativas empresariais de origem imigrante, revelada na contribuição para o desenvolvimento de sectores económicos do mercado de trabalho português. Para além disso, há também uma valorização mútua das migrações como técnica de revitalização e de reactivação de determinadas áreas geográficas, nomeadamente através da criação de oportunidades de trabalho. É o caso da Mouraria - Martim Moniz, zona da cidade de Lisboa que durante largos decénios foi remetida à letargia do abandono (Mortágua, 2005). O comércio nesta zona de Lisboa “atraiu novos consumidores, novos empresários, novos produtos, novos serviços e também novas experiências” (Mendes & Padilla, 2013), e actualmente, é uma das zonas consideradas mais típicas, atractivas e paragem obrigatória para turistas.

O Martim Moniz “concentra um número muito expressivo de residentes e trabalhadores imigrantes de origem estrangeira, é, atualmente, uma das zonas mais representativas desta *migrantscape* na cidade, devido, não só à copresença e convivência destes grupos naquele lugar, mas também à grande diversidade social, étnica, cultural e geracional por eles gerada”(Gésero, 2012: 178), num bairro de onde e por onde desagua *muita* Lisboa, e onde a presença de estrangeiros começou a ser visível ainda na década de 70, com o êxodo das colónias. Jorge Malheiros (2008: 150) afirma que “O Martim Moniz passou a ser um ponto de referência para estas populações, quer porque a sua oferta comercial se dirige aos segmentos menos solventes da população (em que estão sobre representadas as minorias étnicas), quer porque já estavam instalados alguns comerciantes não portugueses”, não obstante a degradação social que caracterizou a zona de forma negativa, tendo sido sempre procurada, pela existência de residência a baixo custo. Na última década, a Câmara Municipal de Lisboa fez uma importante intervenção na zona, deu início a uma nova fase de reabilitação urbana, pretendendo trazer novos residentes para dentro da cidade, e acentuando-lhe o carácter cosmopolita, onde a diversidade cultural tem um protagonismo central.

Independentemente da zona, da sua maior qualificação ou degradação, os estrangeiros residentes na cidade contribuem decisivamente para a sua revitalização através de inúmeras formas, numa enorme globalização de hábitos e costumes que vão desde a gastronomia à religião, passando por inúmeros aspectos, aqui elencados por Paula Gésero (2012:164): “Cabeleireiros africanos, brasileiros e chineses; lojas ‘dos chineses’ e ‘dos indianos’; supermercados brasileiros, chineses, muçulmanos e russos; mesquitas sunitas e ismaelitas, sinagogas, templos hindus e sikhs, igrejas ortodoxas e anglicanas; carne halal, comida kosher, cachupa, moqueca, sushi e chamuças; restaurantes de culinária de origem europeia alemã, belga, inglesa, francesa ou russa, mediterrânica espanhola, italiana, grega ou israelita, cozinha árabe, turca, libanesa e marroquina, culinária africana, angolana e caboverdiana, centro e sul-americana, cubana, argentina, brasileira, mexicana e uruguaia e cozinha asiática balinesa, tailandesa e malaia, japonesa, chinesa e chinesa-macaense, coreana, indiana, indiana-goesa ou indo-chinesa; festas do cinema francês, italiano, brasileiro e japonês; discotecas de música angolana, cabo-verdiana e brasileira. Uma miríade de cores e texturas, sons, paladares e cheiros que ao contribuírem para a construção de uma imagem e paisagem urbana das cidades, nos transportam para quase todos os cantos do mundo”.

Esta viagem que Lisboa proporciona é a essência do seu carácter cosmopolita, com tradição desde os idos de quatrocentos e que se acentua hoje em dia, pois a

natureza dos residentes de outrora tornava a sua estadia mais efémera e sem a dinâmica familiar que os estrangeiros a viver em Lisboa têm hoje em dia, como se evidenciou na abordagem ao Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa.

A DIVERSIDADE CULTURAL NO DISCURSO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO URBANO

A introdução do conceito de diversidade cultural no planeamento estratégico da autarquia de Lisboa deu-se em 2008 com a sua inclusão nas políticas culturais e igualmente na integração social de imigrantes.

Antes disso, apesar da consciencialização da importância da diversidade cultural, as atenções do executivo municipal estavam centradas na inclusão social dos imigrantes e igualmente das minorias étnicas de baixos recursos, como foi o caso do combate à segregação dos imigrantes africanos oriundos sobretudo de ex-colónias portuguesas, como é visível no Plano Estratégico de Lisboa de 1992 (CML, 1992).

Porém, ainda na década de 70 a autarquia respondeu à necessidade dos residentes de outras religiões com a cedência de instalações municipais para as práticas religiosas das comunidades muçulmanas e hindus, tendo a Mesquita Central de Lisboa sido inaugurada em 1985.

Em 1993 a autarquia criou o Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas que tinha como objectivo «garantir a participação das comunidades imigrantes e das minorias étnicas nas políticas que se dirigem à sua integração na sociedade»⁴, e em 1997 criou o designado Centro de Recursos Multiculturais, um local destinado a trocas culturais entre indivíduos residentes na cidade com diferentes raízes culturais.

Com a mudança da política da autarquia de Lisboa, com a inclusão do conceito de diversidade cultural em 2008, em Janeiro de 2009 procedeu à alteração da designação do Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas para Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania (CMIC), tendo em vista a promoção do diálogo intercultural. No mesmo sentido, o também criado Fórum Municipal da Interculturalidade (espaço de debate, discussão e partilha de conhecimentos culturais e sociais), parte integrante do CMIC, pretendeu permitir a criação de sinergias e

⁴ Deliberação n.º 455/AML/93 – proposta n.º 55/93; publicada em Diário Municipal n.º 16596, de 1 de Abril de 1993.

parcerias, tendo a sua existência potenciado a participação das associações de imigrantes e afins na sociedade de lisboa, contribuindo para o reconhecimento da diversidade de culturas.

Dando continuidade a esta nova abordagem, Lisboa fez a sua adesão à Rede das Cidades Interculturais⁵ em 2011, que tem como pretensão incentivar o aparecimento de novas abordagens no que respeita à temática da integração de imigrantes em geral e em especial de minorias étnicas em cidades europeias, apoiando-as no desenvolvimento de novas e inovadoras formas de actuação na gestão da diversidade cultural.

Mais recentemente surgiu o documento Visão Estratégica-Lisboa 2012 com o objectivo de definir especificamente «um conjunto reduzido de ideias-chave e eixos estruturantes» (CML, 2012), onde está incluída a promoção da diversidade cultural como uma prioridade de acção e intervenção, desde a requalificação urbana, passando pela coesão social, pela promoção de eventos culturais e também da cidade de Lisboa como cidade cosmopolita.

LISBOA, CIDADE-POLIEDRO: TÓPICOS CONCLUSIVOS

Lisboa é uma cidade glocal: o seu carácter cosmopolita compreende as dimensões local e global e proporciona o aparecimento de novos estilos de vida, novas oportunidades económicas, novos consumos, assim como novas ofertas culturais, de onde parece surgir uma cultura híbrida.

Acompanhando Magnani (2013: 41) considera-se que “Ao invés de analisar a cidade de longe e de fora, é melhor vê-la de perto e de dentro, com base nos múltiplos e heterogéneos atores sociais do quotidiano”, para melhor lhe reconhecer a diversidade cultural como característica presente e actuante.

Por parte da autarquia de Lisboa, em conformidade com o que acontece em termos nacionais, cresce o encarar da interculturalidade como via preferencial para uma convivência pacífica e positiva entre indivíduos, nacionais e estrangeiros, prevalecendo o diálogo e a partilha de conhecimentos, bem como uma contribuição para o desenvolvimento da cidade, com ênfase na área económica.

É notório que a presença de novos residentes oriundos das mais diversas origens geográficas e culturais manifesta-se de modo variado na paisagem urbana

⁵ É um projeto conjunto do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, criado e executado dentro do contexto do Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2011).

da cidade de Lisboa. Essas manifestações passam pela (i) concentração de residentes imigrantes em bairros degradados; (ii) pela crescente presença no Centro da cidade tanto como residentes como empresários e trabalhadores; (iii) pela introdução de elementos característicos das regiões de origem dos residentes estrangeiros, como são exemplo os locais de culto e demais elementos decorativos; (iv) pela presença de um cada vez maior número de estabelecimentos de comércio étnico; (v) pela variedade das formas de vestir; (vi) pelos cheiros e sabores das comidas tradicionais dos diversos países de origem e igualmente (vii) pela variedade das línguas que se falam mas também (viii) da música e de outras formas de expressão artística e cultural oriundas de vários países e regiões (Fonseca, 2008: 73).

Lisboa vive a sua multiculturalidade, resultado do tempo histórico, de forma caleidoscópica e multicolor, onde, apesar de vários constrangimentos, se manifesta como uma cidade livre, que se desdobra em novos roteiros, manchas, circuitos, pedaços e *spots* (Magnani, 2013: 41) proporcionados precisamente por esta natureza cosmopolita de várias cidades que convivem como uma só.

Como afirma Graça Índias Cordeiro (2010) *as cidades fazem-se por dentro* e, acrescentamos nós, crescem num emaranhado de teias, umas mais visíveis que outras, solidificando uma musculatura para a qual todos os intervenientes concorrem. Lisboa tem um esqueleto mestiço, uma voz que fala múltiplas línguas e uma alma poliédrica.

Referências bibliográficas

- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1992). *Plano Estratégico de Lisboa*. Lisboa: CML.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2011). *Rede das Cidades Interculturais*. Lisboa: CML.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2012). *Visão Estratégica: Lisboa 2012*. Lisboa: CML.
- CORDEIRO, Graça Índias (2010). As cidades fazem-se por dentro: desafios de etnografia urbana. *Cidades- Comunidades e Territórios*, n. 20/21 (Dez), pp. 111-121, disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3458/1/Cidades2010-20-21_Cordeiro.pdf
- DGEEC-DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICAS DE EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA (2015). *Mobilidade internacional*. Lisboa: DGEEC, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/>.
- FONSECA, Maria Lucinda (2008), Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. Portugal: percursos de interculturalidade, In Mário Ferreira LAGES & Artur Teodoro de MATOS (org.), *Portugal: percursos de interculturalidade*, v.2, Contextos e Dinâmicas. Lisboa: Observatório das Migrações, disponível em http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/2_PI_Cap2.pdf/91b03229-db9d-4e96-9438-97d0e0dc8a89.
- FONSECA, Maria Lucinda *et al* (2011). *Imigração, Diversidade e Política Cultural em Lisboa*, MIGRARE Working Papers. Lisboa: IGOT-UL, disponível em <http://www.ceg.ul.pt/migrare/publ/MigrarePaper06.pdf>.
- GÉSERO, Paula (2012). O Espaço é o Lugar: O Martim Moniz na *Migrantscape* de Lisboa. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 163-184, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10013.pdf>.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (2013). De perto e de dentro: um novo olhar sobre a cidade. *GVExecutivo*, v.12, n. 2 (Jul-Dez), pp.38-41, disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/20716/19449>

- MALHEIROS, Jorge (2008). Comunidades de origem indiana na Área Metropolitana de Lisboa – iniciativas empresariais e estratégias sociais criativas na cidade. *Revista Migrações*, Número Temático: Empreendedorismo Imigrante (3, pp. 139-164), disponível em http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/Migr3_Sec2_Art2_PT.pdf/bac4d197-b4da-4e8a-afa7-7a554c24f251.
- MARQUES, Margarida (2014). Introdução: Imigração e Esfera Pública, in M. Margarida MARQUES (dir.), *Lisboa Multicultural*. Lisboa: Fim de Século, pp. 11-37
- MENDES, Maria Manuela (2012). Bairro da Mouraria, território de diversidade: entre a tradição e o cosmopolitismo. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 15-41, disponível em <http://hdl.handle.net/10071/5873>.
- MENDES, Maria Manuela & PADILLA, Beatriz (2013). Bairro da Mouraria em Lisboa, *Estudo Prévio* (4), disponível em <http://www.estudoprevio.net/artigos/22/maria-manuela-mendes-beatriz-padilla-.-bairro-da-mouraria-em-lisboa>.
- MORTÁGUA, Maria João & FERREIRA, Eduardo de Sousa (2005). Discoverers of the West or the Asian Art of Commerce in Portugal, In *La création d'entreprises innovantes et les expériences de spin-off universitaires dans l'Europe élargie*, Actes de la XI Conférence Internationale du Réseau PGV, Perugia, Itália: Università degli Studi di Perugia, pp. 160-165, disponível em <https://doi.org/10.13140/2.1.2633.7286>.
- OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO (2013). *Educação e imigração: a integração dos alunos imigrantes nas escolas do ensino básico do centro histórico de Lisboa*. Lisboa: Observatório da Emigração, disponível em <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/ESTUDO+50.pdf/6530c8a9-b43f-4bf5-99e4-678312b1c994>.
- PROJECTO DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NA ESCOLA PORTUGUESA: RELATÓRIO FINAL DE ACTIVIDADES (2007). Disponível em http://www.iltec.pt/divling/_pdfs/relatorio_final_divling.pdf.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2011). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Lisboa: SEF, disponível em http://sefstat.sef.pt/docs/rifa_2011.pdf.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2015a). Estrangeiros residentes em Lisboa. Lisboa, SEF, disponível em <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2015b). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Lisboa: SEF, disponível em https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2015.pdf.

